

# A responsabilidade de proteger na prevenção de *mass atrocity crimes* na crise da Venezuela (2012-atualidade)

**Pedro Rêgo Henriques**

Orientador: Profa. Doutora Raquel de Caria Patrício

Dissertação para obtenção de grau de Mestre  
em Relações Internacionais

*Lisboa*  
*2019*

[WWW.ISCSP.U LISBOA.PT](http://WWW.ISCSP.U LISBOA.PT)



# A responsabilidade de proteger na prevenção de *mass atrocity crimes* na crise da Venezuela (2012-atualidade)

***Pedro Rêgo Henriques***

*Orientador: Profa. Doutora Raquel Cristina de Caria Patrício*

Dissertação para obtenção de grau de Mestre  
em Relações Internacionais

Júri:

**Presidente:** - Doutor António Costa de Albuquerque de Sousa Lara, Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

**Vogais:** - Doutora Raquel Cristina de Caria Patrício, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de orientadora;

- Doutora Nancy Elena Ferreira Gomes, Professora Auxiliar do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa;

- Doutora Isabel Rute Sousa do Amaral Xavier Cabrita, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

*Lisboa*  
*2019*

À minha avó Edite Maria de Almeida Dias Rêgo, que nos deixou em 27 de julho de 2019.

Saudade.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que me apoiaram de uma forma ou outra nestes dois anos de mestrado. Deixar o Brasil para trás e vir para Portugal não seria possível sem o suporte que recebi de cada um de vocês.

Agradeço a todos os professores do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa que muito me ensinaram neste desafio de aprender uma arte completamente nova. Devo agradecer ainda nominalmente à Professora Doutora Raquel de Caria Patrício, que tornou possível esta dissertação com sua orientação.

Dedico um agradecimento especial à minha mãe, meu pai, meu irmão e minhas irmãs: Deise, Silvio, Tiago, Helena e Bruna. Também destaco a influência que recebi ao longo da minha vida de meus avós, Edite e José, Joaquim e Laurinda, e do meu tio-avô Nelson, todos portugueses radicados no Brasil, cuja presença e carinho me fizeram apaixonado por Portugal.

Agradeço especialmente ainda à minha companheira de aventuras, Raíza, quem eu amo e me faz feliz desde o dia 12 de novembro de 2016. Serei eternamente grato por você ter embarcado neste desafio ao meu lado. Obrigado por tudo que você faz e ainda fará por mim. Espero estar à altura do seu amor e carinho.

A todos, o meu mais afetuoso agradecimento.

## RESUMO

A responsabilidade de proteger, ou R2P, é o compromisso da comunidade internacional em proteger populações a todo momento e em todo lugar das quatro atrocidades que mais chocam a consciência humana: o genocídio, os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e a limpeza étnica. Ao mesmo tempo, a crise na Venezuela é prova de que a R2P ainda não alcançou seu objetivo. O regime de Nicolás Maduro emprega alguns dos crimes mais chocantes, como execuções extrajudiciais, tortura e estupro, de forma sistemática e generalizada contra grupos da população civil que identifica como seus opositores para manter o poder. Esta investigação parte, portanto, do questionamento sobre de qual forma e com que eficácia o Estado venezuelano e a comunidade internacional estão colaborando e cumprindo a responsabilidade de proteger para averiguar a hipótese de que nenhum país envolvido está cumprindo sua responsabilidade, numa postura de reação tardia em vez de prevenção. Esta dissertação parte da perspectiva idealista utópica para fazer uma análise reflexivista e interpretativista de fontes primárias e secundárias na busca de entender os interesses envolvidos e mapear as ações já tomadas. Concluimos que o Estado venezuelano não só está manifestamente falhando, como é o principal perpetrador de atrocidades, ao mesmo tempo em que divisões na comunidade internacional impedem que ela cumpra sua R2P. Por fim, propomos caminhos para o avanço da R2P no sistema interamericano e para a proteção humana na Venezuela.

**Palavras-chave:** Venezuela; responsabilidade de proteger; crimes de atrocidade; crimes contra a humanidade; direitos humanos.

## ABSTRACT

The responsibility to protect, or R2P, is the commitment by the international community to protect populations at all times and everywhere from the four atrocities that most shock human consciousness: genocide, crimes against humanity, war crimes and the ethnic cleansing. At the same time, the crisis in Venezuela is proof that R2P has not yet reached its goal. Nicolás Maduro's regime employs some of the most shocking crimes, such as extrajudicial executions, torture and rape, in a systematic and widespread manner against civilian groups that it identifies as the opposition for maintaining power. Thus, this investigation starts from the question of how and how effectively the Venezuelan State and the international community are collaborating and fulfilling the responsibility to protect to ascertain the hypothesis that no country involved is fulfilling its responsibility, in a posture of late reaction instead of prevention. This dissertation starts from the utopian idealist perspective to make a reflexive and interpretative analysis of primary and secondary sources in order to understand the interests involved and map the actions already taken. We conclude that the Venezuelan state is not only manifestly failing, but is the main perpetrator of atrocities, while divisions in the international community prevent it from fulfilling its R2P. Finally, we propose ways to the advancement of R2P in the Inter-American System and to human protection in Venezuela.

**Keywords:** Venezuela; responsibility to protect; mass atrocity crimes; crimes against humanity; human rights.

## LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS

AC NUDH - Alto comissário(a) das Nações Unidas para os Direitos Humanos

ACNUDH - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

ACT - *Accountability, Coherence and Transparency Group*

AGNU - Assembleia-Geral das Nações Unidas

AGOE - Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos

AI - Anistia Internacional

ALBA - Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América

AN - Assembleia Nacional da Venezuela

ANC - Assembleia Nacional Constituinte da Venezuela

CADH - Convenção Americana de Direitos Humanos

CCT - Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes

CDC - Convenção sobre os Direitos da Criança

CdNU - Carta das Nações Unidas

CdOEA - Carta da Organização dos Estados Americanos

CEDM - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres

CELAC - Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos

CEPG - Conselheiro Especial do Secretário-Geral da Nações Unidas para a Prevenção do Genocídio

CER2P - Conselheiro Especial do Secretário-Geral da Nações Unidas para a Responsabilidade de Proteger

CICGCCH - Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade

CICPC - Corpo de Investigações Científicas, Penais e Criminalísticas

CICV - Comitê Internacional da Cruz Vermelha



CIDF - Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados

CLAP - Comitê Local de Abastecimento e Produção

ComIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos

ConDH - Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

CorIDH - Corte Interamericana de Direitos Humanos

CPG - Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio

CPOEA - Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos

CRER - Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

DDHH - Direitos humanos

DGCIM - Direção-Geral de Contraineligência Militar

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

ECEPGR2P - Escritório Conjunto dos Conselheiros Especiais do Secretário-Geral para a Prevenção do Genocídio e a Responsabilidade de Proteger

EUA - Estados Unidos da América

FAES - Forças de Ações Especiais [da Polícia Nacional Bolivariana]

GCI - Grupo de Contato Internacional

GCR2P - *Global Centre for the Responsibility to Protect*

GdL - Grupo de Lima

GNB - Guarda Nacional Bolivariana

HRW - *Human Rights Watch*

ICG - *International Crisis Group*

ICISS - *International Commission on Intervention and State Sovereignty*

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

KNDR - *Kenya National Dialogue and Reconciliation*

MNB - Milícia Nacional Bolivariana

NATO - Aliança do Tratado do Atlântico Norte

OE - Observatório da Emigração

OEA - Organização dos Estados Americanos

OLP - *Operación Liberación y Protección del Pueblo*

ONU - Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OVCS - Observatório Venezuelano de Conflitualidade Social

OVV - Observatório Venezuelano da Violência

P5 - Cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU

PDVSA - Petróleos de Venezuela SA

PIDCP - Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos

PIDESC - Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PNB - Polícia Nacional Bolivariana

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSUV - Partido Socialista Unido da Venezuela

R2P - Responsabilidade de proteger

RLPGAM - Rede Latinoamericana para a Prevenção do Genocídio e Atrocidades Massivas

RN2V - Responsabilidade de não vetar

RPU - Revisão Periódica Universal

RwP - Responsabilidade ao proteger

SEBIN - Serviço Bolivariano de Inteligência

SIPRI - *Stockholm International Peace Research Institute*

SGNU - Secretário-geral das Nações Unidas

TIAR - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

TPI - Tribunal Penal Internacional

UE - União Europeia

UNAMIR - *United Nations Assistance Mission for Rwanda*

Unasul - União de Nações Sul-Americanas

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Quadro de ratificações de tratados internacionais de direitos humanos pela Venezuela .....	119
<b>Quadro 2</b> – Aplicação do <i>Framework of analysis for atrocity crimes</i> na crise da Venezuela .	134
<b>Quadro 3</b> – Quadro das principais resoluções da Organização das Nações Unidas sobre a Venezuela .....	180
<b>Quadro 4</b> – Quadro das principais resoluções da Organização dos Estados Americanos sobre a Venezuela .....	184

## ÍNDICE

<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>II. CAPÍTULO 1: DA TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....</b>	<b>4</b>
1.1. A operacionalização dos conceitos-chave.....	4
1.2. O enquadramento teórico.....	8
<b>III. CAPÍTULO 2: DOS DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>12</b>
2.1. O conceito de direitos humanos.....	12
2.1.1. A definição de atrocidades massivas .....	12
2.2. Sistemas de proteção de direitos humanos.....	13
2.2.1. Os sistemas nacionais .....	13
2.2.2. O sistema interamericano .....	14
2.2.3. O sistema universal.....	15
2.3. O debate da intervenção humanitária.....	16
<b>IV. CAPÍTULO 3: DA RESPONSABILIDADE DE PROTEGER .....</b>	<b>18</b>
3.1. A evolução normativa da R2P .....	18
3.2. Os atores na R2P .....	20
3.3. A identificação de situações de risco de atrocidade .....	23
3.4. Os desafios para o avanço da R2P .....	25
3.5. A responsabilidade de proteger nas Américas.....	28
<b>V. CAPÍTULO 4: DA VENEZUELA E DAS AMÉRICAS .....</b>	<b>31</b>
4.1. Contextualização histórica da Venezuela .....	31
4.1.1. Uma história de golpes de Estado .....	31
4.1.2. Subdesenvolvimento com abundância de divisas .....	34
4.1.3. Integração e cooperação internacional.....	34
4.2. Caracterização da crise na Venezuela.....	36
4.2.1. Fatores de risco comuns a crimes de atrocidade.....	37
4.2.2. Fatores de risco específicos de crimes contra a humanidade .....	39
4.3. Os interesses da comunidade internacional.....	41

<b>VI. CAPÍTULO 5: DA RESPONSABILIDADE DE PROTEGER NA VENEZUELA .....</b>	<b>44</b>
<b>5.1. Pilar I: a responsabilidade do Estado .....</b>	<b>44</b>
<b>5.2. Pilares II e III: a responsabilidade da comunidade internacional .....</b>	<b>45</b>
5.2.1. A participação da sociedade civil .....	45
5.2.2. A participação do sistema da ONU .....	46
5.2.3. A participação do sistema interamericano .....	49
5.2.4. A participação do Tribunal Penal Internacional .....	53
5.2.5. A participação dos demais atores interessados .....	53
<b>VII. CONCLUSÃO .....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>65</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>107</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>119</b>

## INTRODUÇÃO

Situações de atrocidade massiva estão entre aquelas que causam o maior choque, o maior horror, à humanidade. Seja o extermínio de seis milhões de judeus ou 800 mil tutsis, a cada episódio vimos a comunidade internacional repetir que isso ‘nunca mais’ poderia acontecer. Mais do que um mantra, esta ideia de ‘nunca mais’ precisava se tornar efetivamente no motor dos esforços de prevenção dos chamados *mass atrocity crimes* – os crimes de atrocidade massiva, em português, o que se refere ao genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e limpeza étnica. É neste sentido que surgiu a responsabilidade de proteger (R2P): um compromisso da comunidade internacional em utilizar todas as ferramentas ao seu dispor para prevenir a ocorrência de atrocidades e responder sob medida aos criminosos que cometem estas violações em massa de direitos humanos (DDHH). Enquanto isto não se torna realidade absoluta, podemos testemunhar episódios como o contexto atual de crise na Venezuela. A população sofre com uma crise humanitária, onde há escassez de alimentos, medicamentos e uma epidemia de violência, enquanto o Estado usa suas estruturas para perseguir o grupo que identifica como seu inimigo interno: a oposição. Os crimes contra a humanidade cometidos por agentes do Estado somam as dezenas de milhares de execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados, tortura e outras práticas, como será demonstrado. Diante deste cenário, quatro milhões de pessoas, ou mais de 10% da população, já deixaram a Venezuela na maior crise migratória da História do continente americano em tão curto espaço de tempo.

Dessa forma, a pergunta de partida que buscaremos responder nesta dissertação é: de que forma e com que eficácia o Estado venezuelano e a comunidade internacional estão colaborando e aplicando os mecanismos de prevenção previstos pela R2P para impedir a ocorrência de crimes de atrocidade massiva no contexto de crise da Venezuela? Para responde-la, acreditamos que será necessário alcançar nosso objetivo principal, que é determinar quais instrumentos de prevenção previstos pela R2P estão sendo aplicados e se cada um deles está aliviando ou intensificando a crise humanitária e o risco de atrocidades na Venezuela. Este objetivo traduz a necessidade de perceber quais instrumentos são realmente positivos para prevenir atrocidades e quais deveriam ser preteridos pela comunidade internacional.

A hipótese principal formulada é que nenhum Estado envolvido está cumprindo sua responsabilidade, adotando sempre uma postura reativa, direcionada apenas para responder à crise migratória, em vez de uma postura preventiva, que seria expressa na colaboração de fato com o governo venezuelano para prevenir o agravamento da crise e o desencadeamento de atrocidades. Uma hipótese secundária é que parte dos mecanismos previstos para a prevenção tem, na verdade, ajudado a piorar a situação humanitária com o objetivo de estressar a situação e forçar uma mudança de regime na Venezuela, mesmo que violenta.

A América Latina não recebe tanta atenção das investigações na Academia portuguesa, ao passo que a temática dos direitos humanos na região recebe ainda menos. Por sua vez, a investigação da responsabilidade de proteger e da prevenção de atrocidades no hemisfério Ocidental é escassa, de forma que nossa revisão bibliográfica rendeu importantes fontes sobre a R2P nas Américas majoritariamente latino-americanas. Por isso, nosso esforço será o de gerar um conhecimento novo, inédito, e, dadas as circunstâncias da crise, urgente.

A literatura aponta a R2P como uma norma política internacional estabelecida (Bellamy & Luck, 2018). Ela foi aceita por todos os Estados em 2005 e começou a ser implantada em 2009, com sua estratégia de três pilares: a responsabilidade do Estado em proteger suas populações, a responsabilidade da comunidade internacional em ajudar o Estado nesse esforço e a responsabilidade da comunidade internacional em agir decisivamente e pontualmente quando um Estado está manifestamente falhando em cumprir a sua responsabilidade (Organização das Nações Unidas [ONU], 2009). A R2P aspira a um mundo em que a comunidade internacional coopera para proteger suas populações por hábito, fazendo dos crimes de atrocidade uma realidade do passado e a guerra com propósitos humanitários desnecessária (Bellamy & Luck, 2018). Mas nós ainda não estamos exatamente lá, enquanto comunidade internacional, o que fica demonstrado justamente pelo objeto desta investigação, que é a crise na Venezuela. No contexto que será analisado, tudo indica que o Estado seja o principal perpetrador de crimes contra a humanidade no seu esforço de perseguir, sistematicamente e de forma generalizada, o grupo da população civil que percebe como opositor, na busca da própria sobrevivência e da manutenção do seu poder (Organização dos Estados Americanos [OEA], 2018c). Isso configura efetivamente um desafio para a comunidade internacional, que tem sua própria responsabilidade de agir neste tipo de

situação. A princípio, no entanto, tudo indica que ela também não está a cumpri-la e precisa de forma urgente se engajar construtivamente na solução desta crise (Almagro, 2019c).

A partir disto, empregaremos o marco teórico do idealismo utópico, adaptando parte do entendimento do real-utopismo. Isso se deve pela natureza da R2P enquanto norma internacional que busca erradicar definitivamente os crimes de atrocidade do rol de problemas da humanidade através da mudança do comportamento individual. Ao mesmo tempo, não somos ingênuos em pensar que isso já seja verdade absoluta, sendo necessário, portanto, entender a realidade que precisa ser alterada para propor a transformação necessária. Conscientes da natureza pós-positivista do idealismo utópico, que entende que “a escolha humana é que constrói – ou vai construindo – a realidade social (...), são as ideias e as crenças que constroem a realidade” (Patricio, 2019, p. 339), empregaremos nesta investigação uma metodologia reflexivista e interpretativista. Isto no sentido de ligar o discurso com práticas políticas para descobrir as faces da realidade, ou seja, a análise sintática, semântica e pragmática das comunicações: a análise do discurso (Patricio, 2019).

Será feito, para tal, um estudo bibliográfico através da revisão da literatura sobre a evolução da R2P e sobre as relações internacionais da Venezuela, bem como sobre sua história política, econômica e social, além do contexto latino-americano. Vamos consultar fontes primárias e secundárias de informação, como discursos de indivíduos, vastos documentos oficiais e institucionais de organizações internacionais, bibliografia diversa, publicações de suportes de comunicação e bancos estatísticos. Também conduziremos entrevistas individuais com atores em posições privilegiadas na crise. Desta forma, nossa investigação empreenderá o esforço de interpretar a realidade da R2P no contexto de crise da Venezuela, principalmente a partir de 2012, quando Nicolás Maduro assume as funções presidenciais enquanto Chávez lutava contra um câncer, e até setembro de 2019, quando encerramos a redação.

A estrutura da dissertação contará com a introdução dos conceitos-chave e o enquadramento teórico, a apresentação dos sistemas de proteção de DDHH, a discussão sobre o estado da R2P na política internacional, a caracterização da crise na Venezuela como uma situação de atrocidades, e, então, um debate sobre como a comunidade internacional está buscando, ou não, cumprir sua R2P. Por fim, esperamos ser possível concluir com uma proposta concreta para a evolução da R2P enquanto norma internacional e mecanismo efetivo de proteção dos DDHH operando sob o respeito à soberania do Estado.



## CAPÍTULO 1: Da teoria das Relações Internacionais

### 1.1. A operacionalização dos conceitos-chave

Dois conceitos essenciais para esta dissertação são os de direitos humanos (DDHH) e atrocidades. Por DDHH entendemos o proposto por Isabel Cabrita (2010, p. 25) como “direitos que cada um tem só por ser um ser humano”. Já atrocidades significam graves, generalizadas e sistemáticas violações desses direitos, nomeadamente o genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e limpeza étnica (Scheffer, 2006). Dada a importância destes conceitos, optamos por apenas introduzi-los aqui para tratar deles propriamente no próximo capítulo.

A responsabilidade de proteger (R2P) dialoga diretamente com eles dois e preconiza os princípios da segurança humana e da soberania como responsabilidade, ambos surgidos após a Guerra Fria. O conceito de segurança humana tem duas componentes básicas – *freedom from fear* e *freedom from want* – e quatro características – centralidade da pessoa humana, universalidade, interdependência e preventividade (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD], 1994). A segurança humana foca nas pessoas, vale em todo lugar, entende que ameaças em um sítio provavelmente vão envolver indivíduos em outros sítios e que “é menos custoso enfrentar essas ameaças na subida do que na descida” (PNUD, 1994, p. 23). Já a soberania como responsabilidade foi avançada por autores como Roberta Cohen e Francis Deng nos anos 1990, recharacterizando a soberania, de controle absoluto westfaliano para um dever de proteção interna a populações. Assim, a “soberania carrega consigo a responsabilidade pelos governos de proteger seus cidadãos” (Cohen, 1991, p. 17) e:

Nenhum governo que permitirá [que] centenas de milhares, e talvez milhões de seus cidadãos (...) sejam indiscriminadamente torturados, brutalizados, e assassinados por forças em disputa pode alegar soberania (...) para evitar que o resto do mundo tome providências para oferecer proteção e assistência. (Deng et al., 1996, p. 33)

Dessa forma, há duas dimensões complementares. Uma é que a soberania implica a proteção das populações pelo Estado e que a comunidade internacional deve intervir caso esta responsabilidade não esteja sendo cumprida (Deng, 2010). Outra é passar da não-interferência à não-indiferença, sendo este o maior desafio, já que só a “comunidade internacional (...) tem o poder e influência para persuadir governos nacionais e outros atores

interessados a cumprir suas responsabilidades nesse sentido, ou enfrentar as consequências do vácuo deixado pela soberania irresponsável” (Deng, 2010, p. 370). Esse entendimento foi ecoado pelos secretários-gerais das Nações Unidas desde então (ONU, 1991b, 1992, 1999c)<sup>1</sup>.

Aqui, o conceito de comunidade internacional parte da sociologia, de Ferdinand Tönnies (1988). A comunidade (*gemeinschaft*) e a sociedade (*gesellschaft*) são realidades diferentes. A comunidade é uma associação, grupo social ou relacionamento real ou orgânico ao qual qualquer pessoa tem ligação só por existir, como a família, a Nação e a humanidade: é a “forma duradoura e genuína de viver em conjunto. Em contraste com o *gemeinschaft*, *gesellschaft* é transitória e superficial” (Tönnies, 1988, p. 35). As sociedades são, portanto, agrupamentos necessariamente voluntários. Nas relações internacionais, a comunidade internacional assume, na perspectiva idealista utópica, a caracterização de valores, princípios e ética comum a toda a humanidade, onde predomina “a cooperação entre os atores, sendo o conflito marginal, a exceção à regra” (Patrício, 2019, p. 103). É evidente que esta natureza cooperativa e solidária generalizada ainda está longe de existir, mas isso não significa que não exista desde já uma humanidade, que em conflito hoje pode evoluir e alcançar a paz amanhã.

Para determinar o nível de desenvolvimento da comunidade internacional, o qual a R2P influenciará, podemos olhar para a efetividade da governança global. Recorremos aqui a James N. Rosenau (2000), que difere governança de governo. O governo existe mesmo com ampla oposição, enquanto a governança só funciona com o consenso da maioria, ou ao menos dos mais fortes e “refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências” (Rosenau, 2000, p. 15).

Um dos instrumentos para que a R2P vença estas resistências e seja aceita é a diplomacia preventiva, que Michael S. Lund define como:

Ações tomadas em lugares e momentos vulneráveis para evitar a ameaça ou o uso de força armada e formas afins ou coerção por parte de Estados ou grupos para resolver as disputas políticas que podem surgir dos efeitos desestabilizadores da mudança econômica, social, política e internacional. (1996, p. 37)

---

<sup>1</sup> A/46/1, A/47/277 e SG/SM/7136.

Ao contrário das concepções anteriores (ONU, 1960, 1992)<sup>2</sup>, esta definição de diplomacia preventiva objetiva evitar “não apenas possíveis conflitos abertos e sangrentos, mas também conflitos de via única em que um governo ou grupo domina uma parte mais fraca através de força armada ou métodos coercivos” (Lund, 1996, p. 46). Uma diplomacia preventiva bem-sucedida evita graves violações de DDHH e táticas de subversão, que podem envolver “meios maciços de destruição (guerra, revolução, guerra civil, golpe de Estado, guerrilha, p. ex.) ou não (terrorismo, crime organizado subversivo, propaganda subversiva, greve generalizada de índole subversiva, conflitos contraculturais, p. ex.)” (A. Lara, 2013, p. 318).

O conceito de golpe de Estado é do nosso particular interesse pelos antecedentes históricos e pelo contexto contemporâneo na Venezuela. Nesse sentido, o golpe de Estado é definido como:

Processo de subversão política intranacional, de curta duração, movido por uma parte da elite de um Estado contra a outra, até então em situação mais favorável, com vista à aquisição, controle e exercício decisivo do poder do Estado por parte da primeira facção, empregando meios coercivos e violentos circunscritos ao fim em vista e do qual processo não resultam imediata nem diretamente transformações essenciais nas estruturas sociais e económicas do país em questão. (A. Lara, 2013, p. 333)

Golpes de Estado podem suscitar conflitos armados intranacionais, que são contextos particularmente propensos a atrocidades. Adequando estratégias caso a caso, a comunidade internacional detém uma variedade de ferramentas e atores para mediação, negociação, diálogo, forças militares, monitoramento de DDHH, ajuda económica e sanções (Lund, 1996). Depois que se inicia um conflito ou perseguição política unilateral, a diplomacia de crise pode empregar praticamente os mesmos atores e ferramentas, mas adequando aos contextos sanções políticas, económicas e direccionadas, embargos, negociação de acordos de paz e perseguição judicial internacional (Evans, 2008).

---

<sup>2</sup> A/4390/Add.1 e A/47/277.

Para entender como a Venezuela chegou à crise que discutiremos, é importante definir o conceito que orienta seu governo: o chavismo. Na sua base, estão outros dois conceitos de socialismo do século XXI e bolivarianismo, pelos quais começamos.

O socialismo do século XXI questiona o sistema global e suas capacidades de desenvolvimento. Também chamado de democracia participativa, esse “sistema global de emancipação” nasce da crise do “sistema global de dominação” neoliberal e capitalista no fim do século XX. Heinz Dietrich Steffan (2002) partiu da união dos povos para teorizar três instituições básicas: a economia de equivalências se baseia em produtos com valor pelo tempo de produção em vez de preço; o Estado não-classista prevê o sujeito racional-ético-estético, livre das amarras do capital para se desenvolver; e a democracia participativa, que significa o “fim da democracia representativa – em realidade, substitutiva – e sua superação pela democracia direta ou plebiscitária” cujo poder de decisão reside no sufrágio periódico (Steffan, 2002, p. 49). A nível internacional, preconiza ainda o multilateralismo e a integração anti-imperialista e, especialmente, antiamericanista (Araújo, 2013).

Dessa forma, o socialismo do século XXI dialoga diretamente com o bolivarianismo, a doutrina de integração pan-americana de Simón Bolívar, um dos libertadores da América. Do Manifesto de Cartagena de 1812 – “ata de nascimento do Bolívar político” (Torres, 2005, p. 18-19) – à carta ao general Flores em 1830 – quando “amargurado, conclui: A América é ingovernável” (Maringoni, 2004, p. 201) –, ele objetivou “formar de todo o Novo Mundo uma só nação [...] ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que venham formar-se” (Bolívar, 2009, pp. 108-109). Mais idealista do que impositivo, o bolivarianismo defende a cooperação, o anti-imperialismo, a solidariedade entre os povos e “a edificação de um sistema internacional americano submetido aos ideais da paz, do respeito pelo Direito Internacional, da solução pacífica de controvérsias e pelo repúdio ao exercício da potência” (Patricio, 2012, p. 108).

A partir de 2002, o chavismo uniu o socialismo do século XXI ao bolivarianismo em torno do seu projeto político do Sistema EBR, a árvore de três raízes – Ezequiel Zamora, Simón Rodríguez e Simón Bolívar – para materializar em 20 anos a ‘utopia concreta’ da sociedade original e modo de vida solidário (Chávez, 2013). Original porque o povo da América não pode repetir os modelos norte-americano e europeu – “inventamos ou erramos” (S. Rodríguez, 1990, p. 88) – e solidário porque “os homens não estão no mundo para se destruir, mas para

se ajudar” (S. Rodríguez, 1990, p. 72). Na prática, o chavismo se opôs ao neoliberalismo, mas jamais rompeu com o capitalismo, fundamenta-se em um executivo centralizador e interventor na economia (Araújo, 2013) e é classificado como uma doutrina “nacionalista, revisionista e indigenista, também populista, funda-se no clientelismo, com governos que abusam dos recursos fiscais, ludibriam a separação de poderes do Estado, restringem a democracia” (Patricio, 2012, p. 242). O chavismo entende que seu desenvolvimento conflituava com os interesses norte-americanos e por isso busca a “consolidação de um mundo multipolar que contrapesa à unipolaridade estado-unidense, e a integração plena das nações da América Latina e Caribe para configurar um dos polos deste esquema mundial” (Serbin, 2010, p. 48).

O chavismo e o bolivarianismo diferem, portanto, do outro importante projeto pan-americano: a doutrina Monroe. Ela foi apresentada em 1823 e proclamou que a atuação das potências europeias no continente seria considerada uma ameaça à paz e segurança dos Estados Unidos (EUA; Monroe, 1823). Ela nasce defensiva e isolacionista e expressa a ambição norte-americana de um pan-americanismo centrado na sua hegemonia sobre o continente (Patricio, 2012). O corolário Roosevelt emendou a doutrina Monroe no início do século XX para incluir “uma defesa explícita do intervencionismo norte-americano em outros países” (Livingstone, 2009, p. 13). Dessa forma, os EUA conduziram dezenas de intervenções na América Latina como um “poder policial internacional” (Roosevelt, 1904). Sempre latente, esse ideário ganhou força na administração Trump, que “não tem medo de usar a expressão Doutrina Monroe” (CNN, 2019).

## **1.2. O enquadramento teórico**

Os acontecimentos “só se tornam relevantes quando existe uma moldura teórica, uma grelha conceptual que os organiza e lhes dá sentido” (Mendes, 2017, p. 98). A teoria é, portanto, um instrumento intelectual e para discutir a R2P na Venezuela optamos pelo enquadramento da perspectiva idealista utópica, de cariz liberal e humanista, embora adaptemos de certa forma entendimentos do real-utopismo.

O idealismo utópico desenvolve projetos de paz perpétua e eliminação completa da guerra através do normativismo, do institucionalismo organizacional e do internacionalismo, com menção à proteção dos DDHH, que tratamos com mais profundidade no capítulo seguinte. Os projetistas da paz perpétua são as referências clássicas e têm a “convicção de

que a atividade política internacional deve ser examinada em relação a uma condição humana universal, e não em relação com os limites acidentais que decorrem das fronteiras geográficas” (Moreira, 1999, p. 120): o Abade de Saint-Pierre e seu *Projeto para tornar perpétua a paz na Europa*, de 1713; e Immanuel Kant e seu *Projeto filosófico da paz perpétua*, de 1796.

Em seu compêndio de discursos, o abade argumenta que o equilíbrio da paz é muito frágil e “as guerras estalam muito facilmente, causam uma infinidade de desgraças e são muito difíceis de debelar” (Saint-Pierre, 2003, p. 17). Por isso, defende que o direito internacional tenha a supremacia legislativa e judicial ao mesmo tempo que preconiza a manutenção do *status quo* até diante de práticas ditatoriais. Já Kant é o mais influente, pregando a soberania da razão e a necessidade da emancipação humana (Moreira, 1999). No seu projeto filosófico, difere a paz do armistício e defende um princípio de não-intervenção em que “nenhum Estado deve imiscuir-se pela força na constituição e no governo de outro” (Kant, 2018, p. 133). Os Estados devem aceitar a razão do direito, abandonar o estado de natureza anárquico e formar uma federação da paz com toda a Humanidade (Kant, 2018).

Woodrow Wilson e seus *Catorze Pontos* (1918) são a referência moderna do utopismo. O presidente norte-americano defendeu a segurança coletiva, a autodeterminação dos povos, a diplomacia multilateral permanente e não-secreta e que uma “associação de nações deve ser formada sob convenções específicas com propósito de garantias mútuas de independência política e integridade territorial” (Wilson, 1918). A resposta para evitar a repetição da I Guerra Mundial seriam modelos políticos democráticos e a criação de uma nova estrutura institucional internacional – levando à Sociedade das Nações (Patrício, 2019). Nenhuma destas obras é um dogma e todas devem ser lidas à luz dos contextos históricos.

O utopismo de matriz kantiana protagonizou, então, o primeiro grande debate das Relações Internacionais com o realismo, tendo a guerra como fator autonomizador. Os realistas assumem a anarquia internacional e o estado de guerra como inultrapassáveis – a análise do que é – enquanto os utopistas acreditam ser possível fomentar a cooperação – a aspiração ao que deveria ser. O idealismo utópico é:

Uma abordagem à política internacional que reforça a importância da moral, dos valores e ideias, em vez da importância do poder e da prossecução dos interesses nacionais. (...) [refletindo] um forte otimismo na paz internacional, normalmente

associada ao desejo de reforma do sistema internacional através do reforço do direito internacional. (Patricio, 2019, pp. 95-96)

Suas características centrais são: o reconhecimento da capacidade humana de mudar e evoluir; a visão não-determinista da História; a possibilidade de basear a ordem internacional na ética e na moral; a doutrina da harmonia natural de interesses entre Estados, onde a perturbação da paz seria irracional e imoral; e a doutrina da analogia interna, em que a ordem interna nos Estados pode ser reproduzida externamente (Santos & Ferreira, 2012).

O indivíduo é o fator central do utopismo de matriz kantiana e o Estado é apenas a principal ferramenta de interação nas relações internacionais:

Para o idealismo, o ambiente em que decorrem as interações entre os diversos atores internacionais é a comunidade internacional (...). Sendo os indivíduos os atores por excelência das relações internacionais, as associações que estes constituem, incluindo os Estados, apenas existem na medida em que são compostas por indivíduos, (...) [e] servem para servir os homens. (Patricio, 2019, p. 103)

Por isso, os interesses de Estados e indivíduos coincidem em torno da paz. Não propomos, mesmo assim, um enquadramento ingênuo, estéril, porque não é a razão de ser de um trabalho acadêmico a mera exposição de uma aspiração ideal. Nesse sentido, aproveitamos parte dos desenvolvimentos propostos pelo real-utopismo de Edward H. Carr (2001). Rejeitamos o seu entendimento de que as relações internacionais se dão em uma sociedade internacional, mas concordamos “estabelecer um equilíbrio entre utopia e realidade, entre livre arbítrio e determinismo” (Carr, 2001, p. 13). As ciências sociais nunca podem se dissociar completamente do utopismo, mas “o utópico completo, rejeitando a sequência causal, se priva da possibilidade de entender a realidade que está tentando transformar, ou os processos pelos quais ela poderia ser transformada” (Carr, 2001, p. 18), de forma que “nenhuma utopia política alcançará mesmo o mais limitado sucesso, a menos que se origine da realidade política. (...) Pensamento político e vida política sensatos serão encontrados onde ambos tiverem seu lugar” (Carr, 2001, pp. 14-15).

Deve-se partir, portanto, da análise do que é para aspirar ao que deve ser, de forma que “numa aproximação que progride até ao infinito, então a paz perpétua (...) não é uma ideia vazia, mas uma tarefa que, pouco a pouco resolvida, se aproxima constantemente do seu fim” (Kant, 2018, p. 185). Como demonstraremos, o conceito da R2P guarda semelhanças,

visionando “um mundo de Estados soberanos responsáveis e capazes de proteger suas populações de crimes de atrocidade por rotina (pilar I). Essa visão deve ser alcançada através da combinação de assistência mútua [pilar II] e ação coletiva [pilar III]” (Bellamy & Luck, 2018, p. 61). Se numa linha contínua entre dois extremos, nos colocamos, portanto, mais próximos do utopismo do que do realismo.



## **CAPÍTULO 2: Dos direitos humanos**

Apresentamos a partir daqui o que entendemos por direitos humanos (DDHH), por que é importante promovê-los e protegê-los e quais os instrumentos à disposição da comunidade internacional para fazê-lo. Iniciamos por definir o conceito de DDHH e de atrocidades massivas para, em seguida, tratarmos dos sistemas de proteção nacional, interamericano e internacional.

### **2.1. O conceito de direitos humanos**

Para entender o conceito de DDHH, respondemos duas perguntas: o que são e quais são. Para a primeira pergunta, seguimos o entendimento de Isabel Cabrita (2010, p. 25) de que os DDHH são os “direitos que cada um tem só por ser um ser humano”, seguindo a corrente dominante do debate com uma visão liberal ocidental, sucessora dos direitos naturais. Para a segunda pergunta, recorremos à listagem na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e pactos internacionais e aos demais tratados, convenções e acordos do direito internacional para saber quais são os DDHH. Para o direito internacional, os DDHH são universais, iguais para todos os indivíduos, absolutos, indivisíveis e inalienáveis, o que significa que “só podem ser limitados em casos excepcionais e não que não têm limites” (Cabrita, 2010, p. 33).

Há cinco tipos de DDHH: pessoais, políticos, de subsistência, econômicos e sociais e culturais. Todos são interdependentes, inter-relacionados e têm “a mesma importância, o mesmo valor e (...) o gozo de qualquer direito humano estava indissociavelmente relacionado com o gozo dos outros direitos” (Cabrita, 2010, p. 58). Apesar da prática indicar o contrário, os direitos civis e políticos não tem primazia sobre os econômicos, sociais e culturais.

#### **2.1.1. A definição de atrocidades massivas**

O conceito de atrocidades massivas reúne quatro formas específicas de violação de DDHH: genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e limpeza étnica<sup>3</sup>. Os crimes de guerra foram os primeiros a surgir, compondo o direito internacional humanitário como

---

<sup>3</sup> Para a reprodução completa das definições jurídicas de genocídio, crimes contra a humanidade, limpeza étnica e crimes de guerra nos instrumentos internacionais, ver o Anexo A.

ações cometidas durante conflitos armados nacionais ou internacionais que violem as Convenções de Genebra (Tribunal Penal Internacional [TPI], 2011). Os conceitos de genocídio e crimes contra a humanidade só surgiram após o holocausto judeu com os trabalhos de Raphael Lemkin (1944) e Hersch Lauterpacht (1945), respectivamente. O crime de genocídio foi reconhecido pela Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (CPG), de 1948, como “atos cometidos com a intenção de destruir, o todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso”, através do assassinato ou a deterioração das condições de vida (ONU, 1948a)<sup>4</sup>. No que concerne os crimes contra a humanidade, eles foram definidos juridicamente apenas pelo Estatuto de Roma de 1998 como “atos cometidos como parte de um ataque generalizado ou sistemático direcionado contra uma população civil, com o conhecimento da sua ocorrência”, incluindo assassinato, extermínio, escravização, deportação ou deslocamento forçado, tortura, estupro e desaparecimentos forçados, entre outros (TPI, 2011, p. 3). Por último, a limpeza étnica não tem definição individual como crime no direito internacional, mas é entendida como “política propositalmente desenhada por um grupo étnico ou religioso para remover por meios violentos ou aterrorizantes a população civil de outro grupo étnico ou religioso de certas áreas geográficas” (ONU, 1994, p. 33)<sup>5</sup>. A limpeza étnica é, portanto, normalmente associada aos outros três tipos de atrocidades.

Dessa forma, atrocidades significam estes “crimes cometidos coletivamente com tal magnitude e caráter destrutivo para ser particularmente proeminente e logicamente inconsistente com a proteção de direitos humanos e a manutenção da paz e da segurança internacionais” (Scheffer, 2006, p. 238).

## **2.2. Sistemas de proteção de direitos humanos**

Os sistemas de proteção de DDHH – nacionais, regionais e universal – devem funcionar no sentido de complementaridade para promover, evitar a violação e responder a abusos.

### **2.2.1. Os sistemas nacionais**

A proteção nacional dos DDHH é um dever imposto pelos pactos internacionais ao Estado, que é o essencial garantidor, implementador e promotor, mas também um potencial

---

<sup>4</sup> A/RES/3/260.

<sup>5</sup> S/1994/674.

violador (Donnelly, 1999). Isabel Cabrita (2010) resume em três as obrigações impostas ao Estado: respeitar o gozo destes direitos e não interferir sobre ele; proteger indivíduos através da prevenção e repressão a violações por terceiros; e aplicar as medidas legislativas, económicas e judiciais para assegurar a realização dos DDHH. No sentido da complementaridade, a ordem jurídica interna é a primeira e mais importante linha de defesa dos DDHH.

### **2.2.2. O sistema interamericano**

A Carta da Organização dos Estados Americanos (CdOEA) é um dos principais tratados de promoção dos DDHH nas Américas e a Organização dos Estados Americanos (OEA) está no centro da proteção regional. Seu texto proclamou já em 1948 os direitos fundamentais da pessoa humana e a não-discriminação como princípios da OEA, que passaria a validar as demais convenções do sistema interamericano (OEA, 1948<sup>a</sup>; Martins, 2017)<sup>6</sup>. Em 1959, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (ComIDH) foi incorporada à OEA como órgão de controle, consulta e fiscalização, podendo receber queixas de Estados ou da sociedade civil para solucionar violações de DDHH, além de produzir informes anuais e relatórios pontuais com recomendações, mas sem carácter judicial ou obrigação aos Estados de segui-las (Legler, 2012). A ComIDH pode referir casos à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorIDH), que, ela sim, oferece proteção jurídica aos DDHH. Foi a Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) – Pacto de São José, de 1969 – que criou a CorIDH e estabeleceu uma lista de direitos civis e políticos (OEA, 1969)<sup>7</sup>, questão pendente desde a CdOEA, que apenas tratou de temas económicos, sociais e culturais.

A ComIDH é parte da OEA e monitora todos os Estados-membros, enquanto a jurisdição da CorIDH depende de ratificação da CADH<sup>8</sup> (Martins, 2017). Ambas ofereceram “a oportunidade para organizações da sociedade civil latino-americana terem um papel importante na prevenção e denúncia de abusos de direitos humanos, particularmente durante a prevalência de regimes militares” (Serbin & Serbin Pont, 2015, pp. 21-22). Dessa forma, as Américas têm um avançado sistema de proteção de DDHH, mas com dificuldades crónicas e

---

<sup>6</sup> A-41.

<sup>7</sup> B-32.

<sup>8</sup> Para um quadro com a ratificação ou não dos tratados de direitos humanos relevantes pela Venezuela, ver Apêndice A.

que está aquém do desafio de prevenir atrocidades da responsabilidade de proteger (R2P; Pace, 2012). A ComIDH pode ser o órgão mais bem equipado, mas tem pessoal limitado, depende de contribuições *ad hoc* e não tem todos os seus informes avaliados em fóruns multilaterais da OEA (Legler, 2012). Nem a ComIDH, nem a CorIDH podem impor suas decisões, implicando uma taxa de não-implementação de 59% até 2010 (Ramcharan, 2011).

### 2.2.3. O sistema universal

O sistema universal de proteção de DDHH é baseado em tratados, acordos e convenções internacionais com jurisdição global ou limitada a ratificações. Suas raízes são anteriores à II Guerra Mundial, mas sua realização plena veio após 1945 (Martins, 2017). A fonte inicial nesse sentido foi a própria Carta da ONU (CdNU), seguida pela DUDH, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), com seus protocolos opcionais. Fontes importantes para a R2P também são: as Convenções de Genebra, a CPG, Convenção contra a Tortura (CCT), Convenção Internacional contra os Desaparecimentos Forçados (CIDF), Convenção sobre a Eliminação de Discriminação contra as Mulheres, Convenção Internacional sobre a Eliminação de Discriminação Racial, Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, Convenção sobre os Direitos da Criança, Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade (CICGCCH), Estatuto de Roma do TPI, o Tratado de Comércio de Armas Convencionais e respectivos protocolos adicionais<sup>9</sup>.

A CdNU entrou em vigor a 08 de outubro de 1945 – em mais um passo no sentido dos projetistas da paz, como um legado humanista que busca a paz pelo direito (Moreira, 1999). A ONU tem todo um sistema próprio para a manutenção da paz e segurança internacionais, o desenvolvimento de relações amistosas e a promoção dos DDHH (ONU, 1945). O Conselho de Segurança (CSNU) tem importância única, mas o Conselho de Direitos Humanos ganha relevância no que diz respeito à R2P, como detalhamos mais à frente. Ao passo que a jurisdição sobre os DDHH deixa de ser exclusivamente nacional com a CdNU, “as relações entre o Estado e a pessoa humana passaram a ser objeto da regulação internacional” (Cabrita, 2010, p. 49).

---

<sup>9</sup> Para um quadro com a ratificação ou não dos tratados de direitos humanos relevantes pela Venezuela, ver Apêndice A.

A DUDH é uma mera recomendação sem caráter jurídico vinculativo, mas foi essencial para a consagração de todo o direito internacional dos DDHH (Cabrita, 2010). O PIDCP e o PIDESC tornariam seu catálogo em normas jurídicas. O PIDCP enuncia obrigações imediatas, enquanto o PIDESC prevê uma implementação progressiva (Martins, 2017). Os demais tratados e convenções também são vinculantes apenas aos Estados que os ratificaram e a CPG, a CCT, a CIDF, a CICGCCH e o Estatuto de Roma do TPI guardam relação mais direta com crimes de atrocidade.

O TPI sobressai particularmente como instrumento para punição e dissuasão, por ser um tribunal permanente focado nos crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crime de agressão (TPI, 2011). Diferentemente da Corte Internacional de Justiça, o TPI tem competência para julgar indivíduos dos 123 Estados-parte – número ainda insuficiente por excluir Estados Unidos, Rússia e China (TPI, 2019b). Pelo princípio da complementaridade, o TPI só intervém quando os demais sistemas se mostram indispostos ou incapazes de investigar ou processar crimes cometidos (Mennecke, 2014), o que é definitivamente o caso na crise da Venezuela. O tribunal pode atuar se houver a referência de um caso pelo CSNU, o procurador-chefe abrir apurações por conta própria ou se houver referência por Estados-parte – os dois últimos tendo ocorrido no caso da Venezuela (TPI, 2019a).

### **2.3. O debate da intervenção humanitária**

Estes sistemas de proteção de DDHH, no entanto, não se mostraram capazes de prevenir e responder a atrocidades ao longo da História, pelo que a doutrina da intervenção humanitária<sup>10</sup> permeou sempre o debate sobre o sistema universal até o surgimento da R2P. Ela nunca foi uma norma internacional, mas baseou-se num suposto direito de intervir para criar situações em que:

Um ou mais Estados decidem, por sua iniciativa, intervir por via coercitiva – e, mais especificamente, pelo uso da força – no território de outro Estado, sem o consentimento deste, com vista a proteger um grupo de indivíduos que são vítimas dos comportamentos das autoridades desse Estado ou então que este Estado não

---

<sup>10</sup> Para um desenvolvimento sobre o debate da intervenção humanitária, ver Apêndice B.

tem capacidade – por colapso das suas instituições – ou interesse em proteger e cujos direitos fundamentais estão a ser violados de uma forma grave e generalizada. (Pereira, 2008, p. 6)

Sua legitimidade reside na moralidade da nossa humanidade comum, pelo que “pessoas tramadas em tais situações [de atrocidades] merecem ser resgatadas, e às vezes o resgate só pode ser conseguido pela força” (Tesón, 2003, p. 97). Já sua legalidade foi vedada pela relação westfaliana entre Estados e posteriormente pela CdNU, embora sua suposta aplicação tenha ajudado populações na Grécia e na Síria e sua não-aplicação, falhado com um milhão de armênios e seis milhões de judeus (Holzgrefe, 2003). A prerrogativa legal veio só em 1991, quando o CSNU entendeu a perseguição aos curdos iraquianos como ameaça à paz e segurança internacionais de forma "verdadeiramente revolucionária" (Pereira, 2008, p. 294). Assim, se houvesse autorização do CSNU, uma intervenção humanitária seria legal (Holzgrefe, 2003).

Depois disso, ainda receosa, a comunidade internacional ainda falharia no genocídio de 800 mil tutsis e hutus moderados em Ruanda, em 1994 (ONU, 1999b)<sup>11</sup>, e na limpeza étnica em Srebrenica, em 1995, pelo que “deve aceitar sua parte da responsabilidade (...) por sua prolongada recusa em usar a força” (ONU, 1999a, p. 107)<sup>12</sup>. O sistema de proteção contra atrocidades se mostrou, assim, ainda insuficiente, levando o secretário-geral da ONU a questionar: “se a intervenção humanitária é, de fato, uma agressão inaceitável à soberania, como devemos responder a Ruanda, a Srebrenica – a graves e sistemáticas violações de direitos humanos que ofendem cada preceito da nossa humanidade comum?” (ONU, 2000, p. 48) Foi, portanto, neste contexto que surgiu a R2P.

---

<sup>11</sup> S/1999/1257.

<sup>12</sup> A/54/549.

### CAPÍTULO 3: Da responsabilidade de proteger

A responsabilidade de proteger (R2P) foi conceitualizada em 2001 e institucionalizada em 2005. A partir de 2009, ela passou a ser implementada numa estratégia de três pilares. Aqui, apresentamos esse processo e discutimos os desafios que persistem para o seu avanço a nível global e interamericano, já que nos propomos a tratar da Venezuela.

#### 3.1. A evolução normativa da R2P

O relatório homônimo da *Internacional Commission on Intervention and State Sovereignty* (ICISS) fez emergir a R2P da segurança humana e da soberania como responsabilidade para superar a intervenção humanitária e “passar da polêmica – e às vezes paralisia – para a ação” (ICISS, 2001, p. 2). Apesar do pioneirismo, o foco desproporcional na ingerência militar teve, em seguida, “efeito de distorção tanto no debate acadêmico quanto nas deliberações intergovernamentais sobre a R2P” (Bellamy & Luck, 2018, p. 24). Na “presença constante da possibilidade de regresso normativo” (Welsh, 2013, p. 369), o engajamento de seus empreendedores foi crucial – especialmente do secretário-geral das Nações Unidas (SGNU), Kofi Annan, que contribuiu com dois relatórios importantes (ONU, 2004, 2005a)<sup>13</sup>.

A institucionalização da R2P veio na cimeira global de 2005, mas não sem resistências: China, Estados Unidos (EUA) e Rússia temiam perder soberania de tomada de decisão e os demais países, uma carta branca para o intervencionismo. Annan foi essencial para forçar a inclusão da articulação oficial da R2P no documento final<sup>14</sup>: os Estados acordaram por unanimidade ter, cada um, a responsabilidade de proteger suas populações – cidadãos nacionais ou estrangeiros – especificamente do genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. Também foi endossada a responsabilidade da comunidade internacional em colaborar neste sentido e em responder com uma “ação coletiva, de maneira decisiva e pontual, através do Conselho de Segurança [CSNU], de acordo com a Carta,

---

<sup>13</sup> A/59/565 e A/59/2005.

<sup>14</sup> Para facilitar a consulta pelo leitor, reproduzimos os parágrafos pertinentes no Anexo B.

incluindo o capítulo VII” caso um Estado esteja “manifestamente falhando” em proteger suas populações (ONU, 2005c, p. 30; ver Anexo B)<sup>15</sup>.

O documento final abandonou a cronologia e parâmetros propostos pela ICISS, colocou a R2P totalmente sob a Carta das Nações Unidas (CdNU) e permitiu seu avanço institucional com a contínua consideração pela Assembleia Geral da ONU (AGNU). O objetivo principal deixou de ser a ação militar e foi rigidamente delimitado a prevenir atrocidades para evitar “diluir ao ponto da inutilidade seu papel como mobilizador de ação instintiva e universal” (Evans, 2008, pp. 64-65).

A AGNU e o CSNU ratificaram a nova articulação oficial da R2P (ONU, 2005c, 2006)<sup>16</sup>, passando a fase de emergência para a de institucionalização, mas ainda faltava a implementação e difusão. O SGNU, então, propôs em 2009 a nova arquitetura conceitual de três pilares para a R2P, a qual apresentou e vem aprofundando em seus relatórios anuais desde então.

O primeiro pilar é a responsabilidade do Estado em proteger suas populações. Se a R2P “aspira a um mundo de soberanos responsáveis que protegem suas populações de atrocidades por hábito” (Bellamy & Luck, 2018, p. 113), este pilar é “absolutamente essencial se (...) vai sair do reino da retórica para o reino da doutrina, política e ação” (ONU, 2009, p. 10)<sup>17</sup>.

O segundo pilar é a responsabilidade da comunidade internacional em apoiar os Estados neste sentido. Tal encorajamento através do diálogo, desenvolvimento de capacidades e outros métodos deve reforçar em vez de prejudicar a soberania (ONU, 2014b)<sup>18</sup>.

O terceiro pilar é a responsabilidade da comunidade internacional em responder coletivamente de maneira pontual e decisiva quando um Estado está manifestamente falhando em proteger suas populações. Este pilar “pode envolver qualquer uma das variadas ferramentas disponíveis (...) [incluindo] medidas pacíficas sob o capítulo VI da Carta, coercivas sob o capítulo VII e/ou colaboração com arranjos regionais e sub-regionais sob o capítulo VIII” (ONU, 2009, p. 9)<sup>19</sup>. Este pilar existe para incentivar o cumprimento dos outros dois à medida

---

<sup>15</sup> A/RES/60/1.

<sup>16</sup> A/RES/60/1 e S/RES/1674.

<sup>17</sup> A/63/677.

<sup>18</sup> A/68/947 – S/2014/449.

<sup>19</sup> A/63/677.



que a escolha não precisa ser entre fazer nada ou usar a força, já que uma “ação efetiva sobre os pilares I e II pode tornar uma ação sob pilar III desnecessária” (ONU, 2012b, p. 5)<sup>20</sup>. O uso da força é um recurso excepcional, mas não está descartado.

A tomada de decisão não deve se prender a sequências arbitrárias porque os três pilares não são cronológicos, “nem é assumido que um seja mais importante do que outro. (...) A estrutura da responsabilidade de proteger se baseia em igual tamanho, força e viabilidade de cada um dos seus pilares” (ONU, 2009, p. 2)<sup>21</sup>. Transversal aos três pilares há a responsabilidade individual de proteger: todo indivíduo tem papel a desempenhar para que pequenos crimes não virem atrocidades, porque “até no pior genocídio, há pessoas ordinárias que se recusam a ser cúmplices do mal coletivo” (ONU, 2009, p. 14)<sup>22</sup>.

Esta é a estratégia estreita, mas profunda – *narrow, but deep* – do SGNU: a R2P é rigidamente limitada a atrocidades, mas emprega todos os instrumentos de prevenção e resposta disponíveis. A R2P é o compromisso político de proteger os direitos humanos (DDHH) contra atrocidades em todo lugar e a todo momento, de forma que “a pergunta nunca deve ser sob que circunstâncias a responsabilidade de proteger se aplica. Isso implica erroneamente em que haja uma situação em que Estados não tenham a responsabilidade de proteger suas populações” (ONU, 2012b, p. 4)<sup>23</sup>. O sistema da ONU já reafirmou e citou a R2P e seus três pilares em dezenas de resoluções (Global Centre for the Responsibility to Protect [GCR2P], 2019a, 2019b).

### 3.2. Os atores na R2P

Para o utopismo, o Estado é a principal ferramenta dos indivíduos nas relações internacionais e existe para servir seus interesses (Patricio, 2019). Neste sentido, foram os Estados que assumiram o compromisso da R2P em 2005 e é deles a responsabilidade do primeiro pilar. O papel do Estado possui cinco áreas-chave: administrar a diversidade e impedir a discriminação; exercer autoridade legítima e capacitada, evitando a captura de instituições; garantir a qualidade de vida; apoiar uma sociedade civil plural; e impedir a recorrência de atrocidades (Bellamy & Luck, 2018). Para isso, o mais importante é desenvolver

---

<sup>20</sup> A/66/874 – S/2012/578.

<sup>21</sup> A/63/677.

<sup>22</sup> A/63/677.

<sup>23</sup> A/66/874 – S/2012/578.

fontes de resiliência, numa “arquitetura nacional para a prevenção e resposta a atrocidades [que] é a pedra fundamental para uma plena implementação [da R2P]” (ONU, 2016a, p.16)<sup>24</sup>. A principal delas, da qual emanam todas as outras, é o Estado de Direito, que impede o exercício arbitrário do poder contra grupos vulneráveis (Bellamy & Luck, 2018). Outros exemplos de fontes de resiliência são o pluralismo político, ratificação e implementação de tratados de DDHH, inclusão econômica horizontal, e uma imprensa livre (ONU, 2013)<sup>25</sup>. Cada Estado deve nomear um agente público como ponto focal da R2P para fazer a coordenação nacional e intergovernamental, “avaliar fatores de risco de atrocidades e fontes nacionais de resiliência; (...) identificar prioridades para ações domésticas e internacionais (...); e mobilizar recursos e apoio político” (ONU, 2015a, p. 19)<sup>26</sup>. À sua disposição, estão o *Framework of analysis for atrocity crimes* e a Rede Global de Pontos Focais da R2P, apresentados à frente. Como mostraremos no próximo capítulo, o Estado venezuelano em vez de fomentar fontes de resiliência, aparelha as instituições, em vez de proteger suas populações, é o principal perpetrador de crimes e pouquíssimo se engaja com a comunidade internacional.

Para atender aos interesses dos indivíduos e cumprir sua R2P, o Estado precisa articular com a sociedade civil e o setor privado. Comunidades locais são a primeira linha de prevenção e de proteção “para impedir as sementes da intolerância de crescer” (ONU, 2019h, p. 9)<sup>27</sup>. A sociedade civil está presente onde o Estado é ausente e pode aliviar tensões, monitorar fatores de risco e emitir importantes *early warnings* através de organizações nacionais e internacionais (Bellamy & Luck, 2018; Hackett, 2000). O GCR2P é uma dessas organizações e mantém um sistema de alerta global, além de trabalhar para o avanço normativo ao administrar a Rede Global de Pontos Focais da R2P, que permite a diplomacia multilateral e o compartilhamento de boas práticas em encontros anuais. Atualmente, 61 Estados, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a União Europeia compõem a rede<sup>28</sup> – Portugal é um deles, mas a Venezuela não (GCR2P, 2019c).

---

<sup>24</sup> A/70/999 – S/2016/620.

<sup>25</sup> A/67/929 – S/2013/399.

<sup>26</sup> A/69/981 – S/2015/500.

<sup>27</sup> 4/73/898 – S/2019/463.

<sup>28</sup> África do Sul, Albânia, Alemanha, Angola, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bósnia-Herzegovina, Botswana, Bulgária, Camboja, Canadá, Catar, Chile, Coreia do Sul, Costa Rica, Costa do Marfim, Croácia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Georgia, Gana, Grécia, Guatemala, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Jordânia, Libéria, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, México, Marrocos, Montenegro, Moçambique, Holanda, Nova Zelândia, Nigéria, Paraguai, Peru, Polónia, Portugal, Quênia, Reino Unido, República Democrática

O contexto importa e organizações regionais e sub-regionais devem ser protagonistas na R2P porque têm o “senso mais afiado de quando problemas estão se agravando na vizinhança. (...) podem identificar *gaps* nas capacidades e servir como condutores de informação” (ONU, 2011g, p. 8)<sup>29</sup>. Os esforços centrais devem ser dois: desenvolver “normas, padrões e instituições que promovam a tolerância, transparência, responsabilização” (ONU, 2011g, p. 7)<sup>30</sup>, como tribunais; e preparar as capacidades regionais de resposta. Organizações regionais são a primeira linha de resposta internacional e devem se engajar antes de levar questões aos fóruns da ONU. Neste sentido, na crise da Venezuela, o isolamento voluntário do Estado configura um desafio para o sistema interamericano.

A ONU é o eixo de avanço institucional e parte central na arquitetura da R2P. Todo o seu sistema tem papéis a desempenhar e deve priorizar os DDHH nos seus processos pela iniciativa *Human rights up front* (Bellamy & Luck, 2018). Os SGNUs são importantes empreendedores do avanço normativo ao publicar relatórios anuais. O papel do Conselheiro Especial para a Responsabilidade de Proteger (CER2P)<sup>31</sup> é avançar o desenvolvimento conceitual e operacional e engajar-se com redes globais da R2P, num trabalho “mais catalítico do que autônomo e decisivo” (Bellamy & Luck, 2018, p. 99). A AGNU é principalmente o fórum central de discussão, tendo organizado três debates e nove diálogos informais desde 2009 (GCR2P, 2016), mas pode também mobilizar missões de apuramento dos fatos e investigação, como fez para a Síria (ONU, 2016b)<sup>32</sup>. O Conselho de Direitos Humanos tem relevo especial para a R2P por também criar missões de apuramento dos fatos e comissões de inquérito – a exemplo da Síria (ONU, 2011h)<sup>33</sup> –, mas principalmente devido à Revisão Periódica Universal (RPU), através da qual os Estados avaliam periodicamente entre pares a situação de DDHH nos seus territórios, para identificar fatores de risco e recomendar formas de prevenção (ONU, 2017a)<sup>34</sup>. A Comissão de *Peacebuilding* também deve apoiar esse esforço, principalmente após atrocidades.

---

do Congo, Romênia, República Tcheca, Ruanda, Serra Leoa, Suécia, Suíça, Tanzânia, Timor-Leste, Uruguai; Organização dos Estados Americanos e União Europeia.

<sup>29</sup> A/65/877 – S/2011/393.

<sup>30</sup> A/65/877 – S/2011/393.

<sup>31</sup> Para uma apresentação mais profunda da função do CER2P, ver o Apêndice C.

<sup>32</sup> A/RES/71/248.

<sup>33</sup> A/HRC/RES/S-17/1.

<sup>34</sup> A/71/1016 – S/2017/556.

Já o CSNU possui uma dupla responsabilidade: cumprir a R2P e manter a paz e segurança internacionais. Apenas o CSNU pode decidir quando e quais medidas tomar caso a caso, incluindo autorizar ações militares coercivas quando um Estado está manifestamente falhando em proteger suas populações (ONU, 2016a, 2012b)<sup>35</sup>. Potências são frequentemente colocadas umas contra as outras por causa de outros interesses envolvidos, usando o poder de veto mesmo diante de atrocidades. Nesse sentido, a responsabilidade de não vetar (RN2V)<sup>36</sup> procura exigir dos cinco membros permanentes que abram mão desse privilégio excepcionalmente nestas situações, mas ela nunca foi institucionalizada por esbarrar na soberania de tomada de decisão (Morris, 2015; Vilmer, 2018).

Outra importante prerrogativa do CSNU é referir uma situação ao Tribunal Penal Internacional (TPI), que é a instituição jurídica internacional permanente para punir indivíduos por crimes de atrocidade. O TPI e a R2P são complementares, mas há três diferenças essenciais: a R2P busca prevenir e o TPI, punir atrocidades; a R2P é um compromisso político e o TPI, uma instituição jurídica; a R2P é uma norma universal e a jurisdição do TPI depende de ratificação (Bellamy & Luck, 2018). Eles podem ainda ser colocados um contra o outro se a independência do TPI for uma barreira para soluções políticas: o dilema da paz *versus* justiça. Gareth Evans (2008) argumenta que a paz deve se sobrepor apenas em casos excepcionais e que o próprio CSNU é quem deve assumir a responsabilidade de paralisar investigações.

Instituições financeiras como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e bancos de desenvolvimento regionais podem ajudar no desenvolvimento de longo prazo, na estabilidade econômica e na redução de desigualdades, principalmente horizontais.

### **3.3. A identificação de situações de risco de atrocidade**

A R2P existe a todo momento e em todo lugar porque crimes de atrocidade não são eventos singulares, são resultados de processos, mais curtos ou mais longos, de criação ou cooptação de estruturas e contextos que permitem ou facilitam a sua ocorrência. Há seis situações mais comuns de atrocidades: repressão pelo Estado para manter o poder – o caso da Venezuela; combate a contra-insurgentes; insurgência ou rebelião; transformação radical da sociedade; tentativa de vencer um conflito com o menor custo possível; e ataques

---

<sup>35</sup> A/70/999 – S/2016/620 e A/66/874 – S/2012/578.

<sup>36</sup> Para uma análise mais profunda da RN2V, ver o Apêndice D.

intercomunais (Bellamy & Luck, 2018). Para evitar estas situações, é essencial identificar a deterioração do tecido social, avaliar o risco de atrocidades e agir o mais cedo possível.

O principal indicador de risco de atrocidades futuras são atrocidades passadas, especialmente quando não houve responsabilização de criminosos ou reconciliação. Também há dois motores mais comuns para crimes de atrocidade. O primeiro é a existência de discriminação por natureza política, étnica, religiosa ou socioeconômica contra um grupo identificável, sem ser as “diferenças *per se* que causam conflitos entre grupos, mas sim a discriminação baseada nessas diferenças (...) sem discriminação entre grupos, até desavenças profundas são improváveis de se tornar padrões de abuso que levam a crimes de atrocidade” (ONU, 2013, pp. 4-5)<sup>37</sup>. O segundo é a presença de conflito armado, internacional ou civil. Nem todo conflito leva a atrocidades, nem toda atrocidade ocorre durante um conflito, mas é sempre um contexto propenso (Bellamy, 2011).

Partindo desse princípio, o Escritório Conjunto dos Conselheiros Especiais para a Prevenção do Genocídio e a Responsabilidade de Proteger compilou o *Framework of analysis for atrocity crimes*, que é uma lista de 14 fatores de risco e 143 indicadores neles inseridos que serve para orientar avaliações de contextos e permitir a formulação de políticas de prevenção<sup>38</sup> (ONU, 2014a). Os 14 fatores de risco são “comportamentos, circunstâncias ou elementos que criam um ambiente condutível à comissão de crimes de atrocidade, ou indicam potencial, probabilidade ou risco de ocorrerem” (ONU, 2014a, p. 5). Entre eles, aparecem a fraqueza da estrutura do Estado, conflito armado e tensões étnicas. O *framework* é usado no sistema da ONU e funciona como um *checklist*: não é preciso que todos os fatores estejam presentes para haver risco, mas quanto mais estiverem, maior ele será (Bellamy & Luck, 2018). Esta análise precisa ser flexível e considerar o contexto político, histórico e cultural caso a caso, como faremos ao aplicar o *framework* para caracterizar a crise na Venezuela.

Ao mesmo tempo, pode haver a presença de fatores de risco sem que crimes sejam cometidos. Isso pode “derivar de fontes de resiliência dentro de um dado Estado ou simplesmente da ausência de um gatilho” (ONU, 2013, p. 4)<sup>39</sup>. Gatilhos de atrocidades podem ser entendidos como “um evento ou cadeia de eventos que inicia uma drástica escalada em

---

<sup>37</sup> A/67/929 – S/2013/399.

<sup>38</sup> Para facilitar a consulta ao leitor, reproduzimos todos os fatores e os respectivos indicadores, com a sua ocorrência ou não na crise da Venezuela, no Apêndice E.

<sup>39</sup> A/67/929 – S/2013/399.

violência de atrocidade” (Straus, 2015). Isto inclui a mudança não-constitucional de governo, levantes internos, manifestações ou eleições (ONU, 2013) <sup>40</sup>. Numa revisão histórica, assassinatos de personalidades políticas e magnicídios dispararam alguns dos contextos de crise mais graves, como a I Guerra Mundial ou Ruanda (A. Lara, 2017). A lista de gatilhos na crise da Venezuela também inclui uma suposta tentativa de magnicídio.

Desde o compromisso da R2P em 2005, foram muitos os casos em que os Estados e a comunidade internacional foram desafiados a cumprir sua responsabilidade de proteger, pelo que não caberia lista-los. No entanto, dois episódios receberam mais atenção pública: a violência pós-eleitoral no Quênia e a repressão a manifestações na Líbia<sup>41</sup>. Ambos foram disparados por gatilhos e a comunidade internacional fez referência à R2P na resposta. O rápido engajamento da União Africana com um painel de personalidades eminentes locais foi decisivo em frear a violência étnica-eleitoral no Quênia, enquanto o CSNU aprovou rapidamente uma ação militar coerciva para evitar que al-Gaddafi esmagasse a oposição na Líbia. A resposta à crise queniana é tida como exemplo de relativo sucesso, embora não tenha resolvido as origens da violência (Sharma, 2017), enquanto a resposta na Líbia mudou de foco para mudança de regime e prejudicou o avanço da R2P (Evans, 2016).

### **3.4. Os desafios para o avanço da R2P**

Assim como a utopia idealista espera uma comunidade internacional baseada na cooperação e na evolução das relações internacionais através das ideias, a R2P aspira a “um mundo de Estados soberanos responsáveis e capazes de proteger suas populações de crimes de atrocidade por rotina (pilar I). Essa visão deve ser alcançada através da combinação de assistência mútua [pilar II] e ação coletiva [pilar III]” (Bellamy & Luck, 2018, p. 61). É certo que nenhum dos dois existe desde já plenamente, mas como a paz perpétua que aos poucos se conclui, a R2P está hoje mais próxima de erradicar atrocidades através da governança do que quando surgiu. Os desafios, portanto, ainda não foram todos superados e a R2P evolui com a prática (Welsh, 2013). O desafio mais amplo neste momento é completar a disseminação global e a internalização da R2P como prática consistente (Bellamy & Luck, 2018).

---

<sup>40</sup> A/67/929 – S/2013/399.

<sup>41</sup> Para um desenvolvimento mais profundo das respostas internacionais a ambas as crises, ver Apêndice F.

Via de regra, os Estados continuam pouco receptivos a reconhecer o risco ou ocorrência de atrocidades no seu território. Mesmo diplomatas permanecem conservadores sobre previsões e alertas por medo de avaliar errado e serem responsabilizados e, como um tabu, “*briefings* públicos ou privados sobre os riscos emergentes tensionam as relações com o Estado em questão, tornando mais, em vez de menos, difícil a cooperação” (Bellamy & Luck, 2018, p. 151).

O SGNU defende uma maior integração com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, especialmente os números 5 e 16, para combater “todas as formas de discriminação de gênero e empoderar mulheres como agentes de prevenção de atrocidades” (ONU, 2018f, p. 12)<sup>42</sup> e fortalecer capacidades nacionais de prevenção de conflitos. Ele alerta ainda que: a efetividade da prevenção depende principalmente de fatores internos nacionais; o desinteresse da comunidade internacional a uma situação pode sinalizar impunidade e encorajar perpetradores; a prevenção funciona melhor quando não é secundária a outras prioridades; e é essencial que a comunidade internacional atue de forma uníssona (ONU, 2019h)<sup>43</sup>. Como demonstraremos na crise da Venezuela:

Onde não há unidade de propósito, a eficácia (...) é prejudicada por mensagens descoordenadas e incoerentes e pela disponibilidade de fóruns alternativos. Na prática, a unidade de propósito requer liderança internacional. (...) Onde há um vácuo de liderança ou consenso, a ação preventiva é menos bem coordenada, menos crível e, conseqüentemente, menos eficaz. (ONU, 2019h, p. 11)<sup>44</sup>

É comum ainda que situações de atrocidade se desenvolvam ao longo do tempo sem que seja emitido *early warnings* devido à falta de atores capacitados no terreno (Bellamy & Luck, 2018). Depois que uma crise se inicia, persuasão e negociação podem ser eficientes, e Estados, como indivíduos, tendem a aceitar melhor sugestões de aliados do que de adversários. Pela natureza específica de contextos de atrocidades, é difícil haver atores imparciais disponíveis para fazer mediação, é complexo se engajar em diálogo com indivíduos sabidamente criminosos e não é simples medir o uso de instrumentos coercivos, como sanções (Welsh, 2015). Mesmo as sanções, neste sentido, precisam ser muito bem calculadas

---

<sup>42</sup> A/72/884 – S/2018/525.

<sup>43</sup> A/73/898 – S/2019/463.

<sup>44</sup> A/73/898 – S/2019/463.

para não aumentar o sofrimento humano (Weiss, 1999) – o que não tem sido o caso na Venezuela.

Criminosos também podem usar negociações para encobrir atrocidades, ganhar tempo e evitar uma ação coerciva – como faz o regime venezuelano. Nesse sentido, pode ser exigido da comunidade internacional um esforço direto de ataque ao discurso de ódio, deslocamento de forças de *peacekeeping* ou mobilização de ajuda humanitária (ONU, 2019h)<sup>45</sup>. A escolha do melhor fórum para esta diplomacia preventiva ou de crise vai variar caso a caso, mas deve sempre cuidar para que os perpetradores não optem por aquele em que podem controlar os resultados (Bellamy & Luck, 2018).

Uma solução política também é mais difícil quando há interesses das potências. A prática mostra que casos *low profile* têm tendência a ser melhor sucedidos do que situações *high profile*. A soberania de tomada de decisão tem sido mais difícil de superar até do que a soberania de território, já que “líderes se reservam o direito de decidir, caso a caso, quais responsabilidades políticas e legais vão cumprir e como farão isso” (Bellamy & Luck, 2018, p. 191). Isso se reflete no CSNU, onde Estados Unidos (EUA), Rússia e China rechaçam a ideia da RN2V (GCR2P, 2014a, 2014b). Nesse sentido, a R2P ainda precisa ser equilibrada com outras prioridades (Bellamy & Luck, 2018).

Para superar o *gap* entre o compromisso de 2005 e a prática consistente da R2P, é preciso ainda avançar mais o conceito da responsabilidade individual de proteger, porque “se indivíduos-chave não assumirem sua responsabilidade, é improvável que instituições internacionais ou governos nacionais cumpram suas responsabilidades coletivas” (Bellamy & Luck, 2018, p. 184).

O avanço institucional também é ainda demasiado centralizado no sistema da ONU e precisa conectar-se mais ao nível regional. Diferenças têm que ser respeitadas, mas a R2P é universal e não pode ser diluída ao ponto em que todos estejam confortáveis, já que “sem um nível de desconforto e insatisfação com a prática corrente, o mundo nunca iria melhorar em prevenção e proteção” (Bellamy & Luck, 2018 p. 189). Avançar sem se acomodar é um desafio num contexto histórico desfavorável, com normas e instituições internacionais sendo desafiadas com o retorno dos nacionalismos e protecionismos – latente nas Américas. Em vez

---

<sup>45</sup> A/73/898 – S/2019/463.



de encarado com derrotismo, esse cenário deve servir de incentivo para recobrar os esforços da R2P.

### 3.5. A responsabilidade de proteger nas Américas

A taxa de ratificação de tratados internacionais é alta nas Américas e a aversão a atrocidades é unânime pela herança de ditaduras militares, guerras civis e genocídios. O TPI (2019b), por exemplo, só não reúne seis países no hemisfério Ocidental<sup>46</sup>. Mesmo assim, a OEA nunca aprovou uma resolução ratificando a norma e a R2P pouco avançou institucionalmente. O continente pode ser dividido genericamente em três grupos de Estados: os defensores da R2P, a zona cinzenta e os céticos (Serbin & Serbin Pont, 2015).

Argentina, Canadá, Chile, Costa Rica, EUA, Guatemala, México, Panamá e Uruguai são os defensores e promovem a norma com o Grupo de Amigos da R2P (Catár, 2019) e a Rede Global de Pontos Focais – à exceção do Panamá (GCR2P, 2019c). O Canadá foi quem patrocinou a ICISS, enquanto a Argentina lançou junto ao Brasil a Rede Latinoamericana para a Prevenção do Genocídio e Atrocidades Massivas ([RLPGAM], 2018) como um fórum informal de cooperação, com reuniões periódicas e seminários de pontos focais, reunindo 18 países.

O Brasil, junto ao Equador, no entanto, está na zona cinzenta. Isto porque mesmo defendendo a não-intervenção foi um empreendedor normativo ao propor o conceito da responsabilidade ao proteger (RwP)<sup>47</sup> para orientar ações militares sob a R2P. Mesmo na votação sobre a Líbia no CSNU, o Brasil se absteve e apenas alertou para consequências não-intencionadas (ONU, 2011e)<sup>48</sup>. Já o Equador inicialmente se opôs, mas passou a apoiar e aceitar o uso da força autorizada pelo CSNU (D. Lara, 2015).

Cuba, Venezuela e Nicarágua são os céticos ao defender irremediavelmente a soberania westfaliana e a não-intervenção. Os três países – junto a Equador, Irã, Síria e Sudão – se opuseram mesmo ao compromisso de 2005. Chávez criticou a guerra preventiva e a R2P por serem “conceitos muito perigosos que delineiam o imperialismo, delineiam o intervencionismo e tentam legalizar o desrespeito à soberania dos povos” (Chávez, 2005b, p. 5). Venezuela e Cuba dificultaram até a nomeação do primeiro CER2P (ONU, 2005b, 2007)<sup>49</sup>.

---

<sup>46</sup> As Bahamas, Cuba, Estados Unidos, Haiti, Jamaica e Nicarágua

<sup>47</sup> Para uma análise mais profunda da RwP, ver o Apêndice D.

<sup>48</sup> S/PV.6498.

<sup>49</sup> A/60/PV.8 e GA/AB/3832.

A participação venezuelana na RLPGAM pouco resulta, porque se dá através do Ministério das Relações Exteriores, que controla as principais estruturas responsáveis por atrocidades como mostraremos mais à frente. A Venezuela se opõe à R2P, portanto, por questionar suas intenções, rejeitar o uso seletivo e defender a primazia da AGNU sobre o CSNU (Carnevali, 2015).

Na OEA, foi apenas com o acirramento da crise na Venezuela que o secretário-geral (SGOEA) empenhou-se como empreendedor normativo no sistema interamericano. As primeiras menções indiretas em 2017 foram seguidas por um artigo público no ano seguinte, em que Almagro (2018) afirmou que o “compromisso da responsabilidade de proteger requer deixar todas as opções sobre a mesa”. A R2P passou a ser tópico recorrente em seus discursos sobre Venezuela, Cuba e Nicarágua. Ele disse achar “curioso que apenas mencionar estas três palavras 'responsabilidade de proteger' provoque fortes reações inesperadas” (OEA, 2019c) e apontou quatro principais desafios para o avanço normativo nas Américas: ignorância sobre a natureza da R2P; persistência na soberania absoluta; falta de consenso sobre ação coerciva; e a necessidade de vontade política para acionar a R2P (Almagro, 2019c). Não tem ajudado, neste sentido, que ele vincule repetidamente a R2P à convicção pessoal da necessidade de intervenção humanitária na Venezuela, munindo detratores da norma (Almagro, 2019a, 2019c).

Concretamente, o SGOEA fechou parceria para criar um sistema de *early warnings* para crimes contra a humanidade (OEA, 2019f), organizou uma conferência na OEA sobre a R2P (OEA, 2019c) e, principalmente, nomeou sua conselheira Monika LeRoy como ponto focal. O novo encargo de LeRoy (comunicação pessoal, 24 de setembro de 2019; ver Apêndice G) é resultado do seu engajamento no último ano em torno da R2P junto ao SGOEA. Ela já participou de uma reunião da Rede Global e, neste momento, foca o trabalho na crise da Venezuela. O avanço institucional da R2P na OEA, portanto, não é a prioridade imediata, embora ela prepare um relatório sobre a R2P nas Américas e explore como poderia ser um mandato oficial de prevenção de atrocidades na organização. Por ora, ela reconhece que a visão errônea da R2P como resposta militar, associada ao histórico latino-americano de intervenções, é um importante desafio.

A R2P iniciou, portanto, um avanço institucional incipiente – mas importante – no sistema interamericano em 2018 e Almagro é um empreendedor solitário que foca mais no

uso coercivo da força sob o pilar III do que na cooperação sob o pilar II. Se os Estados defensores não se colocarem à frente e defenderem a prevenção na R2P, isso poderá prejudicar sua consolidação regional plena.

## CAPÍTULO 4: Da Venezuela e das Américas

Para avaliar a responsabilidade de proteger na Venezuela, é preciso olhar antes para o histórico político e social interno e externo do Estado nos contextos regional e global. Depois, apresentamos a crise atual segundo o *framework* de análise e detalhamos os interesses dos principais atores externos.

### 4.1. Contextualização histórica da Venezuela

#### 4.1.1. Uma história de golpes de Estado

Entre 1829 e 1999, a história da Venezuela teve uma guerra civil e seis golpes de Estado, intercalando governos semidemocráticos e autoritários. O penúltimo golpe fez subir ao poder a ditadura de Marcos Pérez Jiménez entre 1952 e 1958. Ela foi particularmente caracterizada pela “supressão total de todos os direitos políticos, das garantias civis e das liberdades democráticas, pela repressão brutal de toda oposição, pela tortura em todas as suas formas (...), pela negação de todos os direitos humanos” (Zavala, 1988, p. 304). Derrubado por outro golpe, Pérez Jiménez fugiu do país, mas foi extraditado de volta para ser julgado, condenado e, enfim, libertado para voltar à Espanha, onde viveu confortavelmente no exílio até morrer em 2001.

O golpe de 1958 não levou a um novo regime autoritário, mas ao chamado Pacto de Punto Fijo, onde os três principais partidos políticos dividiram o poder na “mais eficiente democracia de fachada do continente sul-americano” (Maringoni, 2004, p. 104). O puntofijismo garantiu estabilidade institucional, especialmente na bonança petroleira dos anos 1970, mas não se recuperou da queda no preço do barril nos anos 1980. O impacto mais grave foi o Caracazo, em 1989, que consistiu em uma semana de caos generalizado – principalmente na capital – marcado por protestos, destruição e repressão com o “uso desproporcional das Forças Armadas (...) [e] encobrimento e destruição de evidências, bem como o uso de mecanismos institucionais que têm assegurado a impunidade dos atos” (Corte Interamericana de Direitos Humanos [CorIDH], 1999, p. 5). Graves violações de direitos humanos (DDHH) deixaram até 400 mortos, milhares de feridos e prejuízos incalculáveis (Maya, 2003). O tecido social foi tensionado ainda com a piora da pobreza e das desigualdades

por causa da chamada *Agenda Venezuela*, que implementou o neoliberalismo do Consenso de Washington, nos anos 1990.

Hugo Chávez aproveitou o contexto de ruptura para liderar a própria tentativa de golpe em 1992, quando pavimentou o caminho para ser eleito presidente em 1998 como um “outsider (...) que surfava sobre as ruínas de um modelo partidário esgotado” (Maringoni, 2004, p. 164). Seu governo começou em 1999 numa perspectiva centrista de buscar “um ponto intermediário, tanto Estado quanto seja necessário e tanto mercado quanto seja possível” (Chávez, 2005a, p. 24).

O ano de guinada à esquerda foi 2002, quando a porção golpista da oposição tentou retomar o poder através do golpe falhado em abril, apoiado pelos norte-americanos e que buscou “genericamente uma aproximação com os Estados Unidos [EUA], um distanciamento de Cuba e uma política neoliberal” (Maringoni, 2004, p. 48). Em dezembro, o *segundo paro cívico nacional* promoveu um locaute empresarial que estancou economicamente o país por 60 dias (Maringoni, 2004). Foi este contexto subversivo que fez Chávez entender que “o único caminho para (...) que a Venezuela seja livre, independente, é o caminho do socialismo” (Rangel, 2013, p. 274) e motivou o aprofundamento do seu projeto de reformas econômicas e sociais que caracterizam o chavismo como o definimos. Crucial nesse processo foi a consolidação do controle sobre a estatal Petróleos de Venezuela SA (PDVSA), que monopoliza a produção petroleira do país (Maringoni, 2004). Até morrer, em 2013, Chávez liderou a implementação de uma democracia participativa, consolidando seu apoio popular enquanto disparava os gastos públicos com políticas clientelistas em meio ao altíssimo valor do barril do petróleo.

Seu sucessor, Nicolás Maduro, tentou manter seu projeto a partir de 2012, mas encontrou um contexto muito diferente, principalmente pela queda no preço do petróleo. A crise econômica e humanitária permitiu o avanço da oposição, que venceu a eleição para a Assembleia Nacional (AN) de 2015. Para manter o poder, Maduro aprofundou a deterioração das instituições democráticas e convocou uma nova Assembleia Nacional Constituinte (ANC) em 2017. Inteiramente governista, a ANC apenas tomou para si os poderes da AN sem jamais redigir a nova Constituição. O governo Maduro é considerado autoritário (Freedom House, 2018) e suas práticas para manter o poder são detalhadas à frente.

Isso não significa, no entanto, que os opositores sejam necessariamente adeptos do jogo democrático. A oposição atual guarda muitas semelhanças com a de 2002 e continua a haver “aqueles que gostariam de ver uma transição pacífica e gradual e aqueles que (...) pedem intervenção militar (...). Mas há também divisões na oposição baseadas em lideranças, porque há pessoas que querem adotar qualquer estratégia que seja mais provável torna-las presidente” (P. Gunson, comunicação pessoal, 08 de julho de 2019; ver Apêndice H). Este cenário impediu inclusive o sucesso dos diálogos junto ao Vaticano e à República Dominicana e do boicote à eleição de 2018 (Gunson, 2018).

É este o contexto que Juan Guaidó tem navegado. O deputado opositor primeiro autoproclamou-se e depois foi proclamado presidente encarregado da Venezuela pela AN no dia 15 de janeiro de 2019, invocando os artigos 233, 333 e 350 da Constituição (Venezuela, 2019a, 2019b, 2019e). Guaidó “acredita sinceramente que unidade é necessária e tem sido muito eficaz em manter radicais e moderados juntos (...). Mas isso é crescentemente difícil de fazer” (P. Gunson, comunicação pessoal, 08 de julho de 2019). A ala radical defende uma intervenção humanitária baseada numa concepção equivocada da R2P através do artigo 187 da Constituição (Machado, 2019) e até o apoio de 1,4 mil militares desertores pode se tornar um problema à medida que parte deles se organiza por conta própria para um conflito armado (Murphy & Acosta, 2019a). A estratégia de Guaidó é repetida como um mantra: fim da usurpação, governo de transição e eleições livres. Num sentido cronológico, Maduro deixaria o poder, a oposição, assumi-lo-ia e novas eleições seriam convocadas. Para isso, a oposição aprovou a anistia a civis e militares que se rebelassem (Efecto Cocuyo, 2019), tentou um levante – ou golpe – no dia 30 de abril e organiza manifestações diariamente, mas nada funcionou até agora.

A oposição manteve sempre uma relação próxima aos EUA. Além do apoio em 2002, representantes norte-americanos trataram sobre um plano de golpe com rebeldes venezuelanos em três oportunidades em 2017 e 2018 (Londoño & Casey, 2018). Em 2019, o governo autoproclamado é financiado com recursos do Estado venezuelano repassados ao controle oposicionista pelos norte-americanos, que estudam até direcionar US\$ 41 milhões para bancar o grupo diretamente – sem estar claro se isto já foi concretizado (Reuters, 2019a).

#### 4.1.2. Subdesenvolvimento com abundância de divisas

Celso Furtado (1957, 1974) caracterizou como subdesenvolvimento com abundância de divisas o ciclo vicioso do rentismo petrolífero em torno do qual a economia venezuelana orbita desde os anos 1930. A exportação de petróleo é o fator dinâmico primário, principal fonte de divisas estrangeiras e origem de capital para investimentos públicos, que pressiona o câmbio, facilita as importações e prejudica a competitividade da indústria e agricultura nacionais – como na doença holandesa.

Importante incentivo veio em 2010, quando a Venezuela se tornou o país com as maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo: 20% das reservas globais e 90% das latino-americanas (Organização dos Países Exportadores de Petróleo [OPEP], 2019). Em 2013, as exportações venezuelanas foram 1,8% de manufaturados e 98,2% de produtos primários (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, 2016) – dentre as *commodities*, o petróleo sendo 97,6% (ONU, 2019a). Hugo Chávez atacou a desigualdade social, mas aprofundou o rentismo e tornou o país absolutamente refém do petróleo para importar os produtos mais básicos para a sobrevivência da população.

#### 4.1.3. Integração e cooperação internacional

A Venezuela participou ativamente das primeiras manifestações organizacionais do pan-americanismo pós-1945: o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947, e a Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948. Ambos foram iniciativa dos EUA para conter o avanço do comunismo no continente e são instrumentos da sua política externa (Patricio, 2012). O TIAR é um tratado de defesa mútua contra ataques armados e foi invocado oficialmente em uma resolução pela primeira vez nesta crise da Venezuela (OEA, 1947, 2019m)<sup>50</sup>. Já a OEA se consolidou como a principal organização regional das Américas.

A partir do puntofijismo, em 1958, a Venezuela assumiu uma dupla identidade internacional: país democrático ocidental e petrolífero (Romero, 2002). Houve sempre três objetivos centrais: promoção e defesa internacional da democracia; busca de autonomia em solidariedade com a América Latina e o Terceiro Mundo; e a integridade do território nacional

---

<sup>50</sup> B-29 e CP/RES 1137.

(Boersner, 2003). De 1958 a 1967, a chamada Doutrina Bettancourt significou a defesa ativa da democracia pela Venezuela contra governos não democráticos no continente, à direita ou à esquerda, despidendo de conteúdo as relações com seus vizinhos – a exemplo da expulsão de Cuba da OEA (Cervo, 2001). Membro fundador da OPEP, a Venezuela veio a abandonar tal isolacionismo para expandir seu mercado consumidor, embora tenha se mantido nas décadas seguintes uma exceção democrática em meio às ditaduras militares no continente, que eram apoiadas e sustentadas pelos EUA apesar das atrocidades que cometiam (Cervo, 2001). Na década de 1990, a *Agenda Venezuela* alinhou o país ao Consenso de Washington, que na generalidade teve resultados desastrosos, “designadamente o aumento do desemprego e da pobreza, a queda nos índices da saúde e da escolaridade e o reforço da violência” (Patricio, 2012, p. 208).

Quando Chávez assume o poder, o Estado ainda mantinha a dupla identidade, mas adotaria uma postura ativa a partir de 2002, centrando seu projeto na política externa e na diplomacia petroleira (Serbin, 2010). Esse esforço foi permitido pela ascensão concomitante do preço do petróleo e das esquerdas na América Latina. Mesmo que as esquerdas se dividissem entre pragmática – que trabalha com a globalização, como o Chile – e revolucionária ou radical – populista e antiamericanista, como a Venezuela –, isso não impediu um alinhamento ideológico (Patricio, 2012).

A nível global, o chavismo incentivou a cooperação Sul-Sul e se aproximou de países como Irã, China e Rússia. Na ONU, a Venezuela ganhou relevo no Movimento de Países Não-Alinhados ao defender a insurreição à hegemonia global norte-americana (Chávez, 2006). A nível latino-americano, o esforço foi para criar novas instituições, como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) e seu PetroCaribe, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC; Romero & Mijares, 2016).

A ALBA se firmou como a principal delas para “neutralizar a hegemonia estado-unidense promovendo uma integração regional no âmbito sul-americano e caribenho” (Serbin, 2010, p. 140). A ALBA é absolutamente dependente dos recursos petroleiros venezuelanos e seus principais projetos foram blocos comerciais como o PetroCaribe – um acordo de venda de petróleo, com condições muito favoráveis ao comprador, a cerca de 19 países do Caribe e América Central, a exemplo de Antígua e Barbuda, Dominica, Nicarágua e



São Vicente e as Granadinas (Jácome, 2011, 2012; ver Apêndice I). ALBA e PetroCaribe foram importantes instrumentos de influência venezuelana na OEA enquanto atrocidades já eram cometidas, além de terem motivado vultosos empréstimos chineses (Ellis, 2010).

Nicolás Maduro herdou a estrutura interna de controle, mas o contexto externo mudou drasticamente, com a queda no preço do petróleo e o cerco dos EUA aos aliados globais. Se Chávez já conduzia um isolamento voluntário contra um sistema que percebia como instrumento norte-americano – a exemplo da saída da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorIDH; Venezuela, 2012) –, Maduro aprofundou o processo denunciando o TIAR, em 2013, e a reascensão das direitas amplificou a tendência através da expulsão do Mercosul, o Mercado Comum do Sul, do fraco desempenho da CELAC, do definhamento da Unasul em favor do novo Foro para o Progresso da América do Sul, o Prosul, e do cerco na OEA – que levou a própria Venezuela a retirar-se a partir de 2017.

Maduro vive uma encruzilhada, na qual afirma sua legitimidade na lealdade chavista, “mas as condições domésticas e internacionais (...) são diferentes, tornando a continuidade da doutrina Chávez uma necessidade tóxica” (Romero & Mijares, 2016, p. 216). Assim, a nova doutrina Maduro é a “mudança da busca proativa de influência internacional para uma política de reação às condições internacionais – e a necessidade de atender às dificuldades econômicas do país e suas próprias fraquezas políticas dentro do chavismo e *vis-à-vis* a oposição” (Mijares, 2015, p. 79).

A partir de 2019, a AN aproveitaria o amplo reconhecimento internacional de Guaidó para supostamente reverter parte desse isolamento, permanecendo na OEA, reingressando na CorIDH e se reintegrando ao TIAR (Venezuela, 2019c, 2019g, 2019h). No entanto, a efetividade dessas medidas é dúbia à medida que a oposição não controla as instituições necessárias para implementá-las<sup>51</sup>. De forma preocupante, este isolamento vai no sentido contrário da cooperação que é necessária para a construção da comunidade internacional utópica e da responsabilidade de proteger (R2P).

## 4.2. Caracterização da crise na Venezuela

---

<sup>51</sup> Para uma exposição mais profunda da indefinição da efetividade destas medidas da oposição, ver Apêndice A.

Caracterizamos a crise na Venezuela a partir dos fatores de risco do *framework* de análise para demonstrar que esta é uma situação que urge a R2P<sup>52</sup>.

#### 4.2.1. Fatores de risco comuns a crimes de atrocidade

A crise na Venezuela se encaixa na maior parte da lista de fatores de risco comuns (ver Apêndice E). A trajetória de Pérez Jiménez e o Caracazo preocupam porque erros passados são importantes indicadores de crimes futuros. O exílio do ex-ditador foi inclusive referido para justificar a Espanha como um “destino lógico” para chavistas que abandonem o regime em troca de impunidade patrocinada pelos EUA (Mars, 2019).

Há ainda uma epidemia de violência enquanto grupos paramilitares e narcotraficantes atuam com anuência de agentes públicos, arriscando desestabilizar toda a região (International Crisis Group, 2019). O Exército de Libertação Nacional, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, o *Cartel de los Soles* e o Hezbollah são os que têm mais destaque (InSight Crime, 2018; Casey, 2019). A taxa de homicídios chegou a 91 por cem mil habitantes (Observatório Venezuelano da Violência [OVV], 2016) e Caracas é a terceira cidade mais violenta do mundo (Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal, 2019).

As crises econômica e humanitária se retroalimentam. A queda no preço internacional do barril de petróleo é a principal causa devido ao rentismo, mas a incompetência, clientelismo e corrupção endêmica na PDVSA potencializam o problema. De 1998 ao último trimestre de 2018, a produção caiu de 3,1 milhões de barris por dia para 1,1 milhão (OPEP, 2002, 2019). A hiperinflação foi de 929.790% em 2018 e a economia já encolheu mais de 60% desde 2013 (Fundo Monetário Internacional, 2019a, 2019b). A moeda nacional desvalorizou-se à irrelevância, mudar o nome ou lançar a criptomoeda *Petro* não resolveram e há hoje uma dolarização involuntária (Rosati, 2019).

A importação de alimentos e insumos básicos está gravemente debilitada (Organização para Alimentação e Agricultura, 2019). A extrema pobreza atinge 61,2% da população e a insegurança alimentar, 80% dos domicílios (Landaeta, 2018). Falta 88% de medicamentos e 79% de suprimentos cirúrgicos, a mortalidade materna disparou 60% e a infantil subiu 30%

---

<sup>52</sup> Nossa análise não é exaustiva, já que carece do financiamento e aparato de Estados que é suposto haver nas avaliações governamentais. Para a lista completa de fatores de risco e indicadores que consideramos pertinentes na crise na Venezuela, consultar o Apêndice E.

(ONU, 2018a)<sup>53</sup>. Não há tratamento para 300 mil venezuelanos com doenças crônicas (Coalición de Organizaciones por el Derecho a la Salud y la Vida, 2018) e a epidemia de malária é a pior da sua História (Organização Mundial da Saúde, 2018). A resposta do regime é insuficiente, também pelo reconhecimento tardio do problema (Kurmanaev & Herrera, 2019), mas principalmente porque ele transformou o desespero em arma de controle populacional através dos Comitês Locais de Abastecimento e Produção, CLAPs, que subsidiam preços, e do *carnet de la patria*, um cartão de caráter totalitário (OEA, 2018c; Berwick, 2018).

As fontes de resiliência nacional foram corroídas e a separação entre poderes é quase inexistente. Garantias constitucionais são desrespeitadas em todas as instâncias do Judiciário desde 2004, prejudicando gravemente sua imparcialidade (OEA, 2017b; Acceso a la Justicia, 2017). Quem se opõe é ameaçado, perseguido, preso ou assassinado. Caso emblemático é o da juíza Maria Lourdes Afiuni: em 2009, ela foi presa sem ordem judicial, torturada e abusada sexualmente, até ser colocada em prisão domiciliar (Acceso a la Justicia, 2018). Afiuni virou exemplo, sendo “aí que a lei do medo começou contra juízes e promotores [do Ministério Público], que não podiam mais tomar decisões que tivessem consequências adversas para o regime porque sabiam quais seriam as consequências” (OEA, 2017c).

A interferência no Legislativo foi acirrada após a vitória opositora na eleição parlamentar de 2015. A AN foi declarada *in contempt* e suas funções foram absorvidas pela ANC (OEA, 2017b). O Conselho Nacional Eleitoral também é aparelhado e o ombudsman se recusa a receber denúncias (OEA, 2017b). A confiança nas instituições é irrisória (Transparency International, 2019) e manifestações são constantes, com dois momentos de especial concentração: 47 por dia no primeiro trimestre de 2014 e 56 por dia entre abril e julho de 2017 (Observatório Venezuelano de Conflitualidade Social [OVCS], 2014, 2018). O primeiro semestre de 2019 teve 58 por dia – um total de 10.477 (OVCS, 2019).

A Venezuela é parte da maioria dos tratados internacionais<sup>54</sup>, sua Constituição os põe acima da ordem jurídica interna e os DDHH foram parte da identidade revolucionária chavista, mas isso se perdeu gradualmente até a “estigmatização de toda denúncia nesta matéria por organismos intergovernamentais ou não-governamentais como uma ingerência externa” (Serbin & Serbin Pont, 2013, p. 240). É preocupante, neste sentido, a saída da CorIDH e da

---

<sup>53</sup> CP/RES 1095.

<sup>54</sup> Para um quadro com o estado de ratificações de tratados internacionais pela Venezuela, ver o Apêndice A.

OEA enquanto Maduro governa, desde janeiro de 2016, sob decretos que dão um véu de legalidade à repressão (OEA, 2017b). Eles foram postos em uso principalmente depois de gatilhos: a concentração de manifestações de 2014 e 2017, o ataque ao Tribunal Supremo de Justiça em junho de 2017, a suposta tentativa de magnicídio em agosto de 2018 e diversas supostas e efetivas tentativas de golpe de Estado – como o levante falhado em 30 de abril de 2019.

#### **4.2.2. Fatores de risco específicos de crimes contra a humanidade**

Num contexto interno propenso, “o governo [venezuelano] declarou guerra contra a população civil que não segue sua ideologia. (...) O inimigo é interno; ele é um cidadão, que tenha uma ideologia diferente” (OEA, 2018c, p. 53). Três documentos oficiais denunciam essa orientação: as bases programáticas do governista Partido Socialista Unido da Venezuela (2010) dividem a sociedade em forças motrizes e forças inimigas; o *Plan Sucre* muda a natureza das Forças Armadas para servir interesses ideológicos (OEA, 2018c); e o Plano Estratégico Operacional Zamora, ou *Plan Zamora*, identifica forças inimigas que conduzem ações desestabilizadoras (Venezuela, 2014).

Novas estruturas civis e militares foram criadas para implementar essas diretrizes. A Milícia Nacional Bolivariana (MNB) foi instituída em 2008 para treinar trabalhadores civis voluntários que “depois reingressam na vida civil para cooperar na manutenção da ordem doméstica” (OEA, 2014a, p. 507). Ainda mais importantes foram os dois Comandos Nacionais Antigolpe, criados em 2014 e 2017 para “reprimir os planos golpistas e fascistas” (TeleSur, 2014) e “castigar todos os intentos golpistas” (TeleSur, 2017). Ambos tiveram toda a capilaridade do aparato repressivo do Estado ao seu dispor para organizar, coordenar e conduzir a perseguição sistemática e generalizada de opositores sob ordens diretas da presidência e da vice-presidência (OEA, 2018c).

O Ministério das Relações Interiores é responsável pela Polícia Nacional Bolivariana (PNB), o Corpo de Investigações Científicas, Penais e Criminalísticas (CICPC) e o Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional (SEBIN). Sob a PNB, estão as Forças de Ação Especial (FAES). O Ministério da Defesa controla as Forças Armadas, incluindo a Guarda Nacional Bolivariana (GNB) e a MNB, além da Direção-Geral de Contrainteligência Militar (DGCIM). Fora da estrutura do regime, mas financiados por ele, os *colectivos*<sup>55</sup> são grupos armados não-

---

<sup>55</sup> Para um desenvolvimento mais profundo sobre a natureza dos *colectivos*, ver o Apêndice J.

estatais tidos como os mais fervorosos apoiadores da revolução bolivariana (InSight Crime, 2018).

Protestos populares são reprimidos inicialmente pela GNB e PNB, mas vem dos *colectivos* a reação mais violenta ao usar armas de fogo (ONU, 2017b), enquanto o restante do aparato participa principalmente da repressão fora do contexto de manifestações. A maior parte das execuções extrajudiciais tem motivação política e estatísticas da sociedade civil indicam um crescimento dos números anualmente: 384 em 2012; 669 em 2013; 1.018 em 2014; 1.396 em 2015 (Anistia Internacional [AI], 2018); 5.281 em 2016; 5.535 em 2017; 7.523 em 2018 (OVV, 2016, 2018a, 2018b); e 2.124 até maio de 2019 (ONU, 2019i)<sup>56</sup>.

De julho de 2015 ao início de 2017, grande parte delas ocorreram durante ações da *Operación Liberación y Protección del Pueblo* (OLP) com centenas de agentes da PNB, GNB, SEBIN e CICPC e resultaram em “milhares de casos de graves violações de direitos humanos, incluindo prisões arbitrárias, execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados e desrespeito ao (...) devido processo” – especialmente pelo CICPC (AI, 2018, p. 38). Desde julho de 2017, a função das OLPs foi assumida pela FAES, popularmente referidas como esquadrão da morte e grupo de extermínio (ONU, 2019i)<sup>57</sup>. Execuções extrajudiciais foram renomeadas oficialmente como ‘resistência a autoridade’, mas mantiveram sua natureza persecutória, sendo “uma prática generalizada destinada a incutir terror e controlar a população, (...) para combater o inimigo interno” (OEA, 2018c, p. 62).

Quem não é assassinado extrajudicialmente, pode ser preso e torturado. Desde 2014, houve mais de 15 mil prisões políticas (ONU, 2019i)<sup>58</sup>, além de desaparecimentos forçados (ONU, 2017b). *El Helicoide* e *La Tumba*, do SEBIN, e *Ramo Verde*, da DGCIM, são centros de tortura onde presos são espancados, eletrocutados, sufocados e submetidos a outros tipos de violência (OEA, 2017b). Mulheres sofrem particularmente mais de violência sexual e estupro – com 192 casos documentados e 140 relatos de ameaças do gênero em 2018 (OEA, 2018c).

O regime de Maduro, portanto, busca eliminar aqueles identificados como o inimigo interno – membros da oposição ou percebidos como tal – para manter seu poder. Isso se dá através de homicídios, prisão, tortura, violação e outras formas de violência sexual,

---

<sup>56</sup> A/HRC/41/18.

<sup>57</sup> A/HRC/41/18.

<sup>58</sup> A/HRC/41/18.

perseguição e desaparecimentos forçados – crimes contra a humanidade como estipulado no Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (OEA, 2018c).

#### **4.3. Os interesses da comunidade internacional**

Aqui propomos uma divisão em três grandes grupos de atores na comunidade internacional. O primeiro inclui os Estados americanos e a OEA, que compartilham preocupações sobre a deterioração da democracia venezuelana e a crise humanitária, que juntos provocaram a maior onda migratória da História da região. Uma média de cinco mil venezuelanos deixa o país por dia, somando mais de quatro milhões em cinco anos e podendo ultrapassar cinco milhões ao fim de 2019. Três milhões estão em países vizinhos: 1,3 milhão na Colômbia, 768 mil no Peru, 288 mil no Chile, 263 mil no Equador, 168 mil no Brasil e 130 mil na Argentina (OEA, 2019h). Eles pressionam os serviços públicos e a tensão nas comunidades de acolhida é motivo de preocupação (ONU, 2019g)<sup>59</sup>.

A nível securitário, os Estados vizinhos se preocupam com a proximidade entre o regime e organizações criminosas e com o recrutamento por grupos paramilitares de migrantes venezuelanos desesperados por comida e dinheiro (Murphy & Acosta, 2019b; OEA, 2019o)<sup>60</sup>. A Venezuela possui ainda uma das maiores concentrações de armamentos do hemisfério Ocidental e se “Caracas desmoronar, haveria pouco para impedir uma bonança de armas – com consequências terríveis para a região” à medida que elas chegassem ao narcotráfico (Berg & Martínez-Fernández, 2019).

Os EUA compartilham desses interesses, mas estão mais preocupados com a proximidade venezuelana com Rússia e China. A atual Estratégia de Segurança Nacional norte-americana classifica a presença desses dois países no continente como ameaça porque “sustentam a ditadura na Venezuela e buscam expandir elos militares e vendas de armas” (EUA, 2017c, p. 51). Mudar o regime em Caracas é o desejo principal da administração Trump, que “não tem medo de usar a expressão Doutrina Monroe. Este é um país no nosso hemisfério [Ocidental]” (CNN, 2019; EUA, 2019a). O petróleo também importa, mas menos, porque nem as divergências com o chavismo jamais impediram os EUA de serem os principais compradores da Venezuela (EUA, 2019b).

---

<sup>59</sup> AG/doc. 5682/19 rev. 1.

<sup>60</sup> RC.30/RES 1/19.

O segundo grupo não objetiva especificamente derrubar Maduro, mas tampouco lhe garante no poder. Nele estão os países europeus, que não têm laços comerciais particularmente importantes com Caracas. Para Portugal, preocupa especialmente a segurança da comunidade portuguesa no país, estimada em 400 mil pessoas – a segunda maior na América Latina<sup>61</sup> (Gomes, 2009; J. Carneiro, comunicação pessoal, 10 de setembro de 2019; ver Apêndice K).

No caso da Índia, “negócios em vez de política orientam a bilateralidade. (...) Ambos estão nisso pelo longo prazo, independente de qual grupo político esteja no poder” (Seshasayee, 2019). O país vinha sendo, inclusive, o segundo maior consumidor de petróleo venezuelano e recebeu 19,5% de todas as exportações em 2016 (PDVSA, 2010, 2017). Sem contratos *oil for loan* – apresentados a seguir –, esta relação garante liquidez para a PDVSA.

O terceiro grupo reúne os mantenedores do regime. Desde que Chávez chegou ao poder, Cuba mantém o intercâmbio petróleo-serviços, em que Caracas garante o suprimento energético à ilha em troca de apoio em educação, saúde e esporte em áreas pobres da Venezuela e, mais importante, em ações de inteligência. O regime de Maduro se beneficia de agentes cubanos que treinam seus serviços de segurança e ajudam a monitorar e reprimir a oposição, orientando até sessões de tortura (Piccone & Trinkunas, 2014; Bronner, Vasquez & Wainer, 2019).

A China vinha sendo o principal financiador do regime com vultosos empréstimos que somaram US\$ 67,2 bilhões entre 2007 e 2018 (Gallagher & Myers, 2019). A natureza *oil for loan* desses negócios significa que devem ser pagos de volta com envio regular de petróleo no longo prazo. Assim, a participação chinesa no mercado venezuelano passou de 11% em 2008 para 18% em 2016, como terceira maior consumidora (PDVSA, 2010, 2017). Suprimento energético é o que mais importa, mas o capital chinês investe ainda em extração de ouro, ferro, aço e alumínio e em fábricas para atender o mercado consumidor latino-americano (Ellis, 2010, 2011). A indústria de defesa chinesa também vendeu equipamentos a todos os braços das Forças Armadas venezuelanas (Stockholm International Peace Research Institute [SIPRI], 2019). A China foi essencialmente uma fonte de liquidez para o regime, aceitando até duas moratórias a partir de 2016, em que “precisou emprestar defensivamente, provendo

---

<sup>61</sup> Para um desenvolvimento mais profundo sobre a postura de Portugal nesta crise, ver o Apêndice K.

novos fundos (...) na esperança de garantir o pagamento da dívida” (Kaplan & Penfold, 2019, p. 23).

A Rússia tem interesses mais amplos para toda a América Latina, com vertentes de política interna, estratégica e econômica. O país busca se recolocar como potência global ao operar na esfera de influência tradicionalmente norte-americana, fortalecendo a figura de Vladimir Putin internamente ao mesmo tempo em que cria a sensação de risco à segurança dos EUA, que desviam atenção e recursos de outras partes do mundo (Ellis, 2015). Os russos encontraram na Venezuela um parceiro particularmente disposto, a partir de 2006, a expandir a extração de petróleo e gás, desafiar a hegemonia norte-americana e a comprar armamentos da sua indústria – até 2013, foram US\$ 11 bilhões (Ellis, 2015), incluindo helicópteros, caças, sistemas de defesa antiaérea e cem mil fuzis (SIPRI, 2019). A relação russo-venezuelana aprofundou-se ainda através da Rosneft, com cinco *joint ventures* e empresas mistas de exploração de petróleo com a PDVSA (Rosneft, 2019), além de empréstimos da própria empresa de US\$ 9 bilhões, mesmo enquanto outras petroleiras russas deixavam o país (Lowe & Sagdiev, 2019). Instituições do governo russo emprestaram mais US\$ 8 bilhões (Ulmer & Parraga, 2018). A Rússia se coloca, portanto, como o *lender of last resort*, garantindo acordos *oil for loan* e consolidando o apoio venezuelano. A derrubada de Maduro à força poderá significar mais do que a perda de ativos econômicos e será um golpe na imagem de potência global da Rússia (Rouvinski, 2019).

Por último, a Turquia só se aproximou da Venezuela, em 2016, em solidariedade a interferências percebidas como norte-americanas, mas já se tornou o destino preferencial para tratamento de ouro recém-minerado. Só no segundo semestre de 2018, quase US\$ 1 bilhão em ouro foi transladado (Smith & Reel, 2019), sendo que parte serve de pagamento por alimentos do CLAP, do qual a Turquia é parceiro-chave.



## **CAPÍTULO 5: Da responsabilidade de proteger na Venezuela**

O idealismo utópico busca uma comunidade internacional evoluída e baseada na cooperação, dialogando com a aspiração da responsabilidade de proteger (R2P) por um mundo de soberanos responsáveis que protegem suas populações e que colaboram entre si para que todos o façam. Também identificamos que a crise na Venezuela exige um esforço de proteção de indivíduos especificamente contra crimes contra a humanidade. Neste sentido, tentamos agora identificar se e como a R2P está sendo cumprida. Primeiro, tratamos do pilar I e da responsabilidade do Estado venezuelano. Segundo, analisamos os pilares II e III e a responsabilidade da comunidade internacional.

Cabe observar que a partir de janeiro de 2019 a comunidade de Estados se dividiu em três grupos: que reconhece o novo mandato de Maduro, incluindo Rússia, China, Cuba, Nicarágua, Bolívia e Turquia; que reconhece a autoproclamação de Juan Guaidó como presidente, incluindo Estados Unidos, Canadá e a maioria dos sul-americanos e europeus, como Portugal; e que não reconhece nenhum dos dois, como México, Uruguai e Noruega. Essa divisão desafia os esforços internacionais para a R2P.

### **5.1. Pilar I: a responsabilidade do Estado**

Consideramos já demonstrado que, na Venezuela, o Estado não está apenas falhando manifestamente em proteger, como é o principal perpetrador da perseguição sistemática e generalizada a opositores para manter o poder. Seus agentes cometem crimes contra a humanidade pelo menos desde fevereiro de 2014, apesar de ainda não haver sentença de trânsito em julgado, e o Estado venezuelano pouquíssimo coopera com a comunidade internacional para a R2P.

O maior escrutínio e pressão externos fizeram o regime ajustar seu comportamento em 2019, mas as intenções continuam as mesmas – enquanto Guaidó não foi preso por causa de ameaças dos Estados Unidos (EUA; Smilde & Ramsey, 2019), o Tribunal Supremo de Justiça continua a retirar a imunidade a parlamentares com menor visibilidade – levando 16 a fugir (Bachelet, 2019b; ONU, 2019i)<sup>62</sup>. A repressão em outros níveis também continua e após um

---

<sup>62</sup> A/HRC/41/18.

novo suposto plano de golpe, o capitão Rafael Acosta Arévalo foi preso, torturado e morreu dias depois no cárcere (Abreu, 2019).

O regime também está melhor preparado para manter a cadeia de comando do que a oposição (P. Gunson, comunicação pessoal, 08 de julho de 2019; ver Apêndice H). Depois de meses de suposta colaboração com o processo de Oslo, o regime anunciou, em 16 setembro de 2019, um acordo surpresa sem a participação das principais lideranças opositoras. O acordo com cinco partidos minoritários cria uma mesa de diálogo nacional com seis objetivos: reincorporação governista à Assembleia Nacional (AN), renovação do Conselho Nacional Eleitoral, libertação de presos políticos, defesa da soberania venezuelana sobre a Guiana Essequiba, rejeição de sanções econômicas e promoção de um programa de *oil for food* – petróleo por comida (Venezuela, 2019i). Em vez interromper as atrocidades, o regime mais uma vez se aproveitou da divisão na oposição e busca agora uma fachada de estabilidade política por ver nas eleições de 2020 para a AN a oportunidade de “retomar o controle sobre o único ramo de governo que permanece independente” (Gunson, 2019).

## **5.2. Pilares II e III: a responsabilidade da comunidade internacional**

### **5.2.1. A participação da sociedade civil**

A sociedade civil venezuelana é vibrante. Organizações como o Foro Penal Venezuelano e Observatório Venezuelano da Violência monitoram e denunciam violações de direitos humanos (DDHH) e jornalistas investigativos têm sido reconhecidos internacionalmente (Comissão para Proteção de Jornalistas, 2018). As comunidades na diáspora mantêm a crise na agenda global, com indivíduos próximos aos centros de tomada de decisão: Ricardo Hausmann (2018) é professor de Harvard e orienta a ala radical da oposição com sua proposta de intervenção internacional; Francisco Rodríguez (2019a) advoga pelo programa *oil for food*; e David Smolansky coordena na Organização dos Estados Americanos (OEA) o Grupo de Trabalho para a Crise Regional dos Migrantes e Refugiados Venezuelanos.

A sociedade civil internacional complementa esse esforço. O *International Crisis Group* (ICG) já publicou 13 informes e nove relatórios desde 2004 e mantém o analista Philip Gunson em Caracas desde 2015. Ele elabora recomendações que “são levadas para os lados de um conflito, para governos estrangeiros, organizações multilaterais, qualquer um que achamos

que pode ajudar a produzir uma solução” (P. Gunson, comunicação pessoal, 08 de julho de 2019; ver Apêndice H).

Em setembro de 2008, a *Human Rights Watch* (2008b, 2008c) teve dois representantes expulsos do país após denunciar a degradação da democracia e dos DDHH sob o governo Chávez. A Anistia Internacional (2011) alertou já na primeira Revisão Periódica Universal (RPU) para 200 execuções extrajudiciais e 500 casos de tortura em 2010. Cáritas (2018) tem combatido a desnutrição infantil, enquanto o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) leva ajuda humanitária imparcial, neutra e independente (Kurmanaev & Herrera, 2019; CICV, 2019a).

### 5.2.2. A participação do sistema da ONU

A RPU é o principal instrumento do Conselho de Direitos Humanos (ConDH) para a R2P. Mesmo assim, tanto a primeira (ONU, 2011i)<sup>63</sup>, quanto a segunda revisão da Venezuela (ONU, 2016c)<sup>64</sup> ficaram aquém do desafio da R2P. Ambas pouco referiram a importância da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorIDH) e recomendaram a ratificação de tratados internacionais, o respeito à independência do Judiciário e convites permanentes a mecanismos e procedimentos especiais. A crise humanitária foi tratada apenas pela segunda, com dez recomendações. Já a perseguição à oposição foi mencionada pontualmente na primeira, enquanto a segunda trouxe mais de dez recomendações sobre assassinatos, tortura, uso excessivo da força, grupos armados não-estatais, violência política, prisões políticas e detenções arbitrárias. Chama a atenção que as duas RPUs não cite as expressões R2P e crimes contra a humanidade. A terceira rodada será no segundo semestre de 2021.

A Venezuela invocou sempre sua soberania para rejeitar supostos intervencionismos (ONU, 2012c, 2017c)<sup>65</sup>. Até hoje, o Estado não ratificou os tratados pendentes, nem aceitou qualquer pedido de visita de procedimentos, o que pôs em xeque a capacidade das RPUs em mudar o seu comportamento. O regime convidou apenas os relatores especiais sobre o Desenvolvimento – que não respondeu –, sobre Alimentação – que aceitou, mas não realizou – e sobre Medidas Unilaterais Coercivas – que agendou, mas adiou –, além do especialista

---

<sup>63</sup> A/HRC/19/12.

<sup>64</sup> A/HRC/34/6.

<sup>65</sup> A/HRC/19/12/Add.1 e A/HRC/34/6/Add.1.

independente sobre a Ordem Internacional Democrática, Alfred de Zayas (ONU, 2019b), que foi o primeiro e único mandato do gênero a visitar o país em 21 anos, em 2017. Seu relatório focou em criticar as sanções e negou até a existência da crise humanitária (ONU, 2018b)<sup>66</sup>, levando o regime a comemorar (ONU, 2018c)<sup>67</sup> e a sociedade civil a criticar Zayas justificadamente (Daniels, 2018; Trujillo, 2018). Sua visita foi, portanto, uma oportunidade desperdiçada.

O Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH) têm mantido uma postura dura e já publicou três relatórios contundentes. O ex-alto comissário (AC NUDH) Zeid Ra'ad Al Hussein compilou dois deles por conta própria (ONU, 2017b, 2018a), denunciou repetidamente detenções arbitrárias e tortura e pediu ao ConDH, já em 2017, a formação de uma Comissão de Inquérito sobre crimes contra a humanidade (Al Hussein, 2017, 2018). Por isso, Maduro o chamou de “militante da direita fascista (...) peão do Departamento de Estado [dos EUA]” (Reuters, 2018). O seu segundo informe foi importante por resultar na primeira resolução<sup>68</sup> – 39/1 – sobre o assunto no ConDH, a qual reconheceu a emergência humanitária e manteve o tema em pauta por mais um ano e três meses ao determinar que a nova AC NUDH, Michelle Bachelet, fizesse duas exposições orais e entregasse um terceiro relatório sobre a crise (ONU, 2018d)<sup>69</sup>. É curioso que uma percepção inicial equivocada pelos dois lados de que Bachelet seria aliada de Maduro impactou positivamente a colaboração pelo regime (P. Gunson, comunicação pessoal, 08 de julho de 2019).

A primeira exposição oral já criticou as forças de segurança e os *colectivos* e pediu a unidade internacional porque “divisões estão exacerbando uma situação já crítica” (Bachelet, 2019a). O terceiro relatório da AC NUDH foi mais contundente ao acusar o regime de “violações de direitos humanos, que podem configurar perseguição por motivos políticos” (ONU, 2019i, p. 14)<sup>70</sup>, mencionar que as Forças de Ações Especiais (FAES) são conhecidas como esquadrão da morte e grupo de extermínio e vincular os *colectivos* ao controle de comunidades. Suas 23 recomendações pedem o fim da tortura, das execuções extrajudiciais e do uso excessivo da força, a liberação de detidos arbitrariamente e, principalmente,

---

<sup>66</sup> A/HRC/39/47/Add.1.

<sup>67</sup> A/HRC/39/47/Add.2.

<sup>68</sup> Para um quadro com as principais resoluções e rascunhos de resoluções no sistema da ONU sobre a crise na Venezuela, além de como votou cada Estado, ver o Apêndice L.

<sup>69</sup> A/HRC/RES/39/1.

<sup>70</sup> A/HRC/41/18.

desmobilização e investigação dos *colectivos*, além de “dissolver a FAES e estabelecer um mecanismo nacional imparcial e independente, com o apoio da comunidade internacional, para investigar execuções extrajudiciais” (ONU, 2019i, p. 15)<sup>71</sup>. O regime acordou programar visitas de dez procedimentos especiais em dois anos, mas criticou o relatório por uma “visão seletiva e abertamente parcial” (ONU, 2019j, p. 2)<sup>72</sup>. Do outro lado, a sociedade civil comemorou e pediu ao ConDH que formasse uma Comissão de Inquérito (Centro de Justicia e Paz, 2019; Ganteaume, 2019). A segunda exposição oral avaliou um “impacto potencialmente severo” nos DDHH pelo quase embargo norte-americano e apontou colaborações pontuais do regime, mas ressaltou que ele manteve o apoio à FAES e a perseguição a opositores (Bachelet, 2019b).

Como resultado do trabalho do ACNUDH, o ConDH aprovou duas resoluções de certa forma competitivas<sup>73</sup>. A primeira – 42/4 – foi proposta pelo Irã e recebeu o apoio do regime por elogiá-lo, criticar sanções unilaterais e fazer pedidos suficientemente vagos de cooperação (ONU, 2019l)<sup>74</sup>. A segunda – 42/25 – foi proposta por delegações americanas e criticada pela Venezuela por criar uma missão de apuramento dos fatos para investigar crimes desde 2014 e apresentar um relatório no fim de um ano (ONU, 2019m)<sup>75</sup>. Este texto final é uma versão diluída da proposta inicial de criar uma comissão de inquérito<sup>76</sup>, que teria peso político maior, porque países europeus temeram perder os já escassos canais de diálogo (ONU, 2019k; Chade, 2019)<sup>77</sup>. O regime, por sua vez, afirmou durante a votação que não colaborará com a missão (ONU, 2019n). A AC NUDH fará ainda mais três exposições orais e apresentará um quarto relatório, mantendo o assunto na pauta do ConDH por mais um ano.

Já o Conselho de Segurança (CSNU) está dividido. Os EUA são os principais empreendedores do debate denunciando a violência do regime (ONU, 2019d), mas Rússia e China resistem, criticando uma “intromissão nos assuntos internos” (Nichols, 2017) e rejeitando que haja ameaça à paz e segurança internacionais, acusando os EUA de “tentar projetar um golpe de Estado” (ONU, 2019c). Uma reunião a portas fechadas, dois encontros

---

<sup>71</sup> A/HRC/41/18.

<sup>72</sup> A/HRC/41/18/Add.1.

<sup>73</sup> Para um quadro com as principais resoluções e rascunhos de resoluções no sistema da ONU sobre a crise na Venezuela, incluindo a lista de proponentes de cada um e como votou cada Estado, ver o Apêndice L.

<sup>74</sup> A/HRC/RES/42/4.

<sup>75</sup> A/HRC/RES/42/25.

<sup>76</sup> Para uma comparação dos textos do rascunho inicial e da resolução final, ver o Apêndice L.

<sup>77</sup> A/HRC/42/L.4, rascunho da resolução 42/25.

de fórmula Arria, uma reunião de emergência após a autoproclamação de Guaidó e as sessões de 26 e 28 de fevereiro e 10 de abril de 2019 discutiram o assunto. Dois rascunhos de resoluções foram rejeitados: o texto norte-americano defendia novas eleições e requisitava os bons ofícios do secretário-geral (SGNU; ONU, 2019e)<sup>78</sup>; e a proposta russa criticava ameaças de uso da força e pedia uma solução pacífica (ONU, 2019f)<sup>79</sup>. Rússia e China vetaram a proposta dos EUA e Moscou reuniu só quatro votos favoráveis à sua, incluindo o chinês. É, portanto, improvável uma resolução no CSNU, que está bloqueado pelo poder de veto (Brun, 2019).

A Assembleia Geral pouco se envolveu e os SGNUs também têm tido engajamento público limitado. Ban Ki-moon se disse preocupado com a crise humanitária e a instabilidade política (La Nación, 2016), enquanto António Guterres apoiou o diálogo na República Dominicana, apenas tomou nota da eleição de 2018 e pediu respeito aos DDHH (ONU, 2017d, 2018e). O atual SGNU é cauteloso e evita um envolvimento público precoce enquanto participa de reuniões de bastidores (P. Gunson, comunicação pessoal, 08 de julho de 2019), de olho em uma mediação no futuro (Brun, 2019).

Já as agências para os Refugiados e as Migrações nomearam o guatemalteco Eduardo Stein como representante especial conjunto e coordenam com recursos escassos a resposta à crise migratória, recebendo apenas 30% do financiamento necessário (Financial Tracking Service, 2019).

No sistema da ONU, portanto, os principais desenvolvimentos ocorreram no ConDH a partir de setembro de 2018: a AC NUDH produziu um terceiro relatório que levou à criação de uma missão de apuramento dos fatos, que ajudará a manter o assunto em pauta por mais um ano e a responsabilizar criminosos no futuro, apesar de não ter o mesmo peso que uma comissão de inquérito. Mesmo assim, nenhum documento da ONU referiu até o momento a R2P.

### **5.2.3. A participação do sistema interamericano**

Organizações regionais devem ser protagonistas na R2P, mas o sistema interamericano enfrenta sérias limitações para se engajar nesta crise. A CorIDH (2019a, 2019b) perdeu

---

<sup>78</sup> S/2019/186.

<sup>79</sup> S/2019/190.

jurisdição em 2013 e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (ComIDH) não é autorizado a visitar o país desde 2002. Por outro lado, foi criado o Grupo de Trabalho para a Crise Regional dos Migrantes e Refugiados Venezuelanos da OEA para acompanhar as agências da ONU. Ele tem orientado os Estados a reconhecer *prima facie* os migrantes como refugiados para facilitar seu acolhimento (OEA, 2019h).

Já o Conselho Permanente (CPOEA) e a Assembleia Geral da OEA (AGOEA)<sup>80</sup> estiveram bloqueados até 2016 pelo alinhamento regional à esquerda e pela capilaridade do PetroCaribe. A Venezuela manobrou votações já em meio a atrocidades e aprovou declarações de: solidariedade ao regime (OEA, 2014b)<sup>81</sup>; apoio “fraternal à irmã” Venezuela (OEA, 2016a)<sup>82</sup>; e reconhecimento do comprometimento com a coexistência pacífica (OEA, 2016b)<sup>83</sup>. Em 2017, a transição com a reascensão das direitas e o enfraquecimento do PetroCaribe permitiu as duas primeiras resoluções críticas pelo CPOEA (OEA, 2017a, 2017e)<sup>84</sup>, mas concedeu uma última vitória ao regime (OEA, 2017d)<sup>85</sup>, que, em minoria, iniciou o processo de dois anos para deixar a OEA. Em 2018, o colapso petrolífero tornou a Venezuela incapaz de manobrar votações e o CPOEA criticou a eleição de maio (OEA, 2018a)<sup>86</sup>, enquanto a AGOEA adotou a primeira resolução para pedir um esforço regional para restaurar a democracia (OEA, 2018b)<sup>87</sup>.

Em 2019, o CPOEA aprovou sete resoluções até setembro: considerou o novo mandato de Maduro ilegítimo (OEA, 2019a)<sup>88</sup>; pediu a entrada de ajuda humanitária (OEA, 2019i)<sup>89</sup>; reconheceu a delegação de Guaidó como representação oficial (OEA, 2019d)<sup>90</sup>; condenou a perseguição a parlamentares duas vezes (OEA, 2019j; 2019l)<sup>91</sup>; condenou “graves e sistemáticas violações” de DDHH e defendeu uma investigação independente (OEA, 2019k)<sup>92</sup>; e aprovou pela primeira vez na História a convocação de um conselho consultivo para a

---

<sup>80</sup> Para um quadro com as principais resoluções na OEA sobre a Venezuela, e como votou cada Estado, ver Apêndice M.

<sup>81</sup> CP/DEC 51.

<sup>82</sup> CP/DEC 63/19.

<sup>83</sup> CP/DEC 66/16.

<sup>84</sup> CP/RES 1079 e CP/RES 1078.

<sup>85</sup> RC.29/doc.13/17 corr. 1.

<sup>86</sup> CP/RES 1095.

<sup>87</sup> AG/RES 2929.

<sup>88</sup> CP/RES 1117/19.

<sup>89</sup> CP/RES 1123.

<sup>90</sup> CP/RES 1124/19.

<sup>91</sup> CP/RES 1127 e CP/RES 1136.

<sup>92</sup> CP/RES 1133.

aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR; OEA, 2019m)<sup>93</sup>. Tal órgão consultivo tomou a forma de reunião de ministros de Relações Exteriores e adotou resolução mais voltada para a relação entre o regime e grupos paramilitares e narcotraficantes do que propriamente atrocidades (OEA, 2019o)<sup>94</sup>. A AGOEA reconheceu o embaixador de Guaidó até haver novas eleições e expressou preocupação com abusos de DDHH (OEA, 2019g)<sup>95</sup>.

Mesmo assim, é incerta a capacidade de ação da OEA à medida que o regime não reconhece a vigência da sua Carta desde 28 de abril de 2019 (Venezuela, 2019d)<sup>96</sup>. Nem mesmo o TIAR teria validade. Dessa forma, a oposição até participa de reuniões, mas nenhuma decisão será cumprida de fato.

Por fim, a postura do secretário-geral (SGOEA) é muito diferente do SGNU. Luis Almagro é um dos principais críticos ao regime e empreendedores pró-Guaidó, além de ser o único líder a vincular publicamente a crise à R2P. De 2015 a 2017, Almagro (2016, 2017a, 2017b) editou três informes denunciando crimes do regime e empreendeu ainda a iniciativa que consideramos mais importante: audiências públicas que levaram à publicação, no ano seguinte, do relatório que foi remetido ao Tribunal Penal Internacional (TPI) por seis Estados (OEA, 2018c). O SGOEA já defendeu uma solução pacífica (Almagro, 2017a), mas hoje diz que a “estupidez foi renovada e revivida de tempos em tempos nos últimos cinco anos” (Almagro, 2019c, p. 208), que todos os diálogos, mediações, bons ofícios e sanções falharam e que o processo de Oslo e a visita da AC NUDH beneficiaram o regime (Almagro, 2019b). O SGOEA considera que a comunidade internacional está atrasada na sua R2P e é o momento de ameaçar de forma credível o uso da força (Almagro, 2019a, 2019c). Esta postura radicalizada fez Almagro se tornar uma figura contestada na região, mesmo apoiado por Colômbia e EUA (Arrijoja, 2018; Marchesi, 2018).

A OEA, portanto, engajou-se tardiamente na crise e apesar de todo o empreendedorismo de Almagro, nenhum documento deliberativo menciona as expressões R2P e crimes contra a humanidade. Isso se deve à cautela dos Estados em se engajar em crises internas de vizinhos e pela natureza das deliberações no CPOEA, que precisam de 18 votos para passar resoluções. Sem haver 18 Estados dispostos a usar a linguagem da R2P, ela não é

---

<sup>93</sup> CP/RES 1137.

<sup>94</sup> RC.RES/RES 1/19.

<sup>95</sup> AG/doc. 5682/19 rev. 1.

<sup>96</sup> Para uma apresentação mais profunda desta situação, ver o Apêndice A.



incluída. Certo é que por essa demora, “qualquer ação para remediar a situação hoje consumirá muito mais do que consumiria há dois anos” (M. LeRoy, comunicação pessoal, 23 de setembro de 2019; ver Apêndice G). Com tudo isto, o papel que a OEA tem a desempenhar parece associado ao pós-crise: documentar os crimes cometidos para que haja responsabilização – o que já faz muito bem – e participar dos esforços de reconstrução.

#### 5.2.3.1. O Grupo de Lima e a crise migratória

O Grupo de Lima (GdL) foi o primeiro grupo informal *ad hoc* formado por países latino-americanos<sup>97</sup>, em agosto de 2017, para ocupar o espaço que a OEA não conseguia e “contribuir para a restauração da democracia (...) através de uma saída pacífica e negociada” (Peru, 2017), mas perdeu a razão de ser.

Todas as declarações conjuntas tiveram o mesmo tom condenatório à legitimidade do regime com defesa de novas eleições democráticas, libertação de presos políticos e o fim de execuções extrajudiciais, além de oferta de ajuda humanitária (Peru, 2018a). O GdL acordou estudar sanções (Peru, 2018b) e parte dele assinou ainda a Declaração de Quito sobre a Mobilidade Humana dos Cidadãos Venezuelanos na Região, que previa facilitar as burocracias migratórias e fortalecer a proteção jurídica aos migrantes (Brasil, 2018).

Poucos compromissos foram concretizados e só o Panamá (2018a, 2018b) aplicou sanções financeiras. Houve ainda um período de abertura regional e a Colômbia destacou-se por conferir vistos especiais e conceder cidadania a filhos de venezuelanos (Kurmanaev & González, 2019). Já o Peru é exemplo de má vontade, exigindo passaporte e vistos especiais em nome de uma “migração ordenada, regular e segura” (Peru, 2019). Na prática, o Peru fechou a fronteira aos venezuelanos porque cumprir essas exigências é “praticamente impossível por causa dos custos, redes de corrupção, falta de material e discriminação generalizada pelo regime” (OEA, 2019h, p. 8). Nos EUA, a administração Donald Trump impede o *status* de proteção temporária especial a 200 mil venezuelanos, os deixando expostos à sua política de deportação (Lugo, 2019). Cerca de 1,8 milhão de venezuelanos tem hoje *status* de proteção temporária na América Latina, enquanto dois milhões não estão regularizados ou estão próximos disso (OEA, 2019h).

---

<sup>97</sup> Chegaram a fazer parte Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia.

O GdL começou como uma iniciativa importante, mas conforme a OEA foi desbloqueada, perdeu razão de ser. Seus membros não cumprem o que prometem, não contribuem o suficiente na resposta à crise migratória e há uma clara divisão em relação à política intervencionista belicista norte-americana. Incapaz de unificar a região e sem saber para onde ir, o GdL busca se integrar com o Grupo de Contato Internacional (GCI; P. Gunson, comunicação pessoal, 2019; ver Apêndice H).

#### **5.2.4. A participação do Tribunal Penal Internacional**

O TPI (2018a) conduz exames preliminares desde 08 de fevereiro de 2018 sobre possíveis crimes contra a humanidade na Venezuela. A procuradora-chefe, Fatou Bensouda, já recebeu mais de 110 comunicações sob o artigo 15 e uma sob o artigo 14 do Estatuto de Roma, com alegações de assassinatos, detenções, tortura e outros atos desumanos, estupro e violência sexual, desaparecimentos forçados e perseguição por motivos políticos (TPI, 2018c). Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Peru e Paraguai fizeram a única comunicação sob o artigo 14 com o relatório da OEA, em setembro de 2018, pedindo a investigação desde fevereiro de 2014 (TPI, 2018b). Essa foi a primeira vez que um grupo de Estados denunciou outro. O exame preliminar do TPI apura fatos ocorridos desde abril de 2017, mas poderá incluir crimes desde 12 de fevereiro de 2014, como proposto pelos países (TPI, 2018c).

Ainda não há investigação oficial aberta, mas com a referência por Estados, isso depende agora apenas da procuradora-chefe. É certo que o sistema jurídico nacional venezuelano está aparelhado e o sistema regional não possui jurisdição, sendo importante que o TPI garanta a responsabilização de criminosos. Mesmo assim, esta poderá se tornar uma situação do dilema paz *versus* justiça. Os líderes do regime poderão recuar ser presos e desistir de negociar, impondo a qualquer acordo político que considere o TPI – que é independente – ou conte com o CSNU para interromper o processo. Assim, o TPI é um potencial travão para uma saída negociada (P. Gunson, comunicação pessoal, 2019; ver Apêndice H).

#### **5.2.5. A participação dos demais atores interessados**

O Vaticano coordenou a primeira tentativa de diálogo entre 2016 e 2017 e o ex-primeiro-ministro espanhol José Luis Zapatero mediu a segunda, na República Dominicana, entre 2017 e 2018 – ambos sem conseguir engajar de verdade o regime ou mudar a

irredutibilidade da oposição, apesar do apoio internacional (Smilde, 2017; Ramsey, 2018). Isso alimentou o descrédito desses métodos e levou ao consenso de que só servem para o regime ganhar tempo e desmobilizar a população (Smilde & Ramsey, 2019). Por isso, a comunidade internacional mudou para uma postura de pressão e negociação, como o já exposto GdL e a referência ao TPI.

#### **5.2.5.1. A Europa, o GCI e o processo de Oslo**

A União Europeia (UE) mantém sanções direcionadas desde novembro de 2017, mas sem estrangular financeiramente o regime. Estados-membros são proibidos de vender equipamentos de defesa e repressão, além de as sanções congelarem bens e proibirem viagens de lideranças do regime (UE, 2019a). Em janeiro de 2019, a UE formou o GCI para unificar a comunidade internacional em busca de “novas eleições com todas as garantias de um processo eleitoral livre e justo, supervisionado por observadores internacionais independentes. O objetivo não é ser um mediador, mas apoiar uma dinâmica política” (UE, 2019b). O GCI, portanto, mantém a pressão sem interromper o diálogo com ambos os lados.

O GCI recebeu rapidamente apoio latino-americano, passando a reunir Estados, incluindo Portugal, que reconhecem Maduro, Guaidó e nenhum dos dois<sup>98</sup>. O GCI defende o respeito aos DDHH e a libertação de presos políticos e critica grupos armados ilegais (UE, 2019c, 2019d). Após a repressão ao levante falhado de abril, o GCI condenou processos judiciais fraudulentos e afirmou que “a prioridade agora é evitar a escalada de uma situação já extremamente tensa” (UE, 2019e). Uma missão humanitária permanente foi enviada a Caracas (UE, 2019f) e o economista espanhol-uruguaio Enrique Iglesias, ex-ministro do Uruguai, foi nomeado conselheiro especial e passou a se reunir com líderes do regime e da oposição. Após o terceiro relatório do ACNUDH e em resposta à morte do capitão Acosta Arévalo, a UE exigiu o fim de “violações generalizadas” de DDHH (UE, 2019h). Os países europeus têm cumprido as sanções norte-americanas, mas a UE não tomou decisões nesse sentido.

Portugal integra o GCI, mas sua prioridade, segundo o governo, é a comunidade portuguesa na Venezuela. Em 03 de fevereiro, o Estado português reconheceu Guaidó como

---

<sup>98</sup> Os participantes são União Europeia, Alemanha, Bolívia, Costa Rica, Equador, Espanha, França, Holanda, Itália, Panamá, Portugal, Reino Unido, Suécia e Uruguai.

“presidente interino da República Bolivariana da Venezuela, com o encargo de convocar e organizar eleições presidenciais livres, inclusivas e conformes às práticas democráticas internacionalmente aceites” (Portugal, 2019), mas isso não significou ter rompido laços com o regime. O Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Luis Carneiro, oferece o entendimento de que Portugal reconheceu Guaidó seguindo a linha da UE, mas que:

É essencial manter (...) o diálogo com Juan Guaidó e todos os outros líderes da oposição e manter o diálogo com Nicolás Maduro e com seus representantes (...). Porque uma coisa é a relação Estado-Estado e outra é a relação relativa ao regime político que momentaneamente representa o Estado. (comunicação pessoal, 10 de setembro de 2019; ver Apêndice K)

Dessa forma, a relação entre os países se dá principalmente entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros português e o Ministério das Relações Exteriores venezuelano, compondo o primeiro canal – “o que melhor pode garantir a segurança e a proteção aos cidadãos nacionais e lusodescendentes” – da estratégia de quatro canais da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (Carneiro, 2019, p. 109; ver Apêndice K). É efetivamente com o regime Maduro que Portugal tem tratado para conseguir ajudar cidadãos portugueses que sofrem com a violência epidêmica e a falta de alimentos e medicamentos. Não há relatos de cidadãos portugueses que tenham sido vítimas de crimes contra a humanidade, nem de que a comunidade portuguesa constitua um alvo especial da violência (ver Apêndice K).

Ao unificar o discurso em junho, GCI e GdL declararam ainda apoio aos esforços de transição democrática das negociações mediadas pela Noruega, também chamado processo de Oslo (UE, 2019g). Uma mesa de negociação permanente chegou a ser estabelecida em julho (Noruega, 2019) para tratar de:

a) eleições presidenciais com um novo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) no prazo de um ano; b) o regresso do chavismo à Assembleia Nacional; c) o fim da Assembleia Nacional Constituinte (ANC); d) a participação de Nicolás Maduro como candidato presidencial; e) o levantamento de sanções econômicas a funcionários de Maduro. (Leon, 2019)

Ele foi interrompido em 05 de agosto após o quase embargo dos EUA, o qual o regime exigiu que fosse revertido (Reuters, 2019b). Como isso não ocorreu, Guaidó afirmou, no dia 15 de setembro, que as negociações tinham se esgotado (Centro de Comunicação Nacional,

2019) e o regime anunciou, no dia seguinte, o acordo surpresa, que não teve supervisão internacional, nem tem o respaldo da AN (Venezuela, 2019j). Ainda não houve tempo hábil para haver resultados concretos disto, mas a UE (2019k) anunciou novas sanções e o GCI e o GdL criticaram o acordo por excluir a AN e não oferecer as garantias necessárias para um processo democrático (UE, 2019i, 2019j). O processo de Oslo era promissor por ser mantido por um Estado que se manteve imparcial mesmo diante de atrocidades, reunir lideranças moderadas e ter o apoio da maioria da comunidade internacional – como GCI, GdL, AC NUDH e sociedade civil. Ele, portanto, reunia condições importantes para uma negociação de sucesso e é de se lamentar que tenha sido abandonado por causa de outros interesses de atores que jogaram contra.

#### **5.2.5.2. Os demais Estados**

Os EUA manifestam claramente a Doutrina Monroe e tudo indica que foram os responsáveis por esvaziar o processo de Oslo. Até o escolhido para o cargo de representante especial para a crise, Elliott Abrams, é um sinal em si por ser parte de memórias traumáticas da América Latina (Borger, 2019).

Sanções unilaterais são a arma principal para estrangular financeiramente o regime desde agosto de 2017 (EUA, 2017a; 2017b). Em 2019, elas foram expandidas para debilitar toda a indústria petroleira e mineira, sistema financeiro e bancário, além da compra de alimentos para os Comitês Locais de Abastecimento e Produção (EUA, 2019c, 2019d). O passo mais grave foi o quase embargo imposto em 05 de agosto, que congelou todos os bens do governo venezuelano em território norte-americano, proibiu transações com instituições públicas e previu sanções secundárias (EUA, 2019g). Os EUA queriam virar as Forças Armadas contra Maduro ou forçar o regime a cometer crimes ainda mais abomináveis que justificassem perante a opinião pública uma intervenção humanitária (Smilde & Ramsey, 2019). Nenhum dos dois se concretizou e a imposição e levantamento das sanções se tornaram reativos para quem traísse ou colaborasse com o regime (Pence, 2019; EUA, 2019e).

É certo que o colapso econômico é culpa primeiramente da administração venezuelana, mas estas sanções não estão isentas de responsabilidade no custo humanitário do *overcompliance* à escala global. À medida que o regime se tornava “financeiramente mais tóxico – no exato sentido de ser mais propenso a gerar risco regulatório e de reputação para

seus parceiros –, empresas [e bancos] que anteriormente estavam dispostas a fazer negócios decidiram que o benefício não valia mais o risco” (F. Rodríguez, 2019b, p. 32), prejudicando até grupos humanitários (Washington Office on Latin America, 2019). As exportações de petróleo da Venezuela oscilam muito desde janeiro, entre 769 mil e 1,1 milhão de barris por dia (Parraga & Guanipa, 2019), e a importação de bens e alimentos caiu pela metade (Torino Economics, 2019), arriscando produzir uma crise de fome (F. Rodríguez, 2019c).

Os EUA tiveram papel ativo ainda em minar o processo de Oslo por acreditar que Maduro estava “fingindo estar interessado em um diálogo, quando todos sabemos que ele está apenas ganhando tempo” (Vasquez, Zerpa & Bronner, 2019). Na tentativa de afastar o apoio de Rússia e China, houve até a ameaça de calote a dívidas por um futuro governo caso mantivessem o apoio ao regime (Reuters, 2019c).

A China passou de principal financiadora do regime a ator discreto a partir de janeiro de 2019. O petróleo tem sido, inclusive, recebido através da Rosneft para não afrontar os EUA (Aizhu, 2019). Pequim adota a não-intervenção (China, 2019a), apoiou o processo de Oslo, enviou pelo menos quatro carregamentos de material humanitário (Xinhua, 2019) e criticou enfaticamente o quase embargo como “grave interferência” (China, 2019b). Em nenhum momento, no entanto, os chineses vincularam seu apoio ao fim da repressão e é possível que, como foi na Líbia, permitam uma ação militar coerciva se houver garantias sobre seus vultosos investimentos no país.

A Rússia, por sua vez, mantém-se como principal fiadora do regime. Desde 2017, os russos participam na evasão a sanções com o *petro* (Shuster, 2018) e em 2019 deslocaram tropas militares para inviabilizar uma intervenção norte-americana (Padinger, 2019). O presidente Putin (2019) alega exigências contratuais, mas alerta que ‘especialistas’ podem retornar se for necessário. A estatal Rosneft também assumiu maior risco e tornou-se efetivamente no *hub* de distribuição de petróleo venezuelano aos compradores que não querem violar o quase embargo, como China e Índia (Yagova, Aizhu & Parraga, 2019). A Rússia disse apoiar o processo de Oslo, mas defendeu o acordo surpresa do regime com grupos minoritários da oposição (Rússia, 2019). Ao mesmo tempo, o país evita falar em violações de DDHH e se mostra disposto a combater “outra dessas revoluções coloridas” (Lavrov, 2019) para manter o importante aliado latino-americano.

Enquanto Cuba mantém o apoio à repressão em troca de petróleo, a Turquia mantém a venda de alimentos em troca de ouro. O mineral se tornou uma importante fonte de liquidez à medida que está mais difícil para o regime operar em mercados tradicionais e acessar divisas estrangeiras (Smith & Reel, 2019; EUA, 2019f). O estoque de ouro venezuelano está no nível mais baixo em 75 anos (Pons & Armas, 2019) à medida que ele quita dívidas (Doff, 2019) e alimenta redes criminosas em destinos improváveis como Uganda e Emirados Árabes Unidos (Steinhauser & Bariyo, 2019).

A situação está, portanto, num impasse. A comunidade internacional demorou demais a reunir vontade política para agir e depois de nove meses de pressão em 2019, foi manobrada pelo regime e já dá sinais de fadiga: os Estados latino-americanos não sabem para onde ir e tentam apelar ao TIAR; os EUA querem a mudança de regime e impuseram um quase embargo que, se não for revertido, terá graves consequências humanitárias, enquanto a Rússia dobrou a aposta de manter o regime vivo; o ConDH não criou a tão requisitada comissão de inquérito e o CSNU está bloqueado; a OEA está de mãos atadas e o SGOEA é o único líder internacional a clamar pela R2P. Embora seja de se destacar a criação da missão de apuramento dos fatos pelo ConDH, enquanto ela desenvolver seu mandato pelo próximo ano, as populações da Venezuela devem continuar sendo vítimas de crimes contra a humanidade.

## CONCLUSÃO

Esta investigação se desenvolveu da seguinte pergunta de partida: de que forma e com que eficácia o Estado venezuelano e a comunidade internacional estão colaborando e aplicando os mecanismos de prevenção previstos pela responsabilidade de proteger (R2P) para impedir a ocorrência de crimes de atrocidade massiva no contexto de crise da Venezuela? É certo que a R2P é um compromisso político que “aspira a um mundo de soberanos responsáveis que protegem suas populações de atrocidades por hábito” (Bellamy & Luck, 2018, p. 113) através do cumprimento das normas internacionais de direitos humanos (DDHH). Também é certo que o caminho para chegar a tal realidade idealista utópica passa necessariamente pela plena colaboração de todos os atores da comunidade internacional. Mesmo assim, não caberia sermos ingênuos e imaginar que isto já é realidade, pelo que precisamos adaptar o enquadramento teórico idealista utópico ao real-utopismo, para entender a realidade que precisa ser transformada e, então, propor a transformação necessária. Depois de todo o exposto até aqui, consideramos como resposta adequada à pergunta de partida que: a comunidade internacional não busca na sua totalidade cumprir sua responsabilidade de proteger as populações da Venezuela de atrocidades cometidas pelo Estado neste contexto de crise porque está dispersa e atua de forma dividida à medida em que se antagonizam outros interesses de atores externos apesar da violação sistemática e generalizada de DDHH.

Alcançamos esta resposta através da busca do nosso objetivo principal de determinar quais instrumentos são utilizados pela comunidade internacional no cumprimento da sua R2P e se eles estão aliviando a crise ou intensificando as atrocidades na Venezuela. Os instrumentos que identificamos têm naturezas muito variadas, fruto da dispersão da comunidade internacional em grupos até antagônicos que atuam concomitantemente.

Em primeiro lugar, organizações da sociedade civil cumpriram seu papel de emitir *early warnings* sobre a deterioração do Estado de Direito, a existência de risco e a ocorrência de atrocidades na Venezuela desde a primeira década do século XXI, com agravamento a partir de 2014. Em segundo lugar, os Estados vizinhos demoraram muito e só conseguiram reunir apoio suficiente para iniciar uma pressão coletiva sobre o governo venezuelano em 2017. Esse esforço se dá até hoje através do isolamento diplomático e do reconhecimento ao governo



autoproclamado de Juan Guaidó através do Grupo de Lima (GdL), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da referência da situação ao Tribunal Penal Internacional (TPI). O Grupo de Contato Internacional (GCI) também pressiona, mas o faz partindo da cooperação e diálogo com o regime e oposição para costurar uma nova eleição, enquanto o governo da Noruega se dispôs a mediar a negociação entre as partes – que nos pareceu a ferramenta mais promissora para interromper crimes de atrocidade e evitar uma transição violenta, apesar de ter sido abandonado. Já o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (ConDH) também demorou a agir e foca na responsabilização futura ao criar a missão de apuramento dos fatos. Em terceiro lugar, Estados Unidos (EUA) e Rússia protagonizam um embate de interesses sem relação aparente com a R2P, às custas da população venezuelana. As sanções e o quase embargo norte-americano foram decididos apesar da consciência do grave impacto humanitário que terão, enquanto a sustentação militar e financeira russa não-condicionada ao fim da violência permite que o regime continue a cometer atrocidades.

Dessa forma, podemos avaliar como parcialmente concretizada nossa hipótese principal de que nenhum país envolvido está cumprindo sua responsabilidade, adotando sempre uma postura reativa, direcionada apenas para responder à crise migratória, em vez de uma postura preventiva, que seria expressa na colaboração de fato com o governo venezuelano para prevenir o agravamento da crise e o desencadeamento de atrocidades. A confirmação é parcial por uma série de motivos.

Acreditamos que ficou demonstrado que nenhum Estado está efetivamente cumprindo sua R2P à medida que o regime continua cometendo crimes contra a humanidade para eliminar o setor da população civil que reconhece como opositor, apesar de ainda não haver sentença de trânsito em julgado. O mundo viu de braços cruzados a Venezuela descer o caminho que a trouxe a este contexto enquanto eram cometidos crimes pelo menos desde 2014. A comunidade internacional não transformou *early warnings* em *early action* à medida que: China e Rússia concederam empréstimos bilionários; Cuba apoiou a repressão; Índia manteve laços econômicos; o ConDH fez poucas menções na segunda Revisão Periódica Universal; e a OEA aprovou resoluções até de solidariedade ao regime.

Os primeiros esforços concretos da comunidade internacional vieram tardiamente, quando prevenção e reação já se misturavam, com a superação do bloqueio na OEA através do GdL em 2017. O impulso, no entanto, não parece ter sido os ataques sistemáticos aos

DDHH e sim o drástico agravamento da crise migratória. Em fins de 2018 e início de 2019, o envolvimento da comunidade internacional muda de escala e o foco passa à natureza autoritária do regime e as violações de DDHH. O ConDH aprovou três resoluções, criou uma missão de apuramento dos fatos e terá o assunto em pauta por mais um ano, o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) votou dois rascunhos de resolução, a OEA aprovou nove resoluções apenas em 2019 – mais do que em todos os anos anteriores juntos –, a União Europeia se envolveu diretamente e a Noruega contribuiu com a melhor ferramenta para solucionar a crise até o momento. Portanto, se a postura reativa era apenas direcionada à crise migratória quando começamos esta investigação, é certo que hoje já não é o caso, mas falta observar para onde a comunidade internacional vai agora que o processo de Oslo se esgotou.

Ademais, nossa hipótese secundária sugeria que parte dos mecanismos previstos para a prevenção tem, na verdade, ajudado a piorar a situação humanitária com o objetivo de estressar a situação e forçar uma mudança de regime na Venezuela, mesmo que violenta. Consideramos que esta hipótese se comprovou na totalidade, nomeadamente em relação à política dos EUA. Como ficou demonstrado, desde 2017 – e principalmente a partir de 2019 – o governo norte-americano é orientado pela Doutrina Monroe para aplicar sanções financeiras e o quase embargo para estrangular financeiramente o regime e forçar uma mudança de governo. Como foi demonstrado, a economia venezuelana é totalmente dependente das receitas do petróleo até para que haja os alimentos e medicamentos mais básicos para a sobrevivência da população. Assim, as sanções e o quase embargo podem prejudicar o regime, mas também têm inevitavelmente consequências desfavoráveis à população civil. O governo dos EUA se mostra, dessa forma, disposto a piorar a crise humanitária na Venezuela para alcançar o seu objetivo primário de derrubar o regime Maduro.

Para respondermos a pergunta de partida, alcançar nossos objetivos e comprovar ou refutar nossas hipóteses, percorremos um importante caminho. Sabíamos desde o início que investigar a atuação da comunidade internacional em uma crise ainda em desenvolvimento seria um grande desafio. Por isso, buscamos fontes primárias e secundárias, seguindo os principais suportes de comunicação internacionais e venezuelanos, além dos acontecimentos do dia a dia em organizações internacionais, adaptando os métodos propostos para otimizar o tempo e o trabalho conforme o contexto mudava. Das quatro entrevistas previstas no

projeto submetido, realizamos uma com Philip Gunson, do *International Crisis Group*, e substituímos outra com a Conselheira Especial do Secretário-Geral da ONU para a R2P, Karen Smith, pela Conselheira do Secretário-Geral da OEA, Monika LeRoy. Não pudemos conversar com Karen Smith por limitações do regulamento interno da ONU, enquanto a entrevista com Monika LeRoy se mostrou oportuna pela sua recente nomeação como ponto focal da R2P na organização. As outras duas entrevistas propostas, com o representante especial das agências da ONU, Eduardo Stein, e o coordenador do grupo sobre a crise migratória da OEA, David Smolansky, foram descartadas à medida que seriam repetitivas do conteúdo de relatórios minuciosos que foram publicados posteriormente pelas suas organizações. Para tornar a pesquisa mais relevante ao Instituto no qual buscamos obter o grau de Mestre, decidimos incluir ainda uma entrevista com o senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Luís Carneiro, que gentilmente aceitou conversar sobre a situação dos cidadãos portugueses na Venezuela. As transcrições destas entrevistas estão disponíveis nos apêndices desta dissertação.

Depois de todo esse esforço e mesmo que não fosse um objetivo *per se*, esperávamos ainda que fosse possível retirarmos algumas lições da crise na Venezuela para fazer uma proposta concreta sobre como a R2P pode evoluir enquanto norma internacional e mecanismo efetivo de proteção dos DDHH operando sob o respeito à soberania do Estado.

Por um lado, no âmbito global, esta parece ser uma chance perdida para a comunidade internacional reafirmar o compromisso da R2P. Isso porque nenhum texto no sistema da ONU a mencionou nominalmente, nem mesmo a resolução que criou a missão de apuramento dos fatos. Esta crise, inclusive, já parece ser parte da lista de situações de atrocidades que não encontram consenso no CSNU por causa de interesses próprios das potências e poderá reavivar o debate sobre a responsabilidade de não vetar.

A referência da crise na Venezuela por seis Estados ao TPI também carrega riscos. Mesmo que seja importante na responsabilização de criminosos, por ter sido feita ainda em 2018, antes que a comunidade internacional se engajasse concretamente, ela pode colocar em risco todo o processo diplomático de interrupção de atrocidades e solução pacífica, além de politizar o trabalho do TPI à medida que um eventual acordo entre regime e oposição inclua a interrupção dos exames preliminares ou investigações.

Por outro lado, no âmbito regional, a crise na Venezuela oferece importantes lições, das quais tiramos algumas conclusões. Primeiro, ela serviu de importante alerta para a necessidade do debate da R2P no sistema interamericano. Segundo, ela suscitou avanços importantes na OEA, como o acordo para criar um mecanismo de *early warnings* sobre crimes contra a humanidade e a nomeação de Monika LeRoy como ponto focal, inclusive preparando um primeiro relatório sobre o estado da R2P nas Américas a ser publicado. Terceiro, o atual secretário-geral é uma figura contestada no sistema interamericano e seu protagonismo, apesar dos resultados positivos já mencionados, poderá prejudicar a institucionalização da R2P no futuro. Isso deriva do fato de que Luis Almagro não conseguiu convencer os Estados a incluir a norma ou a expressão crimes contra a humanidade nominalmente em nenhuma das nove resoluções da OEA em 2019, nem mesmo quando se falou explicitamente em tortura, execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados. Para além disso, a relação direta que estabelece em seus discursos entre a R2P e uma intervenção armada na Venezuela reforça um entendimento errado da natureza da norma, dando munição aos seus detratores.

Ainda neste espírito, inspirados pelo enquadramento teórico idealista utópico e pelas metodologias pós-positivistas, fazemos propostas concretas para superar a crise:

- Democracia é importante, mas o objetivo imediato da comunidade internacional tem que ser a interrupção dos crimes de atrocidade pelo regime;
- Os Estados devem abandonar o discurso belicista e aprofundar o engajamento em uma solução política;
- Os EUA precisam abandonar a Doutrina Monroe e deixar de piorar o contexto de crise humanitária por interesses próprios;
- Rússia e China devem ser engajados para utilizar a influência que detêm sobre o regime para interromper os crimes de atrocidade;
- Os Estados vizinhos precisam aprofundar os esforços humanitários, colaborar com as agências da ONU, cobrar daqueles que fecham fronteiras e continuar avançando a regularização dos migrantes venezuelanos.

Contudo, temos consciência que as implicações geopolíticas, geoestratégicas e geoeconômicas afiguram a improbabilidade de que esta crise seja solucionada da forma ideal.

Neste sentido, é expectável que tais potências adotem postura realista, não para resolver a crise, mas para retirar dela e para si quanto mais vantagens puderem, protegendo as populações na Venezuela à medida que isso ajude a avançar seus próprios interesses. O que torna isto também possível.

Ao mesmo tempo, o contexto mais amplo no hemisfério Ocidental também é muito preocupante, havendo desafios simultâneos, por exemplo, na Nicarágua, Honduras, Haiti, Colômbia, Estados Unidos e Brasil. Para o avanço da R2P nas Américas, propomos que:

- Os Estados defensores assumam o empreendedorismo da R2P nas Américas e aprovem uma resolução, preferencialmente na Assembleia Geral, afirmando o compromisso de implementá-la;
- A ponto focal da OEA trabalhe com os Estados defensores da R2P, com a Rede Latinoamericana para a Prevenção do Genocídio e Atrocidades Massivas e com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (ComIDH);
- A ComIDH seja mais bem equipada, financiada e preparada para a R2P, possivelmente através da nomeação de um representante dedicado à prevenção de atrocidades.

Mais do que o fortalecimento do sistema interamericano de proteção de DDHH para prevenir atrocidades, é preciso incentivar a internalização destes valores por governos e sociedade civil, especialmente na Venezuela. Exatamente como isto pode ser feito a nível continental ainda carece de investigação suficiente, mas esperamos ter contribuído para o debate.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, V. (04 de julho de 2019). Agentes de la inteligencia de Maduro mataron a golpes al capitán Acosta. *ABC Internacional*. Disponível em [https://www.abc.es/internacional/abci-agentes-inteligencia-maduro-mataron-golpes-capitan-acosta-201907032301\\_noticia.html](https://www.abc.es/internacional/abci-agentes-inteligencia-maduro-mataron-golpes-capitan-acosta-201907032301_noticia.html) [acessado em 05 de julho de 2019]
- Acceso a la Justicia. (2017). *El TSJ: La joya que pocos han podido retener*. Disponível em <https://www.accesoalajusticia.org/wp-content/uploads/2017/03/El-TSJ-La-joya-que-pocos-han-podido-retener.pdf> [acessado em 19 de junho de 2019]
- Acceso a la Justicia. (2018). *Cronología del caso de María Lourdes Afiuni*. Disponível em <https://www.accesoalajusticia.org/cronologia-maria-lourdes-afiuni/> [acessado em 19 de junho de 2019]
- Adams, S. (2012). Libya and the responsibility to protect. *Global Centre for the Responsibility to Protect* (Occasional Paper Series, no. 3) Disponível em <http://www.globalr2p.org/media/files/libyaandr2poccasionalpaper-1.pdf> [acessado em 24 de dezembro de 2017]
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. (2019). *Relações económicas bilaterais com a Venezuela 2014-2018*. Disponível em [http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/InvestimentoDirectodePortugalemVenezuela2004\\_2008.aspx](http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/InvestimentoDirectodePortugalemVenezuela2004_2008.aspx) [acessado em 04 de setembro de 2019]
- Aizhu, C. (10 de setembro de 2019). China CNPC skips Venezuelan oil loading for second month: sources. *Reuters*. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-china-venezuela-oil/china-cnpc-skips-venezuelan-oil-loading-for-second-month-sources-idUSKCN1VV0F1> [acessado em 11 de setembro de 2019]
- Al Hussein, Z. R. (2017). *Darker and more dangerous: high commissioner updates the Human Rights Council on human rights issues in 40 countries (11 September 2017)*. Disponível em <https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=22041&LangID=E> [acessado em 07 de julho de 2019]
- Al Hussein, Z. R. (2018). *Opening statement and global update of human rights concerns by UN High Commissioner for Human Rights Zeid Ra'ad Al Hussein at 38th session of the Human Rights Council (18 June 2018)*. Disponível em 65

<https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=23206&LangID=E>  
[acessado em 07 de julho de 2019]

Almagro, L. (2016). Secretary general's I report on Venezuela to the Permanent Council. *Organização dos Estados Americanos*. Disponível em <http://www.oas.org/documents/eng/press/OSG-243.en.pdf> [acessado em 23 de julho de 2019]

Almagro, L. (2017a). Secretary general's II report on Venezuela to the Permanent Council. *Organização dos Estados Americanos*. Disponível em <http://www.oas.org/documents/eng/press/Informe-VZ-II-English-Final-Signed.pdf> [acessado em 12 de julho de 2019]

Almagro, L. (2017b). Secretary general's III report on Venezuela to the Permanent Council. *Organização dos Estados Americanos*. Disponível em <http://www.oas.org/documents/eng/press/TERCER-INFORME-VENEZUELA-ENGLISH-Final-signed.pdf> [acessado em 23 de julho de 2019]

Almagro, L. (27 de setembro de 2018). The world has a responsibility to protect the people of Venezuela. *Financial Times*. Disponível em <https://www.ft.com/content/af68e6e2-c0b4-11e8-84cd-9e601db069b8> [acessado em 29 de junho de 2019]

Almagro, L. (08 de maio de 2019a). The responsibility to protect in Venezuela [Arquivo de vídeo]. *Center for Strategic & International Studies (CSIS)*. Disponível em <https://www.csis.org/events/responsibility-protect-venezuela> [acessado em 12 de julho de 2019]

Almagro, L. (25 de junho de 2019b). 'Colombia está llegando al límite en recepción de venezolanos'. (D. A. Mercado, entrevistador). *El Tiempo*. Disponível em <https://www.eltiempo.com/colombia/medellin/secretario-general-de-la-oea-habla-sobre-la-crisis-en-venezuela-380030> [acessado em 14 de julho de 2019]

Almagro, L. (2019c). Deepening R2P in Latin America. *Horizons*, 14, 198-209. Disponível em <https://www.cirsd.org/en/horizons/horizons-summer-2019-issue-no-14/deepening-r2p-in-latin-america> [acessado em 12 de agosto de 2019]

Amorim, C. (2005). *Statement by H. E. Ambassador Celso Amorim, minister of External Relations of the Federative Republic of Brazil, at the opening of the General Debate of the 60th Session of the United Nations General Assembly*. Disponível em

<http://www.un.org/webcast/ga/60/statements/bra050917eng.pdf> [acessado em 15 de novembro de 2018]

Anistia Internacional (AI). (2011). *Human rights guarantees must be respected: a summary of human rights concerns. Amnesty International Submission to the UN Universal Periodic Review, March 2011.* Disponível em <https://www.amnesty.org/download/Documents/28000/amr530072011en.pdf> [acessado em 05 de julho de 2019]

Anistia Internacional (AI). (2018). *This is no way to live: public security and right to life in Venezuela.* Disponível em <https://www.amnesty.org/download/Documents/AMR5389752018ENGLISH.PDF> [acessado em 02 de julho de 2019]

Araújo, R. P. (2013). *Discursos políticos comparados: indigenismo e bolivarianismo (1992-2012)*. Tese de doutoramento, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em <http://objdig.ufrj.br/34/teses/799688.pdf> [acessado em 20 de junho de 2018].

Arriola, J. E. (06 de dezembro de 2018). Luis Almagro will seek OAS re-election as Venezuela crisis heats up. *Bloomberg*. Disponível em <https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-12-06/almagro-to-seek-reelection-as-oas-secretary-general-2020-2025> [acessado em 12 de julho de 2019]

Bachelet, M. (2019a). *Statement by UN High Commissioner for Human Rights Michelle Bachelet, 40th session of the Human Rights Council: Oral update on the situation of human rights in the Bolivarian Republic of Venezuela.* Disponível em <https://www.ohchr.org/en/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=24374> [acessado em 07 de julho de 2019]

Bachelet, M. (2019b). *Actualización oral sobre la situación de los derechos humanos en la República Bolivariana de Venezuela.* Disponível em <https://www.ohchr.org/SP/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=24958&LangID=S> [acessado em 09 de setembro de 2019]

Bellamy, A. J. (2011). Mass atrocities and armed conflict: Links, distinctions, and implications for the responsibility to prevent. *The Stanley Foundation*. Disponível em



<https://www.stanleyfoundation.org/publications/pab/BellamyPAB22011.pdf> [acessado em 03 de abril de 2019]

Bellamy, A. J. & Luck, E. C. (2018). *The responsibility to protect: from promise to practice*. Cambridge: Polity Press.

Benzi, D. & Zapata, X. (2013). Geopolítica, economía y solidaridad internacional en la nueva cooperación Sur-Sur: el caso de la Venezuela bolivariana y PetroCaribe. *América Latina Hoy*, 63, 65-89. Disponível em <http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/issue/view/622> [acessado em 01 de junho de 2019]

Berg, R. C. & Martínez-Fernández, A. (2019). Venezuela is armed to the hilt. *Foreign Policy*. <https://foreignpolicy.com/2019/05/02/venezuela-is-armed-to-the-hilt/> [acessado em 04 de maio de 2019]

Berwick, A. (14 de novembro de 2018). How ZTE helps Venezuela create China-style social control. *Reuters*. Disponível em <https://www.reuters.com/investigates/special-report/venezuela-zte/> [acessado em 11 de maio de 2019]

Boersner, D. (2003). Las relaciones internacionales de Venezuela. *Revista SIC*, 660 (552-554). Disponível em [http://gumilla.org/biblioteca/bases/biblo/texto/SIC2003660\\_552-554.pdf](http://gumilla.org/biblioteca/bases/biblo/texto/SIC2003660_552-554.pdf) [acessado em 17 de maio de 2019]

Bolívar, S. (2009). *Antología Simón Bolívar*. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información.

Borger, J. (26 de janeiro de 2019). US diplomat convicted over Iran-Contra appointed special envoy for Venezuela. *The Guardian*. Disponível em <https://www.theguardian.com/us-news/2019/jan/26/elliott-abrams-venezuela-us-special-envoy> [acessado em 11 agosto de 2019]

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. (2018). *Declaração de Quito sobre a Mobilidade Humana dos Cidadãos Venezuelanos na Região – Documento de trabalho – 4 de setembro de 2018*. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/sem-categoria/19431-declaracao-de-quito-sobre-a-mobilidade-humana-dos-cidadaos-venezuelanos-na-regiao-documento-de-trabalho-4-de-setembro-de-2018> [acessado em 13 de julho de 2019]

British Petroleum (BP). (2019). *BP Statistical Review of World Energy*. Disponível em <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy->

economics/statistical-review/bp-stats-review-2019-full-report.pdf [acessado em 16 de junho de 2019]

Bronner, E., Vasquez, A. & Wainer, D. (01 de abril de 2019). How has Maduro survived? With lots of help from cuban operatives. *Bloomberg*. Disponível em <https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-04-01/how-has-maduro-survived-with-lots-of-help-from-cuban-operatives> [acessado em 05 de maio de 2019]

Brun, E. (2019). Venezuela en la ONU. *Foreign Affairs Latinoamérica*, 19(2), 75-83. Disponível em: <http://revistafal.com/numeros-anteriores/fal-19-2/> [acessado em 10 de julho de 2019]

Cabrita, I. (2010). *Breve ensaio sobre os direitos humanos*. Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Cáritas. (2018). *Monitoreo de la situación nutricional en niños menores de 5 años (Octubre-Diciembre 2018)*. Disponível em <http://caritasvenezuela.org/wp-content/uploads/2019/02/9no-Boletin-SAMAN-Caritas-Venezuela-Oct-Diciembre-2018.pdf> [acessado em 17 de junho de 2019]

Carneiro, J. L. (2019). *Valorizar os portugueses no mundo: Por uma visão estratégica partilhada 2015-2019*. Lisboa: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

Carnevali, A. T. (2015). Has Brazil's responsibility while protecting changed Venezuela's skepticism about the responsibility to protect? *Pensamiento propio*, 41, 213-223. Disponível em <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2015/09/pp41-web-FINAL-Corr.pdf> [acessado em 28 de junho de 2019]

Carr, E. H. (2001). *Vinte anos de crise: 1919-1939* (2ª ed.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

Casey, N. (02 de maio de 2019). Secret Venezuela files warn about Maduro confidant. *The New York Times*. Disponível em <https://www.nytimes.com/2019/05/02/world/americas/venezuela-maduro-hezbollah-drugs.html> [acessado em 03 de maio de 2019]

Catar. Missão Permanente do Estado do Catar nas Nações Unidas. (23 de abril de 2019). *Statement on behalf of the Group of Friends of the Responsibility to Protect on Women, Peace and Security: Sexual Violence in Conflict*. Disponível em <http://www.globalr2p.org/media/files/final-version-gof-r2p-statement-open-debate-unsc-sexual-violence-in-conflict.pdf> [acessado em 29 de junho de 2019]

Centro de Justicia e Paz. (2019). *ONG de DDHH y sociedad civil venezolana respaldan el trabajo del ACNUDH y exige respeto para sus oficiales presentes en el país*. Disponível em

[https://cepaz.org/documentos\\_informes/ong-de-ddhh-y-sociedad-civil-venezolana-respaldan-el-trabajo-del-acnudh-y-exige-respeto-para-sus-oficiales-presentes-en-el-pais/](https://cepaz.org/documentos_informes/ong-de-ddhh-y-sociedad-civil-venezolana-respaldan-el-trabajo-del-acnudh-y-exige-respeto-para-sus-oficiales-presentes-en-el-pais/)  
[acessado em 07 de julho de 2019]

Cervo, A. L. (2001). *Relações Internacionais da América Latina: Velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI.

Chade, J. (13 de setembro de 2019). *Proposta do Brasil contra Maduro na ONU gera desentendimento com Europa* [Post de blog]. Disponível em <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/09/13/proposta-do-brasil-contra-maduro-na-onu-gera-desentendimento-com-europa/> [acessado em 16 de setembro de 2019]

Chávez, H. (2005a). *Selección de discursos del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. (Tomo 1, 1999)*. Caracas: Presidencia de la República Bolivariana de Venezuela.

Chávez, H. (2005b). *Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías en la sexagésima Asamblea General de la Organización de Naciones Unidas*. Disponível em <https://www.un.org/webcast/summit2005/statements15/venezuela050915spa.pdf> [acessado em 29 de junho de 2019]

Chávez, H. (2006). *Intervención del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez en el sexagesimo primer período de sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas*. Disponível em <https://www.un.org/webcast/ga/61/pdfs/venezuela-s.pdf> [acessado em 25 de maio de 2019]

Chávez, H. (2013). *El libro azul* (2ª Ed.). Caracas: Ediciones Correo del Orinoco.

China. Ministério das Relações Exteriores. (2019a). *Foreign Ministry Spokesperson Geng Shuang's regular press conference on May 8, 2019*. Disponível em [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/xwfw\\_665399/s2510\\_665401/t1661701.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xwfw_665399/s2510_665401/t1661701.shtml) [acessado em 16 de julho de 2019]

China. Ministério das Relações Exteriores. (2019b). *Foreign Ministry spokesperson Hua Chunying's remarks on US remarks on Venezuela and China-Venezuela cooperation*. Disponível em [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/xwfw\\_665399/s2510\\_665401/2511\\_665403/t1687014.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xwfw_665399/s2510_665401/2511_665403/t1687014.shtml) [acessado em 09 de agosto 2019]

- CNN. (03 de março de 2019). *CNN State of the Union: Interview with U.S. National Security Adviser John Bolton*. Disponível em <http://edition.cnn.com/TRANSCRIPTS/1903/03/sotu.01.html> [acessado em 09 de maio de 2019]
- Coalición de Organizaciones por el Derecho a la Salud y la Vida. (2018). *Emergencia humanitária compleja en Venezuela: Derecho a la salud (Reporte nacional: Septiembre 2018)*. Disponível em <http://www.codevida.org/codevida/wp-content/uploads/Reporte-Nacional-EHC-Derecho-a-la-Salud-septiembre-2018-Espan%CC%83ol1.pdf> [acessado em 17 de junho de 2019]
- Cohen, R. (1991). Human rights protection for internally displaced persons. *Refugee Policy Group*. Disponível em <http://repository.forcedmigration.org/pdf/?pid=fmo:727> [acessado em 23 de agosto de 2019]
- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. (2016). *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 2015*. Disponível em <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae> [acessado em 18 de maio de 2019]
- Comitê Internacional da Cruz Vermelha. (2019a). *Venezuela: the ICRC's Caracas regional delegation. Operational report (January - June 2019)*. Disponível em [https://www.icrc.org/en/download/file/100304/ff\\_venezuela\\_eng.pdf](https://www.icrc.org/en/download/file/100304/ff_venezuela_eng.pdf) [acessado em 17 de julho de 2019]
- Comitê para Proteção de Jornalistas. (2018). *Luz Mely Reyes, Venezuela (International Press Freedom Awards)*. Disponível em <https://cpj.org/awards/2018/luz-mely-reyes-venezuela.php> [acessado em 21 de julho de 2019]
- Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal. (2019). *Las 50 ciudades más violentas del mundo 2018*. Disponível em <http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/seguridad/1567-estudio-las-50-ciudades-mas-violentas-del-mundo-2018> [acessado em 09 de junho de 2019]
- Corte Interamericana de Derechos Humanos. (1999). *I/A Court H.R., Case of the Caracazo v. Venezuela. Merits. Judgment of November 11, 1999. Series C No. 58*. Disponível em [http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_58\\_ing.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_58_ing.pdf) [acessado em 06 de junho de 2019]
- Corte Interamericana de Derechos Humanos. (2019a). *Casos en etapa de supervisión*. Disponível em [http://www.corteidh.or.cr/cf/jurisprudencia2/casos\\_en\\_etapa\\_de\\_supervision.cfm](http://www.corteidh.or.cr/cf/jurisprudencia2/casos_en_etapa_de_supervision.cfm) [acessado em 10 de julho de 2019]

- Corte Interamericana de Derechos Humanos. (2019b). *Casos en etapa de fondo (pendiente de emitirse sentencia)*. Disponível em [http://www.corteidh.or.cr/cf/jurisprudencia2/casos\\_en\\_etapa\\_de\\_fondo.cfm](http://www.corteidh.or.cr/cf/jurisprudencia2/casos_en_etapa_de_fondo.cfm) [acessado em 10 de julho de 2019]
- Corte Interamericana de Derechos Humanos. (2019c). *ABC de la Corte Interamericana de Derechos Humanos 2019: el cómo, cuándo, dónde y porque de la Corte Interamericana de Derechos Humanos*. São José, Costa Rica. Disponível em <http://www.corteidh.or.cr/tablas/abccorte/abc/2/index.html> [acessado em 14 de setembro de 2019]
- Crossley, N. (2013). A model case of R2P prevention? Mediation in the aftermath of Kenya's 2007 presidential elections. *Global Responsibility to Protect*, 5(2), 192-214. DOI: 10.1163/1875984X-00502004
- Daniels, A. (2018). Statement by International Service for Human Rights, delivered by Mr. Ali Daniels: United Nations Human Rights Council 39th regular session. *Universidad Católica Andrés Bello*. Disponível em [http://w2.ucab.edu.ve/tl\\_files/CDH/imagenes/Asistencia%20a%20detenidos/Intervencion%20Vzla%20Ecu%20ISHR%20HRC\\_ISHR.pdf](http://w2.ucab.edu.ve/tl_files/CDH/imagenes/Asistencia%20a%20detenidos/Intervencion%20Vzla%20Ecu%20ISHR%20HRC_ISHR.pdf) [acessado em 06 de julho de 2019]
- Deng, F. M. (2010). From 'sovereignty as responsibility' to the 'responsibility to protect'. *Global Responsibility to Protect*, 2(4), 353-370. DOI: 10.1163/187598410X519534
- Deng, F. M., Armacost, M. H., Kimaro, S., Lyons, T., Rothchild, D. S., & Zartman, I. W. (1996). *Sovereignty as responsibility: Conflict management in Africa*. Washington: The Brookings Institution.
- Doff, N. (19 de abril de 2019). Russia says it received debt payment from Venezuela on time. *Bloomberg*. Disponível em <https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-04-19/russia-says-it-received-debt-payment-from-venezuela-on-time> [acessado em 17 de julho de 2019]
- Donnelly, J. (1999). Social construction of international human rights. In T. Dunne & N. J. Wheeler (Eds.), *Human rights in global politics* (pp. 71-102). Cambridge: Cambridge University Press.
- Efecto Cocuyo. (24 de agosto de 2017). *Almagro: Ortega Díaz y magistrados en el exilio investigarán corrupción en Venezuela*. Disponível em <http://efectococuyo.com/politica/almagro-ortega-diaz-y-magistrados-en-el-exilio-investigaran-corrupcion-en-venezuela/> [acessado em 19 de junho de 2019]

- Efecto Cocuyo. (26 de janeiro de 2019). *Ocho preguntas y respuestas para entender cómo se aplicará la Ley de Amnistía*. Disponível em <https://efectococuyo.com/politica/ocho-preguntas-y-respuestas-para-entender-como-se-aplicara-la-ley-de-amnistia/> [acessado em 08 de setembro de 2019]
- Ellis, R. E. (2010). *Venezuela's relationship with China: implications for the Chávez regime and the region*. Miami: Universidade de Miami. Disponível em [https://umshare.miami.edu/web/wda/hemisphericpolicy/Ellis\\_Venezuelas\\_Relationship\\_w\\_China.pdf](https://umshare.miami.edu/web/wda/hemisphericpolicy/Ellis_Venezuelas_Relationship_w_China.pdf) [acessado em 09 de dezembro de 2017]
- Ellis, R. E. (2011). China-Latin America military engagement: good will, good business, and strategic position. *Strategic Studies Institute*. Disponível em <https://ssi.armywarcollege.edu/pdffiles/PUB1077.pdf> [acessado em 08 de maio de 2019]
- Ellis, R. E. (2015). The new Russian engagement with Latin America: strategic position, commerce, and dreams of the past. *Strategic Studies Institute*. Disponível em <https://publications.armywarcollege.edu/pubs/2345.pdf> [acessado em 12 de maio de 2019]
- Estados Unidos da América. (2017a). *Executive Order 13808 of August 24, 2017: imposing additional sanctions with respect to the situation in Venezuela*. Disponível em <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/13808.pdf> [acessado em 16 de julho de 2019]
- Estados Unidos da América. Rede de Combate a Crimes Financeiros. (2017b). *Advisory on widespread public corruption in Venezuela (FIN-2017-A006)*. Disponível em <https://www.fincen.gov/sites/default/files/advisory/2017-09-20/FinCEN%20Advisory%20FIN-2017-A006-508%20Compliant.pdf> [acessado em 16 de julho de 2019]
- Estados Unidos da América. (2017c). *National Security Strategy of the United States of America: December 2017*. Washington, DC. Disponível em <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf> [acessado em 09 de maio de 2019]
- Estados Unidos da América. (17 de abril de 2019a). *Ambassador Bolton remarks to the Bay of Pigs Veterans Association – Brigade 2506*. Disponível em <https://cu.usembassy.gov/ambassador-bolton-bay-of-pigs-veterans-association-brigade-2506/> [acessado em 09 de maio de 2019]
- Estados Unidos da América. Administração de Informação Energética. (2019b). *U.S. Imports from Venezuela of Crude Oil (Monthly: 1973-2019)*. Disponível em

<https://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=MCRIMUSVE2&f=M>

[acessado em 09 de maio de 2019]

Estados Unidos da América. Departamento de Estado. (2019c). *Venezuela-related sanctions*.

Disponível em <https://www.state.gov/venezuela-related-sanctions/> [acessado em 10 de maio de 2019]

Estados Unidos da América. Departamento do Tesouro. (2019d). *Venezuela-related sanctions*.

Disponível em <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/programs/pages/venezuela.aspx> [acessado em 16 de julho de 2019]

Estados Unidos da América. Departamento do Tesouro. (2019e). *Treasury Sanctions Venezuela's Military Counterintelligence Agency Following the Death of a Venezuelan Navy Captain*.

Disponível em <https://home.treasury.gov/news/press-releases/sm727> [acessado em 14 de julho de 2019]

Estados Unidos da América. Departamento do Tesouro. (2019f). *Treasury disrupts corruption network stealing from Venezuela's food distribution program, CLAP*. Disponível em

<https://home.treasury.gov/news/press-releases/sm741> [acessado em 09 de agosto de 2019]

Estados Unidos da América. Departamento do Tesouro. (2019g). *Executive Order 13884 of August 5, 2019: Blocking property of the government of Venezuela*. Disponível em

<https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/13884.pdf> [acessado em 09 de agosto de 2019]

Evans, G. (2008). *The responsibility to protect: ending mass atrocity crimes once and for all*. Washington, DC: Brookings Institution Press.

Evans, G. (08 de abril de 2016). Learning from Libya. *Project Syndicate*. Disponível em <https://www.project-syndicate.org/commentary/obama-wrong-lessons-from-libya-by-gareth-evans-2016-04> [acessado em 07 de fevereiro de 2018]

Fabius, L. (04 de outubro de 2013). A call for self-restraint at the U.N. *The New York Times*. Disponível em <https://www.nytimes.com/2013/10/04/opinion/a-call-for-self-restraint-at-the-un.html> [acessado em 01 de abril de 2019]

Financial Tracking Service. (2019). *Regional Refugee and Migrant Response Plan (for Refugees and Migrants from Venezuela)*. Disponível em <https://fts.unocha.org/appeals/726/summary> [acessado em 13 de julho de 2019]



- Freedom House. (2018). *Freedom in the world 2018: Venezuela*. Disponível em <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2018/venezuela> [acessado em 04 de agosto de 2019]
- Fundo Monetário Internacional. (2019a). *Country data: República Bolivariana de Venezuela*. Disponível em <https://www.imf.org/en/Countries/VEN#countrydata> [acessado em 09 de junho de 2019]
- Fundo Monetário Internacional. (2019b). *Outlook for Latin America and the Caribbean: a stalling recovery*. Disponível em <https://blogs.imf.org/2019/07/29/outlook-for-latin-america-and-the-caribbean-a-stalling-recovery/> [acessado em 02 de agosto de 2019]
- Furtado C. (1957). O desenvolvimento recente da economia venezuelana, 1957. In C. Furtado, *Ensaio sobre a Venezuela: Subdesenvolvimento com abundância de divisas* (pp. 35-118). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Furtado C. (1974). Notas sobre a economia venezuelana e suas perspectivas atuais, 1974. In C. Furtado, *Ensaio sobre a Venezuela: Subdesenvolvimento com abundância de divisas* (pp. 119-135). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Gallagher, K. P. & Myers, M. (2019). *China-Latin America Finance Database*. Washington, DC: Inter-American Dialogue. [acessado em 08 de maio de 2019]
- Ganteaume, F. R. (2019). *Declaración de Feliciano Reyna Ganteaume, como parte de la comunidad de ONG de derechos humanos venezolanas, consignada en el diálogo interactivo de la 41ª Sesión del Consejo de Derechos Humanos para la presentación del informe de ACNUDH sobre la situación de los derechos humanos en Venezuela*. Disponível em <http://www.examenonuvenezuela.com/web/wp-content/uploads/2019/07/Declaraci%C3%B3n-FRG-41-CDH.pdf> [acessado em 23 de julho de 2019]
- Global Centre for the Responsibility to Protect. (2014a). *Statement by China at framing the veto in the event of mass atrocities - unofficial transcription from UN Webcast*. Disponível em <http://www.globalr2p.org/media/files/china-transcribed.pdf> [acessado em 01 de abril de 2019]
- Global Centre for the Responsibility to Protect. (2014b). *Statement by Russia at the framing the veto in the event of mass atrocities - unofficial transcription from UN Webcast*. Disponível em



<http://www.globalr2p.org/media/files/russia-transcribed.pdf> [acessado em 01 de abril de 2019]

Global Centre for the Responsibility to Protect. (2014c). *Remarks by ambassador Samantha Power, U.S. Permanent Representative to the United Nations, at a high level meeting on mass atrocities, September 25, 2014*. Disponível em <http://www.globalr2p.org/media/files/united-states-1.pdf> [acessado em 01 de abril de 2019]

Global Centre for the Responsibility to Protect. (2016). *Summaries of UN General Assembly debates and interactive dialogues on R2P*. Disponível em <http://www.globalr2p.org/resources/897> [acessado em 27 de julho de 2019]

Global Centre for the Responsibility to Protect. (2019a). *R2P references in United Nations Security Council resolutions and presidential statements*. Disponível em <http://www.globalr2p.org/resources/335> [acessado em 13 de abril de 2019]

Global Centre for the Responsibility to Protect. (2019b). *R2P references in United Nations Human Rights Council resolutions*. Disponível em <http://www.globalr2p.org/resources/977> [acessado em 13 de abril de 2019]

Global Centre for the Responsibility to Protect. (2019c). *Global Network of R2P Focal Points*. Disponível em [http://www.globalr2p.org/our\\_work/global\\_network\\_of\\_r2p\\_focal\\_points](http://www.globalr2p.org/our_work/global_network_of_r2p_focal_points) [acessado em 29 de junho de 2019]

Gomes, N. (2001). Os portugueses nas Américas: Venezuela, Canadá e EUA. *Janus 2001*. Disponível em [https://www.janusonline.pt/arquivo/2001/2001\\_3\\_2\\_5.html](https://www.janusonline.pt/arquivo/2001/2001_3_2_5.html) [acessado em 04 de setembro de 2019]

Gomes, N. (2009). Os portugueses na Venezuela. *Relações Internacionais*, 24, 83-92. Disponível em [http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri24/n24a10.pdf](http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri24/n24a10.pdf) [acessado em 09 de maio de 2019]

Gunson, P. (17 de maio de 2018). *Conference call - Venezuela's sham electoral event: preparing for May 20 and what comes next*. Debate conduzido pelo Atlantic Council. Disponível em <https://www.atlanticcouncil.org/events/past-events/conference-call-venezuela-s-sham-electoral-event-preparing-for-may-20-and-what-comes-next> [acessado em 30 de agosto de 2019]

Gunson, P. (19 de setembro de 2019). Maduro finds a “new opposition” to negotiate with. *International Crisis Group*. Disponível em <https://www.crisisgroup.org/latin-america->

caribbean/andes/venezuela/maduro-finds-new-opposition-negotiate [acessado em 22 de setembro de 2019]

Hackett, K. (2000). International NGOs in preventing conflict. In K. M. Cahill (Ed.), *Preventive diplomacy: stopping wars before they start* (pp. 273-285). Londres: Routledge.

Hausmann, R. (2018). D Day Venezuela. *Project Syndicate*. Disponível em <https://www.project-syndicate.org/commentary/venezuela-catastrophe-military-intervention-by-ricardo-hausmann-2018-01> [Acessado em 07 de janeiro de 2018]

Holzgrefe, J. L. (2003). The humanitarian intervention debate. In Holzgrefe, J. L. & Keohane, R. O. (Eds.), *Humanitarian Intervention. Ethical, legal, and political dilemmas* (pp. 15-52). Cambridge: Cambridge University Press.

Human Rights Watch. (2008a). *Ballots to bullets: organized political violence and Kenya's crisis of governance*. Disponível em <https://www.hrw.org/reports/2008/kenya0308/kenya0308web.pdf> [acessado em 06 de abril de 2019]

Human Rights Watch. (2008b). *A decade under Chávez: political intolerance and lost opportunities for advancing human rights in Venezuela*. Disponível em <https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/venezuela0908web.pdf> [acessado em 20 de julho de 2019]

Human Rights Watch. (19 de setembro de 2008c). *Venezuela: Human Rights Watch delegation expelled*. Disponível em <https://www.hrw.org/news/2008/09/19/venezuela-human-rights-watch-delegation-expelled> [acessado em 20 de julho de 2019]

Human Rights Watch. (20 de fevereiro de 2011). *Libya: governments should demand end to unlawful killings*. Disponível em <https://www.hrw.org/news/2011/02/20/libya-governments-should-demand-end-unlawful-killings> [acessado em 07 de fevereiro de 2018]

InSight Crime. (2018). *Venezuela: a mafia state?* Disponível em <https://www.insightcrime.org/wp-content/uploads/2018/05/Venezuela-a-Mafia-State-InSight-Crime-2018.pdf> [acessado em 01 de junho de 2019]

International Commission on Intervention and State Sovereignty. (2001). *The responsibility to protect: report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty*. Ottawa: International Development Research Centre.

- International Crisis Group (ICG). (2019). *Gold and grief in Venezuela's violent south*. Disponível em <https://www.crisisgroup.org/latin-america-caribbean/andes/venezuela/073-gold-and-grief-venezuelas-violent-south> [acessado em 05 de junho de 2019]
- Jácome, F. (2011). Petrocaribe: la fase actual de la diplomacia petrolera venezolana en el Caribe. *Friedrich-Ebert-Stiftung* (Policy Paper 40). Disponível em <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/la-seguridad/08722.pdf> [acessado em 01 de junho de 2019]
- Jácome, F. (2012). Alcances y desafíos del liderazgo venezolano em América Latina. In J. Altmann (Ed.), *América Latina: caminos de la integración regional* (pp. 71-88). San José: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Costa Rica.
- Juma, M. K. (2009). African mediation of the Kenyan post-2007 election crisis. *Journal of Contemporary African Studies*, 27(3), 407-430. DOI: 10.1080/02589000903187016
- Kagwanja, P. & Southall, R. (2009). Introduction: Kenya – a democracy in retreat? *Journal of Contemporary African Studies*, 27(3), 259-277. DOI: 10.1080/02589000903216930
- Kant, I. (2018). *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70.
- Kaplan, S. B. & Penfold, M. (2019). China-Venezuela Economic Relations: Hedging Venezuelan Bets with Chinese Characteristics. *Wilson Center*. Disponível em [https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/china-venezuela\\_relations\\_final.pdf](https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/china-venezuela_relations_final.pdf) [acessado em 10 de maio de 2019]
- Kurmanaev, A. & González, J. C. (05 de agosto de 2019). Colombia offers citizenship to 24,000 children of Venezuelan refugees. *The New York Times*. Disponível em <https://www.nytimes.com/2019/08/05/world/americas/colombia-citizenship-venezuelans.html> [acessado em 08 de agosto de 2019]
- Kurmanaev, A. & Herrera, I. (29 de março de 2019). Red Cross granted access to deliver aid in Venezuela. *The New York Times*. Disponível em <https://www.nytimes.com/2019/03/29/world/americas/red-cross-venezuela-aid.html> [acessado em 17 de julho de 2019]
- La Nación. (10 de agosto de 2016). *Ban Ki-moon: "En Venezuela hay una crisis humanitaria"*. Disponível em <https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/ban-ki-moon-en-venezuela-hay-una-crisis-humanitaria-nid1926563> [acessado em 10 de julho de 2019]

- Landaeta, A. F. (Coord.). (2018). Encuesta nacional de condiciones de vida de la población venezolana 2017 (ENCOVI 2017). *Universidad Católica Andrés Bello*. Disponível em <https://encovi.ucab.edu.ve/ediciones/encovi-2017/> [acessado em 17 de junho de 2019]
- Lara, A. S. (2013). *Ciência política: Estudo da ordem e da subversão* (7ª ed.). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Lara, A. S. (2017). Na insegurança conjuntural. In A. S. Lara (Coord.), *O fim da segurança* (pp. 11-59). Lisboa: MGI.
- Lara, D. B. (2015). Ecuador and the responsibility to protect: a case for constructive engagement. *Pensamiento Propio*, 41, 193-209. Disponível em <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2015/09/pp41-web-FINAL-Corr.pdf> [acessado em 28 de junho de 2019]
- Lauterpacht, H. (1945). *An international bill of the rights of man*. Nova York: Columbia University Press.
- Lavrov, S. (23 de julho de 2019). Foreign minister Sergey Lavrov's interview with Latin American media and RT, Moscow, July 23, 2019. *Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa*. Disponível em [http://www.mid.ru/en/web/guest/meropriyatiya\\_s\\_uchastiem\\_ministra/-/asset\\_publisher/xK1BhB2bUjd3/content/id/3733488](http://www.mid.ru/en/web/guest/meropriyatiya_s_uchastiem_ministra/-/asset_publisher/xK1BhB2bUjd3/content/id/3733488) [acessado em 24 de julho de 2019]
- Legler, T. (2012). Las intituciones regionales y la responsabilidade de proteger: el eje presidencialista. *Pensamiento Propio*, 35, 83-108. Disponível em <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2012/05/pp35-web1.pdf> [acessado em 28 de junho de 2019]
- Lemkin, R. (1944). *Axis rule in occupied Europe: Laws of occupation, analysis of government, proposals for redress*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace.
- Leon, I. (10 de julho de 2019). ¿Qué se sabe de la tercera ronda de negociación entre Gobierno y oposición en Barbados? *Efecto Cocuyo*. Disponível em <http://efectococuyo.com/politica/que-se-sabe-de-la-tercera-ronda-de-negociacion-entre-gobierno-y-oposicion-en-barbados/> [acessado em 14 de julho de 2019]
- Livingstone, G. (2009). *America's backyard: the United States and Latin America from the Monroe Doctrine to the War on Terror*. Londres: Zed Books.
- Londoño, E. & Casey, N. (08 de setembro de 2018). Trump Administration Discussed Coup Plans With Rebel Venezuelan Officers. *The New York Times*. Disponível em <https://www.nytimes.com/2018/09/08/world/americas/donald-trump-venezuela-military-coup.html> [acessado em 08 de setembro de 2019]

- Lowe, C. & Sagdiev, R. (14 de março de 2019). Special Report: How Russia sank billions of dollars into Venezuela quicksand. *Reuters*. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-russia-rosneft-special-repo/special-report-how-russia-sank-billions-of-dollars-into-venezuela-quicksand-idUSKCN1QV1HN> [acessado em 12 de maio de 2019]
- Lugo, L. A. (24 de julho de 2019). Bill giving Venezuelans protected status fails in US House. *The Associated Press*. Disponível em <https://apnews.com/3dc5819fd8f342a1955cbdafe2b3361b> [acessado em 24 de julho de 2019]
- Lund, M. S. (1996). *Preventing violent conflicts: A strategy for preventive diplomacy*. Washington, DC: United States Institute of Peace.
- Machado, M. C. (23 de março de 2019). María Corina Machado: La responsabilidad de proteger. *Diario 2001*. Disponível em <http://www.2001.com.ve/en-la-agenda/204128/maria-corina-machado-la-responsabilidad-de-proteger.html> [acessado em 16 de junho de 2019]
- Marchesi, A. (2018). Luis Almagro's fall from grace. *NACLA - Report on the Americas*, 50(1), 19-21. DOI: 10.1080/10714839.2018.1448587
- Maringoni, G. (2004). *A Venezuela que se inventa: Poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Mars, A. (17 de março de 2019). “España es un destino lógico para miembros del régimen chavista”. *El País*. Disponível em [https://elpais.com/internacional/2019/03/15/estados\\_unidos/1552671707\\_361383.html](https://elpais.com/internacional/2019/03/15/estados_unidos/1552671707_361383.html) [acessado em 06 de junho de 2019]
- Martins, A. M. G. (2017). *Direito internacional dos direitos humanos*. Coimbra: Almedina.
- Maya, M. L. (2003). The Venezuelan "Caracazo" of 1989: Popular protest and institutional weakness. *Journal of Latin American Studies*, 35(1), 117-137. DOI: 10.1017/S0022216X02006673
- Mendes, P. E. (2017). Teoria das relações internacionais no pós-Guerra Fria: importância, progressos e debates. In A. S. Lara, R. C. S. G. Caldas & J. B. M. Diz (Coords.), *Paz e guerra: contributo para o diálogo entre Direito Internacional e Relações Internacionais* (pp. 97-125). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Mennecke, M. (2014). The International Criminal Court. In M. Serrano & T. G. Weiss (Eds.), *The international politics of human rights: rallying to the R2P cause?* (pp. 87-104). Nova York: Routledge.

- Mijares, V. M. (2015). Venezuela's post Chávez foreign policy: Is there a Maduro doctrine? *Americas Quarterly*, 9(1), 74-81. Disponível em [https://www.academia.edu/10246792/Venezuela\\_s\\_Post\\_Chavez\\_Foreign\\_Policy\\_Is\\_there\\_a\\_Maduro\\_Doctrine](https://www.academia.edu/10246792/Venezuela_s_Post_Chavez_Foreign_Policy_Is_there_a_Maduro_Doctrine) [acessado em 01 de junho de 2019]
- Monroe, J. (1823). December 2, 1823: Seventh annual message (Monroe Doctrine). *Miller Center, University of Virginia*. Disponível em <https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/december-2-1823-seventh-annual-message-monroe-doctrine> [acessado em 31 de agosto de 2019]
- Moreira, A. (1999). *Teoria das Relações Internacionais* (3ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Morris, J. (2015). The responsibility to protect and the great powers: the tensions of dual responsibility. *Global Responsibility to Protect*, 7(3-4), 398-421. DOI: 10.1163/1875984X-00704009
- Murphy, H. & Acosta, L. J. (28 de maio de 2019a). From Colombia, Venezuelan defectors arm themselves to 'liberate' their homeland. *Reuters*. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-politics-colombia-militia/from-colombia-venezuelan-defectors-arm-themselves-to-liberate-their-homeland-idUSKCN1SY1A0> [acessado em 31 de maio de 2019]
- Murphy, H. & Acosta, L. J. (20 de junho de 2019b). Exclusive: Colombian armed groups recruiting desperate Venezuelans, army says. *Reuters*. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-politics-colombia-exclusive/exclusive-colombian-armed-groups-recruiting-desperate-venezuelans-army-says-idUSKCN1TL14E> [acessado em 22 de junho de 2019]
- Nichols, M. (14 de novembro de 2017). Russia, China, others boycott U.S. meeting at U.N. on Venezuela. *Reuters*. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-politics-un/russia-china-others-boycott-u-s-meeting-at-u-n-on-venezuela-idUSKBN1DE056> [acessado em 10 de julho de 2019]
- Noruega. Ministério das Relações Exteriores. (2019). *Announcement about Venezuela*. Disponível em <https://www.regjeringen.no/en/aktuelt/announcement-venezuela110719/id2663176/> [acessado em 14 de julho de 2019]
- Observatório da Emigração. (2019). *Países de destino: Venezuela*. Disponível em <http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=235> [acessado em 09 de maio de 2019]

- Observatório Venezuelano de Conflitualidade Social. (09 de abril de 2014). *Conflictividad social en Venezuela en marzo de 2014*. Disponível em <http://www.observatoriodeconflictos.org.ve/tendencias-de-la-conflictividad/conflictividad-social-en-venezuela-en-marzo-de-2014> [acessado em 09 de junho de 2019]
- Observatório Venezuelano de Conflitualidade Social. (2018). *Conflictividad social en Venezuela en 2017*. Disponível em <http://www.observatoriodeconflictos.org.ve/oc/wp-content/uploads/2018/01/Conflictividad-social-en-Venezuela-2017-1.pdf> [acessado em 20 de junho de 2019]
- Observatório Venezuelano de Conflitualidade Social. (2019). *Conflictividad social en Venezuela durante el primer semestre 2019*. Disponível em <https://www.observatoriodeconflictos.org.ve/tendencias-de-la-conflictividad/10-477-protestas-registradas-en-el-primer-semestre> [acessado em 16 de setembro de 2019]
- Observatório Venezuelano da Violência. (2016). 2016: *OVV estima 28.479 muertes violentas en Venezuela*. Disponível em <https://observatoriodeviolencia.org.ve/2016-ovv-estima-28-479-muertes-violentas-en-venezuela/> [acessado em 03 de agosto de 2019]
- Observatório Venezuelano da Violência. (2018a). *Informe OVV de violencia 2017*. Disponível em <https://observatoriodeviolencia.org.ve/informe-ovv-de-violencia-2017/> [acessado em 03 de agosto de 2019]
- Observatório Venezuelano da Violência. (2018b). *OVV-LACSO: informe anual de violencia 2018*. Disponível em <https://observatoriodeviolencia.org.ve/ovv-lacso-informe-anual-de-violencia-2018/> [acessado em 03 de agosto de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (1945). *Carta das Nações Unidas*. Disponível em <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf> [acessado em 26 de abril de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (1948a). *Convention on the prevention and punishment of the crime of genocide* (A/RES/3/260). Disponível em [https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocity-crimes/Doc.1\\_Convention%20on%20the%20Prevention%20and%20Punishment%20of%20the%20Crime%20of%20Genocide.pdf](https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocity-crimes/Doc.1_Convention%20on%20the%20Prevention%20and%20Punishment%20of%20the%20Crime%20of%20Genocide.pdf) [acessado em 05 de abril de 2019]



- Organização das Nações Unidas. (1948b). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> [acessado em 26 de abril de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (1960). *Introduction to the annual report of the secretary-general on the work of the organization, 16 June 1959 - 15 June 1960* (A/4390/Add.1). Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/714842> [acessado em 24 de agosto de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (1991a). *Resolution 688 (1991)* (S/RES/688/1991). Disponível em [https://undocs.org/S/RES/688\(1991\)](https://undocs.org/S/RES/688(1991)) [acessado em 20 de abril de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (1991b). *Report of the secretary-general on the work of the organization* (A/46/1). Disponível em <https://undocs.org/a/46/1> [acessado em 24 de agosto de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (1992). *An agenda for peace: preventive diplomacy, peacemaking and peacekeeping* (A/47/277). Disponível em [https://www.un.org/ruleoflaw/files/A\\_47\\_277.pdf](https://www.un.org/ruleoflaw/files/A_47_277.pdf) [acessado em 23 de agosto de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (1994). *Final report of the commission of experts established pursuant to Security Council resolution 780 (1992)* (S/1994/674). Disponível em <https://undocs.org/pdf?symbol=en/S/1994/674> [acessado em 05 de abril de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (1999a). *The fall of Srebrenica* (A/54/549). Disponível em <https://undocs.org/A/54/549> [acessado em 21 de abril de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (1999b). *Report of the independent inquiry into the actions of the United Nations during the 1994 genocide in Rwanda* (S/1999/1257). Disponível em <https://undocs.org/S/1999/1257> [acessado em 21 de abril de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (1999c). *Secretary-general presents his annual report to the General Assembly* (SG/SM/7136). Disponível em <https://www.un.org/press/en/1999/19990920.sgsm7136.html> [acessado em 23 de agosto de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2000). *We the peoples: the role of the United Nations in the 21st century*. Disponível em [http://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/We\\_The\\_Peoples.pdf](http://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/We_The_Peoples.pdf) [acessado em 21 de abril de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2004). *A more secure world: our shared responsibility* (A/59/565). Disponível em <https://undocs.org/A/59/565> [acessado em 11 de abril de 2019]



- Organização das Nações Unidas. (2005a). *In larger freedom: towards development, security and human rights for all* (A/59/2005). Disponível em <https://undocs.org/A/59/2005> [acessado em 11 de abril de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2005b). *Official records: United Nations General Assembly, sixtieth session, 8th plenary meeting, Friday, 16 september 2005* (A/60/PV.8). Disponível em <https://undocs.org/a/60/pv.8> [acessado em 29 de junho de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2005c). *2005 World Summit Outcome* (A/RES/60/1). Disponível em <https://undocs.org/A/RES/60/1> [acessado em 11 de abril de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2006). *Resolution 1674 (2006)* (S/RES/1674). Disponível em [https://undocs.org/S/RES/1674\(2006\)](https://undocs.org/S/RES/1674(2006)) [acessado em 11 de abril de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (17 de dezembro de 2007). *Fifth committee takes up financing for special political missions, procurement task force; 11 General Assembly texts with budget implications* (GA/AB/3832). Disponível em [https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/C5D6B2A69E883417852573B5005895ED-Full\\_Report.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/C5D6B2A69E883417852573B5005895ED-Full_Report.pdf) [acessado em 30 de junho de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2009). *Implementing the responsibility to protect* (A/63/677). Disponível em [https://www.un.org/ruleoflaw/files/SG\\_reportA\\_63\\_677\\_en.pdf](https://www.un.org/ruleoflaw/files/SG_reportA_63_677_en.pdf) [acessado em 30 de dezembro de 2017]
- Organização das Nações Unidas. (2011a). *Security Council press statement on Libya*. Disponível em <https://www.un.org/press/en/2011/sc10180.doc.htm> [acessado em 06 de abril de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2011b). *Situation of human rights in the Libyan Arab Jamahiriya* (A/HRC/RES/S-15/1). Disponível em <https://undocs.org/A/HRC/RES/S-15/1> [acessado em 06 de abril de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2011c). *Secretary-General's remarks to Security Council meeting on peace and security in Africa*. Disponível em <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2011-02-25/secretary-generals-remarks-security-council-meeting-peace-and> [acessado em 06 de abril de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2011d). *Resolution 1970 (2011)* (S/RES/1970). Disponível em [https://undocs.org/en/S/RES/1970\(2011\)](https://undocs.org/en/S/RES/1970(2011)) [acessado em 06 de abril de 2019]

- Organização das Nações Unidas. (2011e). *United Nations Security Council, sixty-sixth year, 6498th meeting, Thursday, 17 March 2011* (S/PV.6498). Disponível em <https://undocs.org/en/S/PV.6498> [acessado em 29 de junho de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2011f). *Resolution 1973 (2011)* (S/RES/1973). Disponível em [https://undocs.org/en/S/RES/1973\(2011\)](https://undocs.org/en/S/RES/1973(2011)) [acessado em 06 de abril de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2011g). *The role of regional and sub-regional arrangements in implementing the responsibility to protect* (A/65/877 – S/2011/393). Disponível em Disponível em <https://undocs.org/a/65/877> [acessado em 12 de abril de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2011h). *Situation of human rights in the Syrian Arab Republic* (A/HRC/RES/S-17/1). Disponível em [https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/ColSyria/ResS17\\_1.pdf](https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/ColSyria/ResS17_1.pdf) [acessado em 17 de abril de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2011i). *Report of the Working Group on the Universal Periodic Review: Venezuela (Bolivarian Republic of)* (A/HRC/19/12). Disponível em <https://undocs.org/a/hrc/19/12> [acessado em 05 de julho de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (11 de novembro de 2011j). *Letter dated 9 November 2011 from the permanent representative of Brazil to the United Nations addressed to the secretary-general* (A/66/551 – S/2011/701). Disponível em [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/66/551](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/66/551) [acessado em 23 de junho de 2018]
- Organização das Nações Unidas. (2012a). *Enhancing the accountability, transparency and effectiveness of the Security Council* (A/66/L.42/Rev.2). Disponível em <https://undocs.org/a/66/l.42/rev.2> [acessado em 01 de abril de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2012b). *Responsibility to protect: timely and decisive response* (A/66/874 – S/2012/578). Disponível em <https://undocs.org/A/66/874> [acessado em 13 de abril de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2012c). *Informe del Grupo de Trabajo sobre el Examen Periódico Universal: Venezuela (República Bolivariana de). Adición: opiniones sobre las conclusiones y/o recomendaciones, compromisos voluntarios y respuestas presentadas por el Estado examinado* (A/HRC/19/12/Add.1). Disponível em

[http://lib.ohchr.org/HRBodies/UPR/Documents/session12/VE/A\\_HRC\\_19\\_12\\_Add1\\_Venezuela\\_S.doc](http://lib.ohchr.org/HRBodies/UPR/Documents/session12/VE/A_HRC_19_12_Add1_Venezuela_S.doc) [acessado em 05 de julho de 2019]

Organização das Nações Unidas. (2013). *Responsibility to protect: state responsibility and prevention* (A/67/929 – S/2013/399). Disponível em <https://undocs.org/A/67/929> [acessado em 03 de abril de 2019]

Organização das Nações Unidas. (2014a). *Framework of analysis for atrocity crimes: a tool for prevention*. Disponível em [https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/publications-and-resources/Genocide\\_Framework%20of%20Analysis-English.pdf](https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/publications-and-resources/Genocide_Framework%20of%20Analysis-English.pdf) [acessado em 01 de abril de 2019]

Organização das Nações Unidas. (2014b). *Fulfilling our collective responsibility: international assistance and the responsibility to protect* (A/68/947 – S/2014/449). Disponível em <https://undocs.org/A/68/947> [acessado em 12 de abril de 2019]

Organização das Nações Unidas. (2015a). *A vital and enduring commitment: implementing the responsibility to protect* (A/69/981 – S/2015/500). Disponível em <https://undocs.org/A/69/981> [acessado em 14 de abril de 2019]

Organização das Nações Unidas. (2015b). *Code of conduct regarding Security Council action against genocide, crimes against humanity or war crimes* (A/70/621 - S/2015/978) Disponível em <https://undocs.org/A/70/621> [acessado em 10 de abril de 2019]

Organização das Nações Unidas. (2016a). *Mobilizing collective action: the next decade of the responsibility to protect* (A/70/999 – S/2016/620). Disponível em <https://undocs.org/A/70/999> [acessado em 13 de abril de 2019]

Organização das Nações Unidas. (2016b). *International, impartial and independent mechanism to assist in the investigation and prosecution of persons responsible for the most serious crimes under international law committed in the Syrian Arab Republic since March 2011* (A/RES/71/248). Disponível em <https://undocs.org/A/RES/71/248> [acessado em 17 de abril de 2019]

Organização das Nações Unidas. (2016c). *Report of the working group on the Universal Periodic Review: Bolivarian Republic of Venezuela* (A/HRC/34/6). Disponível em <https://undocs.org/A/HRC/34/6> [acessado em 06 de julho de 2019]

- Organização das Nações Unidas. (2017a). *Implementing the responsibility to protect: accountability for prevention* (A/71/1016 – S/2017/556). Disponível em <https://undocs.org/A/71/1016> [acessado em 14 de abril de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2017b). *Human rights violations and abuses in the context of protests in the Bolivarian Republic of Venezuela from 1 April to 31 July 2017*. Disponível em [https://www.ohchr.org/Documents/Countries/VE/HCReportVenezuela\\_1April-31July2017\\_EN.pdf](https://www.ohchr.org/Documents/Countries/VE/HCReportVenezuela_1April-31July2017_EN.pdf) [acessado em 29 de junho de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2017c). *Report of the working group on the Universal Periodic Review: Bolivarian Republic of Venezuela. Addendum: views on conclusions and/or recommendations, voluntary commitments and replies presented by the State under review* (A/HRC/34/6/Add.1). Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G17/055/93/PDF/G1705593.pdf> [acessado em 06 de julho de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2017d). *Secretary-General urges Venezuela political actors to seize opportunity for peaceful mediation in addressing challenges*. Disponível em <https://www.un.org/press/en/2017/sgsm18674.doc.htm> [acessado em 10 de julho de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2018a). *Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight*. Disponível em [https://www.ohchr.org/Documents/Countries/VE/VenezuelaReport2018\\_EN.pdf](https://www.ohchr.org/Documents/Countries/VE/VenezuelaReport2018_EN.pdf) [acessado em 06 de junho de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2018b). *Report of the Independent Expert on the promotion of a democratic and equitable international order on his mission to the Bolivarian Republic of Venezuela and Ecuador* (A/HRC/39/47/Add.1). Disponível em <https://daccess-ods.un.org/TMP/5767019.98710632.html> [acessado em 06 de julho de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2018c). *Informe del experto independiente sobre la promoción de un orden internacional democrático y equitativo, sobre su misión a Venezuela: comentarios del Estado* (A/HRC/39/47/Add.2). Disponível em <http://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?Open&DS=A/HRC/39/47/Add.2&Lang=S> [acessado em 06 de julho de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2018d). *Promotion and protection of human rights in the Bolivarian Republic of Venezuela* (A/HRC/RES/39/1). Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G18/055/93/PDF/G1805593.pdf?OpenDocument>

ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G18/293/63/PDF/G1829363.pdf [acessado em 07 de julho de 2019]

Organização das Nações Unidas. (2018e). *Daily press briefing by the Office of the Spokesperson for the Secretary-General (21 May 2018)*. Disponível em <https://www.un.org/press/en/2018/db180521.doc.htm> [acessado em 10 de julho de 2019]

Organização das Nações Unidas. (2018f). *Responsibility to protect: from early warning to early action (A/72/884 – S/2018/525)*. Disponível em <https://undocs.org/a/72/884> [acessado em 22 de setembro de 2019]

Organização das Nações Unidas. (2019a). *2017 International trade statistics yearbook: Volume I, trade by country*. Disponível em <https://comtrade.un.org/pb/> [acessado em 18 de maio de 2019]

Organização das Nações Unidas. (2019b). *Country visits of special procedures of the Human Rights Council since 1998: Venezuela (Bolivarian Republic of)*. Disponível em [https://spinternet.ohchr.org/\\_layouts/15/SpecialProceduresInternet/ViewCountryVisits.aspx?Lang=en&country=VEN](https://spinternet.ohchr.org/_layouts/15/SpecialProceduresInternet/ViewCountryVisits.aspx?Lang=en&country=VEN) [acessado em 06 de julho de 2019]

Organização das Nações Unidas. (2019c). *With Venezuela buckling under severe shortages, Security Council emergency session calls for political solution to end crisis, as divisions emerge over path forward*. Disponível em <https://www.un.org/press/en/2019/sc13680.doc.htm> [acessado em 10 de julho de 2019]

Organização das Nações Unidas. (2019d). *Venezuelans must resolve crisis themselves, Security Council delegates agree while differing over legitimacy of contending parties*. Disponível em <https://www.un.org/press/en/2019/sc13719.doc.htm> [acessado em 10 de julho de 2019]

Organização das Nações Unidas. (2019e). *United States of America: draft resolution (S/2019/186)*. Disponível em <https://undocs.org/en/S/2019/186> [acessado em 10 de julho de 2019]

Organização das Nações Unidas. (2019f). *Russian Federation: draft resolution (S/2019/190)*. Disponível em <https://undocs.org/en/S/2019/190> [acessado em 10 de julho de 2019]

Organização das Nações Unidas. (2019g). *Plan regional de respuesta para refugiados y migrantes: Para las personas refugiadas y migrantes de Venezuela (Enero - Diciembre 2019)*. Disponível em <https://r4v.info/es/documents/details/68669> [acessado em 02 de junho de 2019]

Organização das Nações Unidas. (2019h). *Responsibility to protect: lessons learned from prevention (A/73/898 – S/2019/463)*. Disponível em <https://undocs.org/A/73/898> [acessado em 01 de agosto de 2019]

- Organização das Nações Unidas. (2019i). *Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights on the situation of human rights in the Bolivarian Republic of Venezuela* (A/HRC/41/18). Disponível em [https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session41/Documents/A\\_HRC\\_41\\_18.docx](https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session41/Documents/A_HRC_41_18.docx) [acessado em 10 de julho de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2019j). *Informe de la Alta Comisionada de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos sobre la situación de los derechos humanos en la República Bolivariana de Venezuela: Comentarios formulados por el Estado* (A/HRC/41/18/Add.1). Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G19/204/10/PDF/G1920410.pdf> [acessado em 07 de julho de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2019k). *Situation of human rights in the Bolivarian Republic of Venezuela* (A/HRC/42/L.4, rascunho da resolução 42/25). Disponível em <https://extranet.ohchr.org/sites/hrc/HRCSessions/RegularSessions/42Session/Resolutions/Forms/ResolutionDS/docsethomepage.aspx?ID=10&FolderCTID=0x0120D520005A4381ABFFD48642897E02288D058A220009B990703F82B64C93C028AC0A709910&List=78a2f9cd-fd19-430b-a5c1-155522ae1a24&RootFolder=%2Fsites%2Fhrc%2FHRCSessions%2FRegularSessions%2F42Session%2FResolutions%2FA%5FHRC%5F42%5FL%2E4> [acessado em 22 de setembro de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2019l). *Strengthening cooperation and technical assistance in the field of human rights in the Bolivarian Republic of Venezuela* (A/HRC/RES/42/4). Disponível em <https://undocs.org/A/HRC/RES/42/4> [acessado em 27 de setembro de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2019m). *Situation of human rights in the Bolivarian Republic of Venezuela* (A/HRC/RES/42/25). Disponível em <https://undocs.org/A/HRC/RES/42/25> [acessado em 27 de setembro de 2019]
- Organização das Nações Unidas. (2019n). *A/HRC/42/L.4/Rev.1 Vote Item:4 - 40th Meeting, 42nd Regular Session Human Rights Council* [Arquivo de vídeo]. Disponível em <http://webtv.un.org/live/watch/ahrc42l.4rev.1-vote-item4-40th-meeting-42nd-regular-session-human-rights-council-/6089964373001/> [acessado em 27 de setembro de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (1947). *Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance* (B-29). Disponível em <http://www.oas.org/juridico/english/treaties/b-29.html> [acessado em 31 de maio de 2019]



- Organização dos Estados Americanos. (1948a). *Carta da Organização dos Estados Americanos* (A-41). Disponível em [http://www.oas.org/dil/port/tratados\\_A-41\\_Carta\\_da\\_Organiza%C3%A7%C3%A3o\\_dos\\_Estados\\_Americanos.pdf](http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.pdf) [acessado em 27 de abril de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (1948b). *Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem*. Disponível em <http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/declaracion.pdf> [acessado em 27 de abril de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (1969). *Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José)* (B-32). Disponível em [http://www.oas.org/dil/esp/tratados\\_B-32\\_Convencion\\_Americana\\_sobre\\_Derechos\\_Humanos.pdf](http://www.oas.org/dil/esp/tratados_B-32_Convencion_Americana_sobre_Derechos_Humanos.pdf) [acessado em 27 de abril de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2014a). *Annual Report 2013: Chapter IV, Venezuela*. Disponível em <http://www.oas.org/en/iachr/docs/annual/2013/docs-en/AnnualReport-Chap4-Venezuela.pdf> [acessado em 15 de junho de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (2014b). *Solidarity and support for democratic institutions, dialogue, and peace in the Bolivarian Republic of Venezuela* (CP/DEC 51). Disponível em [http://scm.oas.org/doc\\_public/english/hist\\_14/cp32391e04.doc](http://scm.oas.org/doc_public/english/hist_14/cp32391e04.doc) [acessado em 23 de julho de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (2016a). *Declaration of the Permanent Council about the situation in the Bolivarian Republic of Venezuela* (CP/DEC 63/16). Disponível em [http://scm.oas.org/doc\\_public/english/hist\\_16/cp36366e04.doc](http://scm.oas.org/doc_public/english/hist_16/cp36366e04.doc) [acessado em 23 de julho de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (2016b). *Declaration of the Permanent Council supporting the national dialogue in the Bolivarian Republic of Venezuela* (CP/DEC 66/16). Disponível em [http://scm.oas.org/doc\\_public/english/hist\\_16/cp36920e03.doc](http://scm.oas.org/doc_public/english/hist_16/cp36920e03.doc) [acessado em 23 de julho de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (2017a). *OAS Permanent Council agrees to convene a meeting of consultation of ministers of Foreign Affairs to consider the situation in Venezuela* (CP/RES. 1079). Disponível em [http://www.oas.org/en/media\\_center/press\\_release.asp?sCodigo=E-035/17](http://www.oas.org/en/media_center/press_release.asp?sCodigo=E-035/17) [acessado em 30 de maio de 2019]

- Organização dos Estados Americanos. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. (2017b). *Democratic institutions, the rule of law and human rights in Venezuela*. Disponível em <http://www.oas.org/en/iachr/reports/pdfs/Venezuela2018-en.pdf> [acessado em 02 de junho de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (17 de novembro de 2017c). *Audiences to analyze possible crimes against humanity in Venezuela. November 16th, 2017*. [Arquivo de vídeo]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=g6zUBXprxQ4> [acessado em 19 de junho de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (2017d). *Proyecto de declaración sobre la situación en la República Bolivariana de Venezuela* (RC.29/doc.13/17 corr. 1). Disponível em <http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=II.29%20RC.29/doc.&classNum=13&lang=s> [acessado em 04 de setembro de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (2017e). *Resolution on the recent events in Venezuela* (CP/RES. 1078). Disponível em [http://scm.oas.org/doc\\_public/english/hist\\_17/cp37454e03.doc](http://scm.oas.org/doc_public/english/hist_17/cp37454e03.doc) [acessado em 11 de julho de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (2018a). *Resolution on the latest events in Venezuela* (CP/RES. 1095). Disponível em [https://www.oas.org/en/media\\_center/press\\_release.asp?sCodigo=E-004/18](https://www.oas.org/en/media_center/press_release.asp?sCodigo=E-004/18) [acessado em 02 de junho de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (2018b). *Resolution on the Situation in Venezuela* (AG/RES. 2929). Disponível em [http://www.oas.org/en/media\\_center/press\\_release.asp?sCodigo=S-032/18](http://www.oas.org/en/media_center/press_release.asp?sCodigo=S-032/18) [acessado em 30 de maio de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (2018c). *Report of the general secretariat of the Organization of American States and the panel of independent international experts on the possible commission of crimes against humanity in Venezuela*. Disponível em <http://www.oas.org/documents/eng/press/Informe-Panel-Independiente-Venezuela-EN.pdf> [acessado em 06 de junho de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (2019a). *Resolution on the situation in Venezuela* (CP/RES. 1117/19). Disponível em [http://scm.oas.org/doc\\_public/english/hist\\_19/cp40193e05.doc](http://scm.oas.org/doc_public/english/hist_19/cp40193e05.doc) [acessado em 30 de maio de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (2019b). *Note Juan Guaidó*. Disponível em [http://www.oas.org/en/sla/dil/docs/a-41\\_note\\_Juan\\_Guaido\\_03-7-2019.pdf](http://www.oas.org/en/sla/dil/docs/a-41_note_Juan_Guaido_03-7-2019.pdf) [acessado em 31 de maio de 2019]



- Organização dos Estados Americanos. (21 de março de 2019c). *The Responsibility to Protect in the Americas. March 21st, 2019* [Arquivo de vídeo]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=usk1m6btGFU> [acessado em 29 de junho de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (2019d). *Resolution on the situation in Venezuela* (CP/RES. 1124/19). Disponível em [http://scm.oas.org/doc\\_public/english/hist\\_19/cp40718e03.doc](http://scm.oas.org/doc_public/english/hist_19/cp40718e03.doc) [acessado em 30 de maio de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (2019e). *Signatories and Ratifications: B-29: Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance (Rio Treaty)*. Disponível em <http://www.oas.org/juridico/english/sigs/b-29.html> [acessado em 30 de maio de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (2019f). *OAS and Casla Institute to create an early warning system on crimes against humanity*. Disponível em [http://www.oas.org/en/media\\_center/phonews.asp?sCodigo=FNE-96116](http://www.oas.org/en/media_center/phonews.asp?sCodigo=FNE-96116) [acessado em 30 de junho de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (2019g). *Declarations and resolutions adopted by the General Assembly: 49th regular session, June 26 to 28, 2019* (AG/doc. 5682/19 rev. 1) Disponível em <http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=AG/doc.&classNum=5682&lang=e> [acessado em 08 de agosto de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (2019h). *Final Report of the OAS Working Group to Address the Regional Crisis Caused by Venezuela's Migrant and Refugee Flows (June 2019)*. Disponível em <http://www.oas.org/documents/eng/press/OAS-Report-to-Address-the-regional-crisis-caused-by-Venezuelas-migrant.pdf> [acessado em 13 de julho de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (2019i). *Humanitarian assistance in Venezuela* (CP/RES 1123). Disponível em [http://scm.oas.org/doc\\_public/english/hist\\_19/cp40578e07.doc](http://scm.oas.org/doc_public/english/hist_19/cp40578e07.doc) [acessado em 10 de agosto de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (2019j). *Violation of the parliamentary immunity in Venezuela* (CP/RES 1127). Disponível em [http://scm.oas.org/doc\\_public/english/hist\\_19/cp40914e03.doc](http://scm.oas.org/doc_public/english/hist_19/cp40914e03.doc) [acessado em 10 de agosto de 2019]
- Organização dos Estados Americanos. (2019k). *Resolution on the human rights situation in Venezuela* (CP/RES 1133). Disponível em

[http://scm.oas.org/doc\\_public/english/hist\\_19/cp41400e03.doc](http://scm.oas.org/doc_public/english/hist_19/cp41400e03.doc) [acessado em 29 de agosto de 2019]

Organização dos Estados Americanos. (2019l). *Respect for the parliamentary immunity in Venezuela* (CP/RES 1136). Disponível em [http://scm.oas.org/doc\\_public/english/hist\\_19/cp41443e03.doc](http://scm.oas.org/doc_public/english/hist_19/cp41443e03.doc) [acessado em 14 de setembro de 2019]

Organização dos Estados Americanos. (2019m). *Convocation of the meeting of the organ of consultation of the Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance (TIAR)* (CP/RES 1137). Disponível em [http://scm.oas.org/doc\\_public/english/hist\\_19/cp41438e03.doc](http://scm.oas.org/doc_public/english/hist_19/cp41438e03.doc) [acessado em 14 de setembro de 2019]

Organização dos Estados Americanos. (11 de setembro de 2019n). *States parties to the TIAR in the Permanent Council approve establishment of organ of consultation and convene meeting of foreign ministers*. Disponível em [https://www.oas.org/en/media\\_center/press\\_release.asp?sCodigo=E-065/19](https://www.oas.org/en/media_center/press_release.asp?sCodigo=E-065/19) [acessado em 14 de setembro de 2019]

Organização dos Estados Americanos. (2019o). *Resolution of the thirtieth meeting of consultation of ministers of foreign affairs, acting as the consultative organ in application of the Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance (TIAR), for consideration by the ministers of Foreign Affairs and/or heads of delegation at the meeting to be held on September 23, 2019 in New York City* (RC.30/RES. 1/19). Disponível em [http://scm.oas.org/doc\\_public/ENGLISH/HIST\\_19/RC00291E03.doc](http://scm.oas.org/doc_public/ENGLISH/HIST_19/RC00291E03.doc) [acessado em 24 de setembro de 2019]

Organização dos Países Exportadores de Petróleo. (2002). *OPEC annual report 2001*. Disponível em [https://www.opec.org/opec\\_web/static\\_files\\_project/media/downloads/publications/AR002001.pdf](https://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/AR002001.pdf) [acessado em 08 de setembro de 2019]

Organização dos Países Exportadores de Petróleo. (2019). *2018 Annual Report*. Disponível em [https://www.opec.org/opec\\_web/en/publications/337.htm](https://www.opec.org/opec_web/en/publications/337.htm) [acessado em 16 de junho de 2019]

Organização Mundial da Saúde. (2018). *World malaria report 2018*. Disponível em <https://www.who.int/malaria/publications/world-malaria-report-2018/report/en/> [acessado em 19 de junho de 2019]

- Organização para Alimentação e Agricultura. (2019). *Crop prospects and food situation, #3 (September 2019)*. Disponível em <http://www.fao.org/3/ca6057en/ca6057en.pdf> [acessado em 29 de setembro de 2019]
- Pace, W. (2012). Civil Society, Latin America and the development of RtoP. *Pensamiento propio*, 35, 13-26. Disponível em <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2012/05/pp35-web1.pdf> [acessado em 28 de junho de 2019]
- Padinger, G. (26 de março de 2019). Cuál es el estado del arsenal de fabricación rusa que equipa a las Fuerzas Armadas de Venezuela. *Infobae*. Disponível em <https://www.infobae.com/america/venezuela/2019/03/26/cual-es-el-estado-del-arsenal-de-fabricacion-rusa-que-equipa-a-las-fuerzas-armadas-de-venezuela/> [acessado em 16 de julho de 2019]
- Panamá. Comissão Nacional contra a Lavagem de Dinheiro. (2018a). *Resolución No. 02 - 018*. Disponível em <https://www.mef.gob.pa/wp-content/uploads/2018/07/Resolucion-02-2018.pdf> [acessado em 11 agosto de 2018]
- Panamá. Comissão Nacional contra a Lavagem de Dinheiro. (2018b). *Anexo A de la Resolución 02-2018 de 27 de marzo de 2018*. Disponível em <https://www.mef.gob.pa/wp-content/uploads/2018/07/Anexo-A-Resolucion-2-2018.pdf> [acessado em 11 de agosto de 2018]
- Parraga, M. & Guanipa, M. (03 de setembro de 2019). Venezuelan oil exports fall to lowest level in 2019 as U.S. sanctions bite: data. *Reuters*. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-oil-exports/venezuelan-oil-exports-fall-to-lowest-level-in-2019-as-u-s-sanctions-bite-data-idUSKCN1VO1Y0> [acessado em 11 de setembro de 2019]
- Partido Socialista Unido da Venezuela. (2010). *Bases programáticas del Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV)*. Disponível em [http://www.psuv.org.ve/wp-content/uploads/2010/06/Bases\\_program%C3%A1ticas.pdf](http://www.psuv.org.ve/wp-content/uploads/2010/06/Bases_program%C3%A1ticas.pdf) [acessado em 13 de junho de 2019]
- Patricio, R. C. (2012). *Estudos de área: América Latina. Uma visão da América Latina*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Patricio, R. C. (2019). *Teoria das Relações Internacionais: uma perspetiva*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- Pence, M. (2019). *Remarks by vice president Pence at the Washington Conference on the Americas*. Disponível em <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/remarks-vice-president-pence-washington-conference-americas/> [acessado em 14 de julho de 2019]
- Peru. Ministério das Relações Exteriores. (08 de agosto de 2017). *Declaración de Lima*. Disponível em [http://www.rree.gob.pe/SitePages/declaracion\\_conjunta.aspx?id=DC-007-17](http://www.rree.gob.pe/SitePages/declaracion_conjunta.aspx?id=DC-007-17) [acessado em 12 de julho de 2019]
- Peru. Ministério das Relações Exteriores. (23 de janeiro de 2018a). *IV Declaración del Grupo de Lima*. Disponível em: [http://www.rree.gob.pe/SitePages/declaracion\\_conjunta.aspx?id=DC-001-18](http://www.rree.gob.pe/SitePages/declaracion_conjunta.aspx?id=DC-001-18) [acessado em 12 de julho de 2019]
- Peru. Ministério das Relações Exteriores. (21 de maio de 2018b). *Declaración del Grupo de Lima: Comunicado conjunto 009 - 18*. Lima. Disponível em [http://www.rree.gob.pe/SitePages/comunicado\\_conjunto.aspx?id=CC%20-%20009%20-%2018](http://www.rree.gob.pe/SitePages/comunicado_conjunto.aspx?id=CC%20-%20009%20-%2018) [acessado em 16 de novembro de 2018].
- Peru. Ministério das Relações Exteriores. (06 de junho de 2019). *Aplicación de visa a nacionales venezolanos (Comunicado de prensa 005-19)*. Disponível em <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/29204-aplicacion-de-visa-a-nacionales-venezolanos> [acessado em 13 de julho de 2019]
- Petróleos de Venezuela SA (PDVSA). (2010). *Informe de gestión anual 2009*. Disponível em [http://www.pdvsa.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6538&Itemid=586&lang=es](http://www.pdvsa.com/index.php?option=com_content&view=article&id=6538&Itemid=586&lang=es) [acessado em 20 de janeiro de 2018]
- Petróleos de Venezuela AS (PDVSA). (2012). *Informe de gestión anual 2011*. Disponível em [http://www.pdvsa.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6538&Itemid=586&lang=es](http://www.pdvsa.com/index.php?option=com_content&view=article&id=6538&Itemid=586&lang=es) [acessado em 20 de janeiro de 2018]
- Petróleos de Venezuela SA (PDVSA). (2017). *Informe de gestión anual 2016*. Disponível em [http://www.pdvsa.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6538&Itemid=586&lang=es](http://www.pdvsa.com/index.php?option=com_content&view=article&id=6538&Itemid=586&lang=es) [acessado em 16 de dezembro de 2017]
- Pereira, M. A. V. (2008). *A intervenção humanitária no direito internacional contemporâneo*. Tese de doutoramento, Escola de Direito, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Piccone, T. & Trinkunas, H. (2014). *The Cuba-Venezuela alliance: the beginning of the end? Latin America Initiative Policy Briefs, The Brookings Institution*. Disponível em

<https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/CubaVenezuela-Alliance-Piccone-Trinkunas.pdf> [acessado em 05 de maio de 2019]

Pons, C. & Armas, M. (03 de setembro de 2019). Venezuela gold reserves drop by \$1 billion in first half 2019. *Reuters*. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-gold/venezuela-gold-reserves-drop-by-1-billion-in-first-half-2019-idUSKCN1VO202> [acessado em 11 de setembro de 2019]

Portugal. Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2019). *Comunicado do governo sobre a situação na Venezuela*. Disponível em <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/comunicados-de-imprensa/comunicado-do-governo-sobre-a-situacao-na-venezuela> [acessado em 11 de setembro de 2019]

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (1994). *Human development report 1994*. Nova York: Oxford University Press. Disponível em [http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/255/hdr\\_1994\\_en\\_complete\\_nostats.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/255/hdr_1994_en_complete_nostats.pdf) [acessado em 04 de fevereiro de 2018].

Putin, V. (05 de julho de 2019). *Vladimir Putin: the full interview* [L. Barber & H. Foy, entrevistadores] [Arquivo de vídeo]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=FbYOVpyjtul> [acessado em 16 de julho de 2019]

Ramcharan, B. G. (2011). Enhancing the responsibility to protect in Latin America and the Caribbean. In The Stanley Foundation, *The role of regional and subregional arrangements in strengthening the responsibility to protect*. Disponível em <https://www.stanleyfoundation.org/publications/report/RoleRegSbregArgmntsR2P.pdf> [acessado em 28 de junho de 2019]

Ramsey, G. (08 de fevereiro de 2018). No deal: Venezuela talks in 'indefinite recess'. *Washington Office on Latin America (WOLA)*. Disponível em <https://www.wola.org/analysis/venezuela-political-crisis-negotiations-government-opposition/> [acessado em 12 de julho de 2019]

Rangel, J. V. (2013). *De Yare a Miraflores, el mismo subversivo: Entrevistas al comandante Hugo Chávez Frías (1992-2012)* (3ª ed.). Caracas: Correo del Orinoco.

Rede Latinoamericana para a Prevenção do Genocídio e Atrocidades Massivas. (2018). *Informe Anual 2017: La Red Latinoamericana para la Prevención del Genocidio y Atrocidades Masivas. Edición V años (2012-2017): una coalición efectiva para la prevención*. Disponível em

<http://www.auschwitzinstitute.org/wp-content/uploads/2018/04/RedLatAm-Informe-2018-ES.pdf> [acessado em 29 de junho de 2019]

Reuters. (10 de março de 2018). *Venezuela's Maduro calls U.N. rights chief a U.S.-backed 'tumor'*. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-politics-un/venezuelas-maduro-calls-u-n-rights-chief-a-u-s-backed-tumor-idUSKCN1GM00N> [acessado em 07 de julho de 2019]

Reuters. (02 de julho de 2019a). *Venezuela's Guaido says 'never' a good moment to negotiate with Maduro*. Disponível em <http://news.trust.org/item/20190702205621-cii40/> [acessado em 14 de julho de 2019]

Reuters. (17 de julho de 2019b). *Trump administration plans to divert \$40 million in aid to Venezuela's opposition*. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-politics-usa-aid/trump-administration-plans-to-divert-40-million-in-aid-to-venezuelas-opposition-idUSKCN1UB2X0> [acessado em 08 de setembro de 2019]

Reuters. (05 de agosto de 2019c). *Bolton warns China, Russia not to double down on support of Maduro*. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-politics-usa/bolton-warns-china-russia-not-to-double-down-on-support-of-maduro-idUSKCN1UV24A> [acessado em 09 de agosto de 2019]

Rieff, D. (07 de novembro de 2011). R2P, R.I.P. *The New York Times*. Disponível em <http://www.nytimes.com/2011/11/08/opinion/r2p-rip.html> [acessado em 07 de fevereiro de 2018]

Rodríguez, S. (1990). *Sociedades americanas*. Caracas: Biblioteca Ayacucho.

Rodríguez, F. (27 de fevereiro de 2019a). *Why Venezuela needs an oil-for-food programme*. *Financial Times*. Disponível em <https://www.ft.com/content/804b2040-39d2-11e9-b856-5404d3811663> [acessado em 10 de agosto de 2019]

Rodríguez, F. (2019b). *Sanctions and the Venezuelan economy: what the data say*. *Torino Economics*. Disponível em <https://torinocap.com/wp-content/uploads/2019/06/Sanctions-and-Vzlan-Economy-June-2019.pdf> [acessado em 16 de julho de 2019]

Rodríguez, F. (11 de julho de 2019c). *Las sanciones contra Venezuela tienen una verdad incómoda*. *The New York Times*. Disponível em <https://www.nytimes.com/es/2019/07/11/venezuela-sanciones/> [acessado em 16 de julho de 2019]

- Roosevelt, T. (1904). December 6, 1994: annual message of the president Theodore Roosevelt transmitted to Congress. *Office of the Historian, Departamento de Estado, Estados Unidos da América*. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1904/message-of-the-president> [acessado em 31 de agosto de 2019]
- Rosenau, J. N. (2000). Governança, ordem e transformação na política mundial. In J. N. Rosenau & E. Czempiel (Orgs.), *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial* (pp. 11-46). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Rosneft. (2019). *2018 Annual Report*. Disponível em [https://www.rosneft.com/upload/site2/document\\_file/a\\_report\\_2018\\_eng.pdf](https://www.rosneft.com/upload/site2/document_file/a_report_2018_eng.pdf) [acessado em 10 de maio de 2019]
- Romero, C. A. (2002). El pasado y el presente de la política exterior de Venezuela. In M. R. Rollón (Ed.), *Venezuela: ruptura y continuidades del sistema político (1999-2001)* (pp. 121-139). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Romero, C. A. & Mijares, V. M. (2016). From Chávez to Maduro: Continuity and change in Venezuelan foreign policy. *Contexto Internacional*, 38(1), 191-227. DOI: 10.1590/S0102-8529.2016380100005
- Rosati, A. (18 de junho de 2019). Venezuela is now awash in U.S. dollars. *Bloomberg*. Disponível em <https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-06-18/once-forbidden-u-s-dollar-is-suddenly-everywhere-in-venezuela> [acessado em 20 de junho de 2019]
- Rouvinski, V. (2019). Russian-Venezuelan relations at a crossroads. *Wilson Center*. Disponível em [https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/russia-venezuela\\_report\\_rouvinski\\_final.pdf](https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/russia-venezuela_report_rouvinski_final.pdf) [acessado em 12 de maio de 2019]
- Rússia. Ministério das Relações Exteriores. (2019). *Briefing by Foreign Ministry Spokesperson Maria Zakharova Moscow, September 20, 2019*. Disponível em [http://www.mid.ru/en/press\\_service/spokesman/briefings/-/asset\\_publisher/D2wHaWMCU6Od/content/id/3793042](http://www.mid.ru/en/press_service/spokesman/briefings/-/asset_publisher/D2wHaWMCU6Od/content/id/3793042) [acessado em 21 de setembro de 2019]
- Saint-Pierre, A. (2003). *Projeto para tornar perpétua a paz na Europa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.



- Saliba, A. T., Lopes, D. B. & Vieira, P. (2018). On the tactics (not the ethics) of humanitarian intervention: Brazil's approach to R2P. In R. C. S. G. Caldas, J. B. M. Diz, M. A. Ribeiro & I. Cabrita (Coords.), *Guerra e Paz no século XXI* (pp. 235-259). Coimbra: Almedina.
- Santos, V. M. & Ferreira, M. J. M. (2012). *Teorias das Relações Internacionais*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Scheffer, D. (2006). Genocide and mass atrocities. *Genocide Studies and Prevention: An International Journal*, 1(3), 229-250. Disponível em <https://scholarcommons.usf.edu/gsp/vol1/iss3/3> [acessado em 28 de abril de 2019]
- Serbin, A. (2010). *Chávez, Venezuela y la reconfiguración de América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Serbin, A. & Serbin Pont, A. (2013). La política exterior de la República Bolivariana de Venezuela y el sistema interamericano de derechos humanos como obstáculo. *Pensamiento Propio*, 38, 235-254. Disponível em <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2014/01/pp38-2-vf.pdf> [acessado em 28 de junho de 2019]
- Serbin, A. & Serbin Pont, A. (2015). Latin America and the responsibility to protect: divergent views from the South? *Pensamiento Propio*, 41, 11-33. Disponível em <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2015/09/pp41-web-FINAL-Corr.pdf> [acessado em 28 de junho de 2019]
- Seshasayee, H. (2019). India-Venezuela relations: A case study in oil diplomacy. *Wilson Center*. Disponível em [https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/india-venezuela\\_relations\\_final\\_0.pdf](https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/india-venezuela_relations_final_0.pdf) [acessado em 11 de maio de 2019]
- Sharma, S. K. (2017). The 2017 general election in Kenya: Re-evaluating R2P's first test case 10 years on. *Global Responsibility to Protect*, 9(4), 345-365. DOI: 10.1163/1875984X-00904002
- Shuster, S. (20 de março de 2018). Exclusive: Russia secretly helped Venezuela launch a cryptocurrency to evade U.S. sanctions. *Time*. Disponível em <https://time.com/5206835/exclusive-russia-petro-venezuela-cryptocurrency/> [acessado em 17 de julho de 2019]
- Smilde, D. (06 de fevereiro de 2017). No miracles in Venezuela conflict I: dialogue setbacks challenge Vatican. *Washington Office on Latin America (WOLA)*. Disponível em <https://venezuelablog.org/no-miracles-in-venezuela-conflict-i-dialogue/> [acessado em 12 de julho de 2019]



- Smilde, D. & Ramsey, G. (2019). El difícil caminho hacia adelante: Venezuela y el Grupo de Contacto Internacional. *Análisis Carolina*, 1/2019. DOI: 10.13140/RG.2.2.13832.47369
- Smith, M. & Reel, M. (25 de abril de 2019). Venezuela's trade scheme with Turkey is enriching a mysterious Maduro crony. *Bloomberg*. Disponível em <https://www.bloomberg.com/news/features/2019-04-25/venezuela-turkey-trading-scheme-enriches-mysterious-maduro-crony> [acessado em 05 de maio de 2019]
- Steffan, H. D. (2007). *Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI*. Disponível em <http://www.rebelion.org/docs/55395.pdf>
- Steinhauser, G. & Bariyo, N. (18 de junho de 2019). How 7.4 tons of Venezuela's gold landed in Africa — and vanished. *The Wall Street Journal*. Disponível em <https://www.wsj.com/articles/how-7-4-tons-of-venezuelas-gold-landed-in-africaand-vanished-11560867792> [acessado em 17 de julho de 2019]
- Stockholm International Peace Research Institute. (2019). *SIPRI arms transfers database*. Disponível em <https://www.sipri.org/databases/armstransfers> [acessado em 08 de maio de 2019]
- Straus, S. (2015). Triggers of mass atrocities. *Politics and governance*, 3(3), 5-15. DOI: 10.17645/pag.v3i3.375
- TeleSur. (21 de fevereiro de 2014). *Venezuela instaló un Comando Nacional Antigolpe*. Disponível em <https://www.telesurtv.net/news/Venezuela-instalo-un-Comando-Nacional-Antigolpe-20140221-0051.html> [acessado em 15 de junho de 2019]
- TeleSur. (10 de janeiro de 2017). *Presidente de Venezuela juramenta el Comando Antigolpe*. Disponível em <https://www.telesurtv.net/news/Presidente-de-Venezuela-juramenta-el-Comando-Antigolpe-20170110-0040.html> [acessado em 15 de junho de 2019]
- Tesón, F. R. (2003). The liberal case for humanitarian intervention. In Holzgrefe, J. L. & Keohane, R. O. (Eds.), *Humanitarian Intervention. Ethical, legal, and political dilemmas* (pp. 93-129). Cambridge: Cambridge University Press.
- Torino Economics [TorinoEconomics]. (01 de julho de 2019). 1. Las importaciones venezolanas alcanzaron en abril su punto mínimo en nuestra serie, cayendo 53% en un año y 1,4% en un mes a apenas USD 303 millones. #LatAmThisWeek [Thread no Twitter]. Disponível em <https://twitter.com/TorinoEconomics/status/1145759578602319873> [acessado em 16 de julho de 2019]
- Torres, J. H. (2005). *Bolívar e a campanha da Venezuela*. Porto: Campo das Letras.

- Transparency International. (2019). *Corruption perceptions index 2018*. Disponível em <https://www.transparency.org/cpi2018> [acessado em 19 de junho de 2018]
- Tribunal Penal Internacional. (2011). *Rome Statute of the International Criminal Court*. Disponível em <https://www.icc-cpi.int/resource-library/Documents/RS-Eng.pdf> [acessado em 05 de abril de 2019]
- Tribunal Penal Internacional. (2014). *Statement of the prosecutor of the International Criminal Court, Fatou Bensouda, on the withdrawal of charges against Mr. Uhuru Muigai Kenyatta*. Disponível em <https://www.icc-cpi.int/Pages/item.aspx?name=otp-statement-05-12-2014-2> [acessado em 10 de abril de 2018]
- Tribunal Penal Internacional. (2018a). *Statement of the Prosecutor of the International Criminal Court, Fatou Bensouda, on opening Preliminary Examinations into the situations in the Philippines and in Venezuela*. Disponível em <https://www.icc-cpi.int/Pages/item.aspx?name=180208-otp-stat> [acessado em 07 de agosto de 2019]
- Tribunal Penal Internacional. (2018b). *Referral of the situation in Venezuela under Article 14 of the Rome Statute submitted by the Republic of Argentina, Canada, the Republic of Colombia, the Republic of Chile, the Republic of Paraguay and the Republic of Peru*. Disponível em [https://www.icc-cpi.int/itemsDocuments/180925-otp-referral-venezuela\\_ENG.pdf](https://www.icc-cpi.int/itemsDocuments/180925-otp-referral-venezuela_ENG.pdf) [acessado em 10 de novembro de 2018].
- Tribunal Penal Internacional. (2018c). *Report on preliminary examination activities 2018*. Disponível em <https://www.icc-cpi.int/itemsDocuments/181205-rep-otp-PE-ENG.pdf> [acessado em 20 de julho de 2019]
- Tribunal Penal Internacional. (2019a). *Preliminary examination: Venezuela*. Disponível em <https://www.icc-cpi.int/venezuela> [acessado em 27 de abril de 2019]
- Tribunal Penal Internacional. (2019b). *The States parties to the Rome Statute*. Disponível em [https://asp.icc-cpi.int/en\\_menus/asp/states%20parties/Pages/the%20states%20parties%20to%20the%20rome%20statute.aspx](https://asp.icc-cpi.int/en_menus/asp/states%20parties/Pages/the%20states%20parties%20to%20the%20rome%20statute.aspx) [acessado em 28 de junho de 2019]
- Trujillo, E. (2018). Statement by Conectas Derechos Humanos, delivered by Mr. Eduardo Trujillo: United Nations Human Rights Council 39th regular session. *Universidad Católica Andrés Bello*. Disponível em

[http://w2.ucab.edu.ve/tl\\_files/CDH/imagenes/Asistencia%20a%20detenidos/Intervencion%20E%20Trujillo%20Conectas%20HRC.pdf](http://w2.ucab.edu.ve/tl_files/CDH/imagenes/Asistencia%20a%20detenidos/Intervencion%20E%20Trujillo%20Conectas%20HRC.pdf) [acessado em 06 de julho de 2019]

Ulmer, A. & Parraga, M. (24 de novembro de 2018). Exclusive: Rosneft's Sechin flies to Venezuela, rebukes Maduro over oil shipments. *Reuters*. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-russia-venezuela-exclusive/exclusive-rosnefts-sechin-flies-to-venezuela-rebukes-maduro-over-oil-shipments-idUSKCN1NT0TJ> [acessado em 10 de maio de 2018]

União Europeia. (2019a). *Restrictive measures in view of the situation in Venezuela*. Disponível em [https://www.sanctionsmap.eu/api/v1/pdf/regime?id\[\]=44&include\[\]=lists&include\[\]=acts&lang=en](https://www.sanctionsmap.eu/api/v1/pdf/regime?id[]=44&include[]=lists&include[]=acts&lang=en) [acessado em 08 de maio de 2019]

União Europeia. (2019b). *Terms of Reference of an International Contact Group on Venezuela*. Disponível em <https://www.consilium.europa.eu/media/38043/st05958-en19-icg-terms-of-reference.pdf> [acessado em 13 de julho de 2019]

União Europeia. (2019c). *Press conference following the inaugural meeting of the International Contact Group on Venezuela*. Disponível em [https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/57945/press-conference-following-inaugural-meeting-international-contact-group-venezuela\\_en](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/57945/press-conference-following-inaugural-meeting-international-contact-group-venezuela_en) [acessado em 13 de julho de 2019]

União Europeia. (2019d). *International Contact Group on Venezuela: ministerial declaration*. Disponível em [https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/60358/international-contact-group-venezuela-ministerial-declaration\\_en](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/60358/international-contact-group-venezuela-ministerial-declaration_en) [acessado em 13 de julho de 2019]

União Europeia. (2019e). *Venezuela: Statement from the Ministerial Meeting of the International Contact Group*. Disponível em [https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/62006/venezuela-statement-ministerial-meeting-international-contact-group\\_en](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/62006/venezuela-statement-ministerial-meeting-international-contact-group_en) [acessado em 13 de julho de 2019]

União Europeia. (2019f). *Venezuela: International Contact Group's political mission to Caracas*. Disponível em [https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/62744/venezuela-international-contact-group%C2%B4s-political-mission-caracas\\_en](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/62744/venezuela-international-contact-group%C2%B4s-political-mission-caracas_en) [acessado em 13 de julho de 2019]

- União Europeia. (2019g). *Statement on the joint meeting of the International Contact Group and the Lima Group on the situation in Venezuela*. Disponível em [https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/63600/statement-joint-meeting-international-contact-group-and-lima-group-situation-venezuela\\_en](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/63600/statement-joint-meeting-international-contact-group-and-lima-group-situation-venezuela_en) [acessado em 14 de julho de 2019]
- União Europeia. (2019h). *Declaration by the High Representative on behalf of the EU on Venezuela*. Disponível em <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2019/07/16/declaration-by-the-high-representative-on-behalf-of-the-eu-on-venezuela/> [acessado em 20 de julho de 2019]
- União Europeia. (2019i). *International Contact Group on Venezuela: ministerial declaration*. Disponível em [https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/67775/international-contact-group-venezuela-ministerial-declaration\\_en](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/67775/international-contact-group-venezuela-ministerial-declaration_en) [acessado em 26 de setembro de 2019]
- União Europeia. (2019j). *Venezuela: Meeting of the International Contact Groups and the LIMA Group - Joint Statement*. Disponível em [https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/67934/venezuela-meeting-international-contact-groups-and-lima-group-joint-statement\\_en](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/67934/venezuela-meeting-international-contact-groups-and-lima-group-joint-statement_en) [acessado em 26 de setembro de 2019]
- União Europeia. (2019k). *Declaration by the High Representative on behalf of the EU on Venezuela*. Disponível em <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2019/09/27/declaration-by-the-high-representative-on-behalf-of-the-eu-on-venezuela/> [acessado em 29 de setembro de 2019]
- Vasquez, A., Zerpa, F. & Bronner, E. (09 de agosto de 2019). *As Maduro and Guaidó trade threats, their underlings seek a deal*. *Bloomberg*. Disponível em <https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-08-09/as-maduro-and-guaido-trade-threats-their-underlings-seek-a-deal> [acessado em 10 de agosto 2019]
- Venezuela. Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores. (2012). *Notice from the Bolivarian Republic of Venezuela to the Secretary-General*. Caracas. Disponível em [http://www.oas.org/DIL/Nota\\_Rep%C3%BAblica\\_Bolivariana\\_Venezuela\\_to\\_SG.English.pdf](http://www.oas.org/DIL/Nota_Rep%C3%BAblica_Bolivariana_Venezuela_to_SG.English.pdf) [acessado em 30 de maio de 2019]
- Venezuela. Missão Permanente da Venezuela na Organização dos Estados Americanos. (2013). *Note II.2E8.D-OEA.10-2605* [Instrumento de denúncia do Tratado Interamericano de Assistência

Recíproca]. Washington, DC. Disponível em [http://www.oas.org/en/sla/dil/docs/Note\\_Bolivarian\\_Republic\\_of\\_Venezuela\\_SG\\_OEA\\_II-2E8-D.pdf](http://www.oas.org/en/sla/dil/docs/Note_Bolivarian_Republic_of_Venezuela_SG_OEA_II-2E8-D.pdf) [acessado em 14 de setembro de 2019]

Venezuela. Comando Estratégico Operacional das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas. (2014). *Plan Estratégico Operacional "Zamora"*. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/346503223/Plan-Estrategico-Operacional-Zamora> [acessado em 14 de junho de 2019]

Venezuela. Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores. (19 de setembro de 2018). *Venezuela califica como guerreristas declaraciones de Almagro sobre intervención militar*. Caracas. Disponível em <http://mppre.gob.ve/2018/09/19/venezuela-califica-como-guerreristas-declaraciones-de-almagro/> [acessado em 12 de julho de 2019]

Venezuela. Assembleia Nacional. (11 de janeiro de 2019a). *Juan Guaidó: Me apego a los artículos 333, 350 y 233 para lograr el cese de la usurpación y convocar elecciones libres con la unión del pueblo, FAN y comunidad internacional*. Caracas. Disponível em [http://www.asambleanacional.gob.ve/noticias/\\_juan-guaido-me-apego-a-los-articulos-333-350-y-233](http://www.asambleanacional.gob.ve/noticias/_juan-guaido-me-apego-a-los-articulos-333-350-y-233) [acessado em 08 de setembro de 2019]

Venezuela. Assembleia Nacional. (15 de janeiro de 2019b). *AN declaró formalmente la usurpación de Maduro en el cargo de presidente de la República*. Caracas. Disponível em [http://www.asambleanacional.gob.ve/noticias/\\_an-declaro-formalmente](http://www.asambleanacional.gob.ve/noticias/_an-declaro-formalmente) [acessado em 08 de setembro de 2019]

Venezuela. Assembleia Nacional. (22 de janeiro de 2019c). *Acuerdo de ratificación de la adhesión de la República Bolivariana de Venezuela a la Carta de la Organización de Estados Americanos (OEA)*. Caracas. Disponível em [http://www.asambleanacional.gob.ve/actos/\\_acuerdo-de-ratificacion-de-la-adhesion-de-la-republica-bolivariana-de-venezuela-a-la-carta-de-la-organizacion-de-estados-americanos-oea](http://www.asambleanacional.gob.ve/actos/_acuerdo-de-ratificacion-de-la-adhesion-de-la-republica-bolivariana-de-venezuela-a-la-carta-de-la-organizacion-de-estados-americanos-oea) [acessado em 30 de maio de 2019]

Venezuela. Assembleia Nacional. (22 de janeiro de 2019d). *Acuerdo de designación del representante permanente ante la Organización de Estados Americanos*. Caracas. Disponível em [http://www.asambleanacional.gob.ve/actos/\\_acuerdo-de-designacion-del-representante-especial-ante-la-organizacion-de-estados-americanos](http://www.asambleanacional.gob.ve/actos/_acuerdo-de-designacion-del-representante-especial-ante-la-organizacion-de-estados-americanos) [acessado em 30 de maio de 2019]

Venezuela. Assembleia Nacional. (23 de janeiro de 2019e). *Juan Guaidó: Juro asumir formalmente las competencias del Ejecutivo Nacional como presidente encargado de Venezuela*. Caracas.

Disponível em [http://www.asambleanacional.gob.ve/noticias/\\_juan-guaido-juro-asumir-formalmente](http://www.asambleanacional.gob.ve/noticias/_juan-guaido-juro-asumir-formalmente) [acessado em 08 de setembro de 2019]

Venezuela. Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores. (27 de abril de 2019f). *Venezuelan government announces and ratifies its official withdrawal from the OAS to the international community*. Caracas. Disponível em <http://mppre.gob.ve/en/comunicado/venezuelan-government-announces-ratifies-official-withdrawal-oea-international-community/> [acessado em 30 de maio de 2019]

Venezuela. Assembleia Nacional. (15 de maio de 2019g). *Acuerdo para restablecer la vigencia de la Convención Americana sobre Derechos Humanos y la protección internacional que ofrecen la Corte Interamericana de Derechos Humanos y la Comisión Interamericana de Derechos Humanos*. Caracas. Disponível em [http://www.asambleanacional.gob.ve/actos/\\_acuerdo-para-restablecer-la-vigencia-de-la-convencion-americana-sobre-derechos-humanos-y-la-proteccion-internacional-que-ofrecen-la-corte-interamericana-de-derechos-humanos-y-la-comision-interamerican](http://www.asambleanacional.gob.ve/actos/_acuerdo-para-restablecer-la-vigencia-de-la-convencion-americana-sobre-derechos-humanos-y-la-proteccion-internacional-que-ofrecen-la-corte-interamericana-de-derechos-humanos-y-la-comision-interamerican) [acessado em 14 de setembro de 2019]

Venezuela. (2019h). *Instruments of ratification to the Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance and its Protocol of Amendment by the Bolivarian Republic of Venezuela*. Washington, DC. Disponível em [http://www.oas.org/es/sla/ddi/docs/B-29\\_venezuela\\_RA\\_8-6-2019.pdf](http://www.oas.org/es/sla/ddi/docs/B-29_venezuela_RA_8-6-2019.pdf) [acessado em 14 de setembro de 2019]

Venezuela. Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores. (17 de setembro de 2019i). *Se instala Mesa de Diálogo Nacional por la Convivencia con seis históricos acuerdos*. Caracas. Disponível em <http://mppre.gob.ve/2019/09/17/mesa-de-dialogo-nacional-por-la-paz/> [acessado em 18 de setembro de 2019]

Venezuela. Centro de Comunicação Nacional. (17 de setembro de 2019j). *AN ratifica a Guaidó como presidente encargado hasta que cese la usurpación*. Caracas. Disponível em <https://presidenciave.com/es/parlamento/an-guaido-presidente-hasta-cese-usurpacion/> [acessado em 18 de setembro de 2019]

Vilmer, J. B. J. (2018). The Responsibility Not to Veto: A genealogy. *Global Governance*, 24(3), 331-349. DOI: 10.1163/19426720-02403003

Washington Office on Latin America. (06 de agosto de 2019). *Human rights organizations: new U.S. sanctions risk aggravating human suffering in Venezuela with no solution in sight*. Disponível em <https://www.wola.org/2019/08/human-rights-organizations-new-u-s-sanctions-risk->

aggravating-human-suffering-in-venezuela-with-no-solution-in-sight/ [acessado em 11 de agosto de 2019]

Weiss, T. G. (1999). Sanctions as a foreign policy tool: weighing humanitarian impulses. *Journal of Peace Research*, 36(5), 499-509. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/424530> [acessado em 15 de setembro de 2019]

Welsh, J. M. (2013). Norm contestation and the Responsibility to Protect. *Global Responsibility to Protect*, 5(4), 365-396. DOI: 10.1163/1875984X-00504002

Welsh, J. M. (2015). Mediation and sanctions: applying conflict prevention tools in atrocity crime settings. In S. K. Sharma & J. M. Welsh (Eds.), *The responsibility to prevent: overcoming the challenges to atrocity prevention* (pp. 103-108). Oxford: Oxford University Press

Wilson, W. (1918). 8 January, 1918: president Woodrow Wilson's fourteen points. *The Avalon Project, University of Yale*. Disponível em [https://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/wilson14.asp](https://avalon.law.yale.edu/20th_century/wilson14.asp) [acessado em 21 de agosto de 2019]

Xinhua. (28 de maio de 2019). *Venezuela receives 4th batch of humanitarian aid from China*. Disponível em [http://www.xinhuanet.com/english/2019-05/28/c\\_138096906.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2019-05/28/c_138096906.htm) [acessado em 16 de julho de 2019]

Yagova, O., Aizhu, C. & Parraga, M. (22 de agosto de 2019). Rosneft becomes top Venezuelan oil trader, helping offset U.S. pressure. *Reuters*. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-russia-venezuela-oil/rosneft-becomes-top-venezuelan-oil-trader-helping-offset-u-s-pressure-idUSKCN1VC1PF> [acessado em 11 de setembro de 2019]

Zavala, D. F. M. (1988). História de meio século na Venezuela: 1926-1975. In P. G. Casanova (Org.), *América Latina: História de meio século* (Vol. 2, pp.233-337). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

## ANEXOS

### Anexo A

#### Definições dos crimes de atrocidade no direito internacional

##### *O crime de genocídio*

O conceito de genocídio nasceu do trabalho de Raphael Lemkin (1944) e a sua definição corrente está presente no artigo II da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (ONU, 1948a)<sup>99</sup>. A mesma definição pode ser encontrada nos estatutos do Tribunal Penal Internacional (TPI) e dos tribunais *ad hoc* para a ex-Iugoslávia e para o Ruanda. Reproduzimos abaixo os artigos I, II, III e IV por deixarem claro que crimes de genocídio podem ser cometidos durante conflitos ou em períodos de paz, que não apenas o assassinato, mas a incitação, tentativa ou cumplicidade também são puníveis e que tanto membros do governo quanto indivíduos da sociedade civil podem ser punidos.

##### **“Artigo 1.º**

As Partes Contratantes confirmam que o genocídio, seja cometido em tempo de paz ou em tempo de guerra, é um crime do direito dos povos, que desde já se comprometem a prevenir e a punir.

##### **Artigo 2.º**

Na presente Convenção, entende-se por genocídio os actos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como:

- a) Assassinato de membros do grupo;
- b) Atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo;
- c) Submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial;
- d) Medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;

---

<sup>99</sup> A/RES/3/260.



e) Transferência forçada das crianças do grupo para outro grupo.

### **Artigo 3.º**

Serão punidos os seguintes actos:

- a) O genocídio;
- b) O acordo com vista a cometer genocídio;
- c) O incitamento, directo e público, ao genocídio;
- d) A tentativa de genocídio;
- e) A cumplicidade no genocídio.

### **Artigo 4.º**

As pessoas que tenham cometido genocídio ou qualquer dos outros actos enumerados no artigo 3.º serão punidas, quer sejam governantes, funcionários ou particulares.”

No Estatuto de Roma do TPI (2011), o crime de genocídio é descrito no Artigo 6 da seguinte forma:

### **“Artigo 6.º**

#### **Crime de genocídio**

Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por «genocídio» qualquer um dos atos que a seguir se enumeram, praticado com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, rácico ou religioso, enquanto tal:

- a) Homicídio de membros do grupo;
- b) Ofensas graves à integridade física ou mental de membros do grupo;
- c) Sujeição intencional do grupo a condições de vida pensadas para provocar a sua destruição física, total ou parcial;
- d) Imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo;
- e) Transferência, à força, de crianças do grupo para outro grupo.”

### *Os crimes contra a humanidade*

O conceito de crimes contra a humanidade nasceu do trabalho de Hersch Lauterpacht (1945) e sua definição pode ser encontrada no Estatuto de Roma do TPI (2011), reproduzido abaixo, e nos estatutos dos tribunais *ad hoc* para a ex-Iugoslávia e o Ruanda, embora os três não coincidam na totalidade. Como a República Bolivariana da Venezuela é parte do Estatuto de Roma, é essa a definição que nos interessa neste trabalho.

#### **“Artigo 7.º**

##### **Crimes contra a humanidade**

1 - Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por «crime contra a humanidade» qualquer um dos atos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque:

- a) Homicídio;
- b) Extermínio;
- c) Escravidão;
- d) Deportação ou transferência à força de uma população;
- e) Prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais do direito internacional;
- f) Tortura;
- g) Violação, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez à força, esterilização à força ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável;
- h) Perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser identificado, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de sexo, tal como definido no n.º 3, ou em função de outros critérios universalmente reconhecidos como inaceitáveis em direito internacional, relacionados com qualquer ato referido neste número ou com qualquer crime da competência do Tribunal;
- i) Desaparecimento forçado de pessoas;
- j) Crime de apartheid;
- k) Outros atos desumanos de carácter semelhante que causem intencionalmente grande sofrimento, ferimentos graves ou afetem a saúde mental ou física.

2 - Para efeitos do n.º 1:

- a) Por «ataque contra uma população civil» entende-se qualquer conduta que envolva a prática múltipla de atos referidos no n.º 1 contra uma população civil, de acordo com a política de um Estado ou de uma organização de praticar esses atos ou tendo em vista a prossecução dessa política;
- b) O «extermínio» compreende a sujeição intencional a condições de vida, tais como a privação do acesso a alimentos ou medicamentos, com vista a causar a destruição de uma parte da população;
- c) Por «escravidão» entende-se o exercício, relativamente a uma pessoa, de um poder ou de um conjunto de poderes que traduzam um direito de propriedade sobre uma pessoa, incluindo o exercício desse poder no âmbito do tráfico de pessoas, em particular mulheres e crianças;
- d) Por «deportação ou transferência à força de uma população» entende-se a deslocação coactiva de pessoas através da expulsão ou de outro ato coercivo, da zona em que se encontram legalmente, sem qualquer motivo reconhecido em direito internacional;
- e) Por «tortura» entende-se o ato por meio do qual uma dor ou sofrimentos graves, físicos ou mentais, são intencionalmente causados a uma pessoa que esteja sob a custódia ou o controlo do arguido; este termo não compreende a dor ou os sofrimentos resultantes unicamente de sanções legais, inerentes a essas sanções ou por elas ocasionadas acidentalmente;
- f) Por «gravidez à força» entende-se a privação de liberdade ilegal de uma mulher que foi engravidada à força, com o propósito de alterar a composição étnica de uma população ou de cometer outras violações graves do direito internacional. Esta definição não pode, de modo algum, ser interpretada como afetando as disposições de direito interno relativas à gravidez;
- g) Por «perseguição» entende-se a privação intencional e grave de direitos fundamentais em violação do direito internacional por motivos relacionados com a identidade do grupo ou da coletividade em causa;
- h) Por «crime de apartheid» entende-se qualquer ato desumano análogo aos referidos no n.º 1, praticado no contexto de um regime institucionalizado de opressão e domínio sistemático de um grupo rácico sobre um ou outros e com a intenção de manter esse regime;
- i) Por «desaparecimento forçado de pessoas» entende-se a detenção, a prisão ou o sequestro de pessoas por um Estado ou uma organização política, ou com a autorização, o apoio ou a

concordância destes, seguidos de recusa em reconhecer tal estado de privação de liberdade ou a prestar qualquer informação sobre a situação ou localização dessas pessoas, com o propósito de lhes negar a proteção da lei por um longo período de tempo.

3 - Para efeitos do presente Estatuto, entende-se que o termo «sexo» abrange os sexos masculino e feminino, dentro do contexto da sociedade, não lhe devendo ser atribuído qualquer outro significado.”

### *Os crimes de guerra*

Crimes de guerra são aqueles que violam o direito internacional humanitário e, diferentemente do genocídio, dos crimes contra a humanidade e da limpeza étnica, só podem ser cometidos durante conflitos armados. A definição e as listas de crimes de guerra estão espalhadas por vários documentos e tratados internacionais, como as Convenções de Genebra de 1949 e o Protocolo Adicional I de 1977, o Estatuto de Roma e os estatutos dos tribunais *ad hoc* para a ex-Iugoslávia e o Ruanda. Embora os crimes de guerra estejam restritos a conflitos, as vítimas podem ser combatentes ou não-combatentes, como agentes médicos, religiosos, humanitários e civis. Assim como no caso dos crimes contra a humanidade, recorreremos ao artigo 8 do Estatuto de Roma (TPI, 2011) para uma definição do que são os crimes de guerra:

#### **“Artigo 8.º**

##### **Crimes de guerra**

1 - O Tribunal terá competência para julgar os crimes de guerra, em particular quando cometidos como parte integrante de um plano ou de uma política ou como parte de uma prática em larga escala desse tipo de crimes.

2 - Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por «crimes de guerra»:

a) As violações graves às Convenções de Genebra, de 12 de Agosto de 1949, a saber, qualquer um dos seguintes atos, dirigidos contra pessoas ou bens protegidos nos termos da Convenção de Genebra que for pertinente:

i) Homicídio doloso;

ii) Tortura ou outros tratamentos desumanos, incluindo as experiências biológicas;

- iii) O ato de causar intencionalmente grande sofrimento ou ofensas graves à integridade física ou à saúde;
  - iv) Destruição ou apropriação de bens em larga escala, quando não justificadas por quaisquer necessidades militares e executadas de forma ilegal e arbitrária;
  - v) O ato de compelir um prisioneiro de guerra ou outra pessoa sob proteção a servir nas forças armadas de uma potência inimiga;
  - vi) Privação intencional de um prisioneiro de guerra ou de outra pessoa sob proteção do seu direito a um julgamento justo e imparcial;
  - vii) Deportação ou transferência, ou a privação de liberdade ilegais;
  - viii) Tomada de reféns;
- b) Outras violações graves das leis e costumes aplicáveis em conflitos armados internacionais no quadro do direito internacional, a saber, qualquer um dos seguintes atos:
- i) Atacar intencionalmente a população civil em geral ou civis que não participem diretamente nas hostilidades;
  - ii) Atacar intencionalmente bens civis, ou seja, bens que não sejam objetivos militares;
  - iii) Atacar intencionalmente pessoal, instalações, material, unidades ou veículos que participem numa missão de manutenção da paz ou de assistência humanitária, de acordo com a Carta das Nações Unidas, sempre que estes tenham direito à proteção conferida aos civis ou aos bens civis pelo direito internacional aplicável aos conflitos armados;
  - iv) Lançar intencionalmente um ataque, sabendo que o mesmo causará perdas acidentais de vidas humanas ou ferimentos na população civil, danos em bens de carácter civil ou prejuízos extensos, duradouros e graves no meio ambiente que se revelem claramente excessivos em relação à vantagem militar global concreta e direta que se previa;
  - v) Atacar ou bombardear, por qualquer meio, aglomerados populacionais, habitações ou edifícios que não estejam defendidos e que não sejam objetivos militares;
  - vi) Provocar a morte ou ferimentos a um combatente que tenha deposto armas ou que, não tendo meios para se defender, se tenha incondicionalmente rendido;
  - vii) Utilizar indevidamente uma bandeira de tréguas, a bandeira nacional, as insígnias militares ou o uniforme do inimigo ou das Nações Unidas, assim como os emblemas distintivos das Convenções de Genebra, causando deste modo a morte ou ferimentos graves;

- viii) A transferência, direta ou indireta, por uma potência ocupante de parte da sua população civil para o território que ocupa ou a deportação ou transferência da totalidade ou de parte da população do território ocupado, dentro ou para fora desse território;
- ix) Os ataques intencionais a edifícios consagrados ao culto religioso, à educação, às artes, às ciências ou à beneficência, monumentos históricos, hospitais e lugares onde se agrupem doentes e feridos, sempre que não se trate de objetivos militares;
- x) Submeter pessoas que se encontrem sob o domínio de uma parte beligerante a mutilações físicas ou a qualquer tipo de experiências médicas ou científicas que não sejam motivadas por um tratamento médico, dentário ou hospitalar, nem sejam efetuadas no interesse dessas pessoas, e que causem a morte ou façam perigar seriamente a sua saúde;
- xi) Matar ou ferir à traição pessoas pertencentes à nação ou ao exército inimigos;
- xii) Declarar que não será dado abrigo;
- xiii) Destruir ou apreender bens do inimigo, a menos que as necessidades da guerra assim o determinem;
- xiv) Declarar abolidos, suspensos ou não admissíveis em tribunal os direitos e ações dos nacionais da parte inimiga;
- xv) O facto de uma parte beligerante obrigar os nacionais da parte inimiga a participar em operações bélicas dirigidas contra o seu próprio país, ainda que eles tenham estado ao serviço daquela parte beligerante antes do início da guerra;
- xvi) Saquear uma cidade ou uma localidade, mesmo quando tomada de assalto;
- xvii) Utilizar veneno ou armas envenenadas;
- xviii) Utilizar gases asfixiantes, tóxicos ou similares, ou qualquer líquido, material ou dispositivo análogo;
- xix) Utilizar balas que se expandem ou achatam facilmente no interior do corpo humano, tais como balas de revestimento duro que não cobre totalmente o interior ou possui incisões;
- xx) Empregar armas, projéteis, materiais e métodos de combate que, pela sua própria natureza, causem ferimentos supérfluos ou sofrimentos desnecessários ou que surtam efeitos indiscriminados, em violação do direito internacional aplicável aos conflitos armados, na medida em que tais armas, projéteis, materiais e métodos de combate sejam objeto de uma

proibição geral e estejam incluídos num anexo ao presente Estatuto, em virtude de uma alteração aprovada em conformidade com o disposto nos artigos 121.º e 123.º;

xxi) Ultrajar a dignidade da pessoa, em particular por meio de tratamentos humilhantes e degradantes;

xxii) Cometer atos de violação, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez à força, tal como definida na alínea f) do n.º 2 do artigo 7.º, esterilização à força e qualquer outra forma de violência sexual que constitua também um desrespeito grave das Convenções de Genebra;

xxiii) Aproveitar a presença de civis ou de outras pessoas protegidas para evitar que determinados pontos, zonas ou forças militares sejam alvo de operações militares;

xxiv) Atacar intencionalmente edifícios, material, unidades e veículos sanitários, assim como o pessoal habilitado a usar os emblemas distintivos das Convenções de Genebra, de acordo com o direito internacional;

xxv) Provocar deliberadamente a inanição da população civil como método de fazer a guerra, privando-a dos bens indispensáveis à sua sobrevivência, impedindo, nomeadamente, o envio de socorros, tal como previsto nas Convenções de Genebra;

xxvi) Recrutar ou alistar menores de 15 anos nas forças armadas nacionais ou utilizá-los para participar ativamente nas hostilidades;

c) Em caso de conflito armado que não seja de índole internacional, as violações graves do artigo 3.º comum às quatro Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949, a saber, qualquer um dos atos que a seguir se indicam, cometidos contra pessoas que não participem diretamente nas hostilidades, incluindo os membros das forças armadas que tenham deposto armas e os que tenham ficado impedidos de continuar a combater devido a doença, lesões, prisão ou qualquer outro motivo:

i) Atos de violência contra a vida e contra a pessoa, em particular o homicídio sob todas as suas formas, as mutilações, os tratamentos cruéis e a tortura;

ii) Ultrajes à dignidade da pessoa, em particular por meio de tratamentos humilhantes e degradantes;

iii) A tomada de reféns;

- iv) As condenações proferidas e as execuções efetuadas sem julgamento prévio por um tribunal regularmente constituído e que ofereça todas as garantias judiciais geralmente reconhecidas como indispensáveis;
- d) A alínea c) do n.º 2 do presente artigo aplica-se aos conflitos armados que não tenham carácter internacional e, por conseguinte, não se aplica a situações de distúrbio e de tensão internas, tais como motins, atos de violência esporádicos ou isolados ou outros de carácter semelhante;
- e) As outras violações graves das leis e costumes aplicáveis aos conflitos armados que não têm carácter internacional, no quadro do direito internacional, a saber qualquer um dos seguintes atos:
- i) Atacar intencionalmente a população civil em geral ou civis que não participem diretamente nas hostilidades;
- ii) Atacar intencionalmente edifícios, material, unidades e veículos sanitários, bem como o pessoal habilitado a usar os emblemas distintivos das Convenções de Genebra, de acordo com o direito internacional;
- iii) Atacar intencionalmente pessoal, instalações, material, unidades ou veículos que participem numa missão de manutenção da paz ou de assistência humanitária, de acordo com a Carta das Nações Unidas, sempre que estes tenham direito à proteção conferida pelo direito internacional dos conflitos armados aos civis e aos bens civis;
- iv) Atacar intencionalmente edifícios consagrados ao culto religioso, à educação, às artes, às ciências ou à beneficência, monumentos históricos, hospitais e lugares onde se agrupem doentes e feridos, sempre que não se trate de objetivos militares;
- v) Saquear um aglomerado populacional ou um local, mesmo quando tomado de assalto;
- vi) Cometer atos de violação, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez à força, tal como definida na alínea f) do n.º 2 do artigo 7.º, esterilização à força ou qualquer outra forma de violência sexual que constitua uma violação grave do artigo 3.º comum às quatro Convenções de Genebra;
- vii) Recrutar ou alistar menores de 15 anos nas forças armadas nacionais ou em grupos, ou utilizá-los para participar ativamente nas hostilidades;
- viii) Ordenar a deslocação da população civil por razões relacionadas com o conflito, salvo se assim o exigirem a segurança dos civis em questão ou razões militares imperiosas;



- ix) Matar ou ferir à traição um combatente de uma parte beligerante;
  - x) Declarar que não será dado abrigo;
  - xi) Submeter pessoas que se encontrem sob o domínio de outra parte beligerante a mutilações físicas ou a qualquer tipo de experiências médicas ou científicas que não sejam motivadas por um tratamento médico, dentário ou hospitalar, nem sejam efetuadas no interesse dessa pessoa, e que causem a morte ou ponham seriamente a sua saúde em perigo;
  - xii) Destruir ou apreender bens do inimigo, a menos que as necessidades da guerra assim o exijam;
- f) A alínea e) do n.º 2 do presente artigo aplicar-se-á aos conflitos armados que não tenham carácter internacional e, por conseguinte, não se aplicará a situações de distúrbio e de tensão internas, tais como motins, atos de violência esporádicos ou isolados ou outros de carácter semelhante; aplicar-se-á, ainda, a conflitos armados que tenham lugar no território de um Estado, quando exista um conflito armado prolongado entre as autoridades governamentais e grupos armados organizados ou entre estes grupos.

3 - O disposto nas alíneas c) e e) do n.º 2 em nada afetará a responsabilidade que incumbe a todo o Governo de manter e de restabelecer a ordem pública no Estado e de defender a unidade e a integridade territorial do Estado por qualquer meio legítimo.”

#### *A prática de limpeza étnica*

A limpeza étnica não é um crime definido individualmente pelo direito internacional, mas inclui atos que configuram sérias violações de direitos humanos e do direito humanitário e que podem ser caracterizados como um dos outros três crimes de atrocidade, especialmente os crimes contra a humanidade (ONU, 2014a). O relatório final da comissão de especialistas para a ex-Iugoslávia definiu a limpeza étnica como uma “política propositalmente desenhada por um grupo étnico ou religioso para remover por meios violentos ou aterrorizantes a população civil de outro grupo étnico ou religioso de certas áreas geográficas” (ONU, 1994, p. 33)<sup>100</sup>.

---

<sup>100</sup> S/1994/674.

## **Anexo B**

Reprodução na íntegra dos parágrafos 138, 139 e 140 do documento final da cimeira mundial de 2005 (ONU, 2005c, p. 30)

“Responsibility to protect populations from genocide, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity

138. Each individual State has the responsibility to protect its populations from genocide, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity. This responsibility entails the prevention of such crimes, including their incitement, through appropriate and necessary means. We accept that responsibility and will act in accordance with it. The international community should, as appropriate, encourage and help States to exercise this responsibility and support the United Nations in establishing an early warning capability.

139. The international community, through the United Nations, also has the responsibility to use appropriate diplomatic, humanitarian and other peaceful means, in accordance with Chapters VI and VIII of the Charter, to help to protect populations from genocide, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity. In this context, we are prepared to take collective action, in a timely and decisive manner, through the Security Council, in accordance with the Charter, including Chapter VII, on a case-by-case basis and in cooperation with relevant regional organizations as appropriate, should peaceful means be inadequate and national authorities are manifestly failing to protect their populations from genocide, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity. We stress the need for the General Assembly to continue consideration of the responsibility to protect populations from genocide, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity and its implications, bearing in mind the principles of the Charter and international law. We also intend to commit ourselves, as necessary and appropriate, to helping States build capacity to protect their populations from genocide, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity and to assisting those which are under stress before crises and conflicts break out.

140. We fully support the mission of the Special Adviser of the Secretary-General on the Prevention of Genocide.”

## APÊNDICES

### Apêndice A

Quadro de ratificações de tratados internacionais de direitos humanos pela Venezuela

Quadro 1

*Quadro de ratificações de tratados internacionais de direitos humanos pela Venezuela*

Convenções e tratados relevantes		Status da Venezuela					
		Ass.	Ratif.	Denúncia	Validade	Suposto reingresso	Observação
Instrumentos globais	Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos (PIDCP)	1969	1978	x	Sim	x	x
	Protocolo Opcional ao PIDCP I	1976	1978	x	Sim	x	x
	Protocolo Opcional ao PIDCP II	1990	1993	x	Sim	x	x
	Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)	1969	1978	x	Sim	x	x
	Protocolo Opcional ao PIDESC	2011	2018	x	Sim	x	x
	Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (CPG)	x	1960	x	Sim	x	x
	Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (CCT)	1985	1991	x	Sim	x	x

Protocolo Opcional à CCT	2011	x	x	Não	x	x
Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados (CIDF)	2008	x	x	Não	x	x
Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade	x	x	x	Não	x	x
Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional	1998	2000	x	Sim	x	x
Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDM)	1980	1983	x	Sim	x	x
Protocolo Opcional à CEDM	2000	2002	x	Sim	x	x
Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial	1967	1967	x	Sim	x	x
Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (CRER)	x	1986	x	Sim	x	x
Protocolo Opcional ao CRER	x	1986	x	Sim	x	x
Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC)	1990	1990	x	Sim	x	x
Protocolo Opcional à CDC (sobre conflitos armados)	2000	2003	x	Sim	x	x

	Protocolo Opcional à CDC (sobre a venda, prostituição e pornografia infantil)	2000	2002	x	Sim	x	x
	Protocolo Opcional à CDC (processo de comunicações)	x	x	x	Não	x	x
	Tratado de Comércio de Armas Convencionais	x	x	x	Não	x	x
<b>Instrumentos interamericanos</b>	Carta da Organização dos Estados Americanos (CdOEA)	1948	1951	2017	Indefinido	Oposição diz ter revertido antes de denúncia entrar em vigor	Há divergência entre as representações do regime e da oposição
	Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH)	1969	1977	2012	Indefinido	2019 (segundo a oposição)	Há divergência entre as representações do regime e da oposição
	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)	1947	1948	2013	Indefinido	2019 (segundo a oposição)	Há divergência entre as representações do regime e da oposição

Nota: todas informações deste quadro foram retiradas dos respectivos sítios na internet da Organização das Nações Unidas e seu Alto Comissariado para os Direitos Humanos e da Organização dos Estados Americanos, com última consulta no dia 14 de setembro de 2019.

Cabe fazermos observações sobre o status indefinido da Carta da Organizações dos Estados Americanos (CdOEA), da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) e do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Todas elas residem no fato de que a comunidade de Estados está dividida desde janeiro de 2019 no reconhecimento de Nicolás Maduro ou de Juan Guaidó como presidentes legítimos, e, portanto, das suas respectivas instituições – a Assembleia Nacional Constituinte e a Assembleia Nacional (AN), respectivamente.

Primeiro, a CdOEA foi denunciada oficialmente pelo governo da Venezuela no dia 28 de abril de 2017. À época, já havia críticas sobre a sua natureza autoritária, mas sua legitimidade internacional não era questionada. Pelos termos da CdOEA, a denúncia entraria em vigor dois anos depois. Para o regime, isso de fato se concretizou em 28 de abril de 2019 (Venezuela, 2019f). Por outro lado, a legitimidade do regime como representante do Estado venezuelano passou a ser negada por mais de 50 países a partir de janeiro de 2019, à medida Juan Guaidó foi reconhecido como presidente encarregado. O próprio Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (CPOEA) declarou o novo mandato de Maduro como ilegítimo em 10 de janeiro (Organização dos Estados Americanos [OEA], 2019a)<sup>101</sup>. Dessa forma, a AN declarou nula a denúncia da CdOEA e nomeou Gustavo Tarre Briceño como novo embaixador na OEA no dia 22 de janeiro (Venezuela, 2019d, 2019e). A entrega oficial da carta que deixaria sem efeito a denúncia da CdOEA foi feita no dia 07 de março (OEA, 2019b), embora o CPOEA só tenha reconhecido Briceño como representante oficial da Venezuela em 09 de abril (OEA, 2019d)<sup>102</sup>. Já a Assembleia Geral da OEA só reconheceu o enviado de Guaidó como representante legítimo da Venezuela até que ocorram novas eleições em resolução de junho (OEA, 2019g)<sup>103</sup>. Sendo assim, a representação atual da Venezuela na OEA não é clara: nem Maduro, nem Guaidó são reconhecidos por todos os Estados como presidentes legítimos e Briceño pode participar dos fóruns multilaterais da organização, mas qualquer decisão tomada não terá qualquer efeito prático no contexto interno do país, à medida que é o regime que controla as instituições.

Segundo, a CADH foi denunciada pelo governo da Venezuela em 10 de setembro de 2012 e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorIDH) deixou de ter jurisdição sobre o país a partir de 10 de setembro de 2013 (Venezuela, 2012). Em 15 de maio de 2019, no entanto, a AN aprovou o reestabelecimento da vigência da CADH na Venezuela, não apenas a partir desta data, mas de forma retroativa a 10 de setembro de 2013, como se a denúncia nunca tivesse ocorrido (Venezuela, 2019g). Como não houve decisão similar pela ANC, fica evidente que para o regime – que controla todas as demais instituições nacionais – esta medida não terá qualquer valor. No sítio oficial da CorIDH na internet, a Venezuela não consta mais entre os países sobre os quais a Corte tem jurisdição e é ressaltado que o Estado

---

<sup>101</sup> CP/RES 1117/19.

<sup>102</sup> CP/RES 1124/19.

<sup>103</sup> AG/doc. 5682/19 rev.1.

“apresentou em 10 de setembro de 2012 um instrumento de denúncia da CADH ao secretário-geral da OEA. A denúncia surtiu efeito a partir de 10 de setembro de 2013” (CorIDH, 2019c, p. 1).

Terceiro, o TIAR foi denunciado pelo governo da Venezuela em 14 de maio de 2013 e deixou de ter efeito dois anos depois, em 14 de maio de 2015 (Venezuela, 2013). Em 2019, a AN aprovou a reincorporação ao TIAR em 23 de julho e depositou a carta de reingresso no dia 06 de agosto (Venezuela, 2019h; OEA, 2019e). Neste caso, tendo o apoio da maior parte dos Estados-membros da OEA, a representação de Juan Guaidó participou efetivamente da votação para convocação do órgão consultivo do TIAR no dia 11 de setembro (OEA, 2019m, 2019n)<sup>104</sup> e da reunião de ministros das Relações Exteriores, no dia 23 de setembro, que aprovou uma resolução considerando o regime Maduro como uma ameaça à região por causa da sua relação com grupos paramilitares e narcotraficantes (OEA, 2019o)<sup>105</sup>.

---

<sup>104</sup> CP/RES 1137.

<sup>105</sup> RC.30/RES 1/19.



## Apêndice B

### O debate sobre a intervenção humanitária

A questão da intervenção humanitária centralizava os esforços de pesquisadores e Estados na busca por uma solução para atrocidades antes da concepção da responsabilidade de proteger. Tal debate tem diversas nuances, que de forma alguma pretendemos explorar na totalidade ou de forma exaustiva. Abordamos as duas principais abordagens sobre o chamado *droit d'ingérence*, o direito de intervir: a legitimidade e a legalidade. Inicialmente, destacamos que não há uma definição única para o conceito da intervenção humanitária. J. L. Holzgrefe fala em:

ameaça ou uso da força além da fronteira por um Estado (ou grupo de Estados) para prevenir ou combater graves e generalizadas violações de direitos humanos fundamentais de indivíduos que não seus próprios cidadãos, sem a permissão do Estado em cujo território a força é aplicada. (2003, p. 18)

Já Fernando Tesón (2003, p. 94) define como a “ameaça ou uso proporcional de força militar internacional, organizada em princípio por um governo liberal ou aliança, objetivando terminar com tirania ou anarquia, bem recebida pelas vítimas, e consistente com a doutrina do efeito duplo”. Com uma perspectiva jurídica do tema, Maria de Assunção do Vale Pereira (2008) diferencia intervenção de ingerência. A definição de intervenção, que consideramos satisfatoriamente completa para este trabalho, seria a situação em que:

um ou mais Estados decidem, por sua iniciativa, intervir por via coercitiva – e, mais especificamente, pelo uso da força – no território de outro Estado, sem o consentimento deste, com vista a proteger um grupo de indivíduos que são vítimas dos comportamentos das autoridades desse Estado ou então que este Estado não tem capacidade – por colapso das suas instituições – ou interesse em proteger e cujos direitos fundamentais estão a ser violados de uma forma grave e generalizada. (Pereira, 2008, p. 6)

Por sua vez:

o conceito de ingerência é mais lato do que o de intervenção, uma vez que se pode traduzir em diferentes comportamentos que implicam algum tipo de interferência em assuntos internos, enquanto que a intervenção propriamente dita, se

consubstancia numa acção em que existe um elemento coercitivo, que, num sentido restrito, se concretiza no uso da força. (Pereira, 2008, p. 24)

A intervenção, bem como a ingerência, seriam formas excepcionais de agir pelos Estados apenas para situações extremas, muito próximas das que viriam a ser afirmadas na responsabilidade de proteger, como “crimes contra a humanidade, sérios crimes de guerra, assassinatos em massa, genocídio, tortura generalizada, e o estado hobbesiano de natureza (guerra de todos contra todos) causado pelo colapso da ordem social” (Tesón, 2003, p. 95).

O debate sobre a legitimidade da intervenção humanitária, autorizada ou não-autorizada, permeia a filosofia moral e política. O ponto de partida para Fernando Tesón seria que mesmo os não-intervencionistas concordam que crimes de atrocidade são moralmente abomináveis, e por isso “nem a santidade da fronteira nacional, nem a proibição geral da guerra devem por si só impedir a intervenção humanitária” (2003, p. 95). Invocando a “humanidade comum que une a todos nós”, o autor argumenta que:

se seres humanos têm negados seus direitos humanos básicos e são, por essa razão, privados da sua capacidade de perseguir seus projetos autônomos, então outros têm um dever à primeira vista de ajuda-los. A séria violação de direitos civis e políticos gera obrigações sobre outros. Estrangeiros (cidadãos estrangeiros, governos, organizações internacionais) têm um dever não apenas de respeitar tais direitos eles próprios, mas ajudar a garantir que governos os respeitem. (...) Pessoas tramadas em tais situações merecem ser resgatadas, e às vezes o resgate só pode ser conseguido pela força. (...) O direito de intervir, portanto, deriva de um dever geral de ajudar vítimas de graves injustiças. (Tesón, 2003, p. 97)

Tal direito de intervir – de forma não-autorizada, pelo menos – nunca foi consagrado pelo direito internacional. Assim, o debate sobre a legalidade da intervenção humanitária é mais direto e possui menos controvérsias – embora não afirmemos que elas inexistam.

Até a Carta das Nações Unidas (CdNU), a legalidade encontrava clara resistência na natureza westfaliana das relações entre os Estados, vinculada à soberania absoluta e à não-intervenção. Mesmo assim, houve ações classificáveis como intervenções humanitárias na Grécia (1827-30), na Síria (1860-61) e na Macedônia (1877-78), embora a doutrina tenha falhado em proteger um milhão de armênios (1914-19), quatro milhões de ucranianos (anos 1930) e seis milhões de judeus (1939-45), como resume Holzgrefe (2003).

Após a instituição da Organização das Nações Unidas (ONU), para uma intervenção com propósitos humanitários ser considerada legal precisaria estar de acordo com a CdNU. A Carta preconiza os princípios da igualdade soberana e de não-intervenção, proibindo a ameaça ou o uso da força pelos Estados de forma geral. Pereira (2008) explica que tal proibição não seria absoluta, comportando duas exceções: a legítima defesa ou através da autorização do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), o órgão que, à luz da CdNU, tem a responsabilidade pela manutenção da paz e segurança internacionais. O CSNU tem a discricionariedade prevista no artigo 39 de verificar a “existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão” e de decidir “que medidas deverão ser tomadas de acordo com os artigos 41 e 42” do capítulo VII (ONU, 1945, p. 29).

Sem a sanção do CSNU, fica claro que qualquer intervenção ou ingerência de caráter humanitário configura-se ilegal. Por isso, nenhuma das poucas intervenções que poderiam ser classificadas como humanitárias nesse período foram conduzidas com a justificação primária pelo Estado interventor de combate a atrocidades. A Índia invadiu o Paquistão alegando legítima defesa, o Vietnã alegou estar respondendo a uma guerra conduzida pelo Camboja e as forças da Tanzânia depuseram o ditador Amin do Uganda alegando responder à invasão e ocupação de parte do seu território. Portanto, diante do claro receio sobre a validade de um argumento humanitário para justificar uma ação coerciva contra outro Estado, Holzgrefe concluiu que mesmo que houvesse “de fato um direito de intervenção humanitária não-autorizada, este é um direito que não ousa ser nomeado” (Holzgrefe, 2003, p. 49).

A possibilidade de o CSNU aprovar uma ação militar coerciva com características de intervenção humanitária foi confirmada pela primeira vez pela resolução 688 de 1991, classificada por Pereira como “verdadeiramente revolucionária” (2008, p. 294). O texto reconhece a perseguição aos curdos iraquianos como ameaça à paz internacional ao dizer que “condena a repressão da população civil iraquiana em muitas partes do Iraque, incluindo mais recentemente em áreas de população curda, cujas consequências ameaçam a paz e a segurança internacionais na região” (ONU, 1991a, p. 32)<sup>106</sup>. A partir daí este entendimento pelo CSNU voltou a ser repetido nas crises da Somália, Ruanda e Haiti. Portanto, a prática recente do Conselho sustenta o entendimento de que intervenções humanitárias sancionadas

---

<sup>106</sup> S/RES/688/1991.

por ele próprio são exceções legais à proibição geral do uso da força pela Carta (Holzgrefe, 2003).

Mesmo assim, os anos 1990 assistiram a dois episódios que ficaram marcados como falhas grosseiras da comunidade internacional em intervir para proteger populações de atrocidades: Ruanda, em 1994, e Srebrenica, em 1995. Em Srebrenica, 300 *peacekeepers* holandeses assistiram à captura e execução de cerca de sete mil homens e crianças na cidade bósnia, que era suposta ser um enclave protegido pela ONU. Na prática:

tropas bósnio-sérvias ignoraram o Conselho de Segurança, passaram por cima de tropas da UNPROFOR [*United Nations Protection Force*], e avaliaram corretamente que o poder aéreo não seria usado para para-las. Elas dominaram a zona de segurança de Srebrenica com facilidade e prosseguiram para despovoar o território em 48 horas. (ONU, 1999a, p. 102)<sup>107</sup>

O secretariado da ONU estava convencido de que “o uso da força pela comunidade internacional era além do mandato e de qualquer forma indesejável. (...) a paz devia ser buscada apenas através de métodos não-militares” (ONU, 1999a, p. 107)<sup>108</sup>, mas foi apenas com a resposta militar coerciva posterior que o conflito chegou ao fim. O relatório sobre as ações da ONU diante do massacre de Srebrenica concluiria que a “comunidade internacional como um todo deve aceitar sua parte da responsabilidade por permitir esse trágico curso de eventos por sua prolongada recusa em usar a força nos estágios iniciais da guerra” (ONU, 1999a, p. 107)<sup>109</sup>.

No caso do Ruanda, também já havia no terreno uma missão de manutenção da paz com mandato do Conselho de Segurança da ONU, a UNAMIR – *United Nations Assistance Mission for Rwanda* –, mas que não tinha os meios logísticos ou financeiros necessários para responder a um processo de genocídio. Incapazes, e mesmo sem mandato para tal, as tropas da ONU não reagiram ao assassinato de aproximadamente 800 mil ruandeses tutsi e hutus moderados. Um relatório feito a pedido do secretário-geral da ONU para avaliar os erros cometidos pela comunidade internacional concluiu que as Nações Unidas falharam com o povo de Ruanda (ONU, 1999b)<sup>110</sup>. O genocídio de Ruanda eclodiu ainda na sombra da crise

---

<sup>107</sup> A/54/549.

<sup>108</sup> A/54/549

<sup>109</sup> A/54/549.

<sup>110</sup> S/1999/1257.

anterior da Somália e uma das manifestações mais visíveis de tal falha foi a falta de vontade política em agir, evidentemente expressa na má vontade dos Estados-membros em oferecer e deslocar seus efetivos militares para incrementar a UNAMIR ou a UNAMIR II. A França só comprometeria recursos e efetivos consideráveis para a Operação *Turquoise* depois que a maior parte dos assassinatos já haviam sido cometidos (ONU, 1999b)<sup>111</sup>.

Dessa forma, apesar de o Conselho de Segurança já ter o entendimento de que atrocidades configuram uma ameaça à paz internacional e a prática dos Estados permitir a aprovação de ações coercivas militares para proteção humanitária, estava claro que ainda não era suficiente. O ex-secretário-geral da ONU Kofi Annan, então, veio a desafiar a comunidade internacional a solucionar a questão. Numa série de discursos entre 1998 e 1999, Annan referiu ao conceito de soberania como responsabilidade e a um suposto dever de intervir – *le devoir d'ingérence* (Bellamy & Luck, 2018). Em 2000, o secretário-geral lança o relatório *We the people* (ONU, 2000), onde reconhece os riscos do reconhecimento do conceito de intervenção humanitária, que poderia ser usado como máscara para interferência em assuntos internos por outros Estados, alimentar movimentos separatistas, além de ser claro que Estados mais fracos seriam mais vulneráveis. Admitindo que esse era um dilema real, o secretário-geral questiona então “se a intervenção humanitária é, de fato, uma agressão inaceitável à soberania, como devemos responder a Ruanda, a Srebrenica – a graves e sistemáticas violações de direitos humanos que ofendem cada preceito da nossa humanidade comum?” (ONU, 2000, p. 48) Foi nessa busca que surgiu a responsabilidade de proteger.

---

<sup>111</sup> S/1999/1257.

## Apêndice C

### O papel do Conselheiro Especial para a Responsabilidade de Proteger

O cargo de Conselheiro Especial para a Responsabilidade de Proteger (CER2P) foi criado em 2008 por iniciativa do então secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon. Desde 07 de janeiro de 2019, ele é ocupado pela sul africana e professora da Universidade de Leiden, na Holanda, Karen Smith. Antes dela, ocuparam a posição Edward C. Luck (2008-2012), Jennifer Welsh (2013-2015) e Ivan Šimonović (2016-2018). O CER2P está integrado no Escritório Conjunto dos Conselheiros Especiais para a Prevenção do Genocídio e a Responsabilidade de Proteger (ECEPGR2P), portanto, junto ao Conselheiro Especial para a Prevenção do Genocídio (CEPG) – cargo criado em 2004. Hoje, o CEPG é o jurista senegalês Adama Dieng.

Há disparidades importantes entre os mandatos: a posição de CEPG é remunerada e full-time, enquanto a de CER2P está hierarquicamente abaixo, com remuneração simbólica de US\$ 1 por ano; e a equipe do ECEPGR2P é composta por profissionais contratados para trabalhar com foco na prevenção do genocídio, em vez do mandato muito mais amplo da responsabilidade de proteger (Bellamy & Luck, 2018).

No dia a dia, a essência do cargo da CER2P é avançar o desenvolvimento conceitual e operacional da responsabilidade de proteger (R2P). Isso é feito através de uma série de atividades de bastidores e públicas. Alex J. Bellamy e Edward C. Luck (2018) oferecem um resumo das funções esperadas do CER2P, como:

- “Se engajar em diálogo discreto com atores-chave e/ou emitir comunicados conjuntos quando atrocidades massivas parecem iminentes ou já começaram a ser cometidas em situações específicas” (p. 95).
- “O esforço de inserir linguagem da R2P ou de prevenção de atrocidades em declarações do secretário-geral, representantes especiais nomeados para situações em questão e outros mandatos” (p. 96).
- Avaliar informações coletadas pela equipe do ECEPGR2P sobre situações específicas de preocupação especial semanalmente para construir um entendimento conjunto do caso com o CEPG.
- Visitas ao terreno pelo CER2P ou pela sua equipe.

- “Preparação de memorandos internos com estratégias possíveis para lidar com situações específicas de uma perspectiva da R2P/prevenção de atrocidades” (p. 97).
- “Um encontro dos dois conselheiros especiais no início de cada mês com o novo presidente do Conselho de Segurança (...) para comparar notas sobre expectativas e planos para o mês seguinte” (p. 97).
- “Um esforço contínuo para encontrar caminhos para levar situações de preocupação iminente à atenção do secretário-geral e, através dele/dela, à atenção do Conselho de Segurança” (p. 97).
- “O diálogo permanente com a Assembleia Geral e, em menor escala, com o Conselho de Direitos Humanos e a Comissão de *Peacebuilding* sobre o conteúdo, escopo e implicação da R2P” (p. 98).
- “Um esforço pelo Escritório Conjunto para contribuir ao campo em expansão dos estudos de prevenção de atrocidades, incluindo através da preparação e publicação do *Framework of analysis for atrocity crimes*” (p. 98).
- “A determinação de dar destaque à R2P no trabalho mais amplo do sistema da [Organização das Nações Unidas]” (p. 98).
- “Um esforço permanente para encorajar, trabalhar com, e aprender com a pesquisa, análise e defesa política em questões da R2P que ocorrem nas comunidades de ONGs, acadêmicas e de *think-tanks*” (p. 99).

Como este resumo sugere, o trabalho do CER2P é “muito mais catalítico do que autônomo e decisivo. Ele tem sucesso à medida que ajuda a convencer outros com mais capacidade e/ou mais proximidade a agir” (Bellamy & Luck, 2018, p. 99).

## Apêndice D

### Os conceitos adicionais à R2P: RN2V e RWP

Dois conceitos adicionais à responsabilidade de proteger (R2P) que geraram debate internacional foram a RN2V – *responsibility not to veto*, ou responsabilidade de não vetar – e a RWP – *responsibility while protecting*, ou responsabilidade ao proteger. A primeira delas, a RN2V, teve sua ideia inicial apresentada já no relatório da *International Commission on Intervention and State Sovereignty* (ICISS) em 2001:

Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança devem concordar em não aplicar seu poder de veto, em matérias onde seus interesses nacionais vitais não estejam envolvidos, para obstruir a passagem de resoluções autorizando intervenção militar com propósito de proteção humana para a qual haja apoio majoritário. (ICISS, p. XIII)

Esta responsabilidade seria voltada, portanto, apenas aos cinco membros permanentes com poder de veto (P5) no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Mesmo defendida pela diplomacia francesa, um dos P5, a RN2V ficou de fora do documento final da cimeira mundial de 2005. Nos anos subsequentes, ela voltou a receber o empenho do chamado *small five*, ou S5, composto por Costa Rica, Jordânia, Liechtenstein, Singapura e Suíça, que apresentaram o rascunho de uma resolução que pedia que aos P5 evitar “usar o veto para bloquear uma ação do Conselho focada em prevenir ou terminar com um genocídio, crimes de guerra ou crimes contra a humanidade” (Organização das Nações Unidas [ONU], 2012a, p. 5)<sup>112</sup>. Por causa da pressão nos bastidores, a proposta de institucionalizar a RN2V foi retirada, mas Justin Morris (2015) justifica a importância em discuti-la para a implementação da R2P por três motivos: o debate sobre o veto continua; o uso da lógica original de privilégios dos P5 para justificar a oposição ao princípio; e ela colocar em relevo a tensão que existe na dupla responsabilidade desses Estados – responsabilidade de proteger e responsabilidade de responder a ameaças à paz e segurança internacionais.

Em 2013, foi a vez da França capitanear uma nova proposta de institucionalização da RN2V. O então ministro das Relações Exteriores francês, Laurent Fabius (2013) justificou o

---

<sup>112</sup> A/66/L.42/Rev.2.



avanço do princípio dizendo que “por um longo período, o Conselho de Segurança, restringido por vetos, ficou impotente diante da tragédia na Síria”. A “ambiciosa, mas simples” proposta era que os próprios P5 regulassem voluntariamente seu direito de exercer o veto: uma mudança sem emendar a Carta da Nações Unidas (CdNU), apenas um comprometimento mútuo (Fabius, 2013). O rascunho de resolução, no entanto, mais uma vez trazia a reserva a situações em que estivesse em jogo o interesse nacional de um dos cinco.

Os demais quatro membros permanentes do CSNU falaram publicamente sobre a possibilidade de limitar o direito de veto diante de atrocidades massivas em um evento paralelo à Assembleia Geral da ONU em 2014. A diplomacia dos Estados Unidos criticou o “uso irresponsável” do veto por Rússia e China em resoluções sobre a crise na Síria, mas evitou fazer comentários sobre a RN2V (Global Centre for the Responsibility to Protect [GCR2P], 2014c, p. 2). Ambas as diplomacias russa e chinesa invocaram a origem do direito ao veto firmado pelos países fundadores da ONU. Os russos classificaram o direito ao veto como um dos pilares da CdNU e indispensável para o sistema de *checks and balances* (GCR2P, 2014b). Já os chineses defenderam o veto alegando que é “a base para garantir a viabilidade dos arranjos de segurança coletiva das Nações Unidas” (GCR2P, 2014a). Em 2015, uma proposta distinta, mas complementar, foi avançada pelo *Accountability, Coherence and Transparency Group* (ACT), composto por 24 países, pedindo aos membros do CSNU que adotassem um código de conduta e prometessem “não votar contra um rascunho de resolução promissor no Conselho de Segurança sobre ação pontual e decisiva para acabar com a ocorrência de genocídio, crimes contra a humanidade ou crimes de guerra, ou para prevenir tais crimes” (ONU, 2015b, p. 3)<sup>113</sup>. Ao contrário da proposta francesa, o ACT não falava em interesses vitais e em vez de focar no P5, direcionava a proposta a todos os membros do Conselho de Segurança. Mesmo assim, Justin Morris (2015) aponta que não importa quanto generalizada for a defesa para a adoção da RN2V, ela sempre vai esbarrar nos freios institucionais disponíveis aos P5. Mesmo que a proposta de resolução francesa fosse aprovada, por exemplo, os P5 poderiam continuar exercendo esse direito na maioria dos casos, se não em todos, dado que é sempre controversa a classificação de uma situação como atrocidade ou como irrelevante para o interesse nacional de um deles (Morris, 2015). Já a proposta do ACT,

---

<sup>113</sup> A/70/621 – S/2015/978.

“por vir de fora do P5 e vir de Estados que desejam não apenas limitar, mas eliminar o veto, (...) não tem nenhuma chance de convencer os P5” (Vilmer, 2018, p. 338).

A diplomacia brasileira, por sua vez, se empenhou desde o início em evitar o uso da força militar coerciva para intervir nos assuntos internos de outros países. O ex-ministro das Relações Exteriores brasileiro Celso Amorim afirmou durante debate na AGNU que “é uma ilusão acreditar que nós podemos combater a política disfuncional na raiz de graves violações de direitos humanos através de meios militares apenas, ou até de sanções econômicas, para o detrimento da diplomacia e persuasão” (Amorim, 2005, p. 3). Como resposta aos erros cometidos durante a intervenção na Líbia, a diplomacia brasileira apresentou o conceito da RWP.

Na proposta inicial de 2011, é alertado que “há uma percepção crescente de que o conceito da responsabilidade de proteger possa ser usado para outros propósitos que não a proteção de civis, como a mudança de regime”, e é defendido que “a comunidade internacional tem que ser rigorosa em seus esforços para exaurir todos os meios pacíficos disponíveis na proteção de civis sob ameaça de violência, em linha com os princípios e propósitos da Carta” (ONU, 2011j, p.3)<sup>114</sup>. A RWP deveria evoluir em conjunto com a R2P para orientar as ações internacionais durante o processo de proteção de civis. Em discordância com a proposta do secretário-geral da ONU, a proposta brasileira defendia que os três pilares da R2P deveriam seguir uma linha cronológica, com o uso da ação militar como último recurso (ONU, 2011j)<sup>115</sup>.

Apesar de ter sido introduzida com empenho pelo corpo diplomático do Brasil e ter recebido apoio considerável por parte de outros Estados, a RWP parece ter sido retirada do baralho brasileiro, deixando de ser promovida pelo país (Saliba, Lopes & Vieira, 2018). Ambos os conceitos da RN2V e da RWP receberam ampla atenção e tiveram parte no processo de implementação da R2P, embora tenham esbarrado na aversão dos P5 a novas limitações à soberania de tomada de decisão além das já previstas no Artigo 24(2) da CdNU (Bellamy & Luck, 2018).

---

<sup>114</sup> A/66/551 – S/2011/701.

<sup>115</sup> A/66/551 – S/2011/701.

## Apêndice E

### Aplicação do *Framework of analysis for atrocity crimes* à Venezuela

O *Framework of analysis for atrocity crimes* (ONU, 2014a) reúne um total de 14 fatores de risco de atrocidade, sendo oito comuns ao genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, e seis específicos para cada um desses crimes – dois para cada. Todos os fatores têm pesos iguais, não havendo um mais importante que o outro. Não é preciso que todos os fatores estejam presentes para haver risco significativo de crimes de atrocidade. Quanto mais fatores presentes, maior o risco – e quanto mais indicadores de um fator específico estiverem presentes, maior o peso que esse fator pode ter na condução da crise. Toda análise de risco precisa ser flexível e considerar o contexto político, histórico e cultural caso a caso. Tentamos conduzir esse esforço sobre a Venezuela com base na nossa investigação, mas é evidente que não dispomos do aparato e financiamento que é suposto haver neste tipo de estudo por parte dos Estados. Cabe ressaltar que optamos por traduzir os fatores de risco para o português, mas manter as descrições dos indicadores no inglês original do documento para evitar mudanças ou perdas de sentido na tradução dada sua natureza mais técnica.

#### Quadro 2

##### Aplicação do *Framework of analysis for atrocity crimes* na crise da Venezuela

FATORES DE RISCO E INDICADORES		CRISE NA VENEZUELA
FATORES DE RISCO COMUNS		
Fator de risco 1: Situações de conflito armado ou outra forma de instabilidade	Indicadores assinalados	
1.1 International or non-international armed conflict.	Não	8/11
1.2 Security crisis caused by, among other factors, defection from peace agreements, armed conflict in neighboring countries, threats of external interventions or acts of terrorism.	Sim	
1.3 Humanitarian crisis or emergency, including those caused by natural disasters or epidemics.	Sim	
1.4 Political instability caused by abrupt or irregular regime change or transfer of power.	Não	
1.5 Political instability caused by disputes over power or growing nationalist, armed or radical opposition movements.	Sim	

1.6 Political tension caused by autocratic regimes or severe political repression.	Sim	
1.7 Economic instability caused by scarcity of resources or disputes over their use or exploitation.	Sim	
1.8 Economic instability caused by severe crisis in the national economy.	Sim	
1.9 Economic instability caused by acute poverty, mass unemployment or deep horizontal inequalities.	Sim	
1.10 Social instability caused by resistance to or mass protests against State authority or policies.	Sim	
1.11 Social instability caused by exclusion or tensions based on identity issues, their perception or extremist forms.	Não	
<b>Fator de risco 2: Histórico de graves violações de direitos humanos internacionais e direito humanitário</b>	<b>Indicadores assinalados</b>	
2.1 Past or present serious restrictions to or violations of international human rights and humanitarian law, particularly if assuming an early pattern of conduct and if targeting protected groups, populations or individuals.	Sim	<b>7/8</b>
2.2 Past acts of genocide, crimes against humanity, war crimes or their incitement.	Sim	
2.3 Policy or practice of impunity for or tolerance of serious violations of international human rights and humanitarian law, of atrocity crimes, or of their incitement.	Sim	
2.4 Inaction, reluctance or refusal to use all possible means to stop planned, predictable or ongoing serious violations of international human rights and humanitarian law or likely atrocity crimes, or their incitement.	Sim	
2.5 Continuation of support to groups accused of involvement in serious violations of international human rights and humanitarian law, including atrocity crimes, or failure to condemn their actions.	Sim	
2.6 Justification, biased accounts or denial of serious violations of international human rights and humanitarian law or atrocity crimes.	Sim	
2.7 Politicization or absence of reconciliation or transitional justice processes following conflict.	Não	
2.8 Widespread mistrust in State institutions or among different groups as a result of impunity.	Sim	
<b>Fator de risco 3: Fraqueza de estruturas do Estado</b>	<b>Indicadores assinalados</b>	
3.1 National legal framework that does not offer ample and effective protection, including through ratification and domestication of relevant international human rights and humanitarian law treaties.	Sim	<b>8/10</b>

3.2 National institutions, particularly judicial, law enforcement and human rights institutions that lack sufficient resources, adequate representation or training.	Sim	
3.3 Lack of an independent and impartial judiciary.	Sim	
3.4 Lack of effective civilian control of security forces.	Sim	
3.5 High levels of corruption or poor governance.	Sim	
3.6 Absence or inadequate external or internal mechanisms of oversight and accountability, including those where victims can seek recourse for their claims.	Sim	
3.7 Lack of awareness of and training on international human rights and humanitarian law to military forces, irregular forces and non-State armed groups, or other relevant actors.	Sim	
3.8 Lack of capacity to ensure that means and methods of warfare comply with international humanitarian law standards.	Não	
3.9 Lack of resources for reform or institution-building, including through regional or international support.	Não	
3.10 Insufficient resources to implement overall measures aimed at protecting populations.	Sim	
<b>Fator de risco 4: Motivos e incentivos</b>	<b>Indicadores assinalados</b>	
4.1 Political motives, particularly those aimed at the attainment or consolidation of power.	Sim	4/9
4.2 Economic interests, including those based on the safeguard and well-being of elites or identity groups, or control over the distribution of resources.	Sim	
4.3 Strategic or military interests, including those based on protection or seizure of territory and resources.	Não	
4.4 Other interests, including those aimed at rendering an area homogeneous in its identity.	Não	
4.5 Real or perceived threats posed by protected groups, populations or individuals, against interests or objectives of perpetrators, including perceptions of disloyalty to a cause.	Sim	
4.6 Real or perceived membership of or support for armed opposition groups, by protected groups, populations or individuals.	Sim	
4.7 Ideologies based on the supremacy of a certain identity or on extremist versions of identity.	Não	
4.8 Politicization of past grievances, tensions or impunity.	Não	
4.9 Social trauma caused by past incidents of violence not adequately addressed and that produced feelings of loss, displacement, injustice and a possible desire for revenge.	Não	

Fator de risco 5: Capacidade para cometer crimes de atrocidade		Indicadores assinalados
5.1 Availability of personnel and of arms and ammunition, or of the financial resources, public or private, for their procurement.	Sim	7/8
5.2 Capacity to transport and deploy personnel and to transport and distribute arms and ammunition.	Sim	
5.3 Capacity to encourage or recruit large numbers of supporters from populations or groups, and availability of the means to mobilize them.	Sim	
5.4 Strong culture of obedience to authority and group conformity.	Não	
5.5 Presence of or links with other armed forces or with non-State armed groups.	Sim	
5.6 Presence of commercial actors or companies that can serve as enablers by providing goods, services, or other forms of practical or technical support that help sustain perpetrators.	Sim	
5.7 Financial, political or other support of influential or wealthy national actors.	Sim	
5.8 Armed, financial, logistic, training or other support of external actors, including States, international or regional organizations, private companies, or others.	Sim	
Fator de risco 6: Ausência de fatores mitigadores		Indicadores assinalados
6.1 Limited or lack of empowerment processes, resources, allies or other elements that could contribute to the ability of protected groups, populations or individuals to protect themselves.	Sim	7/11
6.2 Lack of a strong, organized and representative national civil society and of a free, diverse and independent national media.	Sim	
6.3 Lack of interest and focus of international civil society actors or of access to international media.	Não	
6.4 Lack of or limited presence of the United Nations, INGOs or other international or regional actors in the country and with access to populations.	Não	
6.5 Lack of membership and effective participation of the State in international or regional organizations that establish mandatory membership obligations.	Sim	
6.6 Lack of exposure, openness or establishment of political or economic relations with other States or organizations.	Sim	
6.7 Limited cooperation of the State with international and regional human rights mechanisms.	Sim	
6.8 Lack of incentives or willingness of parties to a conflict to engage in dialogue, make concessions and receive support from the international community.	Sim	

6.9 Lack of interest, reluctance or failure of United Nations Member States or international or regional organizations to support a State to exercise its responsibility to protect populations from atrocity crimes, or to take action when the State manifestly fails that responsibility.	Sim	
6.10 Lack of support by neighbouring States to protect populations at risk and in need of refuge, including by closure of borders, forced repatriation or aid restrictions.	Não	
6.11 Lack of an early warning mechanism relevant to the prevention of atrocity crimes.	Não	
<b>Fator de risco 7: Circunstâncias propícias ou ação preparatória</b>	<b>Indicadores assinalados</b>	<b>12/14</b>
7.1 Imposition of emergency laws or extraordinary security measures that erode fundamental rights.	Sim	
7.2 Suspension of or interference with vital State institutions, or measures that result in changes in their composition or balance of power, particularly if this results in the exclusion or lack of representation of protected groups.	Sim	
7.3 Strengthening of the security apparatus, its reorganization or mobilization against protected groups, populations or individuals.	Sim	
7.4 Acquisition of large quantities of arms and ammunition or of other objects that could be used to inflict harm.	Sim	
7.5 Creation of, or increased support to, militia or paramilitary groups.	Sim	
7.6 Imposition of strict control on the use of communication channels, or banning access to them.	Sim	
7.7 Expulsion or refusal to allow the presence of NGOs, international organizations, media or other relevant actors, or imposition of severe restrictions on their services and movements.	Sim	
7.8 Increased violations of the right to life, physical integrity, liberty or security of members of protected groups, populations or individuals, or recent adoption of measures or legislation that affect or deliberately discriminate against them.	Sim	
7.9 Increased serious acts of violence against women and children, or creation of conditions that facilitate acts of sexual violence against those groups, including as a tool of terror.	Sim	
7.10 Imposition of life-threatening living conditions or the deportation, seizure, collection, segregation, evacuation, or forced displacement or transfer of protected groups, populations or individuals to camps, rural areas, ghettos or other assigned locations.	Não	
7.11 Destruction or plundering of essential goods or installations for protected groups, populations or individuals, or of property related to cultural and religious identity.	Não	
7.12 Marking of people or their property based on affiliation to a group.	Sim	

7.13 Increased politicization of identity, past events or motives to engage in violence.	Sim	
7.14 Increased inflammatory rhetoric, propaganda campaigns or hate speech targeting protected groups, populations or individuals.	Sim	
Fator de risco 8: Fatores gatilhos	Indicadores assinalados	
8.1 Sudden deployment of security forces or commencement of armed hostilities.	Não	6/12
8.2 Spillover of armed conflicts or serious tensions in neighbouring countries.	Não	
8.3 Measures taken by the international community perceived as threatening to a States’ sovereignty.	Sim	
8.4 Abrupt or irregular regime changes, transfers of power, or changes in political power of groups.	Não	
8.5 Attacks against the life, physical integrity, liberty or security of leaders, prominent individuals or members of opposing groups. Other serious acts of violence, such as terrorist attacks.	Sim	
8.6 Religious events or real or perceived acts of religious intolerance or disrespect, including outside national borders.	Não	
8.7 Acts of incitement or hate propaganda targeting particular groups or individuals.	Sim	
8.8 Census, elections, pivotal activities related to those processes, or measures that destabilize them.	Sim	
8.9 Sudden changes that affect the economy or the workforce, including as a result of financial crises, natural disasters or epidemics.	Sim	
8.10 Discovery of natural resources or launching of exploitation projects that have a serious impact on the livelihoods and sustainability of groups or civilian populations.	Não	
8.11 Commemoration events of past crimes or of traumatic or historical episodes that can exacerbate tensions between groups, including the glorification of perpetrators of atrocities.	Não	
8.12 Acts related to accountability processes, particularly when perceived as unfair.	Sim	
FATORES DE RISCO ESPECÍFICOS		
Genocídio		
Fator de risco 9: Tensões intergrupos ou padrões de discriminação contra grupos protegidos	Indicadores assinalados	
9.1 Past or present serious discriminatory, segregational, restrictive or exclusionary practices, policies or legislation against protected groups.	Não	0/6
9.2 Denial of the existence of protected groups or of recognition of elements of their identity.	Não	



9.3 History of atrocity crimes committed with impunity against protected groups.	Não	
9.4 Past or present serious tensions or conflicts between protected groups or with the State, with regards to access to rights and resources, socioeconomic disparities, participation in decision making processes, security, expressions of group identity or to perceptions about the targeted group.	Não	
9.5 Past or present serious tensions or conflicts involving other types of groups (political, social, cultural, geographical, etc.) that could develop along national, ethnical, racial or religious lines.	Não	
9.6 Lack of national mechanisms or initiatives to deal with identity-based tensions or conflict.	Não	
<b>Fator de risco 10:</b> Sinais de intenção de destruir na totalidade ou em parte um grupo protegido	<b>Indicadores assinalados</b>	
10.1 Official documents, political manifests, media records, or any other documentation through which a direct intent, or incitement, to target a protected group is revealed, or can be inferred in a way that the implicit message could reasonably lead to acts of destruction against that group.	Não	0/8
10.2 Targeted physical elimination, rapid or gradual, of members of a protected group, including only selected parts of it, which could bring about the destruction of the group.	Não	
10.3 Widespread or systematic discriminatory or targeted practices or violence against the lives, freedom or physical and moral integrity of a protected group, even if not yet reaching the level of elimination.	Não	
10.4 Development of policies or measures that seriously affect the reproductive rights of women, or that contemplate the separation or forcible transfer of children belonging to protected groups.	Não	
10.5 Resort to methods or practices of violence that are particularly harmful against or that dehumanize a protected group, that reveal an intention to cause humiliation, fear or terror to fragment the group, or that reveal an intention to change its identity.	Não	
10.6 Resort to means of violence that are particularly harmful or prohibited under international law, including prohibited weapons, against a protected group.	Não	
10.7 Expressions of public euphoria at having control over a protected group and its existence.	Não	
10.8 Attacks against or destruction of homes, farms, businesses or other livelihoods of a protected group and/or of their cultural or religious symbols and property.	Não	

Crimes contra a humanidade		
Fator de risco 11: Sinais de ataque generalizado ou sistemático contra uma população civil	Indicadores assinalados	
11.1 Signs of patterns of violence against civilian populations, or against members of an identifiable group, their property, livelihoods and cultural or religious symbols.	Sim	8/8
11.2 Increase in the number of civilian populations or the geographical area targeted, or in the number, types, scale or gravity of violent acts committed against civilian populations.	Sim	
11.3 Increase in the level of organization or coordination of violent acts and weapons used against a civilian population.	Sim	
11.4 Use of the media or other means to provoke or incite to violent acts.	Sim	
11.5 Signs of a plan or policy to conduct attacks against civilian populations.	Sim	
11.6 Establishment of new political or military structures that could be used to commit violent acts.	Sim	
11.7 Access to or increasing use of significant public or private resources for military or belligerent action, including the acquisition of large quantities of weaponry or other instruments that can cause death or serious harm.	Sim	
11.8 Signs of development or increased use of means or methods of violence that are incapable of distinguishing between civilian and military targets or that are capable of mass destruction, persecution or weakening of communities.	Sim	
Fator de risco 12: Sinais de plano ou política para atacar uma população civil	Indicadores assinalados	
12.1 Official documents, political manifestos, media records, or any other documentation through which the existence of a State or organizational plan or policy to target civilian populations or protected groups is directly revealed or could be inferred.	Sim	8/10
12.2 Adoption of discriminatory security procedures against different groups of the civilian population.	Sim	
12.3 Adoption of measures that result in the alteration of the ethnic, religious, racial or political composition of the overall population, including in defined geographical areas.	Não	
12.4 Establishment of parallel institutions or autonomous political or military structures, or organization of a network of potential perpetrators belonging to a specific ethnic, religious, national, racial or political group.	Não	
12.5 Preparation and use of significant public or private resources, whether military or other kinds.	Sim	
12.6 Access to and use of weaponry or other instruments not easily obtained inside the country.	Sim	

12.7 Preparation or mobilization of armed forces en masse against civilian populations.	Sim	
12.8 Facilitating or inciting violence against the civilian population or protected groups, or tolerance or deliberate failure to take action, with the aim of encouraging violent acts.	Sim	
12.9 Widespread or systematic violence against civilian populations or protected groups, including only parts of them, as well as on their livelihoods, property or cultural manifestations.	Sim	
12.10 Involvement of State institutions or high-level political or military authorities in violent acts.	Sim	
Crimes de guerra		
Fator de risco 13: Sérias ameaças àqueles protegidos sob o direito internacional humanitário	Indicadores assinalados	4/18
13.1 Fragmentation of parties to the conflict or disintegration or absence of chains of command within them.	Sim	
13.2 Mistrust between opposing parties based on past or present breaches of commitments or agreements.	Sim	
13.3 Increased radicalization or extremism of opposing parties within a conflict.	Não	
13.4 Promotion of ethnicity or religion as a determinant of national allegiance or allegiance to a party of the conflict.	Não	
13.5 Conduct that dehumanizes the enemy or particular groups within the population, or that exhibits disrespect for their religious, ethnic or, in general, cultural traditions, morals and values, objects or institutions.	Não	
13.6 Adoption of measures that severely curtail the rights of those protected under international humanitarian law, including those aligned or perceived as aligned with opposing parties but not taking active part in hostilities.	Não	
13.7 Evidence of plans or discourse which reveals a threat of or incitement to violence against those protected under international humanitarian law, including as a means to spread terror, intimidate, demoralize, show military strength, provoke displacement, or as preliminary to further violence.	Não	
13.8 Evidence of conduct interfering with or impeding delivery or access to supplies, facilities, equipment, objects or medical or humanitarian support indispensable to the survival of those protected under international humanitarian law.	Sim	
13.9 Evidence of preparation of personnel and logistics enabling the transportation, movement or confinement of large numbers of people, or the conducting of medical experiments.	Não	

13.10 Evidence of conduct related to the planning, development, production, storage, acquisition, availability or threat of use of weapons, projectiles, materials or substances which are by their nature indiscriminate or cause superfluous injury or unnecessary suffering to people, or that can cause widespread, long-term and severe damage to the natural environment.	Não	
13.11 Refusal to allow inspections by competent and independent bodies into allegations of conduct included in point 13.10, or action to stop such conduct.	Não	
13.12 Refusal to acknowledge detentions or places of detention or to allow visits by delegates of the International Committee of the Red Cross.	Não	
13.13 Issuance of rules of engagement or legislation that allow the disproportionate or indiscriminate use of force, or failure to take action to avoid launching such attacks or to conduct military operations in heavily populated areas or to non-military targets.	Não	
13.14 Increase in the number of any of the attacks or operations mentioned in point 13.13.	Não	
13.15 Use of methods of warfare that reveal treachery, including taking advantage of the symbols or emblems of humanitarian or peacekeeping personnel, or not wearing uniforms or distinctive combat gear to portray combatants as civilians.	Sim	
13.16 Threats or appropriation, seizure, pillaging or intentional destruction or damage of civilian objects or property that belong, represent or are part of the cultural, social or religious identity of those protected under international humanitarian law, unless used for military purposes.	Não	
13.17 Threats or orders of warfare without concessions or where there would be no survivors.	Não	
13.18 Conduct that threatens the rule of law or any other measures that limit protection of the rights to life and physical integrity afforded by applicable international humanitarian law, including denial of its applicability.	Não	
<b>Fator de risco 14: Sérias ameaças a operações humanitárias ou de peacekeeping</b>	<b>Indicadores assinalados</b>	
14.1 Perceptions of partiality or political interference by humanitarian or peacekeeping operations, their members, the broader international community, international, regional or national organizations, individual countries, or others sponsoring or participating in the operations.	Sim	<b>4/10</b>
14.2 Increase in identity-based conflicts and perceptions about humanitarian or peacekeeping operations as associated with the opponent or as an obstacle to plans of elimination, marginalization or displacement.	Sim	
14.3 Increased intensity of the conflict and scarcity of livelihoods or other resources.	Não	

14.4 Fragmentation of parties to the conflict or disintegration of chains of command within them.	Sim
14.5 Interference, limitation or prohibition of access or movement of humanitarian or peacekeeping operations or their personnel.	Não
14.6 Tampering with or removal of signs identifying protected objects or locations where humanitarian or peacekeeping operations are stationed or providing support.	Não
14.7 Incidents of improper use of a flag of truce, of the flag or of the military insignia and uniform of the United Nations and the distinctive emblems of the Geneva Conventions.	Sim
14.8 Attacks against locations in close proximity to humanitarian or peacekeeping operations and personnel, or on the routes taken by them during their activities.	Não
14.9 Discourse or evidence of plans that suggest a threat, or the incitement or tolerance of acts of violence against humanitarian or peacekeeping operations and personnel.	Não
14.10 Disrespect, threats or increase in attacks to objects, property or persons using the distinctive emblems of the Geneva Conventions or of other humanitarian or peacekeeping operations.	Não

Nota: os fatores de risco e respectivos indicadores mencionados neste quadro foram reproduzidos do *Framework of analysis for atrocity crimes* (ONU, 2014a), sendo que a análise sobre a sua aplicabilidade à crise na Venezuela foi feita pelos autores desta dissertação.

## Apêndice F

### As crises no Quênia e na Líbia

#### *A crise no Quênia (2007-08)*

A crise pós-eleitoral do Quênia é geralmente considerada como um caso de relativo sucesso da responsabilidade de proteger (R2P), se não o caso de maior sucesso. O próprio secretário-geral da Nações Unidas (SGNU), em seu relatório que estabelece os três pilares de R2P, de 2009, se referiu à atuação da comunidade internacional como exemplo de “esforços bilaterais, regionais e globais de sucesso” (ONU, 2009, p. 9)<sup>116</sup>.

Kagwanja e Southall (2009) identificaram quatro principais fatores que levaram à crise. Primeiro, eles caracterizam o Quênia como um país de minorias étnicas. Na prática, não há uma etnia majoritária ou mesmo duas que dividam a maior parte da população: há um total de 42 etnias, cada uma correspondendo a uma pequena fatia populacional. No rastro dessa realidade social, formou-se a realidade política, com partidos e coalizões partidárias identitárias para uma etnia individual ou um grupo de etnias, o que viria a se provar crucial para a ocorrência da violência pós-eleitoral. Segundo, o país vivia um intenso aumento populacional, com mais de metade da população a viver na pobreza. Terceiro, as elites manipulavam milícias de civis, o que colaborou para a erosão do monopólio da força pelo Estado e operou como importante fator precipitador. E quarto, o Quênia herdou do período colonial uma complicada disputa pelo acesso, posse e uso de terras, intimamente ligada a relações étnicas, que na prática prejudica desde o início os esforços de *nation building* e contribui para a discriminação horizontal.

Bellamy e Luck (2018) identificam que, mesmo com a presença desses fatores, houve uma falha evidente nos sistemas de *early warning* fazendo com que a comunidade internacional não classificasse a situação como de risco de atrocidades. Tal negligência reduziu drasticamente a quantidade e a qualidade da diplomacia preventiva que poderia ser empregada a partir de dezembro de 2007, quando a contestação do resultado eleitoral funcionou como gatilho para iniciar uma onda de violência entre etnias que provocou a morte

---

<sup>116</sup> A/63/677.

de mais de mil pessoas e o deslocamento massivo de até 500 mil (Human Rights Watch [HRW], 2008a).

A atuação internacional foi rapidamente desenhada e tomou a forma de um grupo de mediação organizado pela União Africana – aos moldes do que viria a ser defendido pelos relatórios do SGNU sobre a R2P que falam em maior participação de organizações regionais, com apoio técnico e logístico dos escritórios da ONU e esforços de organizações locais da sociedade civil. O Painel de Eminentes Personalidades Africanas, um grupo de três pessoas com variados talentos diplomáticos, foi liderado pelo ex-SGNU Kofi Annan, que tinha sido um dos principais empreendedores normativos no processo de gênese e avanço da R2P na ONU e possuía amplo conhecimento das estruturas de poder internacional e experiência com mediação de conflitos. Juntos dele estavam o ex-presidente da Tanzânia Benjamin Mkapa, com vasto conhecimento local dada à proximidade geográfica dos dois países e a familiaridade com os partidos políticos quenianos, e Graça Machel, ex-ministra da Educação de Moçambique por 14 anos, com amplo conhecimento em questões de direitos de mulheres e crianças (Crossley, 2013). Eles deveriam conduzir o processo KNDR – *Kenya National Dialogue and Reconciliation*. O fato de o grupo internacional de mediação ter sido formado pela União Africana e ser composto apenas por cidadãos de países da África que gozavam de respeito no continente e no próprio Quênia ajudou a afastar possíveis resistências a esforços que poderiam ser vistos como ocidentais ou como influência externa no país (Juma, 2009). Mesmo assim, ficou claro que apesar do rosto ser africano, “a pressão real está vindo de doadores, os EUA e Estados europeus” (Crossley, 2013, p. 205).

Os mediadores chegaram ao país no fim de janeiro de 2008 e estabeleceram uma agenda com quatro metas para solucionar a crise: primeiro, fim imediato da violência e restauro dos direitos humanos; segundo, lidar com a crise humanitária e reconciliação; terceiro, negociar a superação da crise política; e quarto, traçar e implementar estratégias de longo prazo para uma paz durável. A ordem das metas refletia a urgência de cada uma das tarefas (Sharma, 2017). Depois de oito semanas de negociação, o Painel conseguiu fazer governo e oposição chegarem a dois acordos que puseram fim à violência, iniciaram um processo de divisão de poderes entre as partes e que deveriam garantir a responsabilização pelos crimes cometidos durante as oito semanas de violência.

Mesmo assim, Sherena K. Sharma (2017) identifica que houve três importantes custos impostos à sociedade queniana pelo KNDR. O primeiro custo é que a estabilidade foi colocada acima da democracia. Com a certeza de que nenhum dos dois lados conseguiria governar o país sozinho e que um novo processo eleitoral seria um risco desnecessário, a formação do governo de coalizão trouxe consequências óbvias para a governança efetiva: era um governo que nenhum queniano havia eleito; o governo foi sugado por denúncias de corrupção; os custos da estrutura governamental eram extremamente elevados; as divisões dentro do governo e a luta das elites políticas para manter o poder sobrepuseram-se à real governança; e criou-se uma fobia de eleição entre a população. O segundo custo é a impunidade ter superado a responsabilização. A face mais evidente deste custo é que dez anos depois, ninguém foi punido pelas atrocidades que ocorreram em 2007. Ou seja, “a completa ausência de responsabilização (...) constitui a peça central de questões mal resolvidas na agenda do KNDR” (Sharma, 2017, p. 361). Acusados de participação nos crimes foram nomeados para cargos no governo de coalizão e nas comissões de verdade, justiça e reconciliação. A investigação iniciada no Tribunal Penal Internacional (TPI) foi até sabotada por líderes quenianos (TPI, 2014), que posteriormente iniciaram um movimento de abandono massivo da Corte por governos africanos. O terceiro custo foi o KNDR ter atacado os sintomas, em vez das causas, da crise, porque a ênfase do processo foi na etnicidade. Nesse sentido, o problema não seria que etnias tinham que aprender a coexistir, mas a persistência da exclusão econômica, social e política ser manipulada politicamente pela lente da etnicidade.

Assim, Serena K. Sharma (2017) conclui que apesar da violência ter sido interrompida em 2008, os fatores de risco que provocaram instabilidade no Quênia ainda persistem e vieram à tona nos processos eleitorais seguintes, em 2013 e em 2017. A autora reforça que trocas são comuns em negociações de paz, mas impressiona como os acordos de 2008 têm comprometido a agenda de reformas mais amplas do país (Sharma, 2017).

### *A crise na Líbia (2011)*

Por sua vez, a atuação da comunidade internacional diante da crise na Líbia em 2011 é o episódio de maior evidência no histórico da R2P, em que conflito armado e atrocidades massivas coexistiram. No contexto da Primavera Árabe e dos protestos populares em países do Oriente Médio e do Norte da África, uma guerra civil tomou o país e a resposta



internacional contou com resoluções do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) e do Conselho de Direitos Humanos da ONU (ConDH), diplomacia, inquéritos, monitores e acesso humanitário, culminando com uma intervenção militar sancionada pelo CSNU para cumprir sua R2P sob o pilar III (Bellamy & Luck, 2018).

Os acontecimentos se desenvolveram rapidamente e entre o início das manifestações e o assassinato de Muammar al-Gaddafi, houve um intervalo de apenas oito meses e cinco dias. Os primeiros protestos foram registrados no dia 15 de fevereiro daquele ano e o número de mortos chegava a quase duas centenas em apenas quatro dias (HRW, 2011). A pressão internacional veio logo em seguida. A Liga Árabe proibiu a Líbia de participar de seus encontros, a União Africana condenou os atos do regime e os Estados Unidos retiraram a maior parte do seu efetivo diplomático. No dia 21 de fevereiro, o então SGNU telefonou ao líder líbio e exigiu que a violência fosse interrompida. Apenas sete dias após o início da crise, a então alta comissária da ONU para os direitos humanos já falava em possíveis crimes contra a humanidade cometidos pelo regime. No dia 25 de fevereiro, diante das “graves e sistemáticas violações de direitos humanos pelas autoridades líbias”, o ConDH aprovou o envio imediato de uma comissão de inquérito para avaliar as denúncias (ONU, 2011b, p. 2)<sup>117</sup>. A essa altura, “embora algumas das histórias que surgiam fossem exageradas, (...) estava claro que o regime Gaddafi, no desespero de se ater ao poder, estava usando violência extrema (...) [e] a ameaça de atrocidades massivas era iminente e real” (Adams, 2012).

A R2P do governo líbio não demorou a ser ressaltada em comunicados oficiais, seja do SGNU (ONU, 2011c), seja do próprio CSNU (ONU, 2011a) e foi o foco da resposta internacional. Em 26 de fevereiro, o CSNU aprovou por unanimidade a resolução 1970 (ONU, 2011d)<sup>118</sup>, que mencionava explicitamente a R2P, referia o caso para investigação e julgamento no TPI e aplicava um pacote de medidas coercivas de capítulo VII para dissuadir o governo líbio da repressão violenta a opositores: embargo de armas, equipamentos e treinamento de militares, proibição de viagens internacionais a 16 pessoas – incluindo o próprio Gaddafi – e congelamento de bens pessoais. Cerca de 20 dias depois, sem ter conseguido o efeito que buscava, observando a rápida deterioração da situação no terreno e buscando uma resposta ao cerco por tropas do governo à cidade de Benghazi, controlada por rebeldes, o CSNU

---

<sup>117</sup> A/HRC/RES/S-15/1.

<sup>118</sup> S/RES/1970.

aprovou a nova resolução 1973 (ONU, 2011f)<sup>119</sup>. O CSNU voltou a ressaltar a R2P, condenou detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados, tortura e execuções sumárias que poderiam configurar crimes contra a humanidade e entendeu que a situação configurava ameaça à paz e segurança internacionais para justificar ações coercivas de capítulo VII. A resolução 1973 exigiu um cessar-fogo imediato, determinou uma *no-fly zone* e, mais importante, autorizou os Estados, “nacionalmente ou através de organizações ou arranjos regionais, (...) a tomar todas as medidas necessárias (...) para proteger civis e áreas povoadas por civis sob ameaça de ataque” (ONU, 2011f, p. 3)<sup>120</sup>. Ou seja, a usar a força militar contra as tropas do governo.

A ação da coalizão internacional foi liderada pela Aliança do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e começou apenas dois dias depois. Mesmo após efetivamente eliminada a ameaça à cidade de Benghazi e outras que surgiram, os ataques aéreos e o apoio dado à oposição continuaram até a morte de Muammar al-Gaddafi, em 20 de outubro de 2011. Neste meio tempo, a União Africana manteve o diálogo com o regime para tentar implantar uma rota para solução da crise e o TPI chegou a emitir uma ordem de prisão internacional de Gaddafi. O foco viria a recair sobre a intervenção militar liderada pela NATO, que foi alvo de duras críticas de Estados que haviam apoiado a intervenção inicialmente. Embora não fosse impedido pelo texto da resolução 1973, o fornecimento de armas e treinamento militar aos grupos de oposição por França e Reino Unido, além das mortes de civis inocentes em ataques aéreos pela NATO, levantaram o questionamento sobre os meios proporcionais, que foram além das intenções originais da resolução (Evans, 2016). O que inicialmente foi entendido como uma resposta da comunidade internacional para cumprir sua R2P quando o governo líbio estava manifestamente falhando com a sua, passou a ser entendido como um retorno à doutrina da intervenção humanitária tradicional, como uma campanha para mudança de regime (Adams, 2012).

Oito anos depois, a Líbia vive em permanente crise política e mesmo com um esforço de *peacebuilding* liderado pela ONU “a segurança humana está em geral em pior estado do que estava sob Muammar al-Gaddafi” (Evans, 2016). À época, os erros cometidos pela coalizão internacional chegaram a ser vistos como um “grave, possivelmente até irreparável, dano à

---

<sup>119</sup> S/RES/1973.

<sup>120</sup> S/RES/1973.

pretensão da R2P de tornar-se uma norma global” (Rieff, 2011) e de fato impactaram a resposta internacional às atrocidades que ocorriam e ocorreriam no território sírio nos anos seguintes. Mesmo assim, a R2P conseguiu continuar sendo avançada enquanto norma política internacional.

## Apêndice G

Entrevista com a conselheira do secretário-geral da Organização dos Estados Americanos e ponto focal da responsabilidade de proteger, Monika LeRoy

Monika LeRoy é canadense, conselheira especial do secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) desde maio de 2016 e ponto focal da responsabilidade de proteger (R2P) na OEA desde maio de 2019. Seu currículo conta com trabalhos em política internacional e desenvolvimento em direitos humanos, gênero, democracia e governança com experiência nas Américas, África, Europa, Eurásia e região MENA, assim como em órgãos das Nações Unidas e no governo do Canadá. Ela está preparando um relatório compreensivo sobre a realidade da R2P nas Américas e espera fazer propostas concretas para a o avanço da norma no hemisfério Ocidental. Tentamos adiar ao máximo esta conversa, mas ela ocorreu ainda no início do trabalho dela por causa da pressão do calendário de entrega da dissertação. A entrevista foi conduzida através de conversa de áudio pelo Skype – com o investigador em Lisboa e a entrevista em Washington, DC – no dia 23 de setembro de 2019, a partir de 16:15pm, no horário de Lisboa. A duração foi de cerca de 25 minutos. A seguir, apresentamos a transcrição da conversa:

**Pedro Henriques (PH):** Gostaria de começar falando sobre o seu trabalho. Você é a primeira pessoa a ser nomeada ponto focal da R2P na OEA. Qual você diria que é sua job description?

**Monika LeRoy (MLR):** A OEA não tem um mandato específico para crimes de atrocidade e sua prevenção ou a responsabilidade de proteger, *per se*. Ao longo dos anos, houve conversas periódicas que se engajavam e envolviam a R2P, mas como instituição, isso não tinha sido colocado em prática ainda. Ao longo do curso do último ano, no contexto do meu trabalho como conselheira do secretário-geral, estive me engajando em assuntos em torno da R2P que pudessem ser relevantes aqui. Essa é a razão porque ele me pediu para ser o primeiro ponto focal, o qual não é um trabalho em *full time* e essa responsabilidade foi adicionada à minha posição, para ajudar a preparar a forma como a OEA como instituição pode se engajar nesta questão.

**PH: Esta nova posição mudou de alguma forma sua relação como conselheira do secretário-geral com os demais departamentos da OEA? E como isso se dá enquanto ponto focal?**

**MLR:** Neste momento, o que tenho feito é encontrar caminhos para a organização se engajar nesta questão específica. Isso inclui conduzir o evento que organizamos em março. Eu trabalho como conselheira do secretário-geral, mas tento achar um papel institucional para discussões sobre prevenção de atrocidades e a R2P na organização. Para mim, muito do trabalho que temos realizado tem atentado para a questão de como isso é aplicável na crise atual da Venezuela, porque o regime tem sido particularmente acusado de conduzir crimes de atrocidade. Esse trabalho tem consumido mais da minha energia do que na versão institucional de avançar a R2P na OEA.

**PH: Algo que dialoga com a questão da Venezuela é que o avanço da R2P na OEA me parece intimamente ligado a um empreendedorismo do secretário-geral, Luis Almagro. Ele parece o único, ou mais importante, empreendedor público na OEA. Você pensa assim também?**

**MLR:** No meu tempo como ponto focal da R2P na OEA, tenho passado muito olhando para a história da OEA em termos de prevenção de conflito e a forma como isso se relaciona à prevenção de atrocidades. A forma como o princípio da R2P tem evoluído é principalmente através do fórum da ONU e as discussões sobre o papel de organizações regionais tem sido secundário. Tem havido alguma discussão, mas organizações regionais como a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e a União Africana, têm trabalhado com a R2P e a prevenção de conflitos de maneiras muito diferentes. Por exemplo, a União Africana (UA) tem um mandato previsto para prevenção de atrocidades, mas não tem um ponto focal da R2P e cooperam com debates sobre a R2P formalmente. A OSCE também não tem oficialmente um mandato efetivo sobre a R2P, mas tem alguém em uma posição com uma engajamento mais formal com a responsabilidade da R2P. Na OEA, ainda estamos a explorar como esse conceito será e tentar introduzir essa conversação com os membros e conduzir a uma resolução que criaria esse mandato de maneira mais formal. Discussões anteriores da R2P na OEA envolveram alguns subcomitês do Conselho Permanente, nomeadamente, o Comitê de Assuntos Jurídicos e Políticos. O secretariado-geral ainda está expondo como estamos abordando agora e esperamos ouvir do Conselho Permanente sobre esse tópico.

**PH: Você mencionou o responsável por prevenção de atrocidades na Europa e você esteve na reunião da Rede Global de Pontos Focais. Como você se relacionou com o ponto focal europeu e outros pontos focais? Como foi essa experiência?**

**MLR:** Nós tivemos conversas muito construtivas e positivas com pontos focais particularmente de países-membros da OEA, houve muita curiosidade e interesse em ver como a OEA participaria dessa conversa. Fora a União Europeia (UE), e dependendo se você considera a UE uma organização regional ou não, a OEA é a única que formalmente nomeou um ponto focal, mas é interessante porque a UA e a OSCE, que mesmo não tendo pontos focais, têm um histórico mais longo de cooperação com a Rede Global de Pontos Focais da R2P e desenvolveram um guia de melhores práticas sobre a R2P. Há muitas conversas exploratórias sobre lições aprendidas em relação a que papel uma organização regional deve e pode exercer. Acho que a situação na Venezuela é um caso muito interessante sobre como isso vai se desenvolver no futuro porque você tem um cenário em que a ONU tem sido muito relutante em se engajar, tomar ação e cumprir sua responsabilidade, deixando um espaço aberto em que a organização regional é colocada numa posição que precisa tomar mais ações e considerar quais suas responsabilidades principais devem ser quando a ONU não está necessariamente as cumprindo na região.

**PH: Uma das recomendações expostas pelo *Global Centre for the Responsibility to Protect* após a reunião da Rede Global dizia que os Estados e organizações regionais devem ajudar a espalhar a mensagem a outras lideranças que não entendem particularmente o que é a R2P. Alguns autores dividem o continente em três grupos: os defensores da R2P, a zona cinzenta e os céticos. Como você vê essa divisão no continente até o momento no seu trabalho?**

**MLR:** Um dos desafios olhando para a R2P na região vem desse histórico público político da R2P que é associada a intervenção militar. Porque há uma inclinação de unir R2P com intervenção militar isso comumente dificulta ter uma conversa construtiva sobre como empreender a R2P. Ao mesmo tempo porque há uma associação com um histórico de intervenção militar, suscita conversação sobre ação preventiva, porque há preocupação e cautela em interferir nos assuntos internos do Estado, mas o caso da Venezuela é um grande estudo de caso para isso agora. A relutância em olhar para os sinais e *early warnings* que

claramente estavam lá para resolver os sérios problemas democráticos no início do processo levou a que qualquer ação para remediar a situação hoje consumirá muito mais do que consumiria há dois anos.

**PH: Você diria que o maior desafio para o avanço é essa associação que os Estados fazem entre R2P e intervenção militar por causa do histórico de intervenções no continente?**

**MLR:** Isso é uma parte, não há só um elemento. Em geral, cria uma precaução em falar sobre a R2P no contexto de um país específico porque eles não querem explorar a conversa de ação militar e todos pulam para o terceiro pilar da R2P e para a prática de *boots on the ground*. Muitas das ações já tomadas em relação à Venezuela podem ser consideradas parte da R2P. Por exemplo, qualquer sanção imposta é parte da R2P. Qualquer uma das oito ou nove iniciativas de diálogo que aconteceram nos últimos anos podem ser consideradas parte da R2P. Iniciativas do Conselho de Direitos Humanos podem ser consideradas parte da R2P.

**PH: Com certeza. Além disso, o Conselho Permanente passou mais resoluções sobre a Venezuela neste ano do que em todos os outros anos juntos. Apenas uma enumera os crimes contra a humanidade cometidos, mas não menciona as expressões crimes contra a humanidade ou R2P. Acredita que há algo que segura os Estados em usar essas expressões em resoluções para a Venezuela? Como você disse, é uma situação clara da R2P.**

**MLR:** Absolutamente. Você sabe que há um número de Estados que não são realmente signatários do comprometimento da R2P. Olhe para a lista de países com pontos focais da R2P. Para passar uma resolução no Conselho Permanente, você precisa de 18 votos para ser aprovada, então precisa de 18 países que endossam o princípio da R2P. Com crimes contra a humanidade, você verá a mesma conversa, que nem todos os países da região são signatários ou ratificaram a convenção. Mas também se sabe que há um consenso em geral na região em acabar com a impunidade e responsabilizar por crimes que ocorreram e em alguns casos você vai falar de crimes internacionais. Há consenso nessa escala sobre crimes contra a humanidade e o Tribunal Penal Internacional.

**PH: Vocês estão, então, buscando uma resolução do Conselho Permanente sobre a R2P?**

**MLR:** Neste momento, não estamos buscando uma resolução do Conselho Permanente sobre a R2P. Estamos produzindo um relatório, que eu esperava ter clareza sobre antes de nos falarmos, mas não tenho ainda. Estamos conduzindo um processo de olhar para como a R2P poderia e deveria ser bem aplicada. Olhamos para a história de prevenção de atrocidades na região, como a OEA se engaja e quais ações foram tomadas pela OEA e pela comunidade internacional como um todo no contexto de obrigações impostas aos Estados. E então produziremos uma série de recomendações. Isso ainda está em rascunho e não tenho data de publicação. Não tenho mais específicos para compartilhar sobre próximos passos e tais proposições. Mas é isso que tenho olhado nos últimos meses.

**PH:** Para falar especificamente da Venezuela, o Conselho Permanente tem sido muito ativo e hoje, inclusive, há uma reunião sobre o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)...

**MLR:** É preciso manter em mente que nem todos os membros da OEA são signatários do TIAR.

**PH:** Sim. Eu não queria falar especificamente do TIAR, mas que o regime de Maduro não reconhece a legitimidade da OEA, enquanto o embaixador de Guaidó participa das reuniões, mas Guaidó não controla nenhuma das instituições que poderiam de fato implementar uma estratégia de prevenção ou resposta a atrocidades na Venezuela neste momento. Essa divisão impõe algum desafio à participação ou papel que a OEA pode exercer nessa resposta?

**MLR:** Acho que há algumas coisas a manter em mente quando pensar no papel que a OEA pode exercer na solução da crise na Venezuela. A OEA é um fórum político. É uma plataforma onde 32 países se juntam para discutir desenvolvimento, cooperação e prosperidade para o hemisfério. É um espaço onde os países podem alcançar um consenso, mas no fim do dia terá que ser um consenso e uma solução que venham dos Estados-membros. Considerações e discussões iniciais podem acontecer de formas diferentes. O Secretariado-geral tem capacidades únicas e *expertise*, em processos eleitorais ou resolução de conflitos, há diferentes capacidades em diferentes partes do Secretariado-geral, incluindo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, há componentes que serão essenciais quando um solução for alcançada e estiver trabalhando. A OEA tem feito o trabalho essencial de manter



a Venezuela na agenda dos Estados. E documentando a situação, o que oferece aos Estados informações e documentações da situação que eles estão usando. Por exemplo, eu fiz parte do time que se empenhou em responder à pergunta se crimes contra a humanidade estavam sendo cometidos na Venezuela. Isso enquanto documento tem tido um papel essencial em como a comunidade internacional vai responder. E foi depois de iniciado o processo que o Tribunal Penal Internacional abriu o exame preliminar. E ainda, os seis Estados remeteram ao Tribunal Penal Internacional pedindo para abrir investigação baseados no relatório que a OEA produziu. Há elementos que estão ajudando a mover a discussão na Venezuela e no fim do dia, quando uma solução estiver em andamento, há *expertises* técnicas que a OEA possui que vão permitir que ela exerça um papel institucional na solução após o fato.

**PH: E você não sabe quando o relatório seria lançado?**

**MLR:** Não, ainda não tenho essa informação.

**PH: e você tem trabalhado sozinha ou em conjunto com outros órgãos?**

**MLR:** Isso você terá que esperar pelo relatório ser divulgado.

## Apêndice H

### Entrevista com o analista do *International Crisis Group* Philip Gunson

Philip Gunson atuou como jornalista cobrindo a América Latina a partir da década de 1980 e teve seu trabalho publicado em suportes como The Guardian, BBC e The Economist. Se mudou para Caracas, na Venezuela, dois meses após Hugo Chávez assumir a presidência, no primeiro semestre de 1999, quando passou a acompanhar a vida política, econômica e social do país no terreno. Phil Gunson é analista sênior do *International Crisis Group* para os Andes com foco na Venezuela desde 2015. A entrevista foi conduzida através de conversa de áudio pelo Skype – com o investigador em Lisboa e o entrevistado em Caracas – no dia 08 de julho de 2019, a partir de 15pm no horário de Lisboa. A duração foi de cerca de 45 minutos. A seguir, apresentamos a transcrição da conversa:

**Pedro Henriques (PH): Qual é a *job description* de um analista sênior do *International Crisis Group*, no seu caso, na Venezuela?**

**Phil Gunson (PG):** O principal do nosso trabalho é escrever informes e relatórios sobre a situação. O método particular de trabalho do *Crisis Group* envolve levar toda análise no terreno, das pessoas que estão no local, aos níveis mais altos de *policy making*. Tentamos descobrir o que está acontecendo e escrever sobre isso publicamente, em todas as formas – seja no Twitter, ou um Op-Ed num jornal ou escrevendo um relatório ou comentário para o website. Pegamos as informações que reunimos e transformamos em recomendações, que são levadas para os lados de um conflito, para governos estrangeiros, organizações multilaterais, qualquer um que achamos que pode ajudar a produzir uma solução. Como analista, estou envolvido em todas as partes desse processo, na pesquisa, na escrita, na edição de relatórios, na promoção – por isso passo muito tempo falando com embaixadores, representantes de organizações internacionais e políticos locais.

**PH: Você é o único representante do *Crisis Group* na Venezuela?**

**PG:** Sim, estou sozinho. *Crisis Group* não existe como organização na Venezuela. Eu trabalho como analista de casa. Não há mais ninguém além de mim.

**PH: Mas nos Andes há outras pessoas?**

**PG:** Na América Latina, trabalhamos no México, no triângulo norte da América Central e, ultimamente, começamos a trabalhar na Nicarágua. Nosso escritório regional fica em Bogotá. Nossa maior presença na região é na Colômbia. Na maior parte dos casos, à parte da Colômbia, é apenas um analista trabalhando nesses países. Em Bogotá, temos um escritório, um administrador do escritório, um gerente de comunicação, o diretor do programa latino-americano e um ou dois estagiários, além do analista da Colômbia.

**PH: No seu trabalho na Venezuela, você disse que mantém contatos com figuras do governo e da oposição, mas diria que ficou mais fácil ou mais difícil nesses 20 anos? Há violência bem documentada contra grupos de direitos humanos. Seu trabalho no *Crisis Group* é diferente de organizações locais de direitos humanos? É mais seguro? É igual?**

**PG:** Nós não somos exatamente uma organizações de direitos humanos. Não devemos denunciar violações, mas achar soluções pacíficas para conflitos. Nesse sentido, somos mais *low profile*. Você pode nos comparar – e eu faço isso – à *Human Rights Watch*. Eles não podem operar na Venezuela. O diretor para as Américas, Miguel Vivanco, e um colega foram expulsos. Até recentemente nós não tínhamos um relacionamento de verdade com o governo. Eles basicamente nos ignoravam. Nesse sentido, é um relacionamento difícil. Eles não respondem o que dizemos, não nos acusam de ser parte um golpe, nem se engajavam conosco até recentemente. Com certeza, ficou mais difícil. Quando cheguei, era relativamente fácil falar com membros do governo, mas após alguns anos se tornou muito difícil, quase impossível, ter uma relação própria com pessoas no governo para discutir temas. É muito mais fácil conversar com a oposição, portanto há um risco de você receber uma visão unilateral do que está acontecendo.

**PH: Você também trabalha com organizações da sociedade civil?**

**PG:** Sim, conversamos com todas as pessoas. Trabalhamos com todos que possam informar sobre o que está acontecendo e, particularmente quando discutimos recomendações, falamos com pessoas que achamos que podem fazer a diferença. Quando fazemos nossa pesquisa, falamos com pessoas no *grassroots*, falamos com pessoas comuns, todos os tipos de

organizações da sociedade civil e também as duas grandes partes do conflito: o governo e a oposição.

**PH: Vamos falar agora da crise propriamente e dos atores envolvidos. Não parece haver um entendimento público sobre a diferença entre o governo e o chavismo. Você diria que os dois são a mesma coisa? Ou não são? O chavismo é o Estado ou como ele controla o Estado como ator?**

**PG:** O chavismo não é o governo. É muito mais amplo que isso. Chavismo é um movimento que obviamente é centrado na figura de Hugo Chávez e tem uma variedade de expressões porque sempre foi uma – como diriam os britânicos – *broadchurch*. Muitos pontos de vista diferentes. Muitos que se dizem chavistas não concordam com o governo agora. Há aqueles que se opõem ativamente. Certamente não podemos identificar o chavismo com o governo. Também é justo dizer que até num sentido ideológico, porque é centrado na imagem de Chávez e o que ele doutrinou, – e isso variou com o tempo porque o Chávez declarou-se socialista em 2006, mas antes disso, quando chegou ao poder, falou muito sobre a terceira via, não ser capitalista, nem comunista, mas tentar usar o melhor dos dois sistemas – havia pessoas no início do governo chavista que diziam, que “esse não é um governo socialista, nós queremos melhorar o capitalismo”. É fácil ver como vertentes diferentes do movimento podem chegar a conclusões diferentes sobre qual deve ser o caminho a tomar.

**PH: Há um debate ocorrendo sobre as divisões no chavismo e os três grandes grupos internos. Você diria que há um único líder no chavismo? Ou há três poderes disputando o apoio do movimento? E qual o papel de Nicolás Maduro nisso? É a cabeça de um desses grupos?**

**PG:** Para muitas pessoas que apoiam o governo, Maduro é o líder. Em qualquer movimento político, particularmente em um grande como o chavismo, há diferentes pontos de vista. Há quem não goste de como o Maduro tem governado, mas a maioria vê Maduro como o líder. Eu não vejo lideranças rivais sendo um fator particularmente importante.

**PH: Diosdado Cabello e Delcy Rodríguez seriam figuras de poder no chavismo? São uma ameaça à liderança de Maduro? Qual o papel deles?**

**PG:** Há muita especulação sobre isso. Obviamente há coisas que não podemos saber porque têm a ver com relações pessoais entre indivíduos no governo. Então, não é fácil dizer claramente quem é o rival, quem pode emergir como líder... Minha percepção é que a vice-presidente é uma aliada próxima de Maduro. Pelo menos publicamente, Diosdado Cabello tem sido grande apoiador de Maduro. Não é segredo que quando Chávez estava escolhendo seu sucessor, ele sentou ao vivo na TV com Maduro de um lado e Diosdado do outro e aquilo claramente significou, em termos visuais pelo menos, que havia duas pessoas na linha de sucessão imediata. Seria surpreendente que Diosdado não pensasse que em algum momento poderia ser presidente. Mas acho que tudo indica que – do que vimos desde seis ou sete anos – Diosdado, apesar de suas ambições pessoais, tem apoiado muito a liderança. Acho que, ao contrário da oposição, o movimento chavista, e particularmente o governo, tem sido muito mais eficaz em manter a unidade. A oposição é muito mais dividida.

**PH:** Esse é o próximo assunto que gostaria de tratar. Parece claramente haver uma oposição democrática e pacífica – em torno da imagem de Guaidó – e uma oposição revolucionária – que Maria Corina Machado seria a pessoa mais pública. A oposição pode ser dividida em dois grupos, mais ou menos? E essa divisão não é novidade, certo?

**PG:** Eu sempre digo que as divisões na oposição têm menos a ver com ideologia e mais com táticas ou estratégias, mas também com personalidades. A grande divisão tem sido sempre entre aqueles que gostariam de ver uma transição pacífica e gradual e aqueles que acreditam em confrontação aberta e acreditam e pedem intervenção militar ou, em alguns casos, o conceito da R2P. Há essa divisão: entre aqueles que acreditam em acumulação gradual de forças e, pelo menos até recentemente, acreditavam na rota eleitoral, e aqueles que querem ir para a rua e forçar Maduro a renunciar. Essa é a divisão principal. Mas há também divisões na oposição baseadas em lideranças, porque há pessoas que querem adotar qualquer estratégia que seja mais provável torna-las presidente. Há muitas lideranças na oposição que pensam primeiro no próprio futuro político e segundo no país. Não é o caso de todos os líderes da oposição, mas há alguns que querem tirar Maduro do caminho para concorrer à presidência e isso é o mais importante na cabeça deles. Essa é uma das questões que têm impedido a oposição de agir de forma eficaz.

**PH: Esse grupo intervencionista da oposição tem um apoio popular grande ou pequeno? E como você compara com o apoio ao grupo democrático e pacífico?**

**PG:** Em termos de opinião pública, uma transição pacífica – seja eleitoral ou negociada, ou com combinação das duas – é majoritária. Acho que as pessoas que querem uma intervenção internacional militar, ou um golpe, ou ver todos do governo na prisão, são muito barulhentas, mas são minoria em termos de apoio e isso foi visto quando tiveram a oportunidade de testar a opinião pública. Eles não têm o apoio na oposição ou de forma mais ampla para assumir a liderança.

**PH: Esse grupo deve continuar sendo um barulho de fundo que os líderes que estão efetivamente conduzindo a solução para a crise vão continuar ouvindo, mas não necessariamente atendendo.**

**PG:** Acho que é mais complexo que isso. Apesar de não ter muito apoio público, eles têm uma presença muito forte nas mídias sociais que torna mais difícil para moderados da oposição articular uma solução pacífica. É muito difícil para Guaidó continuar apoiando a negociação norueguesa porque ele está constantemente sob fogo daqueles que acham que negociações são não apenas perda de tempo, mas ruins para a oposição. Acho que vimos isso nas últimas 24 horas, porque Guaidó anunciou que a Assembleia Nacional aprovaria o retorno da Venezuela ao Tratado do Rio, o TIAR [Tratado Interamericano de Assistência Recíproca], e depois os noruegueses anunciam, e Guaidó confirma, que eles estão retornando à negociação com o governo. Na minha interpretação, Guaidó sentiu que era necessário conceder aos radicais o que eles queriam há algum tempo – aprovação do Tratado do Rio – antes de dizer que estava retornando às conversas. Ele precisava neutraliza-los dando um tipo de concessão de intervenção militar ou fazer um discurso como se estivesse interessado em intervenção militar antes de dizer que vão efetivamente voltar a Barbados e conversar com o governo. Ele acredita sinceramente que unidade é necessária e tem sido muito eficaz em manter radicais e moderados juntos desde que assumiu em janeiro. Mas isso é crescentemente difícil de fazer. O que vimos ontem foi mais uma tentativa de manter todos juntos, de avançar em ambas as frentes ao mesmo tempo. Esse é o discurso dele: agir em todos os espaços.

**PH: As divisões na oposição também se traduzem na sociedade civil? Há divisão ou ódio entre grupos democráticos, revolucionários e chavistas? As pessoas se odeiam? Deve ser necessário um programa de reconciliação. Isso é um problema?**

**PG:** Há ódio em ambos os lados. São minorias que efetivamente expressam ódio, mas o que acreditamos enquanto *Crisis Group* é que não podemos esperar até depois da crise ser resolvida para reconciliar. Reconciliação é parte do processo de negociação. Então, nós acreditamos definitivamente que há necessidade de criar espaços na sociedade civil em que pessoas dos dois lados possam se juntar e conversar, e perceber que quem está do outro lado não é um monstro. A reconciliação pode começar agora, antes mesmo de haver um acordo. Esse é um problema que identificamos que estamos tentando trabalhar.

**PH: Vamos falar agora dos atores externos. A atuação internacional parece muito com a oposição: não há unidade, cada ator quer ter um papel e seguir um caminho diferente. Grupo de Lima, Luis Almagro e a Organização dos Estados Americanos, Grupo de Contato Internacional... Que atores você diria que ainda são relevantes?**

**PG:** O Grupo de Lima foi uma iniciativa muito interessante quando começou porque a OEA falhou em cumprir seu papel e esses países que particularmente queriam ver uma solução decidiram criar um grupo *ad hoc*. Foi uma iniciativa relevante, mas não cumpriu suas promessas, particularmente porque desde o início se definiu como um grupo que não iria mediar, mas pressionar, sendo basicamente um aliado da oposição. Há agora uma divisão clara no grupo de Lima entre aqueles que são mais próximos dos Estados Unidos e aqueles que têm mais preocupação com a política norte-americana. Apoiou muito a política que a oposição e os EUA desenvolveram a partir de janeiro, mas desde então se tornou mais crítico – não publicamente, mas em privado líderes do Grupo de Lima não estão satisfeitos com a forma como as coisas foram conduzidas. Eles se declararam muito firmemente contra qualquer forma de uso da força, o que foi já em fevereiro uma separação dos Estados Unidos. E até recentemente, eles parecem ter perdido o caminho, não parecem saber o que fazer. Assim, procuraram coordenar com o Grupo de Contato Internacional, que tem sido um conceito muito mais bem-sucedido.

**PH: E o Grupo de Contato de Internacional seria quem tem mais chances de solucionar a crise. Concorda?**

**PG:** Acho que todos vão ser necessários. Mas agora esta é uma crise que envolve as grandes potências. Envolve os Estados Unidos, Rússia e China. Envolve quase todos na região. Envolve a União Europeia. A Noruega está envolvida individualmente. Me parece que é muito importante manter os esforços da Noruega, embora não tenha produzido resultados concretos até agora. A vantagem da Noruega é que, por ser um governo, não precisa coordenar como a União Europeia com 27 governos, pode agir de maneira mais rápida. Mas não tem a mesma estrutura: esse processo em Barbados não é um processo que tem muito por trás formalmente, são os noruegueses tentando mediar. Para que haja uma resolução, muitos dos demais atores, ou todos eles, terão que estar a bordo. A União Europeia e o Grupo de Contato Internacional têm apoiado muito e podem prover algum tipo de *framework*. Os suecos, membros do Grupo de Contato Internacional, têm tido interessante particular em trazer os russos, os chineses, os cubanos e outros atores externos como o Vaticano ou a Organização das Nações Unidas (ONU) para ter todos na mesma página. Um grande problema é que, no momento, Washington não apoia completamente a Noruega e o governo dos Estados Unidos está em si dividido sobre isso. Isso precisa ser resolvido. Os Estados Unidos, inevitavelmente, precisam exercer algum papel. Gostaríamos que dissessem aos seus aliados na oposição que precisam negociar seriamente, mas também é importante que os russos falem claramente com o governo Maduro, que os chineses falem claramente com o governo Maduro, que ambos os lados façam as concessões necessárias. Não acho que farão isso a menos que seus poderosos aliados internacionais digam que devem fazer.

**PH: Sobre a ONU, ela precisa ter um papel nisso tudo. Mas a América Latina tem uma tradição de encontrar soluções regionais para seus problemas. Tivemos o Grupo de Contadora, o Grupo de Amigos da Venezuela... Mas nesse momento, a alta comissária dos Direitos Humanos é Michelle Bachelet, do Chile, o representante especial das agências para Migração e Refugiados é Eduardo Stein, da Guatemala. Acha que a ONU tenta exercer um papel na crise, mas utilizando figuras latino-americanos para evitar uma imagem intervencionista? Ou é só coincidência?**



**PG:** Acho que não é apenas a ONU. Se olharmos para o Grupo de Contato Internacional, ele nomeou Enrique Iglesias, que é uruguaio, como representante. Há uma necessidade de ser sensível à soberania dos países da região e questões regionais. Mas sobre a ONU, o secretário-geral tem sido muito cauteloso. Não acho que ele quer se apressar no envolvimento – corretamente. A ONU é um mediador de *last resort*. Quando se chega à ONU, não há nada além disso. Acho importante que a ONU não cometa um erro como o Vaticano: Se envolver muito cedo e complicar ainda mais. Antonio Guterres tem se preocupado muito com a Venezuela, participado de muitas reuniões, mas muito do que a ONU faz não se torna público. Também é importante que as diferentes partes da ONU agem com consideráveis níveis de autonomia. Então, não é que a ONU seja apenas uma organização, são muitas coisas diferentes. Certamente, quando pessoas são nomeadas para tomar posições, você pode interpretar como quiser, mas em geral a ONU está primariamente envolvida na questão humanitária e de direitos humanos. No nível político, o escritório do secretário-geral sente que não é o momento de se envolver diretamente. A oposição não é muito chegada à ONU, o governo talvez goste mais da ideia do envolvimento da ONU, mas acho que ainda não é o momento certo.

**PH: A posição de Bachelet é um bom sinal? Um golpe de sorte? Ela pode exercer um papel significativo no que concerne os direitos humanos e fazer o regime reduzir os crimes que têm cometido?**

**PG:** Uma coisa clara é que, ao contrário do seu predecessor, que era muito *outspoken* sobre direitos humanos na Venezuela, ela tenta ser mais moderada. E junto ao fato de que o governo a percebeu como alguém com quem poderia conversar porque a conheciam do tempo que ela era presidente do Chile, permitiu que ela viesse à Venezuela. E o fato de que ela veio, fez diferença. Mas se isso vai persistir, não estou certo. Porque o governo ainda está absorvendo o relatório dela, que foi mais duro do que esperavam. Não estou certo se os acordos que foram feitos durante a visita vão ser cumpridos. Vai depender se relações podem ser mantidas depois de um relatório tão duro.

**PH:** Para a última pergunta, gostaria de tratar do Tribunal Penal internacional (TPI). A situação na Venezuela já foi referida ao TPI, que é suposto ter independência. Acha que isso pode ser um problema para a solução da crise?

**PG:** Acho que é um problema. Não vejo o TPI como sendo um instrumento muito útil para resolver a crise, e pode complicar. O mero fato de que a referência foi feita e apoiada por governos da região tende a politizar a questão. Não acho que seja útil porque vai dificultar chegar a um acordo negociado. O tribunal é suposto ser independente e se está sendo pressionado por governos para abrir investigações ou suspender casos como parte de um acordo, o traz para a arena política e faz questionar a sua independência. Os problemas do TPI são muitos e vão muito além dessa conversa, mas não vejo ele sendo muito útil.

## Apêndice I

### Desenvolvimento da natureza do PetroCaribe

O PetroCaribe é um dos instrumentos de cooperação da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), e definitivamente o melhor operacionalizado. Este é um acordo regional de comércio envolvendo a venda de petróleo a preços favoráveis ou em troca de produtos e serviços, para afastar os Estados-parte do comércio com os EUA (Jácome, 2011). Ele é uma expressão muito clara da diplomacia do petróleo sendo usada para aprofundar a projeção de poder de Caracas sobre os Estados da América Central e do Caribe, ao mesmo tempo que diversifica o mercado comprador do produto venezuelano, até o início de 2019 concentrado nos Estados Unidos. O PetroCaribe foi formado inicialmente em 29 de junho de 2005 entre os governos de Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Cuba, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname, República Dominicana e Venezuela, juntando-se mais tarde Haiti, Nicarágua, Guatemala, Honduras e El Salvador. Houve oscilações no número de membros por causa de situações específicas nos contextos nacionais, mas nunca houve dúvidas de que a liderança é exercida por Caracas (Benzi & Zapata, 2013).

Com o PetroCaribe, os Estados-parte passaram a ter condições especiais para importar o petróleo venezuelano, desde a constituição de empresas estatais conjuntas, a cotação do barril abaixo do valor de mercado e a possibilidade de pagamento em serviços. As cláusulas variam de país para país, mas, em termos gerais, são as seguintes: os compradores podem financiar 40% das compras se o preço do barril do petróleo estiver acima de US\$ 50, 50% se passar de US\$ 80 e 60% se chegar a mais de US\$ 100; o pagamento pode ser feito em até 25 anos com juros de 2% se o barril estiver abaixo de US\$ 40 e de 1% se estiver acima; o pagamento e a cobrança de juros só começam no terceiro ano após a compra (Jácome, 2011). Como é permitido pagamento em produtos e serviços, a Venezuela vinha recebendo, por exemplo, feijão da República Dominicana e médicos, professores e agentes de inteligência de Cuba. O comércio dentro do PetroCaribe chegou a representar 9,4% do total de exportações da Venezuela em 2010 (PDVSA, 2012), mas caiu drasticamente por causa do processo de hiperendividamento das economias do Caribe, além do colapso da indústria petrolífera venezuelana, ficando em 4,2% já em 2016 (PDVSA, 2017). Isso prejudicou a eficácia do acordo

comercial como instrumento de influência venezuelana sobre os Estados-parte, o que ficou evidente no comportamento desses países em votações no seio da Organização dos Estados Americanos.

O PetroCaribe foi amplamente usado por organizações criminosas ligadas ao narcotráfico para lavar dinheiro ou por partidos políticos para desviar fundos públicos (InSight Crime, 2018), além de as cifras oficiais de compra e venda de petróleo poder serem maquiadas para esconder esses crimes. Além disso, tanto a ALBA quanto o PetroCaribe foram usados por Rússia e China para ganhar terreno, ampliar mercados e consolidar influência sobre Estados latino-americanos em uma região de hegemonia tradicionalmente norte-americana.

## Apêndice J

### Definição de *colectivos*

Os *colectivos* são figuras antigas na sociedade venezuelana, tradicionalmente significando grupos de civis e organizações sociais que atuam junto à comunidade para implementar políticas públicas de educação, trabalho ou ambientalismo. No entanto, “desde a repressão aos protestos de 2014, o termo *colectivos* tem sido mais comumente usado para descrever gangues armadas pró-governo que atacam manifestantes, transeuntes ou pessoas que eles acreditam ser opositores” (Human Rights Watch, 2017, p. 20). Esses grupos armados não-estatais costumam atuar com os rostos encobertos por balaclavas e:

Rotineiramente invadiam protestos pilotando motocicletas e carregando armas de fogo. Eles assediaram, atacaram e atiraram contra manifestantes, trabalhadores da imprensa e outros que estavam por perto. Eles também prenderam manifestantes e participaram de violentas invasões a domicílios. (...) esses grupos estavam operando com a aquiescência e, às vezes, em coordenação com as forças de segurança e autoridades locais. (ONU, 2017b, p. iii)

O financiamento dos *colectivos* vem tanto de fontes legais como ilegais. Se no passado o governo repassava diretamente dinheiro para os grupos paramilitares, com a crise econômica ele vem bancando suas operações através da concessão da distribuição de alimentos e medicamentos, um mercado lucrativo no contexto de escassez. Dentre as fontes ilegais, destacam-se o tráfico de drogas, extorsão e jogos de azar. Eles são tidos como os mais fervorosos apoiadores da revolução bolivariana e normalmente são responsáveis por conduzir o trabalho sujo que não poderia ser feito pelas forças de segurança oficiais (InSight Crime, 2018).

## Apêndice K

### Apresentação da comunidade portuguesa na Venezuela e entrevista com o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Luis Carneiro

Os primeiros portugueses chegaram à Venezuela na época das grandes navegações e um período com concentração especial de chegada de imigrantes foi a década entre 1947 e 1957, no contexto do pós-guerra na Europa e de incentivos à entrada de europeus pelo governo de Caracas. Há hoje 180 mil cidadãos inscritos em unidades consulares – entre eles, 55 mil nascidos em território português (Observatório da Emigração [OE], 2019). Não obstante, a estimativa é haja 400 mil cidadãos portugueses e lusodescendentes na Venezuela, compondo no país a segunda maior comunidade na América Latina, atrás apenas do Brasil. Desta comunidade, 75% teriam origem na Madeira, devido à proximidade geográfica, densidade populacional e poucos recursos na ilha (Gomes, 2009).

Inicialmente motivados pelo trabalho agrícola, hoje esses imigrantes ou lusodescendentes têm ocupação principal no comércio e serviços, desde grandes hotéis e famosos restaurantes e tabacarias, bombas de gasolina, peixarias e talhos, sendo que “os portugueses são os proprietários de aproximadamente 80 por cento do total das padarias e 60 por cento do total das mercearias” (Gomes, 2009, p. 87). Assim, os portugueses podem ser vistos como especuladores e virar “um alvo fácil para a agressão por parte das massas populares descontentes e revoltadas. Em 1989, durante o *Caracazo* muitos comerciantes portugueses foram vítimas de ataques pela multidão enfurecida. Muitas propriedades de portugueses foram saqueadas e destruídas” (Gomes, 2001).

Estes portugueses vinham sendo historicamente responsáveis por importantes remessas de capital de volta ao país, registrando € 95,7 milhões em 2001, mas caindo bruscamente a € 4,8 milhões em 2018 (OE, 2019). As principais preocupações desta comunidade portuguesa seriam questões de segurança, comércio e segurança social. Isso porque a Venezuela é um dos países mais violentos da América Latina e do mundo, os comerciantes sofrem pressão do governo sobre a gestão de seus negócios e barreiras burocráticas impedem que portugueses retornados ao país tragam os rendimentos de suas reformas na Venezuela (Gomes, 2009).

Observamos ainda que as relações comerciais entre os países não são particularmente importantes para nenhum dos dois e oscilam muito de ano a ano. Se em 2014, Portugal vendia principalmente máquinas e aparelhos, produtos agrícolas e metais comuns, em 2018 passou a vender essencialmente metais comuns, plástico e borracha e minerais e minérios. Ao mesmo tempo, Portugal comprava máquinas e aparelhos, metais comuns e químicos em 2014, enquanto quatro anos depois passou a importar praticamente apenas metais comuns e pouca madeira (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, 2019).

A pedido dos investigadores, a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas cedeu gentilmente estatísticas atualizadas sobre pedidos feitos aos serviços consulares por cidadãos portugueses e lusodescendentes da Venezuela neste contexto de crise, além de estimativas de mobilidade para outros países.

Em relação a vistos para cidadãos venezuelanos, foram concedidos 22 de longa duração e 01 de curta duração em 2018. Já no que diz respeito a pedidos de cidadania portuguesa, o serviço consular na Venezuela concretizou 10.830 requisições em 2017 e 2018 e 2.341 no primeiro semestre de 2019. Aqui cabe ressaltar que os investigadores entendem a importância destes dados específicos porque a obtenção de cidadania portuguesa possibilita a emigração sem barreiras para Portugal e outros países do espaço europeu, bem como facilita a entrada nos Estados Unidos, o que permite inferir o interesse destas 13.171 pessoas em deixar a Venezuela.

Em termos de saída de cidadãos portugueses da Venezuela, a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas ressaltou a impossibilidade de saber o número exato por conta da dispensa de registro para nacionais reingressarem em Portugal, ou mesmo entrarem em outros países do espaço europeu. Nesse sentido, a estimativa do governo é que 10,5 mil tenham retornado a Portugal entre 2016 e 2019, sendo 7 mil para a Região Autónoma da Madeira e 3,5 mil para o continente – majoritariamente para o distrito de Aveiro e a Região Metropolitana de Lisboa. Ao mesmo tempo, há registro de cerca de 12 mil cidadãos luso-venezuelanos que se instalaram em outros países da América Latina e na Espanha também entre 2016 e 2019. Destes 12 mil, 5,7 mil se registraram em países latino-americanos, sendo cerca de 4 mil apenas no Panamá, 880 se registraram nos Estados Unidos e no Canadá e 5,2 mil se registraram na Espanha.

Uma das políticas estabelecidas pelo governo de Portugal para ajudar cidadãos portugueses e lusodescendentes que querem deixar a Venezuela foi o estabelecimento de um processo específico para candidaturas a vagas de emprego em Portugal pela internet, através do formulário ‘Venezuela – Regresso a Portugal’, no site do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). As candidaturas são feitas online e permitem que aqueles que querem emigrar com a segurança de um emprego garantido à chegada, o façam. Entre 2017 e o dia 30 de maio de 2019, 5.202 pessoas fizeram candidaturas através do programa. Delas, 449 foram colocadas no mercado de trabalho com o apoio do IEFP e 51 se colocaram por meios próprios. Neste contexto, no período em análise, cerca de 10% dos inscritos (485) conseguiram emprego.

Neste contexto, a partir de 2016, o Estado português adotou uma estratégia de quatro canais que considera fundamentais para responder ao desafio da crise venezuelana:

O primeiro, e o que melhor pode garantir a segurança e a proteção aos cidadãos nacionais e lusodescendentes, bem como aos seus estabelecimentos, procurou assegurar a comunicação com as autoridades venezuelanas. O segundo, a rede consular e diplomática, tem sido essencial na prestação de serviços de proteção e de apoio consulares, bem como na manutenção do diálogo com as autoridades. O terceiro, a rede associativa na Venezuela, que mobiliza dezenas de milhares de pessoas, tem sido também fundamental na identificação e apoio aos casos mais problemáticos. Um quarto canal assenta na rede de pequenos, médios e grandes empresários, que contribuem para o emprego de dezenas de milhares de portugueses e luso-venezuelanos, tem uma presença decisiva na vida econômica do País. (Carneiro, 2019, pp. 109-110)

Propusemos, então, entrevistar o senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Luis Carneiro, para entender como Portugal tem atuado para proteger e apoiar esta comunidade de 400 mil cidadãos portugueses e lusodescendentes, e de que forma ela influencia as políticas portuguesas para a crise na Venezuela. A ideia surgiu a partir de uma conferência – a qual o investigador atendeu, mas não há registro de áudio ou vídeo – que foi apresentada pelo senhor Secretário no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, na Sala Museu, no dia 15 de março de 2019, quando declarou que a comunidade portuguesa na Venezuela é a prioridade do Ministério dos Negócios Estrangeiros na formação de políticas



para a crise. A entrevista transcrita abaixo foi conduzida presencialmente na Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, no dia 10 de setembro de 2019, a partir de 18h20, no horário de Lisboa. A duração foi de cerca de 30 minutos.

**Pedro Henriques (PH): Para começar, gostaria de ter a vossa visão sobre a comunidade portuguesa na Venezuela. Os portugueses estão no país desde as grandes navegações e hoje compõem a segunda maior comunidade da América Latina. Qual é o perfil dessa comunidade?**

**José Luis Carneiro (JLC):** A comunidade portuguesa na Venezuela é uma comunidade bem integrada do ponto de vista social, económico e institucional. Ela corresponde a vários ciclos da migração ou várias épocas da migração, sendo que no pós II Guerra Mundial tivemos um dos períodos em que um dos maiores ciclos migratórios houve para a Venezuela. Hoje, temos já muitos luso descendentes, de 2ª, 3ª e 4ª gerações, daí que se possa afirmar com plenitude que a comunidade portuguesa na Venezuela é uma comunidade muito bem integrada na cultura, na sociedade, na economia, nas instituições políticas venezuelanas. Ocorre que, uma característica muito recente da comunidade portuguesa na Venezuela é que, em função da crise económica e social que se vive desde 2014, também muito por causa da crise do petróleo e por outro lado da conjuntura económica internacional e da América Latina, muitos das jovens gerações têm vindo a adquirir formação e qualificações superiores e muitos procuram oportunidades de emprego fora do país. Nomeadamente, nos países da América Latina, nos Estados Unidos da América, em Espanha e, nos últimos três ou quatro anos, também muito em Portugal, nomeadamente na Região Autónoma da Madeira, uma vez que 80% da comunidade portuguesa e luso descendente na Venezuela é oriunda da Madeira.

**PH: Também sabemos que a presença de comunidades portuguesas tem impacto no turismo e no envio de remessas de volta à Portugal.**

**JLC:** Quer a comunidade portuguesa, quer a comunidade luso descendente, estamos a falar de 180 mil cidadãos inscritos no postos consulares, mas há muitos que não estão inscritos. Estimamos em 400 mil portugueses e luso descendentes na Venezuela que têm dado um contributo muito relevante quer para o desenvolvimento económico e social da Venezuela –

porque na sua maioria são cidadãos muitos empreendedores, nomeadamente no setor do comércio, da indústria, hotelaria, restauração – quer para o desenvolvimento no nosso país – quer na região Centro e região Norte, de onde também é oriundo uma parte da comunidade nacional, mas também da própria região da Região Autónoma da Madeira, não apenas nas remessas enviadas ao nosso país, mas também nos investimentos em Portugal. Hoje pode encontrar facilmente de Norte a Centro do país muitos investimentos de cidadãos venezuelanos, sobretudo ligados ao comércio, distribuição, indústria, assim como na Região Metropolitana da Madeira. São muitos investimentos, pequenos, médios e grandes investimentos de portugueses na Venezuela que contribuem para o desenvolvimento dos dois países: quer da Venezuela, quer de Portugal.

**PH: Como o senhor referiu, os portugueses na Venezuela são uma comunidade escolarizada que busca oportunidade em outros países, principalmente com a crise. Qual foi o impacto deste aumento de demanda pelos serviços consulares? Como os serviços foram adaptados?**

**JLC:** O Estado português, desde a primeira ordem, em 2016, adotou uma resposta multinível e gradual, ou gradualista. Procuramos ajustar a resposta à procura dos serviços consulares e do apoio do Estado português. A resposta a vários níveis passou fundamentalmente por quatro níveis. Por um lado, um diálogo constante com as autoridades venezuelanas, nomeadamente ao nível do Ministério das Relações Exteriores. Um diálogo com os serviços de proteção consular venezuelanos, nomeadamente no que diz respeito à visita aos cidadãos detidos de delito comum. Um segundo nível, no reforço da capacidade humana e tecnológica dos postos consulares na Venezuela. Um outro nível, a nível do movimento associativo da comunidade portuguesa na Venezuela. Temos dezenas de organizações portuguesas muito ativas na Venezuela com quem estabelecemos uma relação de parceria para procurar fazer face ao conjunto das necessidades, quer das famílias, quer dos cidadãos individualmente que carecem de uma atenção, de um apoio especial. Depois tivemos um outro nível de trabalho, que foi o nível das micro, pequenas e médias empresas, com as quais criamos uma rede de trabalho para apoiar os portugueses que estavam sendo muitas vezes objeto de ataques destrutivos da parte de grupos indeterminados de criminalidade que colocavam em causa a segurança, bem estar e salvaguarda de pessoas e bens nesses mesmos estabelecimentos. Portanto, o primeiro nível é o nível do estado venezuelano, o segundo nível é o nível do estado

português diplomático e consular, o nível associativo e o nível empresarial. Mas a resposta foi também gradualista, em função das necessidades detectadas. Uma das medidas adotadas desde o início foi a medida de não atualizar as taxas consulares relativas aos atos praticados na Venezuela, para emissão de cartão de cidadão, passaporte, escrituras. Isto do período que vai de 2016 a 2018. Em 2018, tomamos a decisão de não cobrar qualquer emolumento consular. Ou seja, os serviços portugueses são prestados hoje na Venezuela sem quaisquer custos para os cidadãos que vivem lá. Uma outra decisão teve a ver com envio de equipas do serviço de Registos e Notariado e da Administração Interna para procurar dar maior celeridade, maior rapidez ao tratamento dos pedidos de nacionalidade portuguesa e de obtenção de documentos de identificação. Uma terceira resposta teve a ver com o reforço dos meios humanos nos consulados de Caracas e Valência bem como termos ainda decidido atribuir um subsídio a todos os cônsules honorários que ajudam ou auxiliam os postos consulares de carreira em toda a Venezuela. Uma outra iniciativa também de nível de proteção e apoio consular teve a ver com realização das chamadas permanências consulares e sociais nos 23 estados da Venezuela. Ou seja, houve equipas de pessoas dos consulados de Caracas e Valência que se deslocaram para os 23 estados da Venezuela para fazer reuniões com a população portuguesa e luso descendente, identificando suas necessidades e em função dessas necessidades, o Estado português poder estruturar a resposta com recursos aos postos consulares e ao movimento associativo. E conseguimos também implementar uma rede de apoio médico quer para efeito de consultas médicas, quer para efeito de exames de diagnóstico, quer para o efeito de envio de medicamentos, e também no repatriamento de cidadãos portugueses ou luso descendentes que estão na Venezuela para poderem aceder aos hospitais portugueses, nomeadamente no âmbito da oncologia e das deficiências renais. São as duas áreas que detectamos haver graves carências, sobretudo foro oncológico e foro renal. E por outro lado conseguimos também criar um mecanismo de apoio ao repatriamento de cidadãos que estando a viver circunstâncias de vida graves e difíceis, não tinham recursos para comprar seus bilhetes de avião para virem para Portugal.

**PH: E nesse sentido a TAP [Transportes Aéreos Portugueses] foi importante.**

**JLC:** Sem dúvida que a TAP desempenhou aqui um papel de primeira importância no apoio ao repatriamento de cidadãos carenciados. Um outro nível de reforço e de resposta consular teve

a ver com a contratação de dois adidos sociais para poder apoiar as instituições sociais e para realizar uma triagem das necessidades e se articular com as autoridades portuguesas para podermos enviar os apoios necessários à comunidade. Por outro lado, no âmbito do movimento associativo, temos vindo a apoiar financeiramente as associações portuguesas na Venezuela para que possam fazer face aos pedidos quer de apoio alimentar, quer apoio aos mais idosos, às crianças, às pessoas com deficiência e aos mais carenciados. E ainda conseguimos desenvolver um conjunto de acordos com universidades e instituições venezuelanas para garantir o reforço da aprendizagem e formação em língua portuguesa, na medida em que o conhecimento da língua é um fator importante para a obtenção da nacionalidade portuguesa e para a mobilidade para o nosso país. Com as autoridades venezuelanas, conseguimos estabelecer uma metodologia de visita e apoio aos cidadãos detidos e a criação de uma linha de crédito aos estabelecimentos portugueses que foram objeto de destruição por parte destes grupos indiscriminados que atacaram e destruíram muitos destes estabelecimentos comerciais. E foi possível em alguns dos momentos mais críticos da vida política venezuelana, por exemplo, garantir condição de produção às empresas portuguesas, nomeadamente no setor da panificação, e garantir que quando houve uma transição monetária decidida em agosto de 2018, os empresários portugueses que foram objeto de inspeções que tiveram caráter intimidatório pudessem ver reconhecido seus direitos por parte das autoridades venezuelanas.

**PH: O senhor falou muito dos ataques a empresários e a proteção a eles. Na percepção da Secretaria, a comunidade portuguesa na Venezuela é alvo preferencial de ataques?**

**JLC:** Não. Trataram-se de ações de grupos não-identificados, de grupos de criminosos, como ocorre em qualquer país, como pode ocorrer no Brasil, nos Estados Unidos, na África do Sul, em qualquer país europeu, em Portugal também. São grupos de criminosos que atuam de uma forma aleatória e indiscriminada para efeitos de roubo, destruição e intimidação. Não foi possível identificar os autores materiais desses ataques porque atuavam de forma encapuzada. Foi informado às autoridades, e elas não apenas reforçaram o apoio à segurança como também criaram uma linha de crédito de € 5 milhões destinada a que os empresários portugueses afetados por estes ataques, por volta de julho e agosto de 2017, vissem,

portanto, ressarcidos os prejuízos com essa linha de crédito. Estamos a falar de um grupo de cerca de 100 empresas de pequena e média dimensão de propriedade portuguesa.

**PH: Nesta questão da proteção, um dos quatro canais é a relação do Estado português com as autoridades venezuelanas, mas Portugal oficialmente reconhece Juan Guaidó como presidente encarregado. O Diosdado Cabello [presidente da Assembleia Nacional Constituinte e do partido governista Partido Socialista Unido da Venezuela, um dos principais aliados de Nicolás Maduro] chegou a dizer que isso colocava em risco a vida dos portugueses no país. Na vossa percepção, isto prejudicou de alguma forma o tratamento com o regime?**

**JLC:** Nesta matéria é preciso ser muito rigoroso. Portugal fez parte dos países da União Europeia que reconheceram Juan Guaidó como presidente da Assembleia Nacional encarregue da missão de organizar as eleições, procurando que cumprissem regras internacionalmente válidas, sendo universais, livres, justas, com garantia do escrutínio eleitoral, não apenas da parte das autoridades venezuelanas, mas também das autoridades internacionais. As declarações que foram proferidas por parte do Diosdado Cabello, do nosso ponto de vista, não tiveram qualquer efeito em quaisquer atos de hostilidade à comunidade portuguesa. Ou seja, a comunidade portuguesa continua na generalidade a ser bem recebida, bem acolhida e a sentir-se bem integrada na Venezuela. Aliás, em todas as sessões de esclarecimentos e debate com os portugueses realizadas na Venezuela, na sua grande maioria, quando o Estado português os refere a oportunidade de vir para Portugal, manifesta a vontade de querer continuar a viver, a investir, trabalhar na Venezuela porque é lá que tem seus filhos, netos, grande parte das suas vidas, memórias afetivas, investimentos e lá que querem continuar a viver. O que querem é que o país seja capaz, com suas instituições, com seu regime político, com a oposição, seja capaz de um diálogo entre todos, que seja capaz de extrair o país da crise econômica, social e de carência social e econômica em que se encontra.

**PH: Nesse sentido, manter o diálogo com o regime é essencial?**

**JLC:** Portugal entende que é essencial manter o diálogo com as partes. Quer com o governo, quer com a oposição. Ou seja, manter o diálogo com Juan Guaidó e todos os outros líderes da oposição e manter o diálogo com Nicolás Maduro e com seus representantes, neste caso, com

o Ministério das Relações Exteriores. Porque uma coisa é a relação Estado-Estado e outra é a relação relativa ao regime político que momentaneamente representa o Estado.

**PH: Parte dos crimes que o regime tem sido acusado de cometer envolve execuções extrajudiciais e tortura. Há informação sobre cidadãos portugueses que tenham sido vítimas?**

**JLC:** Não temos quaisquer informações de cidadãos portugueses ou de pedidos de familiares de cidadãos portugueses aos nossos serviços consulares ou na embaixada relativo a essas alegações.

**PH: Algum cidadão português já foi retirado do país por esses motivos? Houve acordo com o governo sobre isso?**

**JLC:** Não. Todos os cidadãos portugueses que quiseram sair do país fizeram-no por razões de pobreza e de doença.

**PH: Nesse sentido, os postos consulares têm atuado, então, para ajudar a entregar comida e remédios...**

**JLC:** Exatamente. Trata-se de motivos de repatriamento por razões monetárias que têm a ver com duas dimensões: escassez alimentar e apoio no setor da saúde. Em casos em concreto, verificado que há ausência de condições económicas e necessidade de tratamento de saúde em Portugal, o Estado português tem apoiado ao repatriamento destes cidadãos.

**PH: No vosso livro [*Valorizar os portugueses no mundo: Por uma visão estratégica partilhada 2015-2019*, lançado em julho de 2019], o senhor detalha que até 2018 haviam retornado para Portugal 10.500 cidadãos portugueses. Para outros países da América Latina foram 5.700, para a Espanha, 5.200... Nós sabemos que dos quatro milhões de pessoas que já deixaram a Venezuela, três milhões foram para países da América Latina. Isso tem impactado os serviços consulares nos demais países? Eles também foram reforçados?**

**JLC:** Sim, há um aumento da procura em vários postos consulares e diplomáticos na América Latina. Não apenas realizamos um reforço nestes postos consulares, como temos previsto

nestes próximos meses reforçar alguns dos postos que estão a ter maior procura em resultado da saída de cidadãos portugueses da Venezuela e que procuram estes em função da renovação de documentos, do reforço das suas condições de proteção consular da parte do Estado português.

**PH: Em termos de América Latina, há desafios em outros países, como no Brasil, na Nicarágua e Honduras. Quais são os outros desafios, além da Venezuela, que a Secretaria vê na América Latina?**

**JLC:** Neste momento, não estamos a ver em nenhum outro país circunstâncias, digamos económicas, sociais e políticas como as que se estão a viver na Venezuela e não temos tido registro de necessidades especiais da parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Naturalmente a vida social, económica e política dos países é sempre aquilo que seus povos querem em cada momento histórico. Portanto, acompanhamos com toda atenção todos os desenvolvimentos que estão a decorrer na América Latina, mas naturalmente que a Venezuela é a nossa primeira prioridade de trabalho no Ministério dos Negócios Estrangeiros pela fragilidade das condições de vida que se abateram sobre os portugueses e luso descendentes que vivem no país. Há alguns postos que têm vindo a ser objeto de maior procura. Em alguns casos, a procura aumentou exponencialmente e, portanto, o reforço de meios tem sido uma preocupação que vai continuar a existir no futuro.

**PH: Para encerrar, temos que a situação na Venezuela não melhorou e que o quase embargo pelos Estados Unidos deve piorar o contexto. A expectativa do Ministério é enviar ainda mais pessoas e despende ainda mais dinheiro? Daqui para frente, o que será feito além do que já foi?**

**JLC:** O Ministério dos Negócios Estrangeiros tem o conjunto de medidas de natureza diversa para apoiar os portugueses e luso descendentes que decidiram viver e manter-se na Venezuela e aqueles que decidiram regressar. As medidas notadas e os canais definidos e consolidados têm estado em bom funcionamento. Diria que exigem que se mantenha no atual momento e que, eventualmente, sejam reforçados em caso de uma avaliação do agravamento das circunstâncias. Naturalmente, o que esperamos é que as autoridades políticas do poder e da oposição sejam capazes de se entender e encontrar uma saída política para um problema

que só politicamente pode ter uma solução. Mas, portanto, o Estado português está preparado para todas as circunstâncias que venham a se colocar no futuro.



## Apêndice L

Quadro com as principais resoluções da Organização das Nações Unidas sobre a Venezuela

### Quadro 3

*Quadro das principais resoluções da Organização das Nações Unidas sobre a Venezuela*

Resolução	Sessão	Votos a favor	Votos contra	Abstenções
<b>Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas</b>				
Resolução 39/1	39ª	23	7	17
<i>Submetido por:</i> Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Paraguai e Peru		Afeganistão, Alemanha, Austrália, Bélgica, Brasil, Chile, Coreia do Sul, Croácia, Equador, Eslováquia, Espanha, Geórgia, Hungria, Islândia, Japão, México, Panamá, Peru, Ruanda, Suíça, Reino Unido e Ucrânia	Burundi, China, Cuba, Egito, Paquistão, República Democrática do Congo e Venezuela	África do Sul, Angola, Arábia Saudita, Catar, Costa do Marfim, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Filipinas, Iraque, Mongólia, Nepal, Nigéria, Quênia, Quirguistão, Senegal, Togo e Tunísia
Resolução 42/4	42ª	18	6	23
<i>Submetido por:</i> Irã (e apoiada pela Venezuela)		África do Sul, Angola, Burkina Faso, Camarões, China, Cuba, Egito, Eritreia, Fiji, Iraque, México, Nepal, Paquistão, Filipinas, Catar, Ruanda, Tunísia e Uruguai	Argentina, Austrália, Brasil, Chile, Peru e Ucrânia	Afeganistão, Arábia Saudita, Áustria, Bahamas, Bahrain, Bangladesh, Bulgária, Chéquia, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Hungria, Islândia, Índia, Itália, Japão, Nigéria, Senegal, Somália, Togo, Reino Unido e República Democrática do Congo

Resolução 42/25	42ª	19	7	21
<i>Submetido por:</i> Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Guatemala, Guiana, Honduras, Paraguai e Peru		Argentina, Austrália, Áustria, Bahamas, Brasil, Bulgária, Chile, Chéquia, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Hungria, Islândia, Itália, Japão, Peru, Reino Unido e Ucrânia	Arábia Saudita, Camarões, China, Cuba, Egito, Eritreia e Filipinas	Afeganistão, África do Sul, Angola, Bahrain, Bangladesh, Burkina Faso, Catar, Fiji, Índia, Iraque, México, Nepal, Nigéria, Paquistão, República Democrática do Congo, Ruanda, Senegal, Somália, Togo, Tunísia e Uruguai
<b>Conselho de Segurança das Nações Unidas</b>				
Rascunho S/2019/186	28 de fevereiro de 2019	9	3	3
Proposto pelos Estados Unidos (rejeitado por causa do veto da Rússia e da China)		Alemanha, Bélgica, Estados Unidos, França, Kuwait, Peru, Polónia, Reino Unido e República Dominicana	África do Sul, China e Rússia	Costa do Marfim, Indonésia e Guiné Equatorial
Rascunho S/2019/190	28 de fevereiro de 2019	4	7	4
Proposto pela Rússia (rejeitado por insuficiência de votos a favor)		África do Sul, China, Guiné Equatorial e Rússia	Alemanha, Bélgica, Estados Unidos, França, Peru, Polónia e Reino Unido	Costa do Marfim, Indonésia, Kuwait e República Dominicana

Nota: todas as informações deste quadro foram retiradas dos respectivos sítios oficiais do Conselho de Direitos Humanos e do Conselho da Segurança das Nações Unidas.

Cabe ressaltar que o rascunho inicial da resolução 42/25 do Conselho de Direitos Humanos da ONU previa a criação de uma comissão de inquérito com o seguinte mandato:

24. *Decides to establish, for a period of one year, a commission of inquiry, to be appointed by the President of the Human Rights Council:*

(a) To conduct a thorough investigation into human rights violations and abuses in the Bolivarian Republic of Venezuela since January 2014, including on their extent

and whether they may constitute international crimes, with a view to contributing to the fight against impunity;

(b) To identify alleged perpetrators of human rights violations and abuses in the Bolivarian Republic of Venezuela with a view to ensuring full accountability;

(c) To make recommendations on steps to be taken with a view to guaranteeing that the authors of these violations and abuses, regardless of their affiliation, are held accountable for their acts;

(d) To engage with the Venezuelan authorities and to cooperate closely with all other stakeholders, in particular United Nations bodies and agencies, civil society, refugees, the field presence of the Office of the High Commissioner in the Bolivarian Republic of Venezuela, the Organization of American States and the Inter-American Commission on Human Rights, in order to provide support and expertise for the immediate improvement of the situation of human rights and the fight against impunity;

(e) To present a report to the Council during an interactive dialogue at its forty-fifth session;

(f) To present its report to the General Assembly at its seventy-fifth session and other relevant international bodies. (ONU, 2019k)<sup>121</sup>

Depois da pressão de países europeus, que temeram o corte definitivo dos já escassos canais de diálogo com o regime, a versão final aprovada da resolução 42/25 criou uma missão de apuramento dos fatos, que por sua natureza tem um peso político menor do que uma comissão de inquérito. O mandato aprovado foi o seguinte:

24. *Decides* to establish, for a period of one year, an independent international fact-finding mission, to be appointed by the President of the Human Rights Council, and to dispatch that mission urgently to the Bolivarian Republic of Venezuela to investigate extrajudicial executions, enforced disappearances, arbitrary detentions and torture and other cruel, inhumane or degrading treatment since 2014, with a view to ensuring full accountability for perpetrators and justice for victims, and

---

<sup>121</sup> A/HRC/42/L.4, rascunho de resolução.

requests the mission to present a report on its findings to the Council during an interactive dialogue at its forty-fifth session. (ONU, 2019m)<sup>122</sup>

---

<sup>122</sup> A/HRC/RES/42/25.

## Apêndice M

Quadro com as principais resoluções da Organização dos Estados Americanos sobre a Venezuela

Quadro 4

*Quadro das principais resoluções da Organização dos Estados Americanos sobre a Venezuela*

Resolução	Data	Votos a favor	Votos contra	Abstenções	Ausências
<b>Assembleia Geral da OEA</b>					
Resolução 2929	05 de junho de 2018	19	4	11	0
		Argentina, Bahamas, Barbados, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, Guatemala, Guiana, Honduras, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lucia	Bolívia, Dominica, São Vicente e Granadinas e Venezuela	Antigua e Barbuda, Belize, El Salvador, Equador, Granada, Haiti, Nicarágua, São Cristóvão e Neves, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai	
Resolução 2944	28 de junho de 2019	19	8	6	1
		Argentina, Bahamas, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaricas, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lucia e Venezuela	Antigua e Barbuda, Bolívia, Dominica, México, Nicarágua, São Vicente e as Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago	Barbados, Belize, El Salvador, Granada, Guiana, São Cristóvão e Neves	Uruguai

Conselho Permanente da OEA					
Declaração 51	07 de março de 2014	29	3	?	?
			Canadá, Estados Unidos e Panamá		
		Ata reservada/Sem acesso público aos votos de cada Estado			
Declaração 63	01 de junho de 2016	Aprovada por consenso			
Declaração 66	16 de novembro de 2016	Aprovada por consenso			
Resolução 1078	03 de abril de 2017	Aprovada por consenso			
Resolução 1079	26 de abril de 2017	19	10	4	1
		Argentina, Bahamas, Barbados, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, Honduras, Jamaica, Guatemala, Guiana, México, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia e Uruguai	Antigua e Barbuda, Bolívia, Dominica, Equador, Haiti, Nicarágua, São Cristovão e Neves, São Vicente e as Granadinas, Suriname e Venezuela	Belize, El Salvador, República Dominicana e Trinidad e Tobago	Granada

Resolução 1095	23 de fevereiro de 2018	19	5	8	2
		Argentina, Bahamas, Barbados, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, Guatemala, Guiana, Honduras, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia, Uruguai	Bolívia, Dominica, São Vicente e as Granadinas, Suriname e Venezuela	São Cristóvão e Neves, Trinidad e Tobago, Belize, Equador, El Salvador, Haiti, Nicarágua, República Dominicana	Antigua e Barbuda e Granada
Resolução 1117	10 de janeiro de 2019	19	6	8	1
		Jamaica, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, Argentina, Bahamas, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras	Nicarágua, São Vicente e as Granadinas, Suriname, Venezuela, Bolívia, Dominica	México, São Cristóvão e Neves, Trinidad e Tobago, Uruguai, Antígua e Barbuda, Barbados, Belize, El Salvador	Granada
Resolução 1123	27 de março de 2019	19	5	8	2
		Argentina, Bahamas, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Santa Lúcia	Antigua e Barbuda, Nicarágua, São Vicente e as Granadinas, Uruguai e Venezuela	Barbados, Belize, Bolívia, El Salvador, México, São Cristóvão e Neves, Suriname e Trinidad e Tobago	Dominica e Granada

Resolução 1124	09 de abril de 2019	18	9	6	1
		Argentina, Bahamas, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Santa Lúcia	Antigua e Barbuda, Bolívia, Dominica, Granada, México, São Vicente e as Granadinas, Suriname, Uruguai e Venezuela	Barbados, El Salvador, Guiana, Nicarágua, São Cristóvão e Neves e Trinidad e Tobago	Belize
Resolução 1127	13 de maio de 2019	Aprovada por consenso			
Resolução 1133	28 de agosto de 2019	21	3	7	3
		Argentina, Bahamas, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia e Venezuela	Dominica, Nicarágua e São Vicente e as Granadinas	Barbados, Belize, Bolívia, México, São Cristóvão e Neves, Suriname e Trinidad e Tobago	Antigua e Barbuda, Granada e Uruguai
Resolução 1136	11 de setembro de 2019	19	4	6	5
		Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia e Venezuela	Dominica, Nicarágua, São Vicente e as Granadinas e Suriname	Barbados, Belize, Bolívia, México, Panamá e Trinidad e Tobago	Antigua e Barbuda, Bahamas, Granada, São Cristóvão e Neves e Uruguai



Resolução 1137	11 de setembro de 2019	12	0	5	1
Apenas para os Estados-parte do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)		Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, Paraguai, República Dominicana e Venezuela		Costa Rica, Panamá, Peru, Trinidad e Tobago e Uruguai	Bahamas
Reunião de ministros das Relações Exteriores					
Rascunho 13/17	19 de junho de 2017	20	5	8	1
RC.29/doc.13/17 corr. 1 (Rejeitado)		Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, Guatemala, Guiana, Honduras, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lucia e Uruguai	Bolívia, Dominica, Nicarágua, São Cristovão e Neves e São Vicente e as Granadinas	Antigua e Barbuda, Equador, El Salvador, Granada, Haiti, República Dominicana, Suriname e Trinidad e Tobago	Venezuela
Rascunho 14/17	19 de junho de 2017	8	14	11	1
RC.29/doc.14/17 (Rejeitado)		Bolívia, Dominica, Equador, El Salvador, Haiti, São Cristovão e Neves, São Vicente e as Granadinas e Suriname	Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai	Antigua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Granada, Guiana, Jamaica, Nicarágua, República Dominicana, Santa Lucia e Trinidad e Tobago	Venezuela

Resolução 1/19	23 de setembro de 2019	16	1	1	1
Apenas para os Estados- parte do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)		Argentina, Bahamas, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Venezuela	Uruguai	Trinidad e Tobago	Cuba

Nota: todas as informações deste quadro foram retiradas do sítio oficial da Organização dos Estados Americanos.